

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)

PRISCILLA CIDRAL DA COSTA

“FAMÍLIA AINDA IMPORTA”: GLEISI HELENA HOFFMANN E MARIA APARECIDA BORGHETTI - UMA PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA DAS RELAÇÕES DE PODER POLÍTICO E FAMILIAR NO PARANÁ

CURITIBA

2023

PRISCILLA CIDRAL DA COSTA

“FAMÍLIA AINDA IMPORTA”: GLEISI HELENA HOFFMANN E MARIA
APARECIDA BORGHETTI - UMA PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA DAS
RELAÇÕES DE PODER POLÍTICO E FAMILIAR NO PARANÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (PPGSOCIO), como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Sociologia, no Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dra. Mônica Helena Harrich Silva Goulart.

CURITIBA

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Costa, Priscilla Cidral da

“Família ainda importa” : Gleisi Helena Hoffmann e Maria Aparecida Borghetti – uma perspectiva sociológica das relações de poder político e familiar no Paraná. / Priscilla Cidral da Costa. –Curitiba, 2023.

1 recurso on-line : PDF.

Mestrado (Dissertação em Sociologia) – Universidade Federaldo Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós- Graduação em Sociologia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Mônica Helena Harrich Silva Goulart.

1. Famílias de classe alta – Ciência Política. 2. Poder (Ciências Sociais). 3. Hoffmann, Gleisi Helena, 1965-. 4. Borghetti, Maria Aparecida, 1965-. I. Goulart, Mônica Helena Harrich Silva.

SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Bibliotecária: Fernanda Emanóela Nogueira Dias CRB-9/1607



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA -
40001016032P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **PRISCILLA CIDRAL DA COSTA** intitulada: **"FAMÍLIA AINDA IMPORTA": GLEISI HELENA HOFFMANN E MARIA APARECIDA BORGHETTI - UMA PERSPECTIVA SOCIOLOGICA DAS RELAÇÕES DE PODER POLÍTICO E FAMILIAR NO PARANÁ**, sob orientação da Profa. Dra. MÔNICA HELENA HARRICH SILVA GOULART, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 13 de Março de 2023.

Assinatura Eletrônica

13/03/2023 18:34:26.0

MÔNICA HELENA HARRICH SILVA GOULART

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

13/03/2023 17:49:00.0

DAIANE CARNELOS RESENDE

Avaliador Externo (SECRETARIA DO ESTADO DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

13/03/2023 20:16:23.0

RICARDO COSTA DE OLIVEIRA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Ao meu grande e eterno amigo Boris Cidral da Costa (in memoriam)

AGRADECIMENTOS

A GRATIDÃO está intimamente relacionada com o sentimento de reconhecimento e honra por todos aqueles que lhe prestaram algum benefício, um auxílio durante toda a construção dos tão almejados sonhos. GRATIDÃO É sentir SAUDADES por todos os momentos vividos. É sentir-se FELIZ ao olhar o caminho percorrido. É perceber que nesta caminhada pessoas tornaram-se pontes e transformaram-se em AMIGOS.

Agradecer é muito pouco quando o todo se descortina e você percebe que sozinha não seria possível.

Nada mais emocionante do que olhar para o passado e perceber o seu presente e sonhar com o seu futuro. Percebendo a realidade da palavra possibilidade. Sentir em sua alma o gosto da possibilidade e entender no fundo da seu alma “É possível!!!”.

A minha gratidão à Professora Doutora Mônica Helena Harrich Silva Goulart que me acolheu com tanto carinho e dedicação em todos os momentos cruciais pela qual a pesquisa passou. As suas orientações foram fundamentais para o meu crescimento pessoal e profissional. Não tenho condições de descrever sua generosidade e humildade em compartilhar comigo todo o seu conhecimento. As diversas leituras realizadas com tanta competência e aos vários encontros de orientação que jamais irei esquecer ficarão cavados em meu coração e na minha história. Obrigada por estar ao meu lado durante este tempo de construção e reconstrução de uma pesquisa desafiadora.

A professora Doutora Daiane Carnelos Resende por seu carinho e orientações que certamente deram outro rumo aos processos de construção dos aportes metodológicos. Gratidão por seu carinho, entusiasmo e alegria.

Ao professor Doutor Ricardo Costa de Oliveira por suas orientações, antes e durante as apresentações de qualificação e defesa. Sua generosidade é característica dos grandes mestres. Muito obrigada e eterna gratidão.

Gratidão aos meus grandes amigos Luciane Fernandes e Katiano Miguel Cruz do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná. Muito obrigada.

Minha gratidão às minhas amigas Lauriani Beraldo Kawashima, Andrea Eugênio Lorenzon e ao amigo de todas as horas Maurício Barbosa Drapoynski. Cada palavra, cada gesto ficarão gravados em meu coração.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) que com sua dedicação colaboraram com esta caminhada de grandes desafios. Em especial ao Professor Dr. Alfio Brandenburg; Professor Dr. Jaime Santos Júnior; Professora Dra. Simone Meucci; Professor Dr. Lisandro Rodrigues de Almeida Braga. E com carinho ao Professor Dr. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes (in memoriam).

A minha família Cidral da Costa por sua fé e palavras gentis em momentos decisivos. Em especial a Milian Jesus da Costa, Jackeline Cidral da Costa, Tatiana Cidral da Costa, Camilla Cidral da Costa Oliveira, Sophia Cidral da Costa Silva e Hormínio Cidral da Costa.

Gratidão...

Minha tese é simples. Família ainda importa. As estruturas de parentesco formam parte da realidade social e política brasileira no século XXI. Redes familiares controlam partidos políticos, controlam o centro do poder executivo e formam redes atravessando o poder legislativo com parlamentares hereditários, sempre se renovando pelas gerações. O poder judiciário também sente as redes de cumplicidades e reproduções de algumas famílias e seus protegidos. O Tribunal de Contas em boa parte é um tribunal de parentes também. Ainda hoje os cartórios representam antigas redes familiares. A mídia, a intelectualidade, os jornalistas também já foram grandes redes de parentesco e domínio familiar, agora em processo de modernização e profissionalização.”

(Ricardo Costa de Oliveira - “Na teia do nepotismo: Sociologia Política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil”)

“As mulheres não são passivas nem submissas. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história.”

(Michelle Perrot – Os excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros.)

RESUMO

O poder político familiar transforma o jogo no campo político e amálgama a família a este projeto de continuidade e de adaptação na teia social. As trajetórias políticas e familiares, cujos sobrenomes são de grande expressão nos espaços de poder, entrelaçam-se como as relações político-sociais e institucionais brasileiras construindo deste modo as estruturas deste campo. As alianças que se firmam nos laços familiares e que se desenrolam dão o tom para a construção das trajetórias políticas das parlamentares Gleisi Helena Hoffmann e Maria Aparecida Borghetti.

Nesta perspectiva sociológica percebemos que as parlamentares estudadas nesta pesquisa empírica são adversárias políticas e estão em lados opostos, contudo os seus capitais intelectuais, culturais e políticos foram agregadas a sua trajetória. De fato, a hereditariedade das relações de parentesco e poder político nos cargos estratégicos do Estado é uma forma de garantir a permanência nas esferas de poder. Alianças, trocas políticas fazem parte das estruturas que construíram suas trajetórias, mas o matrimônio é uma participação elementar no jogo e no campo político.

“FAMÍLIA AINDA IMPORTA”: Gleisi Helena Hoffmanns e Maria Aparecida Borghetti - uma perspectiva sociológica das relações de poder político e familiar no Paraná” procura compreender as relações familiares e as relações de poder político presentes na política brasileira.

Palavras-chave: Hoffmann, Borghetti, poder, família.

ABSTRACT

Family political power transforms the game into the political field and unites the family to this project of continuity and adaptation in the social web. The political and family trajectories, whose surnames are of great expression in the spaces of power, are intertwined with the political, social and institutional relations in Brazil, thus building the structures of this field. The alliances that are established in family ties and that unfold set the tone for the construction of the political trajectories of the parliamentarians Gleisi Helena Hoffmann and Maria Aparecida Borghetti.

In this sociological perspective, we realize that the parliamentarians studied in this empirical research are political opponents and are on opposite sides, however their intellectual, cultural and political capital were added to their trajectory. In fact, the heredity of kinship relations and political power in strategic positions in the state is a way of guaranteeing permanence in the spheres of power. Alliances, exchanges and politics are part of the alliances that built their trajectories, but marriage played an elementary role in the game and in the political field.

“Family still matters”: Gleisi Helena Hoffmann and Maria Aparecida Borghetti - A sociological perspective of political and family power relations in Paraná” seeks to understand family relations and political power relations present in Brazilian politics.

Keywords: Hoffmann, Borghetti, power, family.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Modelo de gabinetes do Anexo 3 (esq.) e do Anexo 4 (dir.) da Câmara dos Deputados em Brasília.....	171
GRÁFICO 1	Leis sancionadas pela parlamentar deputada estadual Maria Victoria Borghetti Barros Campos entre os anos de 2015 a 2021.....	205

LISTA DE TABELAS

TABELA 01-	CONTEXTO HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS FEMINISTA NO BRASIL 1827-2021.....	254
TABELA 02-	ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM 2020 PARA OS CARGOS DE VEREADORAS E VEREADORES NAS CAPITAIS BRASILEIRAS.	257
TABELA 03-	ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM 2018 PARA OS CARGOS DE DEPUTADAS E DEPUTADOS ESTADUAIS NAS CAPITAIS BRASILEIRAS.....	258
TABELA 04-	DEPUTADOS NEGROS E NEGRAS ELEITOS NAS ELEIÇÕES DE 2014 E 2018.....	259
TABELA 05-	ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM 2018 PARA OS CARGOS DE DEPUTADAS E DEPUTADOS FEDERAIS NO BRASIL.....	260
TABELA 06-	ELEIÇÕES 2018: MULHERES NA POLÍTICA E PARTIDOS POLÍTICOS ELEIÇÕES 2018.....	261
TABELA 07-	SENADORAS EM EXERCÍCIO – GESTÃO 2015-2023 E 2019-2027.	263
TABELA 08-	GRAUS DE PARENTESCO PARA FINS DE ANÁLISE DO FENÔMENO DO NEPOTISMO.....	265
TABELA 09-	A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE GLEISI HELENA HOFFMANN E PAULO BERNARDO SILVA.....	266
TABELA 10-	DECLARAÇÃO DE BENS EM ANOS ELEITORAIS DO EX-MINISTRO DO GOVERNO LULA PAULO BERNARDO (PT-PR) DOS ANOS DE 1998 E 2022.....	268
TABELA 11-	PRONUNCIAMENTOS PROFERIDOS NO ANO DE 2018 PELA SENADORA GLEISI HELENA HOFFMANN (PT-PR)	269
TABELA 12-	ATUAÇÃO DE GLEISI HELENA HOFFMANN, TITULAR EM EXERCÍCIO NO PLENÁRIO E COMISSÕES NA CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS DE 2019 A 2022.....	274
TABELA 13-	EMENDAS APROVADAS AO ORÇAMENTO DA UNIÃO NOS ANOS DE 2019 A 2022 PELA DEPUTADA FEDERAL GLEISI HELENA HOFFMANN.....	275
TABELA 14-	MISSÕES NO EXTERIOR DA SENADORA DA REPÚBLICA DO BRASIL GLEISI HOFFMANN - 54º E 55º LEGISLATURAS DE 2011-2019.....	276
TABELA 15-	PROPOSIÇÕES DE AUTORIA DA DEPUTADA FEDERAL GLEISI HELENA HOFFMANN.....	278
TABELA 16-	DECLARAÇÃO DE BENS EM ANOS ELEITORAIS DA ATUAL DEPUTADA FEDERAL GLEISI HOFFMANN (PT-PR) DOS ANOS DE 2006 A 2022.....	282

TABELA 17-	DECLARAÇÃO DE BENS EM ANOS ELEITORAIS DO ATUAL DEPUTADO FEDERAL RICARDO BARROS (PP-PR) DOS ANOS DE 1998 A 2022.....	283
TABELA 18-	CRONOLOGIA DA TRAJETÓRIA POLÍTICA DE RICARDO BARROS 1988-2022.....	284
TABELA 19-	DECLARAÇÃO DE BENS EM ANOS ELEITORAIS DA ATUAL DEPUTADA ESTADUAL MARIA VICTORIA BORGHETTI BARROS CAMPOS (PP-PR) DOS ANOS DE 2014 A 2022.....	285
TABELA 20-	FAMÍLIA BARROS A HISTÓRIA E A TRADIÇÃO DA FAMÍLIA BARROS-BORGHETTI NA POLÍTICA PARANAENSE.....	286
TABELA 21-	PROPOSIÇÕES DE AUTORIA DA DEPUTADA FEDERAL CIDA BORGHETTI 2011-2015.....	289
TABELA 22-	DECLARAÇÃO DE BENS EM ANOS ELEITORAIS DA EX-GOVERNADORA DO ESTADO DO PARANÁ CIDA BORGHETTI (PP-PR) DOS ANOS DE 2000 A 2018.....	290
TABELA 23-	FAMÍLIA BARROS: A HISTÓRIA E A TRADIÇÃO DA FAMÍLIA BARROS-BORGHETTI NA POLÍTICA PARANAENSE.....	291
TABELA 24-	PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS: PARTIDO PROGRESSISTA (PP) E PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT).	293
TABELA 25-	BIOGRAFIA DAS TRAJETÓRIAS POLÍTICAS DA ATUAL DEPUTADA FEDERAL GLEISI HELENA HOFFMANN E DA EX-GOVERNADORA MARIA APARECIDA BORGHETTI BARROS....	294

LISTA DE SIGLAS

ABDCONST	Academia Brasileira de Direito Constitucional
ABOP	Associação Brasileira De Orçamento Público
ALEP	Assembleia Legislativa Do Paraná
AM	Amazonas
ANP	Agência Nacional De Petróleo
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APACN	Fundação Da Associação Paranaense De Apoio À Criança Com Neoplasia
AVANTE	Avante
BA	Bahia
BPW	BUSINESS PROFESSIONAL WOMEN - Associação De Mulheres De Negócios E Profissionais
CAE	Comissão De Assuntos Econômicos
CCJ	Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania
CEB'S	Comunidades Eclesiásticas De Base
CEFET	Centro Federal De Educação Tecnológica Do Paraná
CESUFOZ	Centro de Ensino Superior de Foz do Iguaçu/PR
CIDADANIA	Cidadania
CIMATEN	Centro Nacional De Monitoramento E Alertas De Desastres Naturais
CMEI	Centros Municipais De Educação Infantil
CNBB	Conferência Nacional Dos Bispos Do Brasil
COPPAL	Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina
CPI	Comissão Parlamentar De Inquérito Do Senado
CPMF	Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira
DC	Democracia Cristã
DEAP	Departamento De Arquivo Público Do Paraná
DEM	Democratas
DEOPS	Delegacia De Ordem Política E Social
DIAP	Departamento Intersindical De Assessoria Parlamentar
DOPS-PR	Delegacia De Ordem Política E Social Do Paraná
ENS	École Normale Supérieure

FAE	Universidade De Administração E Economia Do Paraná
FBPF	Federação Brasileira Para O Progresso Feminino
FE BRASIL	FEDERAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA
FEFC	Fundo Especial De Financiamento De Campanha
FEMOCLAM	Federação Das Associações De Moradores De Curitiba E Região Metropolitana
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIEP	Federação Das Indústrias Do Estado Do Paraná
FMI	Instituto Do Fundo Monetário Internacional
FPA	Fundação Perseu Abramo
FSE	Fundo Social de Emergência
IDDE	Instituto para o Desenvolvimento Democrático
IPMF	Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MG	Minas Gerais
MS	Mato Grosso Do Sul
MS	Ministério Da Saúde
MST	Movimento dos Sem Terra
NEP	Núcleo De Estudos Paranaenses
NOVO	Partido Novo
ONU	Organização das Nações Unidas
PARLA SUL	Parlamento Del Mercosul
PATRIOTA	Patriota
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCDOB	Partido Comunista do Brasil
PCO	Partido da Causa Operária
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta De Emenda À Constituição
PFL	Partido Frente Liberal
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PL	Partido Liberal
PMB	Partido da Mulher Brasileira
PMDB	Partido Movimento Democrático Brasileiro

PMN	Partido da Mobilização Nacional
PODEMOS	Podemos
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPGSOCIO	Programa De Pós-Graduação Em Sociologia Da Universidade Federal Do Paraná
PPL	Partido Pátria Livre
PPP	Comissão Especial De Parceria Público-Privada
PPR	Partido Progressista Reformador
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Paraná
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRF	Partido Republicano Feminino
PROS	Partido Republicano Da Ordem Social
PRP	Partido Republicano Progressista
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido Da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido Dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PUC	Pontificia Universidade Católica Do Paraná
PV	Partido Verde
REDE	Rede Sustentabilidade
REP	Partido Republicano Brasileiro
RPC-PR	Rede Paranaense De Comunicação

SD	Solidariedade
SOLIDARIEDADE	Solidariedade
SP	São Paulo
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único De Saúde
TCE	Conselho Do Tribunal De Contas
TFP	Sociedade De Defesa Da Tradição, Família E Propriedade
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UDN	União Democrática Nacional
UEM	Universidade Estadual De Maringá
UFMS	Universidade Federal Do Mato Grosso Do Sul
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPR	Universidade Federal Do Paraná
UFRJ	Universidade Federal Do Rio De Janeiro
UMESC	União Metropolitana Dos Estudantes Secundaristas
UNB	Universidade De Brasília
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNISUL	Universidade Do Sul De Santa Catarina
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal Do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	21
2	PIERRE BOURDIEU E SUAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....	31
3	ECOSSISTEMAS POLÍTICOS E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO CAMPO POLÍTICO BRASILEIRO.....	48
3.1	ECOSSISTEMAS POLÍTICOS E O PATRIARCADO.....	50
3.2	A PARTICIPAÇÃO HISTÓRICA DAS MULHERES NA POLÍTICA: DESAFIOS E RUPTURAS.....	58
3.2.1	A participação histórica das mulheres no Brasil Colônia.....	61
3.2.2	A participação histórica das mulheres no Brasil Império.....	62
3.2.3	A participação histórica das mulheres no Brasil República.....	64
3.3	A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS ELEIÇÕES BRASILEIRAS 2018 E 2020.....	74
3.3.1	Eleições 2018 para os cargos de deputadas e deputados estaduais nas capitais brasileiras.....	77
3.3.2	Eleições 2018 para os cargos de deputadas e deputados federais no Brasil.....	82
3.3.3	Eleições 2020 para os cargos de vereadoras e vereadores nas capitais brasileiras.....	90
3.3.4	Senadoras em exercício para a 56º Legislatura no Senado brasileiro.....	94
4	AS ESTRUTURAS E NUANCES DO CAMPO POLÍTICO PARANAENSE: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE SOBRE GENEALOGIA E NEPOTISMO.....	100
4.1	O CAMPO POLÍTICO PARANAENSE: ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIOLÓGICOS.....	107
5	GLEISI HELENA HOFFMANN E MARIA APARECIDA BORGHETTI E O PODER POLÍTICO E AS RELAÇÕES DE PARENTESCO NA TRAJETÓRIA, NA IDENTIDADE E NA TRADIÇÃO POLÍTICA DO ESTADO DO PARANÁ.....	131

5.1	A BIOGRAFIA, A TRAJETÓRIA POLÍTICA E RELAÇÕES DE PARENTESCO DE GLEISI HELENA HOFFMANN.....	138
5.1.1	Perfil Biográfico de Gleisi Helena Hoffmann.....	138
5.1.2	Perfil Genealógico de Gleisi Helena Hoffmann.....	138
5.1.3	Capitais sociais e intelectuais de Gleisi Helena Hoffmann.....	140
5.1.4	Capitais Profissionais e Políticos de Gleisi Helena Hoffmann.....	141
5.1.5	Relações de parentesco de Gleisi Helena Hoffmann.....	142
5.1.6	Trajetória Política de Gleisi Helena Hoffmann.....	149
5.2	A BIOGRAFIA, A TRAJETÓRIA POLÍTICA E RELAÇÕES DE PARENTESCO DE MARIA APARECIDA BORGHETTI.....	179
5.2.1	Perfil Biográfico de Maria Aparecida Borghetti	179
5.2.2	Perfil Genealógico de Maria Aparecida Borghetti.....	179
5.2.3	Capitais sociais e intelectuais de Maria Aparecida Borghetti.....	180
5.2.4	Capitais Profissionais e Políticos de Maria Aparecida Borghetti.....	181
5.2.5	Relações de parentesco de Maria Aparecida Borghetti.....	182
5.2.6	Trajetória Política de Maria Aparecida Borghetti.....	207
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	219
	REFERÊNCIAS.....	228
	ANEXOS.....	254

INTRODUÇÃO

O ofício do sociólogo deveria versar sobre os descobrimentos das estruturas enterradas nos diversos mundos sociais compositores do universo societário e dos mecanismos que tendem a assegurar sua reprodução, ou ainda, objetivamente como campo e subjetivamente como habitus.

(BOURDIEU, 2010).

A sociedade, certamente, não é um produto de um processo aleatório, onde tudo pode acontecer, mas sim o resultado de processos que se dão ao longo de uma emblemática construção histórica.

Desafiados a agir e pensar o mundo social, sob perspectivas que transcendem a compreensão simplista da naturalização dos fenômenos sociais e dos seus significados a perspectiva sociológica proporciona ferramentas poderosas e inexoráveis para uma Sociologia voltada para reflexões sobre a realidade e as expectativas latino-americanas.

Portanto, a Sociologia desenvolve uma multiplicidade de explicações, bem como diversas formas de percepção sobre o mundo social e suas relações. Estes caminhos do entendimento científico trafegam em distintas e diversas expressões e formas legítimas de construir este olhar para o mundo à nossa volta.

O meu ponto de partida para o meu “eu” pesquisador em Ciências Sociais inicia-se no interior das salas de aula do Colégio Estadual Pedro Macedo nas ministrações da disciplina de Sociologia para o Ensino Médio. As inquietações e preocupações com o ensino da disciplina sempre foram uma prioridade, uma busca constante para o devido reconhecimento de uma ciência tão atacada pelas conjunturas neoliberalistas.

O fato que chamou a minha atenção como professora, pesquisadora e principalmente como mulher é a percepção de que a história política do estado paranaense não tinha seu devido reconhecimento e não havia ministrações sobre estes assuntos da construção do campo político paranaense na visão do feminino.

E, portanto, quais foram as heroínas que construíram o Paraná político? Qual o motivo do silêncio histórico destas mulheres e de sua participação neste campo de poder? Assim, os primeiros desenhos e percepções acerca do tema e delimitação do objeto da pesquisa empírica a ser desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (PPGSOCIO), originaram-se na Conferência Proferida na Mesa Redonda II – Família e Classes Sociais, realizada no

período de 18 de maio de 2017, no VIII Seminário Nacional de Sociologia e Política em Curitiba.

Nesta Conferência foram abordados temas como instituições sociais e políticas, relações de parentescos e de poder político, fenômenos como nepotismo, familismo e clientelismo, que produziram indagações que posteriormente frutificaram na dissertação de Mestrado Acadêmico em Sociologia, entre os anos de 2020 a 2022.

Imbuída por tais inquietações procurei fazer parte dos espaços de discussões oferecidos pelo NEP-UFPR em diversas oportunidades, seja em redes sociais, seja em conferências e/ou palestras. Mas, a sede por aprofundamento não saciava apenas em ouvir, estava resoluta em produzir novos diálogos, a fazer parte deste universo que envolve a ciência, mais especificamente a Sociologia Política e suas relações de poder.

Desta forma, ao ingressar no departamento de Pós-Graduação PPGSOCIO da Universidade Federal do Paraná (UFPR) iniciei uma nova e desafiadora trajetória profissional e acadêmica onde proporcionou os fundamentos necessários para que os conhecimentos das relações de poder fossem revelados e aprofundados.

A jornada se iniciou e a atual dissertação versa neste sentido para a apreensão das relações familiares. Nesta expectativa acadêmica esta pesquisa de mestrado tem como proposta aproximar-se com os trabalhos elaborados pela linha de pesquisa Cidadania e Estado. Os esforços metodológicos concentrados nos eixos temáticos Instituições e Poder, sob orientação da Professora Doutora Mônica Helena Harrich Silva Goulart.

Pesquisar duas mulheres de grande expressão política no estado do Paraná foi uma das experiências mais gratificantes de minha carreira profissional e acadêmica. Revelou que muitos dos projetos políticos são embasados em pautas identitárias a perspectiva das relações entre o poder político e estruturas de parentesco observando as concepções teóricas sobre instituições políticas, poder regional, famílias históricas e dominantes foram precisas e fundamentais.

Onde as categorias operacionalizadas como campo, subcampo, biografia, habitus, espírito de família, capitais entre outros conceitos consagrados do autor Pierre Bourdieu foram utilizados para a compreensão das trajetórias dos agentes políticos e dos perfis das famílias dominantes, tradicionais e históricas inseridas no campo político paranaense.

Os aportes teóricos desenvolvidos por Oliveira (2000), sobre as genealogias familiares e suas conexões e alianças foram empregados para a percepção das trajetórias

políticas das parlamentares Gleisi Helena Hoffmann e Maria Aparecida Borghetti estudadas nesta dissertação.

Nesta perspectiva empírica, autores e pesquisadores que compõem o Núcleo de Estudos Paranaenses (NEP-UFPR), entre outros autores das Ciências Sociais e seus aportes metodológicos foram utilizados na esperança de lançar luz para as discussões sobre a política paranaense e do seu campo político. A concepção da percepção da mulher e da sua participação, trajetória e inserção nos espaços de poder regional e nacional, foram os princípios eixos abordados.

Autores como Goulart, Cãnedo, Oliveira, Grill entre outros auxiliaram e sustentaram as discussões teóricas, servindo de apoio e fundamentação para análises das trajetórias políticas e dos fenômenos como o do familismo, nepotismo e genealogias das parlamentares Gleisi Helena Hoffmann do Partido dos Trabalhadores (PT-PR) e Maria Aparecida Borghetti do Partido Progressista (PP-PR).

Estas relações atuam em possíveis construções no interior das estruturas do poder familiar, tanto para a sua manutenção, como para a sua hereditariedade. A esfera da família¹, revelando-se como ponte e fonte de sustentação para garantir a durabilidade e a sustentabilidade dos nomes e sobrenomes tradicionais, “uma vez que ordena a regularidade nas escolhas matrimoniais e define a identidade do grupo.” (OLIVEIRA, et al, 2017, p.178). Permitindo, assim, conhecer as dimensões das relações sociais e políticas com profundidade diante dos nossos processos históricos-políticos. Processos que são marcos importantes e delineadores de uma história de construção nacional. Marcos que buscam a compreensão dos mais variados fenômenos políticos e sociais, onde a desigualdade - e/foi - criada e recriada por determinados grupos dominantes.

Apresentando conflitos e rivalidades gerados pelos interesses de uma classe social que compõem as famílias tradicionais paranaenses. Trata-se de uma classe social, que transmite e se reproduz de várias maneiras em suas práticas, em seus interesses. Onde a origem dos mecanismos do poder político possui em seus traços de origem o entrelaçamento destes grupos sociais superiores. Grupos detentores de capitais matrimoniais advindos dos “bons homens” ou “homens de bens” de muitas gerações. Da terra à produção da vida social, tudo está sob seu controle.

¹Onde a sociedade como “um todo estruturado temporalmente a partir de regras entre os seus componentes e o seu contexto-cenário”, constroem suas alianças e estruturas sociais e políticas. (OLIVEIRA, 2000, p.01).

É salutar reforçar que estas conexões com o poder são formas de compreender uma nova percepção do mundo social. Nesta ótica as convergências da política familiar tomam corpo e definem as veredas da construção nacional e regional, tanto na participação das famílias no campo político como na manutenção do seu poder².

Logo, a sua relevância política justifica-se por buscar na trajetória da atual deputada federal e presidenta nacional do Partido dos Trabalhadores (PT) Gleisi Helena Hoffmann e da ex-governadora do Paraná e atual conselheira da Itaipu Binacional Maria Aparecida Borghetti do Partido Progressista (PP-PR). Possíveis respostas para as relações de familismo que permeiam a política paranaense e nacional.

No que ressoa, a sua pertinência acadêmica esta dissertação é uma possibilidade de um exercício contínuo de conexões na formação de novas pesquisas sobre as relações de poder onde a política e os parentescos são traçados no mesmo tear.

Por fim, almejo que as contribuições realizadas sejam frutíferas para as futuras discussões, desenvolvendo, portanto, novas conexões ao pensar o poder, a política, o familismo e o casamento.

Sendo assim, a dissertação proposta para este Programa de Pós-graduação em Sociologia cujo tema central é a família e suas relações de poder pretende aguçar os olhares dentro e fora da academia. Para que o protagonismo das relações de poder político e familiar das classes dominantes historicamente construídas sejam percebidas e discutidas no eterno jogo das classes sociais. Destarte que rompam os limites acadêmicos e alcancem as lideranças populares brasileiras.

“FAMÍLIA AINDA IMPORTA”: Gleisi Helena Hoffmann e Maria Aparecida Borghetti - Uma perspectiva sociológica das relações de poder político e familiar no Paraná, se debruça ao pensar algumas possibilidades e contribuições nas discussões conceituais e analíticas da política paranaense.

No Brasil os estudos acerca das questões do poder sempre estiveram presentes nas agendas de pesquisas ao retratar as estruturas sociais e políticas regionais. E no intuito de compreender o poder político e as relações familiares que se faz necessário o entrelaçamento ligando às genealogias das famílias Barros-Borghetti e Silva-Hoffmann nos meandros da construção política nacional e local.

²Os acontecimentos políticos, principalmente após os anos de 2006 e principalmente marcados por 2018, no Brasil houve uma ascensão sem precedentes na história política brasileira de uma nova direita, possibilitou a intensificação deste projeto de poder. Amalgamados nas famílias tradicionais e em determinados grupos de interesses econômicos, jurídicos, militares e outros que ao longo do Governo Bolsonaro se intensificaram e fomentaram seu projeto de poder.

A reconstrução deste percurso histórico e participativo das mulheres nos espaços de poder se fazem necessários, principalmente quando as mulheres tornam-se uma expressão política nacional e regional. As parlamentares Gleisi Helena Hoffmann do Partido dos Trabalhadores (PT) e Maria Aparecida Borghetti do Partido Progressista (PP), possuem estas características marcantes incrustadas em suas trajetórias políticas.

É salutar questionarmos e observarmos quais semelhanças e diferenças podemos encontrar nas trajetórias políticas destes parlamentares de grande expressão que estando em espectros políticos opostos e principalmente por serem adversárias nas esferas de poder podemos identificar e mapear.

Compreender se estas agentes políticas possuem conexões com os fenômenos das relações de parentesco e em que medida essas relações permeiam o campo político tanto da esquerda quanto da direita. E se as suas trajetórias políticas e familiares influenciam nas estruturações de suas decisões. Logo, é pertinente perguntar-se quais trajetórias políticas, biográficas e genealógicas das parlamentares Gleisi Helena Hoffmann e da ex-governadora Maria Aparecida Borghetti são de fato o ponto de congruência no jogo e no campo político.

Logo, para atender às necessidades e demandas que surgiram durante o desenvolvimento dos processos de pesquisa, consideramos a família como uma possibilidade de inserção das mulheres nos espaços políticos como unidades fundamentais. As argumentações teóricas e suas possibilidades concretas em responder tais questões levaram esta pesquisa a teoria política feminista uma corrente teórica diversificada e plural, que investiga, compreende e se preocupa com a organização destes espaços.

A variável casamento orientou-se sobre os pressupostos principalmente dos teóricos Cãnedo; Oliveira e Goulart ao compreender a família como fonte substancial de análise estrutural, teórica e empírica da pesquisa.

Com o intuito de observar as relações político-familiares com maior profundidade investigamos as origens políticas das famílias Hoffmann e Borghetti, e de seus familiares. Os Hoffmann e Borghetti foram de fundamental importância, pois, sua cultura, seu local de nascimento, trajetória pública e privada, formação profissional e acadêmica, relações com parentesco, religião, espectros ideológicos, capitais simbólicos e matrimoniais, traços biográficos entre outras.

As genealogias e biografias foram discutidas, portanto, com o propósito de uma abordagem metodológica que norteasse os traços da prática e da trajetória política

das parlamentares e de sua parentela onde a genealogia é sem dúvida uma ferramenta imprescindível para identificação e mapeamento das redes de poder. Redes que são construídas e mantidas por famílias dominantes. (OLIVEIRA, 2012; MONTEIRO, 2018).

Para Monteiro (2018), o nome e o sobrenome destas famílias devem ser utilizados como perspectiva analítica para a identificação de uma classe dominante. Desde modo, as parlamentares Gleisi Helena Hoffmann e Maria Aparecida Borghetti, evidenciam a relevância da família na edificação dos habitus e das práticas comuns a este ethos político. A aquisição dos capitais necessários para a manutenção do jogo que são adquiridos no decorrer da construção da trajetória e do recrutamento político.

No concerne aos dados quantitativos foram obtidos, a partir dos registros do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR), Câmara do Deputados, dos websites oficiais de instituições políticas e mídias jornalísticas, redes sociais, Revista Eletrônica NEP-UFPR.

Os jornais e revistas consultados foram de circulação nacional como Carta Capital, Brasil de Fato (Paraná); Gazeta do Povo e G1 vinculado a RPC-PR (Rede Paranaense de Comunicação), Plural Curitiba, entre outros.

Outras fontes foram utilizadas como o Arquivo Público do Paraná, a Hemeroteca, Memórias Paraná, Fundação Perseu Abramo, e dados da assessoria parlamentar nos vários endereços eletrônicos disponíveis.

Para o êxito de tais objetivos foi utilizado também a pesquisa documental do Tribunal Superior Eleitoral (TSE); bem como documentos do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), Estatutos dos partidos políticos do PT e PP, montagem de gráficos e tabelas para compreensão dos resultados estatísticas e descritivos.

Os dados biográficos foram extraídos do repertório da CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, dos sites oficiais do Congresso Nacional como do Senado, da Câmara dos Deputados Federais e Estaduais, do Órgão e Entidades como o poder executivo, judiciário e legislativo, foram consultados para compreensão dos capitais políticos.

Fizeram parte da pesquisa empírica as fontes dos sites oficiais como Câmara Municipal de Curitiba (CMC) e Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP). Os dados do banco do TSE foram consultados para verificação dos patrimônios declarados e possíveis doações dos e pelos agentes políticos envolvidos, bem como para consultas referentes aos fundos partidários destinados para as campanhas eleitorais.

Consideramos, portanto, que as genealogias, as interações das famílias ou dos grupos familiares das agentes políticas são o ponto central da discussão sobre as trajetórias³ políticas.

Com este escopo metodológico os recrutamentos políticos, as genealogias e histórias familiares dos Silva e Hoffmann; Barros e Borghetti nos permitiram observar e entender as trajetórias sociais, culturais e principalmente políticas como um processo de construção hereditária e de transferência de longa duração dos capitais adquiridos.

Nesse ínterim, a análise do jogo político, foi observada a partir da legitimação dos discursos e das ações destes agentes políticos dentro e fora do seu campo de atuação. São considerados referenciais importantes, o que permitiu uma análise das dimensões políticas do grupo à qual Hoffmann e Borghetti pertencem sendo o testemunho do capital acumulado ao longo das suas trajetórias. O nome e sobrenome também foram fundamentais como fio condutor da compreensão e da atuação da posição social a qual pertencem.

Assim, a dissertação “Família ainda importa”: Gleisi Helena Hoffmann e Maria Aparecida Borghetti - Uma perspectiva sociológica das relações de poder político e familiar no Paraná, foi estruturada em seis capítulos, sendo o primeiro capítulo destinado a Introdução.

O segundo capítulo tem como proposta apresentar os aportes teóricos dos sociólogos franceses Pierre Bourdieu e Bernard Lahire. Intelectuais que contribuíram para a compreensão das discussões teórico metodológicas sobre o ethos político e as relações familiares com este campo. Os principais conceitos bourdieusianos de habitus de classe e patrimônios individuais de disposição de Lahire são utilizados como base epistemológica na esperança de trazer à luz respostas sobre o envolvendo do familismo, do nepotismo na política e na trajetória das parlamentares Gleisi Helena Hoffmann e Cida Borghetti, cujos capitais advém desta íntima relação entre a família, matrimônio e a política.

Para o terceiro capítulo as discussões são no intuito de compreender a história política recente do Brasil, a reconstrução das trajetórias das mulheres nos espaços da

³O que equivale a dizer que não podemos compreender uma trajetória sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontando com o mesmo espaço dos possíveis. (Bourdieu, 1986: p. 190, citado por VALENCIANO, 2013, p.486).

vida pública o que permitiu vislumbrar identidades que transcendem os momentos de desafios, mas também de conquistas políticas.

Esta reconstrução do percurso histórico da participação das mulheres nos espaços de poder se faz necessária, principalmente quando as mulheres tornam-se uma expressão política nacional e regional de grande significado. Logo, o feminismo substituiu o entendimento do “eu” homem e do “eu” mulher como parte de uma mesma identidade humana, trasladando e substituindo esta questão como uma diferença sexual e de gênero. (HALL, 2020).

Sobre as discussões referentes aos Ecosistemas Políticos e a Participação das Mulheres no Campo Político, evidencia-se neste terceiro capítulo. As pesquisas da Sociologia Política colaboram para a compreensão das trajetórias individuais e coletivas, e de suas relações com as instituições sociais, as quais os agentes sociais pertencem durante toda a sua vida. Pois, segundo seus habitus adquiridos, construídos e reconstruídos a partir dos processos de socialização do seu grupo, as relações de poder permeiam por gerações.

E no interior destas instituições sociais, políticas, econômicas o posicionamento dos indivíduos e de seus familiares com suas tradições de classe; nomes e sobrenomes distintos podem ser marcados por estes ecossistemas políticos integrados e duradouros. Suas relações permanecem por gerações numa clara ligação com o desenvolvimento e a manutenção do poder, dos privilégios e das relações de parentesco.

Neste capítulo sobre os “Ecosistemas políticos e a participação das mulheres no campo político” serão abordadas discussões referente a participação histórica das mulheres neste campo e a sua participação nas eleições brasileiras nos anos de 2018 e 2020. Compreendo que o ponto nevrálgico na história da construção das sociedades modernas foi uma omissão histórica da mulher como protagonista do discurso político.

Com maior profundidade trataremos destas discussões a partir da história da participação das mulheres no campo político. Seus desafios e rupturas, avanços e retrocessos serão discutidos para avançarmos nos questionamentos até aqui apresentados. Reflexões importantes para compreender a construção histórica e política do Brasil e da América Latina.

No quarto capítulo sob o título de “As estruturas e nuances do campo político paranaense: Contribuições para o debate sobre genealogia e nepotismo”, tem como proposta dialogar sobre os espaços de poder e sua construção histórica e política no

Brasil. O campo político paranaense sempre foi e continua sendo na atualidade um campo desigual, assimétrico e com lutas acirradas por poder e acúmulo de capitais por parte de famílias tradicionais e dominantes. Um campo envolto por simbolismos.

Contudo uma parte considerável deste campo político foi e é de resistência e militância a uma ordem pré-estabelecida, e os seus atores estão em constante movimento diante dos interesses antagônicos das classes dominantes. Na atual conjuntura política paranaense, é cada vez mais significativa a presença da resistência por parte dos atores políticos e sociais e a relação íntima que se estabelece entre os espaços privados e públicos traduzidos nas famílias históricas é inigualável expressão na política regional e nacional. (GOULART, 2018).

Portanto, a centralidade da família quando observamos o fenômeno do nepotismo e suas genealogias longevas permitem a compreensão da construção dos estados brasileiros, a partir da tradicionalidade das esferas públicas. A família, segundo Goulart (2018), na percepção política acaba sendo uma chave importante para compreensão das relações de poder no Brasil e no estado do Paraná, e no funcionamento das instituições que se estabelecem no jogo político.

Logo, tanto as discussões sobre o nepotismo quanto sobre as genealogias⁴ são instrumentos de análise das relações de poder político e de parentesco tecem a perspectiva sociológica das origens e continuidades familiares e das estruturas sociais e políticas. Esta construção familiar e sua permanência nos campos de poder, permitem compreender a metamorfose⁵ pela qual a burguesia brasileira se utilizou por décadas para a sua permanência no campo de poder. As mulheres⁶, portanto, apresentam um papel central nas primeiras formações das genealogias brasileiras.

A investigação das redes familiares proporcionam, portanto, uma tarefa instigante para a apreensão das lógicas do jogo e do campo. Entendendo que a

⁴ As questões da metodologia genealógica envolvem analisar os perfis políticos e sociais dos integrantes das famílias de nomes e sobrenomes relevantes no campo político, econômico e social do estado paranaense e também a nível nacional. Assim sendo, a descrição das famílias são objetos centrais de análise e sua rede familiar torna-se uma característica interessante para os estudos debatidos nesta dissertação.

⁵ Segundo Oliveira, para compreendermos os processos de “metamorfose burguesa”, onde as famílias dominantes e históricas detêm a capacidade de atravessar e adaptar-se por gerações nas instituições sociais e políticas, utilizaremos como metodologia a análise da genealogia como principal mecanismo de pesquisa empírica. (OLIVEIRA, 2001; 2012; 2015; 2016; GOULART, 2018).

⁶ As mulheres ameríndias, as companheiras e matriarcas ao lado dos primeiros patriarcas genealógicas brasileiras. Caramuru (Bahia), João Ramalho (São Paulo), Albuquerque (Pernambuco), todas as grandes genealogias regionais do Brasil Colonial começam com a conexão das reais e místicas mulheres indígenas transmitindo e associando as estruturas de poder nativas, com os primeiros genearcas brasileiros. As heranças tupis com a presença dos portugueses.” (OLIVEIRA, 2016, p.18).

genealogia dos poderosos é uma estrutura social organizada, estruturada para agregar vários indivíduos e grupos familiares em complexas redes de parentesco. (OLIVEIRA, 2009).⁷

O capítulo quinto discutiremos a construção da trajetória e do *modus operandi* das famílias e dos atores políticos paranaenses. As parlamentares mais proeminentes do estado paranaense, Gleisi Hoffmann e Cida Borghetti são a chave para o mapeamento destas relações de poder político e familiar. Sob o título “Poder político e relações de parentesco na trajetória, na identidade e na tradição política do estado do Paraná”, apontamos como este campo é marcado por fortes características de endogenia⁸.

No campo político em questão os cargos e cargos eletivos podem ser ocupados, portanto, pelas mãos e bênçãos de seus cônjuges, dos seus pais ou outros familiares. Contudo, a longa história política e social brasileira traz em suas raízes originárias a desvantagem para o ingresso e para a trajetória das mulheres na política partidária. Um espaço marcado pelos valores, pensamentos, recursos e instituições pautados pela hegemonia patriarcalista.

Mesmo as representantes femininas que obtiveram em suas histórias as vantagens e privilégios de classe como os capitais matrimoniais, econômicos, culturais de outros familiares tiveram que redescobrir-se no jogo político dominado pelas oligarquias e pelo patriarcalismo. O recrutamento e a trajetória na vida pública traz em seu cerne grandes desafios e as mulheres escolhidas para esta discussão são exemplos de personalidades que alcançaram projeção e destaque no cenário político nacional e regional mesmo diante de impossibilidades e desafios.

Por isso a sua relevância empírica onde os discursos políticos fizeram parte deste capítulo com o intuito de observar tais posturas e contradições, mas também revelar que em alguns posicionamentos das parlamentares pesquisadas refletem os espectros ideológicos dominantes na qual elas ocupam como agentes políticos. E por fim apresentamos as considerações finais que refletem pontos centrais das discussões desta pesquisa empírica desenvolvida no Programa de Pós-graduação da UFPR.

⁷A família de Jânio Quadros representa mais um dos exemplos típicos de grupos que obtiveram capitais sociais e políticos importantes para se manterem em posições importantes ao longo do tempo e de várias gerações. No Paraná, os Quadros, sobretudo os tios e tias de Jânio, conseguiram assegurar bons matrimônios e também acumularam formação superior entre seus membros, haja vista Gabriel de Quadros, pai de ex-presidente da República, que conseguiu acumular três profissões ao mesmo tempo, sendo técnico engenheiro agrônomo, farmacêutico e médico. (OLIVEIRA, GOULART, 2018, p.300).

⁸ Substâncias e processos endógenos são aqueles que originam-se de dentro de um organismo, tecido, ou célula. Elementos virais endógenos são sequências de DNA derivadas de vírus que estão ancestralmente inseridos nos genomas de células germinativas. (Wikipedia.org).

CAPÍTULO II

PIERRE BOURDIEU E BERNARD LAHIRE E SUAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO METODOLÓGICAS

Nunca será demais repetir que a ilusão do natural e a do “sempre assim”,
juntamente com a amnésia da gênese, na qual elas se enraízam, tornam-se
obstáculos ao conhecimento científico do mundo social.
(BOURDIEU citado por GOULART, 2014, p.27).

Pierre Bourdieu e Bernard Lahire contribuíram para a compreensão do mundo social e suas discussões teórico metodológicas sobre o ethos político, trajetórias e as relações familiares com este campo influenciaram as perspectivas sociológicas. Os principais conceitos utilizados por estes intelectuais como habitus de classe e patrimônios individuais de disposição, são utilizados na atualidade como base epistemológica na esperança de trazer à luz considerações para questões como familismo na política e trajetória dos agentes políticos.

Portanto, de todos os intelectuais franceses contemporâneos, Pierre Bourdieu⁹ é sem dúvida o mais conhecido autor do século XXI, produzindo obras relevantes, atuais, sistemáticas cuja contribuição teórica-metodológica e epistemológica alcançou diversas áreas do conhecimento. Trazendo novas perspectivas e chaves para uma apurada compreensão desta sociedade e de suas relações sociais.

Sua produção acadêmica é estudada e discutida por educadores, pedagogos, historiadores, cientistas sociais entre outros. Sua sagacidade construiu uma sofisticada

⁹Pierre Félix Bourdieu nasceu em 1 de agosto de 1930, em Denguin, no vilarejo de Lasseube, região rural do Béarn, situada nos Pirineus Atlânticos franceses, próximo à Espanha, onde viveu sua infância. Faleceu em 23 de janeiro de 2002, na cidade de Paris. Sua mãe, Noémie Bourdieu, também proveniente do meio rural da região de Béarn, era filha caçula de uma importante família de fazendeiros da região, onde estudou somente até os dezesseis anos de idade. O seu pai Albert Bourdieu, era de origem camponesa, foi agricultor e posteriormente, funcionário público na função de carteiro. Entretanto, não concluiu a sua educação formal. No Liceu da cidade Pau no interior da França, Pierre Bourdieu frequentou o internato e completou a escola básica, o que permitiu ser admitido no Liceu Louis-le-Grand em Paris. Uma escola de renome para a preparação das chamadas Grandes Écoles, as escolas da elite francesa. Bourdieu foi admitido na École Normale Supérieure (ENS), em 1951, graduando-se em 1955, em Filosofia. Foi durante o serviço militar, de 1955 a 1960, na Argélia, que Pierre Bourdieu presenciou uma guerra de independência sangrenta entre os colonizadores franceses e o povo argelino. Neste período desempenhou tarefas administrativas no Governo Geral e também lecionou na Faculdade de Letras da Universidade de Argel, onde realizou pesquisas etnográficas e estatísticas, ambiente na qual a metodologia foi sendo desenvolvida. Retornando à França por volta de 1960. Em novembro de 1962, Bourdieu casa-se com a socióloga, Marie-Claire Brizard, com quem teve três filhos: Emmanuel, Jérôme e Laurent. Em 1964, no Centro de Sociologia da Educação e da Cultura, foi diretor e nos anos de 1972 a 1973, foi membro visitante no Instituto de Estudos Avançados em Princeton, nos Estados Unidos. Participou de diversos comitês científicos e seminários nas Universidades de Harvard, Chicago nos Estados Unidos e na cidade de Berlim na Alemanha. (GRENFELL, 2018a).

perspectiva das relações sociais produzindo uma sociologia crítica voltada para a compreensão e para os avanços das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

Bourdieu, portanto, interessou-se pelos meandros da reprodução das hierarquias sociais e suas distinções e pelos mecanismos de dominação, também debruçou-se pelos vínculos entre os indivíduos e suas origens, suas práticas e preferências articulando dialeticamente a estrutura da sociedade e o agente social inseridos no contexto dos espaços sociais. Para Bourdieu, “o conjunto das ações e das reações tendentes a conservar ou a transformar a estrutura”, está na possibilidade e na capacidade de distribuição desse poder que possui o agente a cada momento. (BOURDIEU, 2003, p.40).

Bernard Lahire¹⁰ é um dos atuais expoentes da sociologia francesa que busca não somente a continuidade da tradição sociológica de Pierre Bourdieu, mas também a sua crítica. Desenvolve a sociologia disposicionalista e contextual que compreende o modo como os indivíduos manipulam os seus patrimônios de disposições conforme a pluralidade de seus contextos e como apreendem o mundo social. Desenvolveu discussões nas áreas da educação, da cultura e da literatura. Sua base empírica foi desenvolvida pelo conceito de ator plural, uma perspectiva sociológica individual, que se funde no conceito bourdieusiano de habitus. (AMÂNDIO, 2014). Lahire também desenvolveu questões sobre a forma como os indivíduos incorporam o mundo social, a partir da sua socialização e de que forma este indivíduo está socialmente inserido. Suas contribuições à Sociologia Contemporânea abrigam uma nova perspectiva metodológica.

As discussões sobre os aportes teórico metodológicos de Pierre Bourdieu e Bernard Lahire visam compreender e analisar as construções das trajetórias políticas das parlamentares Gleisi Hoffmann e Cida Borghetti. São mulheres que na política do estado paranaense e no Brasil contribuíram para delinear este campo político.

Na história recente da política brasileira a conquista pela cidadania feminina nas esferas do poder demonstra a relevância destas duas mulheres brasileiras. Em

¹⁰Bernard Lahire de origem popular, foi professor de sociologia em uma grande École française a Université Lumière Lyin 2 de 1986 a 2000. Nascido em Lião, em 1963, Lahire é formado na tradição sociológica de Pierre Bourdieu, contudo nunca foi seu aluno. Orientando de doutoramento de Guy Vicent, aprofundou-se nas obras de Maurice Merleau-Ponty. Aos 31 anos torna-se professor das universidades obtendo o seu título como o mais jovem intelectual a receber tal atribuição, a mais alta qualificação acadêmica. Desenvolveu a teoria da ação nos diálogos sobre a cultura escrita na educação nos anos 80 e 90, em O Homem Plural. (AMÂNDIO, 2014).

campos opostos e antagônicos construíram suas trajetórias em estradas distintas, contudo com muitas semelhanças em diversos aspectos.

Sendo assim, as abordagens epistemológicas da Teoria da Prática que auxiliaram e delimitaram os objetos de pesquisas foi desenvolvida por Bourdieu teve suas origens nos dados coletados de suas pesquisas sobre cultura e educação na década de 1960, resultado das suas investigações empíricas realizadas na Argélia e em Béarn. Em suas pesquisas analisou a íntima relação entre sociedade e indivíduo e as relações de poder estabelecidas sob forte influência da antropologia cultural.

Contribuições teóricas que demonstram a relação dialética entre as condutas individuais dos agentes impulsionadas e adquiridas socialmente a partir do habitus e das relações objetivas. Sua teoria é essencialmente uma Teoria da Ação para a pesquisa empírica, onde os seus conceitos devem ser usados dialeticamente compreendendo que as relações estruturais construídas pelas relações objetivas nas quais tendem a reproduzi-las e atualizarem-se nos espaços sociais. (BOURDIEU, 2003).

Bourdieu dedicou-se a perceber o elo entre indivíduo e a sociedade, pois interpretou a Sociologia como um campo científico avançado. (BOURDIEU, 2000). Ao sociólogo, portanto, possui a incumbência em descortinar as estruturas sociais, e cabe à sociologia avaliar as atribuições que foram forjadas empiricamente e que auxiliam na compreensão e na construção da análise desta realidade social. (MONTEIRO, 2018).

Bourdieu, desenvolveu uma sociologia onde empreendeu mecanismos para compreender quais os meios lógicos da dominação que se perpetuaram no interior das classes sociais. (CATANI, 2007, p.74 citado por MARTINEZ; CAMPOS, 2015, p.3). Propõe, portanto, que a Sociologia avance na busca da percepção da interiorização do processo analítico e incentiva que o pesquisador utiliza como aporte teórico os conceitos por ele desenvolvidos como o de habitus, campo, jogo, subcampo, capitais dentre outros para a compreensão da ação do agente nos espaços sociais.

Para que isto possa acontecer é necessário, portanto, que o sociólogo¹¹ supere “algumas das antinomias existentes no interior das ciências sociais, tais como a oposição entre estrutura e ator, o dilema entre subjetivismo e objetivismo.”. (Bourdieu citado por MARTINS, 1994, p.181).

¹¹Superar em sua visão, essas oposições artificiais não derivam de operações lógicas e/ou epistemológicas constitutivas da prática científica, mas emanam de disputas entre escolas e tradições, existentes no interior desse campo, que lutam para erigir suas concepções particulares como realização de uma verdadeira prática científica, ou seja, constituem a expressão sócio-lógica de espaços sociais estruturados em torno de visões dualistas que acabam por produzir profissões de fé e emblemas totêmicos, dilacerando as explicações fornecidas pelas ciências sociais. (BOURDIEU citado por MARTINS, 1994, p.181).

A metodologia bourdieusiana é por consequência uma ferramenta de análise que realiza uma leitura clara que transcende as palavras escritas, um refinamento do olhar do pesquisador para o seu objeto empírico.

Destarte, que a Praxiologia ou a Teoria da Prática é percebida como

O processo dialético de interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade. A praxiologia, assim, permite investigar as relações entre os planos subjetivos e objetivos, entre as escolhas, apreciações e a localização sincrônica e diacrônica dos agentes no espaço social. (BOURDIEU, 2002, p.163).

O conhecimento bourdieusiano apresenta-se, conseqüentemente, como uma teoria sociológica cuja reflexão entre o agente social e a estrutura social acontece por meio de uma discussão dialética.

Contudo, vale lembrar que as ações dos agentes sociais não são neutras e, portanto, são uma série de interesses em disputa que estão em jogo. Na abordagem teórica bourdieusiana o agente social possui estratégias e interesses de ações baseadas de acordo com o seu habitus. O que se traduz no sentido do jogo, na representação da lógica da ação e da possibilidade de agir sobre ela.

Cabe à sociologia forjar atribuições empiricamente comprovadas e que auxiliam na compreensão e na construção da análise desta realidade social. Por meio do conceito marxista de dominação, a realidade é observada nas práticas mais simplórias do dia a dia dos indivíduos como comer, beber ou escolher uma vestimenta. Como Bourdieu observa em “Razões Práticas: Sobre a teoria da ação”, são práticas distintas e distintivas, geradoras dos habitus.

Bourdieu, portanto, desenvolveu uma sociologia da prática onde empreendeu mecanismos para de compreensão dos meios lógicos da dominação que se perpetuaram no interior das classes sociais.

A metodologia bourdieusiana é por consequência uma ferramenta de análise que realiza uma leitura clara que transcende as palavras escritas, um refinamento do olhar do pesquisador para com o seu objeto empírico, uma teoria essencialmente voltada para uma teoria da ação. Logo, Bourdieu percebeu esta íntima conexão entre o agente social e as suas relações e propôs, portanto, que o pesquisador realizasse uma ciência voltada para as questões da prática.

Suas reflexões dão início ao conhecimento de uma sociologia onde, as problemáticas teóricas concentram-se na mediação entre a sociedade e os agentes

sociais. Busca deste modo, a ligação entre a história e o homem, visando estratégias para compreender o modo como os indivíduos são percebidos na sociedade com base nas trajetórias desenvolvidas por estes indivíduos. (ORTIZ, 2003).

O conhecimento praxiológico tem como objeto “não somente o sistema de relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações dialéticas entre essas estruturas objetivas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las”. (BOURDIEU, 2003. p.08.).

Desta forma, a compreensão do jogo como uma transformação para a compreensão das práticas sociais e de seus agentes. O que fortalece a percepção dos jogadores em aderirem e principalmente permanecerem jogando. Portanto, a ação social deve ser entendida como resultado destas relações entre estrutura as subjetivas e objetivas, mediadas pelo habitus.

Assim sendo, o agente age por meio das estratégias utilizadas entre a sua posição no espaço social¹² ou no campo e na sua internalização com este campo, ou seja uma relação íntima com o campo político, com o campo artístico, com o campo cultural, etc., sempre levará em consideração o habitus do jogo social a qual ele está inserido.

De acordo com os conceitos teóricos elaborados por Bourdieu podemos considerar a prática dos agentes nos campos à qual desempenham a sua trajetória como o resultado dos seus habitus adquiridos e incorporados. A prática é de certa forma autônoma, pois sendo produto de uma relação dialética entre uma situação e um habitus compreendemos a intencionalidade deste agente. (BOURDIEU, 2003; 2011).

Observando atentamente estas intencionalidades nas relações familiares dos parlamentares Paulo Bernardo e Gleisi Hoffmann que ao se casaram na década de 80, estruturaram laços matrimoniais. Laços que possibilitaram a acumulação de diversos capitais. Como os capitais econômicos, políticos e/ou simbólicos e que juntos possivelmente redirecionaram para redefinir o jogo e o campo político de suas trajetórias.

A prática, portanto, manifesta-se a partir do habitus dos agentes sociais, a expressão deste agente nos espaços sociais por ele ocupados refletem a intencionalidade de suas práticas e da classe social à qual pertencem. Considerando, portanto, o conceito habitus como “princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas

¹²A noção de espaço social é utilizado por Bourdieu para se referir ao sistema formado pelo conjunto das posições sociais ocupadas pelos agentes em uma dada formação social. (CATANI, 2017, p.178).

e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas.” (BOURDIEU, 2011, p.22).

O habitus também pode mediar os diálogos entre os indivíduos e a sociedade. Na estrutura da vida social os habitus são um sistema de disposições transferíveis e duráveis, “que ao incorporar as experiências passadas assegura a interiorização da exterioridade e adequa a ação do agente à sua posição”. (BOURDIEU, 2003 p.13).

Pode ser compreendido também pelos valores, pela cultura, pelas posturas que constituem o ethos, ou seja, permite compreender como as pessoas se vestem, se alimentam, a forma e o porquê de tais práticas. Assim, o agente é compreendido por dois princípios, sendo um histórico e outro pelo conhecimento adquirido por este agente social, ao longo de sua trajetória.

Este princípio quando observado identifica o agente e seus interesses e distinções. A ex-governadora do estado do Paraná Cida Borghetti ao comentar o seu dia a dia de político e mulher na revista TopView em 2018, comenta:

Com a agenda e a cabeça cheias, a governadora tenta arranjar tempo para se cuidar. Durante as pausas de uma entrevista à rádio JOVEM PAN, tentava encaixar consultas com a nutróloga. “Faço questão de não descuidar de uma alimentação saudável. Para atividades físicas, confesso que ando sem tempo, o que não me deixa feliz.” O cargo, garante, não fez a vaidade desaparecer. (SOUSA, 2018).

Demonstrando simbolicamente a prática da distinção e de sua classe social como princípio gerador e unificador que se apresenta intrinsecamente no interior de uma classe social. O seu habitus, desta forma apresenta-se como uma posição unívoca de um estilo de vida, de práticas e de posições.

O reflexo das posições sociais é simbólica e reflete o habitus desta classe, apresenta-se tanto coletiva como individualmente, é apresenta-se na sutileza das práticas independentemente do espectro político que este agente social pode ocupar na sociedade.

O habitus desempenha este conjunto de princípios ou de premissas transferíveis que estruturam a organização da vida social, suas experiências passadas estruturam as futuras. O habitus, portanto, é estruturado tanto pelo passado quanto pelas circunstâncias atuais, também é estruturante, pois auxilia, molda o futuro e as práticas atuais.

Por não ser aleatória, compõe um conjunto de práticas, percepções e apreciações dos espaços da sociedade e segundo a lógica bourdieusiana, o nome e sobrenome, as instituições escolares frequentadas são representações e sinais distintivos e distintos que estão entrelaçados com o campo ocupado por agentes ou pelos seus familiares. Estes espaços sociais ocupados são indissociáveis do habitus de classe.

A estrutura do campo pode ser apreendida tomando-se como referência dois pólos opostos: o dos dominantes e o dos dominados. Os agentes que ocupam o primeiro polo são justamente aqueles que possuem um máximo de capital; em contrapartida, aqueles que se situam no pólo dominado se definem pela ausência ou pela raridade do capital social específico que determina o espaço em questão. (ORTIZ, 2003, p.21).

Estes sistemas de disposições moldam e são modelo simultaneamente das representações de classe e dos futuros capitais que estes agentes podem acumular durante a sua trajetória e a possibilidade de transmiti-lo a gerações futuras.

E para uma análise aprofundada do mundo social é interessante apreender os conceitos interdependentes e construídos como campo, habitus e capital. À vista disso, Bourdieu considera que a relação entre campos sociais e habitus são primordiais para a compreensão da teoria da prática. (Bourdieu, 2008).

Bourdieu compreende que os atores participam da construção das regularidades e das reproduções que estão presentes no seu contexto social. Para melhor compreender as ações dos agentes no mundo social Bourdieu utilizou dos aportes conceituais de habitus e campo.

Em síntese, para Bourdieu os aportes teóricos são ferramentas para transpor problemas práticos em ações empíricas concretas, produzindo resultados distintos para compreender o mundo e suas práticas sociais. Sendo possível, desta forma buscar entendimento dos mecanismos de ascensão social que cada agente político estudado conquistou em sua trajetória social. Nos aportes bourdieusianos, é possível buscar e traçar a “posição do agente no campo e a conversão de capitais delineadas a partir de suas estratégias políticas que são estruturadas” pelos habitus e práticas destes agentes. (Bourdieu, 2008).

Destarte, os conceitos elaborados por Pierre Bourdieu servem como aportes metodológicos consistentes para a compreensão e mapeamento da trajetória e da ação,

da prática, do recrutamento e dos habitus das parlamentares Gleisi Helena Hoffmann e Maria Aparecida Borghetti.

Contudo, o fato dos agentes agirem de acordo com o que é mais previsível diante de sua posição social não significa que ele agiu mediante regras explícitas de comportamento. Gleisi Hoffmann e Cida Borghetti enquanto agentes sociais e políticos participam dos processos de reprodução presentes no contexto social que estão inseridos e segundo Bourdieu, os agentes possuem um conhecimento prático sobre os acontecimentos e assim definiriam os cursos das suas ações que mais fossem convenientes com sua origem social para compor e completar com sucesso a sua trajetória nos campos à qual atuam.

Assim, os agentes sociais¹³ podem ser considerados em suas relações objetivas como regentes das estruturas da sociedade na qual estão inseridos e, portanto, refutando a ideia de que os agentes e suas ações buscam somente os interesses econômicos e a obtenção do lucro.

Logo, na abordagem teórica bourdieusiana o agente social possui estratégias e interesses de ação baseadas de acordo com o seu habitus, que se traduz no sentido do jogo, na representação da lógica da ação e da possibilidade de agir sobre ela. (MONTEIRO, 2018).

Para Bourdieu, a conservação ou a transformação das estruturas está no conjunto das ações desempenhadas pelos agentes sociais e na possibilidade e na capacidade de distribuição desse poder que possui cada momento.

Suas reflexões dão início, portanto, ao conhecimento de uma sociologia onde, as problemáticas teóricas concentram-se na mediação entre a sociedade e os agentes sociais. Busca um conhecimento que traduza a ligação entre a história e o homem, visando estratégias para compreender o modo como os indivíduos são percebidos na sociedade com base nas trajetórias desenvolvidas por estes indivíduos. (BOURDIEU, 2003).

Assim sendo, o agente age por meio das estratégias utilizadas entre a sua posição no espaço social ou no campo e na internalização podendo na medida que atua no campo, tanto transformá-lo como reproduzi-lo, pois a sua lógica pode ser traduzida

¹³Bourdieu percebeu uma íntima conexão entre o agente social e as suas relações e propôs, portanto, que o pesquisador realizasse uma ciência voltada para as questões da prática. (GRENFELL, 2018b). Pois, no que tange os estudos na cidade africana da Argélia, Bourdieu constatou como os subproletariados argelinos, por exemplo, possuíam habitus dilacerados pelas tensões e contradições impostas pelos condicionamentos da dominação francesa. O fato aponta, assim, para o entendimento de que o habitus não se configura em algo fechado, intransponível, adaptado e, tampouco, coerente. (MONTEIRO, 2018).

ao mesmo tempo por campo de lutas e de forças que tem como propósito a transformação do campo de força. (BOURDIEU, 2003).

O que se evidencia no habitus bourdieusianos, pois capta o modo como as pessoas respondem as solicitações, a criatividade do meio social. (CATANI, 2017, p.214).

Logo, podemos considerar que o conceito de habitus se traduz em um

Sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente regulamentadas e reguladas sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade de projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-los, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro. (BOURDIEU citado por ORTIZ, 2003, p.15).

À vista disso, como princípio gerador e unificador que translada as características intrínsecas de uma classe social, o habitus se apresenta como “uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas.”. (BOURDIEU, 2008, p.21-22).

Estes habitus de classe apresentam-se na esfera familiar tanto de Cida Borghetti quanto de Gleisi Hoffmann. Como exemplo podemos citar uma entrevista à Revista IstoÉ, de Paulo Bernardo, ao comentar o lazer da família Silva-Hoffmann.

Por isso, o casal tenta preservar as atividades familiares dos fins de semana, com as visitas de sempre ao Park Shopping e ao Shopping Iguatemi e as sessões caseiras de filmes infantis. Eles têm hábitos simples. Costumam frequentar o restaurante Francisco, na Academia de Tênis, e a Avenida Paulista, onde Gleisi gosta de comer pizza. (REVISTA ISTO É, 2011).

Pois, o estar em família e suas atividades mais simples estão inseridos em um conjunto de valores familiares que pertencem a um determinado grupo. O seu “estilo de vida” familiar, a qual os “Hoffmanns” pertencem, está no âmago das suas estruturas familiares.

Para Bourdieu (2011), nos agentes sociais este sistema de disposições moldam e são modelo simultaneamente das representações de classe e dos futuros capitais¹⁴ que

¹⁴A terminologia capital, tomando por base o conceito bourdieusianos que o deriva da noção econômica, em que o capital é um tipo de estoque de elementos que podem ser possuídos por um indivíduo, se acumula por operações de investimento, se transmite por herança e pode ser transmitido de geração em geração de maneira variável e dependente de contextos sociais. O valor relativo dos diferentes tipos de

estes agentes podem acumular durante a sua trajetória e a possibilidade de transmiti-lo a gerações futuras.

Onde “é por meio do habitus, que os valores e interesses familiares e de classe são inculcados e reproduzidos, tornando muitas das práticas de perpetuação do poder e da dominação, estratégias opacas, aceitas e naturalizadas”. A classe à qual pertencem as famílias dominantes tornam alguns hábitos naturalizados e ressignificados o que o torna estruturas estruturantes de um grupo¹⁵. (PODLASEK, 2020, p.291).

Já para Bernard Lahire (2017b), no entanto defende uma abordagem metodológica que protagoniza a individualidade, pois segundo este autor os processos de diferenciação são os princípios da sociedade moderna do século XX. Para Lahire o indivíduo circula por esferas sociais diversas sendo necessário observar a construção que realiza sobre si.

Partindo de uma Teoria Disposicional da ação onde o protagonista é o indivíduo, Lahire observa atentamente os processos de socialização que possuem um peso sobre os moldes da subjetividade individual pelo qual estes indivíduos estão expostos e pela qual são incorporadas. (ALVES, 2016).

No mundo social estes indivíduos e voltam-se para as suas ações e para as suas influências que são recebidas durante a sua trajetória de vida. As trajetórias individuais nos proporcionam a dimensão correta das experiências dos agentes nas tomadas de decisões, bem como apresentam a posição que estes agentes percorreram ao longo das suas trajetórias.

Na sociologia disposicionalista de Lahire as percepções adquiridas pelos indivíduos ao longo de suas vidas são utilizadas como pontes para identificar-se no mundo social, pois são acontecimentos do passado acumulados durante toda a sua trajetória. Estas informações ou acontecimentos pelo qual os indivíduos armazenam são evocados pelo presente para servi-los de base para as suas decisões e compreensões do mundo social. Onde os processos de socialização estão incorporados, a partir das suas experiências sociais. (Lahire, 2017).

capitais propicia um fator de lutas simbólicas e é determinado pelo volume e pela qualidade do capital que o agente detém. (BOURDIEU, 1992).

¹⁵Conjunto de predisposições e valores dos indivíduos e do seu grupo social, a partir do “estilo de vida” ao qual pertencem, e as formas com que travam as relações de socialização com os demais grupos e indivíduos. É por meio do habitus, que os valores e interesses familiares e de classe são inculcados e reproduzidos, tornando muitas das práticas de perpetuação do poder e da dominação, estratégias opacas, aceitas e naturalizadas, dentro do grupo que o produz e reproduz. Da mesma forma que fornece orientações para a ação nem sempre consciente dos agentes, o habitus também é ressignificado por esses indivíduos, daí a noção de estrutura estruturante e estruturada do conceito. (PODLASEK, 2020, p.291).

Os casamentos dos Hoffmann e dos Borghetti são evidências destas pontes de socialização que unem os propósitos e as relações de poder existentes nas famílias tradicionais e portanto, segundo Lahire é imprescindível percorrer todo o processo das trajetórias dos indivíduos, compreendendo as socializações passadas e trazendo à luz as atuais socialização destes indivíduos e o modo como percorrem o mundo social. Neste contexto, em “Homem Plural”, Lahire concretiza seus aportes metodológicos atualmente conhecidos como a “Sociologia à escala individual”. (AMÂNDIO, 2014).

Os indivíduos em diferentes momentos e contextos são acompanhados em suas ações podendo inclusive ser examinados no intuito de compreender as variáveis lógicas que afetam as práticas desses atores. (LAHIRE, 2002).

Compreende desse modo que a incorporação do social pelos indivíduos também é um ato sociopolítico. Sua sociologia traz “à tona as variações individuais de esquemas de ação (disposições) assimiladas pelos atores no decorrer de suas vidas”, ou seja, novos processos de socialização podem origina-se novos quadros de disposições por parte dos indivíduos sociais que dependerão de contextos para as novas ações que conduzirão estes indivíduos à novas práticas. (RODRIGUES, 2018).

O objetivo do autor de “O Homem Plural” (2002), é demonstrar que o social se faz presente nos indivíduos e que a dicotomia indivíduo e sociedade é falsa. Segundo este autor, o olhar do pesquisador volta-se para a compreensão dos grupos, das classes sociais, por exemplo, deixando de certa forma de observar os indivíduos e suas práticas ordinárias, pois, os indivíduos vivem “experiências variadas, diferentes e, por vezes, contraditórias. Um ator plural é, portanto, o produto da experiência – muitas vezes precoce – de socialização em contextos sociais múltiplos” (LAHIRE, 2001, p. 46, citado por RODRIGUES, 2018, p.32).

Assim, o ator possui uma determinada quantidade de patrimônio de esquemas de ação que serão utilizados por ele e que são incorporados e adquiridos a partir de suas experiências sociais. Que poderão ser utilizados nas mais diversas situações de sua trajetória. Como Bourdieu, a família para Bernard Lahire tem em seus aportes metodológicos uma atenção especial. Pois, sendo um espaço primário de socialização os esquemas de ação individual são colocados a prova e alguns habitus também serão praticados.

Um espaço de heranças imateriais e materiais que serão incorporadas pelos indivíduos sociais. Destarte, Lahire apresenta na sua Teoria Disposicional da Ação cinco pontos fundamentais que refletem os caminhos metodológicos percorridos por

suas reflexões. O campo, por exemplo, Lahire não o considera universal e, portanto, em seu entendimento só possui sentido em sociedades diferenciadas. Porém, mesmo em sociedades diferenciadas os campos podem ser considerados como universos próprios das classes dominantes. Lahire, propõe que este indivíduo social seja compreendido nas esferas multideterminadas e multissocializadas. (Lahire, 2017).

Contudo para Bourdieu, a incorporação do habitus de classe mediado pela socialização produz nos indivíduos o sentimento de pertencimento de classe, incorporando a classe que compartilham no interior deste grupo no qual pertencem, pois o habitus permite o surgimento nos indivíduos de um Ser Social.¹⁶ (GRENFELL, 2018b).

Assim sendo, ao propor uma sociologia em escala individual, Lahire examina a noção de disposições dos indivíduos em várias situações que este se insere no mundo social. Para este autor (2017), os indivíduos socializados tendem a interiorização de seus hábitos, sejam eles culturais, intelectuais e outros, e não necessariamente ter o desejo de realizá-los e podem chegar a não serem atualizados, senão por meio das coações.

Assim, é pela diferenciação de nosso mundo contemporâneo e por conta de os indivíduos dessas sociedades serem portadores de disposições e capacidades (mais ou menos) plurais que eles podem viver essas pequenas ou grandes preocupações que, às vezes, terminam por atormentar suas existências. Essas desgraças e mal-estares socialmente produzidos são, ainda, objetos de estudo privilegiados para uma sociologia em escala individual. (LAHIRE, 2017, p. 72).

No que concerne às trajetórias individuais podem ser entendidas como uma forma particular dos agentes percorrerem os espaços sociais e das suas relações estabelecidas onde para cada posição alcançada muitos outros caminhos foram excluídos. Conforme suas estratégias políticas são aplicadas no mundo social surgem uma transmutação dos capitais conquistados¹⁷ por estes agentes que poderão ser usados ou deixados como herança¹⁸.

¹⁶Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produz habitus, sistemas de disposições duradouros e transponíveis, estruturas estruturantes dispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio geradores e organizadores de práticas e representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objeto sem supor a visada consciente de fins e o controle expresso das operações necessárias para atingi-los, objetivamente reguladas e regulares, sem ser em nada o produto da obediência a regras e sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro.”. (BOURDIEU citado por BONNEWITZ, 2003, p.77).

¹⁷Na trajetória política da família Barros observa-se que o cargo de prefeito da cidade de Maringá foi ocupado quatro vezes pela família. Para o mandato de 1973-1976 Silvio Magalhães Barros ocupou o

Suas posições e conquistas no entanto são estruturadas pelo habitus no campo, e no centro dessas transmutações é que ocorre a herança política que em muitos casos podem ocorrer a partir dos matrimônios. Importante ressaltar que estas heranças são fundamentais para qualquer agente político e, portanto, interessante para compreendermos as trajetórias de Gleisi Hoffmann e Cida Borghetti.

Deste modo, os conceitos elaborados por Pierre Bourdieu e Bernard Lahire servem como aportes metodológicos consistentes para a compreensão e mapeamento da ação, da prática, do recrutamento e dos habitus das parlamentares estudadas nesta dissertação.

Sendo possível, desta forma buscar entendimento nos mecanismos de ascensão social que cada agente político conquistou em sua trajetória. Entretanto, para Lahire as disposições destes agentes diante dos processos de socialização faz com que suas trajetórias também sejam retroalimentadas pelos aprendizados que ocorrem durante todo o seu processo de internalização do campo.

Gleisi Helena Hoffmann é um exemplo, pois iniciou sua trajetória na vida pública no Grêmio Estudantil “Edson Luiz de Lima Souto”, do Colégio Nossa Senhora Medianeira em Curitiba nos anos 80. Seu futuro político adentrou na interiorização dos princípios que regem estes movimentos sociais e que a acompanharão por toda a sua trajetória política até os dias de hoje.

Segundo Bourdieu (2021), no entanto, somente quando compreendemos os fundamentos estruturais do campo é que poderemos captar o que acontece com o habitus dos agentes sociais. Sua eficácia está na íntima relação entre o agente e o habitus que o instiga a pensar, agir e decidir de determinada maneira. Assim, o indivíduo não pode desta forma descartar o seu habitus, pois ele está incorporado.

cargo; Ricardo José Magalhães Barros este no cargo de prefeito nos anos de 1989-1992; Silvio Magalhães Barros II, para os mandatos de 2005-2008 e 2009-2012. (PREFEITURA DE MARINGÁ, s/d).

¹⁸ Conceito tomado de empréstimo à economia, o capital é radicalmente repensado por Bourdieu, desde o início dos anos 1960, na perspectiva de uma economia geral das práticas que ele não cessará mais de aprofundar em seus trabalhos. O processo da transmissão hereditária do patrimônio é um dos modelos analíticos que lhe permitem operar uma dupla transformação: extensão (a zona de pertinência da noção é ampliada, em particular, à cultura) e, simultaneamente, redefinição profunda (a noção é desmonetizada e desvencilhada de qualquer a priori utilitarista, em uma perspectiva durkheimiano). Um capital é um recurso, segundo o modelo do patrimônio, isto é, um estoque de elementos (ou componentes) que podem ser possuídos por um indivíduo, um casal, um estabelecimento, uma comunidade, um país, etc. Um capital é também uma forma de segurança, especialmente do ponto de vista do futuro; tem a característica de poder, em determinados casos, ser investido e acumulado de modo mais ou menos ilimitado. (CATANI, 2017, p.101).

Desta forma, para assimilar cada momento da trajetória dos agentes, é necessário conhecer os seus habitus, “captar essas trajetórias em diferentes momentos”, e absorver os seus habitus em diferentes campos. (BOURDIEU, 2021, p.423).

As trajetórias políticas de Maria Aparecida Borghetti e Gleisi Helena Hoffmann podem traduzir este esforço para compreender os diferentes momentos percorridos pelos agentes. Cida Borghetti foi Deputada Estadual pelo Paraná quando estava filiada ao Partido Progressista (PP-PR) no período de 2002 a 2005 e Deputada Estadual, pelo Partido Progressista (PP) no período de 2006 a 2010. Gleisi Helena Hoffmann foi Senadora pelo estado do Paraná pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no período de 2011 a 2018. Suas decisões políticas e interesses as influenciaram em suas atividades partidárias. Para verificar sua atuação neste campo confira o anexo 25 sobre o biografia das trajetórias políticas da atual deputada federal Gleisi Helena Hoffmann e da ex-governadora Maria Aparecida Borghetti.

Segundo Bourdieu, esta prática possui uma relativa autonomia, pois ela é o resultado da relação dialética entre um habitus e uma situação. A prática dessa maneira manifesta-se a partir do habitus do agente social, sendo a expressão deste agente social nos espaços por ele ocupados. (BOURDIEU, 2003; 2011).

Diante disso, na construção das trajetórias políticas como elementos que permitem a legitimação e a diferenciação que Gleisi Helena Hoffmann observa que suas convicções políticas tiveram suas raízes durante a passagem pelo Colégio Medianeira onde segunda a parlamentar foi estudar: "Fui estudar no Medianeira e fui estimulada pelo próprio colégio a pensar politicamente. Entendi que a visão cristã de igualdade e fraternidade poderia se materializar por meio da ação política." (AYRES, 2011). Os campos são moldados de formas diferentes de acordo com o jogo que é jogado neles. Eles têm suas próprias regras, histórias, craques, lendas e erudição. (THOMSOM, 2018, p.98).

No entanto, nos espaços destinados à política o campo é regido por normas, tradições e se particularizam sendo um espaço que manifesta as relações de poder o que “implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de um quantum social que determina a posição que um agente específico ocupa em seu seio.” (Bourdieu, 1983, p.11).

As normas que regem as forças do campo¹⁹ podem entrar em desacordo com as disposições que os agentes incorporam, inclusive com suas trajetórias políticas. Os desacordos provenientes do choque entre as forças exercidas no campo têm suas origens nas condições objetivas, ou seja, nas condições econômicas, sociais, culturais e de disputas. O que formam o habitus do agente e moldam suas trajetórias e que permitem uma possibilidade de adaptação ao campo ao qual se encontram.

É salutar ressaltar que durante as trajetórias destes agentes suas disputas necessitam de uma “moeda” de troca e ou de compra o que para Bourdieu são formas de capital transformadas em “moeda” de troca. O capital econômico, o capital político, o capital cultural, o capital social, o matrimonial, o simbólico, entre tantos outros, possibilitam que este universo se concretize.

Cida Borghetti, conselheira da Itaipu Binacional em janeiro de 2022, indicou para assumir o cargo de diretor-geral da hidrelétrica o Almirante Anatalício Ridsen Júnior²⁰, paranaense, militar da reserva da Marinha do Brasil. (GIACOMETTI, 2022). Usufruidor da sua influência e capitais adquiridos após o seu casamento com Ricardo Barros, pode indicar um agente social de sua confiança.

Os capitais familiares estão interligados com as trajetórias políticas de ambas as parlamentares estudadas, pois em momentos diferentes de suas histórias políticas as parlamentares tiveram a presença de parentes próximos como cônjuges, pais, irmãos na ocupação de cargos políticos.

Ao detentor desse capital a vantagem sobre o funcionamento do campo de poder político, a valorização de seu sobrenome compõe certo valor, uma visibilidade devido a uma rede de contatos políticos que operam neste campo e que favorecem a sua trajetória política. Famílias políticas cujas relações familiares são detentoras de capitais e que controlam redes de relações duradouras de lealdade e compromisso e por vezes hereditárias. São um traço marcante que caracteriza a elite política brasileira e as

¹⁹Um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço, que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias. (BOURDIEU, 1997 citado por THOMSOM, 2018, p.104).

²⁰“Anatalício Ridsen Junior, tem 64 anos, nasceu em Curitiba e é militar da reserva, com mais de 40 anos na ativa de serviços prestados à Marinha do Brasil. Entre março de 2008 e agosto de 2015, foi diretor de Coordenação do Orçamento da Marinha. É bacharel em Ciências Navais, com especialização em Intendência para Oficiais; tem pós-graduação em Administração Financeira pela Escola de Pós-graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV). É mestre em Ciências Navais e doutor em Altos Estudos de Política e Estratégia – Marítimas.” (BESSA, 2022).

trajetórias de Gleisi Hoffmann e Cida Borghetti. (MIGUEL; MARQUES E MACHADO, 2015).

Para Miguel; Marques e Machado (2015), às pesquisas e estudos sobre a trajetória política das mulheres apontam que os capitais familiares são a rota de acesso aos cargos políticos sendo de grande relevância em suas trajetórias, desenvolvendo em muitos casos nos capitais matrimoniais.

Nos estudos do autor e crítico da teoria bourdieusiana Bernard Lahire, sobre as trajetórias dos agentes ou sua práxis, os indivíduos segundo este autor são o resultado dos processos de socialização à qual estão sujeitos durante toda a sua vida realiza uma internalização do habitus.

O indivíduo, portanto, identifica-se com as construções incorporadas de seu passado. Logo, a trajetória dos indivíduos é observada pelas influências dos espectros das instituições a qual pertencem. Na teoria lahireana ao olhar os indivíduos nos espaços sociais o presente é uma descrição das experiências vividas por estes indivíduos. (RESENDE, 2020).

A incorporação do social se dá ao longo da caminhada, na construção e reconstrução dos hábitos realizados pelos indivíduos a partir dos seus processos de socialização no interior de suas famílias e/ou dos campos a qual atuam.

As famílias Hoffmann-Silva e Netto-Barros constituem a origem dos processos de transferências de capital político e matrimonial do clã Borghetti-Barros e dos Hoffmann. Segundo Grill (2004), estas relações político-familiares são um marco de referência para a hereditariedade familiar. (GRILL, 2004, p.162 citado por GOULART, 2018).

Lahire considera que as trajetórias dos indivíduos tem como busca internalizar os processos de incorporação das disposições sociais, observando todas as esferas da socialização deste indivíduo. Seus quadros familiares, religiosos, escolares, profissionalizantes e muitos outros que compõem a sua biografia e a sua trajetória. Logo, os indivíduos em suas práticas incorporam as formas de disposições de sentir, crer e agir do mundo social.

Por fim, a incorporação do habitus de classe mediado pela socialização produz nos indivíduos o sentimento de pertencimento de classe, incorporando a classe que compartilham no interior deste grupo no qual pertencem, pois o habitus permite produzir nos indivíduos um Ser Social, como já foi mencionado como princípios geradores de distinções.

Bourdieu e Lahire são teóricos franceses da sociologia contemporânea que incorporam em suas análises metodológicas e em suas preocupações o pensar a prática dos indivíduos no mundo social. A superação das dicotomias encontradas nos aportes teóricos das Ciências Sociais são formuladas tanto em Lahire quanto Bourdieu. Pois, ambos buscam formular uma teoria disposicional da ação. Seus aportes teóricos são ferramentas para transpor problemas práticos em ações empíricas concretas, produzindo resultados distintos para compreender o mundo e suas práticas sociais.

CAPÍTULO III

ECOSSISTEMAS POLÍTICOS E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO CAMPO POLÍTICO BRASILEIRO

(...) Sociologia Política também se mostram fundamentais quando conjugados com abordagens típicas da Ciência Política e da História. Para o entendimento pleno do jogo político-partidário, dos resultados eleitorais e dos arranjos institucionais, além do mapeamento biográfico dos indivíduos que governam há tempos, deve-se levar em consideração as relações de parentesco, as conexões familiares e seus aportes genealógicos.

(GOULART, 2018, p.86).

As famílias dominantes têm como objetivos de classe garantir às gerações futuras a transmissão de capitais simbólicos, econômicos, políticos, sociais e culturais assegurando uma identidade distintiva, uma identidade de pertencimento. (BOURDIEU, 2011). Para Oliveira, as famílias dominantes são células desta oligarquia financeira e rentista que abdicou de qualquer projeto de nação para defender seus interesses mais imediatos. (OLIVEIRA, 2018).

Neste contexto, os nomes e sobrenomes desempenham esta lógica de identidade distintiva nas estruturas das classes dominantes. No campo político, segundo Oliveira (2012), a família é uma das mais importantes variáveis de análise sociológica definindo o perfil dos cargos políticos, a partir de suas conexões e relações de parentesco, atuando de forma decisiva nas instituições sociais e políticas.

Como modelo podemos citar a família tradicional do Paraná da parlamentar Maria Victoria Borghetti Barros Campos tornou-se presidente do Progressistas (PP) jovem em 2013. Assim como a sua mãe, Cida Borghetti sua filiação ao Partido Progressistas (PP-PR) aconteceu aos 16 anos de idade, onde presidiu a liderança da Juventude Progressista paranaense.

Logo, as relações familiares e políticas que une a classe tradicional e dominante ao poder permanecem por toda uma vida sendo retroalimentadas por gerações por meio de ecossistemas políticos próprios que mantêm e transmitem os valores herdados dos antepassados. O casamento, portanto, pode ser uma das estratégias que garantem os capitais matrimoniais herdados, o prestígio político e que podem

redirecionar uma trajetória no campo político. (CANÊDO, 2011; OLIVEIRA, 2016; GOULART, 2018).

Oliveira (2019), percebe que “em termos sociais não há somente posições ‘individuais ou meritocráticas’, nem apenas um ‘perfil de carreira técnica’, mas na maioria dos casos também existe uma ‘seleção social e familiar’, presente na obtenção e recrutamento aos principais cargos políticos, o que pode ser empiricamente investigado e medido.”. A família, portanto, organiza os comportamentos, os hábitos e os valores.

Este habitus de classe é fundamental para a criação de uma classe dominante, pois desde “a infância, a escolarização, a educação em todos os níveis, o aprendizado e reprodução dos códigos e linguagens sociais, a profissionalização, a existência de redes sociais e políticas dos sujeitos e atores sociais” são apreendidos por seus integrantes e internalizados por gerações. (OLIVEIRA, 2019, p.01).

Neste capítulo sobre Ecossistemas políticos e a participação das mulheres no campo políticos serão abordadas discussões referente a participação histórica das mulheres na política e a sua participação nas eleições brasileiras nos anos de 2018 e 2020.

3.1. ECOSSISTEMAS POLÍTICOS E O PATRIARCADO.

O conceito de ecossistemas para as ciências biológicas é definido como sendo “redes dentro de redes, que possibilitam que em cada organismo envolvido neste processo dialógico, sejam encontrados novos organismos vivos, com igual capacidade de influência e reprodução.” (HERRERA, 2018, p. 02.).

Estas discussões encontram-se inicialmente com maior frequência nas pesquisas realizadas nas áreas biológicas. Porém, o termo faz parte de vários aportes metodológicos em diversas áreas de conhecimento. Por exemplo, com a utilizado na área da inovação sob a perspectiva de Ecossistemas de Inovação. (PARAOL, 2019).

Tsujimoto realizou uma vasta revisão etimológica do termo ecossistema. Para este autor existem no mundo acadêmico quatro correntes de pesquisa sobre ecossistemas. A concepção de ecologia industrial, a perspectiva do ecossistema de negócios, a perspectiva de gerenciamento de plataforma e a perspectiva da rede multi-ator (MNP). (Tsujimoto, 2018 citado por PARAOL, 2019).

Para Tsujimoto (2018), estas perspectivas analíticas estão inseridas em cinco pontos essenciais de análise, a saber:

Primeiro, o conceito de ecossistema analisa as redes orgânicas, baseadas em seus aspectos positivos, negativos e competitivos. Em segundo lugar, cada ator possui atributos, princípios de tomada de decisão e objetivos diferentes. Essas diferenças podem causar resultados não intencionais no nível do ecossistema. Terceiro, a fronteira analítica do ecossistema é o sistema produto ou serviço. Portanto, não é limitado por fronteiras nacionais, clusters regionais, relações contratuais e/ou provedores complementares. Dessa forma, dentro do ecossistema, estão inclusos os atores de negócios e também não comerciais. Quarto, a análise dos ecossistemas requer uma observação longitudinal da evolução dinâmica do sistema produto ou serviço. Por fim, o quinto ponto é que os objetivos da pesquisa ecossistêmica são encontrar padrões de decisão e cadeias comportamentais que afetam fortemente o crescimento e o declínio do ecossistema sob condições específicas. (Tsujimoto, 2018 citado por PARAOL, 2019).

Tsujimoto (2018), apresenta, portanto, uma definição esclarecedora do termo e a utilização etimológica correta do conceito de ecossistema. Para Tsujimoto os ecossistemas são uma complexa rede de atores que possuem uma autonomia de decisão e racionalidade onde os atores possuem um certo grau de racionalidade e atributos diferenciados.

Assim, o princípio de tomada de decisão significa que o mecanismo e a prioridade da decisão podem ser muito diferentes entre os atores do ecossistema. Por exemplo, as prioridades de decisão dos formuladores de políticas são segurança nacional e desenvolvimento em macroeconomia. No entanto, no mesmo ecossistema, a prioridade das empresas privadas é, ao mesmo tempo, seus lucros. Então, todos os atores se comportam sob seus próprios princípios de racionalidade e decisão (TSUJIMOTO et al., 2018 citado por PARAOL, 2019).

Outro autor, Xiaodong (2019), emprega o termo ecossistema político juntamente com a perspectiva de ecopolítica para ampliar a discussão da vida compartilhada construindo, portanto, uma comunidade com futuro compartilhado.

O esquema de governança da construção de uma comunidade com futuro compartilhado para a humanidade adota a melhoria do futuro compartilhado para a humanidade como ponto de partida, ponto de apoio e destino, fundamentalmente diferente do modelo de governança ocidental que adota o laissez-faire como ponto de partida, ponto de apoio e destino. Para ser mais específico, pretende construir o ecossistema político, impulsionar o equilíbrio ecológico político e buscar o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento integral dos seres humanos. (XIAODONG, 2019).

Considero, portanto, para as discussões realizadas neste capítulo sob a perspectiva sociológica que os ecossistemas políticos aqui abordados são estruturas conectadas dentro de estruturas familiares onde os grupos a qual pertencem se retroalimentam, estruturadas e protegidas ao longo da sua história geracional.

Estes grupos familiares que perpetuam-se no interior das instituições, se adaptam às diversas intempéries da vida social, e em muitos casos permanecem ocultos e silenciosos onde a possibilidade de ruptura de seus laços são quase mínimas e suas alianças perpetuam-se no seu habitus de classe. Estas relações político-familiares, ou como considero chamá-las de ecossistemas políticos, são condições perfeitas para o aparecimento de práticas que cooperem para a manutenção do poder político de determinados grupos sociais.

E são perfeitas para a construção das alianças que se dão no interior destas estruturas familiares e que as caracterizam enquanto modelos identitários. Os ecossistemas políticos são, portanto, formas silenciosas de agir e pensar a prática política para a perpetuação e fortalecimento das relações de classe.

Apresentam formas de riqueza social e de patrimônios ocultos aos olhares investigativos. A sociedade e o Estado protegem a privacidade das classes altas. A exposição de riquezas não é visível porque gera receios em relação a criminosos e sequestradores, concorrentes no mercado ou na política e mesmo apreensões em relação à tributação oficial. As formas sociais da

riqueza, em termos econômicos, podem ser de várias formas, tais como propriedades urbanas e rurais, empresas, ativos financeiros variados, contas bancárias, objetos de arte, objetos na forma de joias, outros objetos de valor e mesmo metais preciosos em espécie. (OLIVEIRA, 2009, p.02 citado por VALENCIANO; LEAL & SILVA, 2015, p.360).

Condições perfeitas para o aparecimento de condutas que cooperam para a manutenção do campo de poder político e das alianças que se dão no interior destas estruturas. Fortalecidas e modeladas por fortes laços matrimoniais, econômicos, políticos e culturais, são pontes fortalecidas para que a classe dominante sustente e fortaleça os seus interesses no interior das estruturas sociais.

Estas relações mantidas por ecossistemas políticos próprios estão sempre presentes no campo político e, nesta perspectiva, as relações familiares estão marcadas em sua origem. Desde e sobretudo pela escravização africana e pelo genocídio dos povos originários, durante e após o período colonial, perpetuando-se como produtoras e reprodutoras do aprofundamento destas desigualdades sociais e políticas.²¹ Estruturas estatais que se perpetuam historicamente pelos matrimônios, pelo poder, pela política, uma estrutura de dominação de uma “casta”, embora não se apresentem socialmente como tal, elas se organizam e representam-se desta forma. Sua origem remonta das famílias portuguesas do início da formação do Estado brasileiro com raízes profundas em nossas instituições políticas, judiciárias, econômicas e sociais. São famílias políticas tradicionais, dominantes e patriarcais que lutam por seus interesses de classe, enraizados na construção das sociedades de modo a perpetuar as relações de luta de classes e de forças. (VIANA, 2018).

Como destaca Oliveira (2015a; 2017a), o reconhecimento das raízes fundadoras do Brasil, muito jovem em idade e antiga nos ordenamentos de herança portuguesa de certa forma, esclarecem as origens de tais práticas político-familiares.

São classes sociais históricas ou como são conhecidas como a “velha classe dominante”, que muitas vezes transmitem o seu “DNA”²² para as novas gerações a partir dos casamentos, transformando e estruturando o seu poder local. (OLIVEIRA, 2015 a). Logo, o surgimento e a manutenção deste sistema de ordenamento político-

²¹As dimensões das relações sociais e políticas nos processos históricos são marcos fundamentais e que explicam a gênese da sociedade desde o período colonial, com dinâmicas, inércias e continuidades decisivas para a compreensão e o entendimento de vários fenômenos sociais e políticos. As próprias explicações da formação e reprodução das desigualdades sociais históricas são entendidas nas ações dos grupos superiores dominantes. (OLIVEIRA, 2015a, p.04).

²²DNA: (ácido desoxirribonucleico) é um tipo de ácido nucléico que possuem papel fundamental na hereditariedade.

familiar estão marcadas pelas suas práticas de classe. O nepotismo, a hegemonia masculina, o habitus de classe, familismo. São algumas delas. E são consideradas com frequência como ferramentas do modus operandi dessas famílias históricas e tradicionais no campo político nacional e regional.

Pode-se, portanto, considerar como processos de socialização familiar hegemônicas²³, pois nas atuais pesquisas sociológicas desenvolvidas sobre as relações de poder familiar no cenário político, vem buscando desvendar os aspectos genealógicos e os laços que unem as estruturas das relações de poder familiar e político.

Suas genealogias e suas ordens de poder político são frequentemente estruturadas para a manutenção do status quo, valendo-se das fragilidades das instituições políticas e das profundas desigualdades sociais, conseguiram adaptar-se até os dias atuais. Suas genealogias demonstram que o papel desempenhado pelas mulheres nas esferas sociais, políticas e culturais para a formação e reprodução de alianças entre os novos atores e velhas famílias asseguram a importância das suas genealogias²⁴ mitocondriais ou femininas. (ALVES, 2018, p.122).

O que se coloca em debate e a sustentação das hierarquias sociais e políticas, como também o funcionamento destas instituições sociais e, principalmente, o questionamento das diversas narrativas históricas contadas pelos vencedores, geralmente homens brancos. Portanto, no que tange ao entendimento dos ecossistemas políticos das famílias dominantes e suas imbricações com o poder local, observa-se que a sua formação de classe social está bem estruturada, com características comuns e alianças bem definidas, contadas e recontadas através das histórias regionais.

Pontuamos que essas conexões familiares de tradição patriarcal, são fontes de marginalização das mulheres nesses espaços e as coloca em uma posição de segregação no imaginário coletivo. Onde as estruturas estruturantes do patriarcado impedem a

²³Uma vigência cultural, ou seja, um fenômeno cultural no qual há a predominância de determinadas ideias, valores, noosfera (especialmente ideologias), concepções, representações cotidianas, etc. A hegemonia significa que diversas manifestações culturais são produzidas constantemente numa determinada sociedade ou em um setor delimitado dela, sendo aceitas e reproduzidas pela maioria da população ou por um setor da mesma. Em síntese, a hegemonia é uma vigência cultural, marcada pelo predomínio de uma mentalidade e episteme e seus derivados que se impõe à sociedade ou a setores dela. (VIANA, 2018, p.82 citado por MAIA, 2020, p.53).

²⁴ Pois, segundo Canêdo (1994), a utilização da genealogias em pesquisas empíricas são legítimas, pois determinam o traçado da coesão familiar. Desde modo foi possível compreender que os laços que unem os casamentos, as relações de acumulação de capital e do acúmulo do poder econômico e político das famílias Hoffmann e Borghetti-Barros perpassam pelas relações familiares. Laços de matrimônio que certamente agregarão força política e eleitoral para o fortalecimento do seu núcleo familiar.

igualdade, reforçam o distanciamento e fortalecem a compreensão na divisão dos espaços masculinos e femininos.²⁵

Para Gerda Lerner (2021) em seu livro “A criação do patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens” as mulheres, a partir das suas relações familiares consolidam e cooperam com a organização deste sistema político-patriarcal.²⁶ Seja pela

Privação da educação, da negação das mulheres sobre sua história, da divisão das mulheres entre respeitáveis e não respeitáveis, da coerção, da discriminação no acesso a recursos econômicos e políticos e da recompensa de privilégios de classe dada às mulheres que se conformam”. (LERNER, 2021, p.18).

Lerner, observa que a família patriarcal possui suas origens na família monogâmica quando houve a separação dos espaços privados e públicos, excluindo desta forma a mulher da participação do processo produtivo. (LERNER, 2021, p.49). O fato é que a cooperação das mulheres no processo de subordinação ao sistema patriarcal, foi fundamental para a sua consolidação. Contudo, sem as exclusões sociais, culturais, financeiras, políticas, e muitas outras que aqui não foram mencionadas e pela qual as mulheres foram submetidas, o patriarcalismo não existiria. Seus reflexos perduram até os dias atuais e são expressões das famílias dominantes.

Portanto, no que tange ao entendimento dos ecossistemas políticos das famílias patriarcais, e suas imbricações com o poder local, observa-se a formação de uma classe social bem estruturada, com características comuns que as agrupam, as mantêm e as fortalecem.

Um ponto de reflexão para compreender não apenas as estruturas de domínio, mas o convívio das famílias patriarcais com os meandros da política e da submissão feminina e o seu papel no interior destas instituições principalmente locais.²⁷ Portanto, as mulheres a partir das suas relações familiares consolidam e cooperam com a organização deste sistema político-patriarcal²⁸.

²⁵A privação da educação, da negação das mulheres sobre sua história, da divisão das mulheres entre respeitáveis e não respeitáveis, da coerção, da discriminação no acesso a recursos econômicos e políticos e da recompensa de privilégios de classe dada às mulheres que se conformam. (LERNER, 2020, p.18).

²⁶Indicação para leitura: LERNER, Gerda. A criação da consciência feminista: A luta de 1.200 anos das mulheres para libertar suas mentes do pensamento patriarcal. São Paulo: Editora Cultrix, 2022.

²⁷A marginalização das mulheres nesse esforço as coloca em uma posição ímpar e segregada. As mulheres são maioria, mas são ordenadas em instituições sociais como se fossem minoria. (LERNER, 2021, p.25).

²⁸Com o desenvolvimento do Estado, a família monogâmica virou a família patriarcal, na qual o trabalho doméstico da mulher tornou-se um serviço privado; a esposa virou a principal criada, excluída de toda participação na produção social. (LERNER, 2019, p.49).

Logo, o sistema patriarcal permanece fortalecido no imaginário social, pois assegura a sua cooperação por meios estratégicos, tais como a

Doutrinação de gênero, carência educacional, negação às mulheres do conhecimento da própria história, divisão de mulheres pela definição de respeitabilidade e desvio de acordo com suas atividades sexuais; por restrições e coerção total; por meio de discriminação no acesso a recursos econômicos e poder político e pela concessão de privilégios de classe a mulheres que obedecem. (LERNER, 2021, p.267).

É necessário que a família patriarcal como classe social fundadora do Brasil, estruturada em suas relações políticas de poder, de laços familiares e de casamento conservem a sua hereditariedade e continuidade política nas velhas oligarquias brasileiras. (OLIVEIRA, 2015b).

Um estilo de vida que permeia as esferas públicas e privadas, amalgamadas com as instituições sociais, políticas e, estas permeadas por ações e decisões das classes dominantes. Estruturas de ecossistemas políticos de dominação e poder que são alicerçados no interior das famílias e manifestam-se nas trajetórias políticas de seus agentes.

Daniel Bertaux na obra “Destinos pessoais e estrutura de classe: Para uma crítica da antroponomia política” de 1979, entende que estas inquietações sobre a família, enquanto conceito sociológico, torna-se relevante para considerar a construção das carreiras políticas.

Para exemplificar tais relações das famílias tradicionais construtoras de carreiras políticas, sejam por heranças simbólicas e materiais, sejam por casamentos no estado do Paraná, temos como representantes os Bettiga, Slaviero, Khury, Borghetti, Hoffman, Lupion, Richa, Barros, Camargo, entre outros. Nomes e sobrenomes que no decorrer de suas trajetórias tornaram-se herdeiros dos valores de classe, do ethos político, das suas tradições, e especialmente das heranças simbólicas, econômicas, políticas e culturais construídas por seus antepassados. (OLIVEIRA, 2012; OLIVEIRA, 2015b; GOULART, 2017; MONTEIRO, 2017; VALENCIANO, 2013).

Construções sociais mantidas também por meio dos casamentos que segundo Bertaux, são relações antropômicas, com possibilidades de controle dos pais, inclusive para incorporação e aceitação de novos membros visando, a construção de

carreiras políticas, práticas que até hoje são vivenciadas no interior das classes dominantes. (BERTAUX, 1979).

Estruturas estruturantes configuradas, “em forma de teia”, misturando o público e o privado, incorporado nas redes de união familiar e parental aos interesses do Estado. (OLIVEIRA, 2012).

A posse destas riquezas e influências, transformam-se em capitais políticos e familiares que as mantêm e as sustentam em toda a sua trajetória política. (GOULART, 2018). Como construção hierarquizada dos indivíduos, e como célula analítica da Sociologia Política, o sistema patriarcal²⁹ remete-se às práticas que caracterizam e conduzem o modus operandi dos poderosos na condução dos seus interesses, e no uso do aparelho estatal principalmente, a partir do sufrágio universal. (OLIVEIRA et al, 2017).

No Brasil as práticas oligárquicas e patriarcais dos coronéis, que atuaram no estado do Paraná entre 1880 a 1930, confirmam que as genealogias familiares foram marcadas por este sistema social e político.³⁰

Segundo Lerner (2021), é fundamental compreender o atual sistema sexo/gênero nas suas origens com os estados arcaicos dentro das instituições familiares, e depois como questões jurídicas, tendo como objetivo de aumentar o seu comando.

Segundo esta autora este princípio é principalmente usado para questionar os direitos à equidade nas sociedades atuais de um patriarcado que possui aproximadamente 2.500 anos de construção histórica, com protagonismo exclusivo dos

²⁹A institucionalização e a codificação por lei para a subordinação feminina dentro da família se dá, principalmente a partir da Mesopotâmia. A prostituição é regulamentada e a especialização do trabalho propicia a exclusão da mulher para determinadas profissões e ocupações, bem como, após a invenção da escrita e o registro histórico, a mulher é excluída deste processo e do acesso ao ensino formal, legitimando a hegemonia masculina desde modo a Revolução Urbana foi de fundamental importância para as mudanças pontuais na história das mulheres e na constituição da instituição estatal. (LERNER, 2021, p.82).

³⁰É salutar neste momento citar Gilberto Freyre em sua obra “Casa Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal”, esclarece a íntima conexão que possui a política e a família tradicional. Freyre percebe que a expressão patriarcal possui o significado de absoluto controle nas mãos do patriarca-indivíduo, e que durante este ordenamento seria revestida de funções tutelares a nível de chefe de família. Freyre, enfatiza ainda que a submissão e a vigilância constante a que estavam submetidas as sinhás-moças e a violência sofrida pelas escravas negras, renegadas a prostituição e ao cativeiro na qual o patriarcalismo as impunha, molda o Brasil e as suas instituições. “De caráter rural, do engenho ou da fazenda, extensa por necessidade, bem como, hierárquica e autoritária, que gera coesão, submissão e reciprocidade entre seus pares, certamente foi um tipo específico de organização, mas que, como veremos, foi o lugar privilegiado do nascimento da sociedade brasileira, moldado a cultura de um país continental.” (ALVES, 2018a, p.49). Sendo a unidade formadora e colonizadora do Brasil que organiza o território, a senzala e o trabalho escravizado de negras e negros, permitiu que a força motora se concentrasse “nas mãos dos senhores rurais. Donos das terras. Donos dos homens. Donos das mulheres. Suas casas representam esse imenso poderio feudal”. (FREYRE, 1999, p. LVII citado por ALVES, 2018a, p.50).

homens. Inicialmente o entendimento milenar está atrelado aos termos religiosos, para apontar os geradores, os primeiros pais, linhagem de profetas, reis com o propósito da liderança de suas casas. (LERNER, 2021, p.161).

Tornando a esfera masculina hegemônica e a história escrita por eles no tratamento dos sistemas simbólicos e de suas ferramentas expressões da privação da educação e da história das mulheres em sua definição como Ser social. E no decurso destas conexões políticos e familiares que os capitais simbólicos de dominação impõe os princípios da manutenção das alianças e da confiabilidade entre os seus agentes. Os sobrenomes tradicionais com suas genealogias de ascendência masculina no interior do campo político completam este quadro, “seja na ocupação de cargos eletivos nas diversas esferas de poder, como também em funções de nomeação, na burocracia estatal.” (OLIVEIRA et al, 2017a, p.165).

3.2. OS PRINCÍPIOS DA REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA E A PARTICIPAÇÃO HISTÓRICA DAS MULHERES NA POLÍTICA BRASILEIRA: DESAFIOS, CONTINUIDADES E RUPTURAS

Nada atualmente é tão importante na economia política do desenvolvimento quanto o reconhecimento adequado da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres. Esse é um aspecto crucial do desenvolvimento como liberdade.

Amartya Sen.

A história contada sobre a vida em sociedade das mulheres ficou restrita a sua história a partir do lar³¹, do espaço privado, contudo o protagonismo das mulheres vem deixando marcas ao longo do tempo.

Durante o século XIX o protagonismo social das mulheres foi pouco estudado devido a uma visão positivista da história. No século XX, iniciam-se estudos sistemáticos com a influência da Escola de Annales. (FOLLADOR, 2009 citado por VANALI, 2016, p.104). Esta condição feminina foi o sustentáculo da sobrevivência do Estado, da família, da Igreja e seja por demandas sociais, políticas, culturais ou de ordem econômica, sua história sempre foi contada envolvendo questões religiosas ou familiares. (MIGUEL, 2014).

As condutas e interesses femininos estavam ligadas a sua sobrevivência ou a sua manutenção social, ou ainda a sua ascensão, onde as assimetrias estruturais das questões de poder e da sua participação no campo político são mais acentuadas. Na história política recente do Brasil, a reconstrução da trajetória das mulheres nos espaços da vida pública, permite vislumbrar momentos de lutas e desafios, mas também de conquistas que transcenderam a sua presença nos espaços privados.

A participação das mulheres nos espaços de poder acontecem em toda a história social e política brasileira. Alguns períodos com maior ímpeto são silenciados por sistemas de exclusão, em outros momentos reescritos. Discussão que preponderou o século XIX, até os primeiros momentos do século XX, sendo o sufrágio a principal reivindicação feminina, representando para o Estado e para a sociedade civil que as mulheres resistiriam.

³¹As desigualdades de gênero se realizam em conexões complexas com as de classe e de raça, compondo injustiças que obstruem a construção de sociedades mais democráticas e igualitárias. (MIGUEL; BIROLI, 2014, contracapa).

As discussões iniciais pensavam em uma mulher destinada aos afazeres domésticos e aos espaços privados de convivência. O argumento, existente nos meios políticos seria que as mulheres já seriam protegidas e representadas pelo voto dos pais ou maridos. Uma discussão que além do seu caráter simbólico representava a exclusão das mulheres aos espaços de tomada de decisões. Contudo, o sufrágio feminino não abalou somente as estruturas da dominação política por parte da classe burguesa, pelo contrário o convívio com a elite política tornou-se uma realidade e a baixa representatividade política das mulheres permaneceu. (MIGUEL, 2014).

Outro ponto relevante e controverso é a compreensão da representatividade feminina e o seu sentido simbólico, que não está atrelado a inferioridade numérica, e sim política e social. O fato de ocorrer atualmente no campo político a adoção das cotas para as mulheres observa-se que a noção da representatividade, o seu entendimento político torna-se incerto ou impreciso. Com o passar dos anos, a representatividade neste campo tornou-se muito significativa principalmente para os partidos democráticos ocidentais, no que concerne ao recrutamento das mulheres na política e o destino que se faz dos fundos partidários recebidos pelo governo central.

A questão da sub-representação das mulheres no campo político tornou-se, portanto, ponto principal nas agendas dos movimentos de esquerda nas últimas décadas do século XX. Podendo ser possível até observar uma revalorização destas agendas que tem como proposta fazer o estado trabalhar por uma igualdade de gêneros. (MIGUEL, 2020). A partir da década de 70, as regras estabelecendo porcentagens mínimas às mulheres para a sua participação política deu-se nos países europeus seguidos pelos países africanos e latino-americanos. As cotas eleitorais por sexo é uma forma de superar a baixa representatividade das mulheres no Poder Legislativo, onde uma parcela de assentos ou vagas são destinadas a este grupo. (MIGUEL, 2021).

Estas cotas são destinadas à representação feminina no campo político e implicam em uma ruptura significativa na ordem política liberal³². Pois segundo a teoria política feminista ao indicar as mulheres preserva-se o direito de serem ouvidas nos espaços de representação. Contudo, ouvir-se no campo político de decisões, não significa que haja uma equidade ou igualdade entre gêneros. (MIGUEL, 2014).

³²Para o liberalismo, o único sujeito de direito é o indivíduo. Se as mulheres, ou qualquer outro grupo, quiserem se fazer representar, esse objetivo deve ser alcançado por meio das opções individuais de seus diversos integrantes, sem constrangimentos legais. Elas podem ingressar nos partidos, disputar convenções, disputar eleições. Podem mesmo fazer campanhas pelo voto em candidatas do sexo feminino. Mas devem conquistar seu espaço sem vantagens consignadas em lei. (MIGUEL, 2014, p.97).

Logo, a democracia brasileira experimenta uma das mais significativas experiências e rupturas de sua história política ao adotar as cotas destinadas às mulheres nos anos 90. E a sua inserção no campo político de ordenamento liberal, enfrenta uma política que representa os indivíduos como única unidade política legítima. E o “relativo isolamento da arena política (caracterizada pela igualdade formal entre os cidadãos) em relação às injustiças sociais”, torna-se parte do jogo deste campo. Ainda nos anos 90, a política brasileira ficou marcada pela Lei nº 9100/95, proposta pela deputada Marta Suplicy que veio de encontro aos anseios de equidade entre os gêneros na representação política dos anos de 1996 e 1998 (MIGUEL, 2000, p.91).

Onde as cotas eleitorais enquanto processos de defesa de ações reparadoras rejeitaram a crença de princípios na autonomia dos indivíduos e de suas preferências, bem como reconheceram as desigualdades estruturais existentes no campo político. Desigualdades que afetam diretamente a arena política. Pois romperam “com os pressupostos que organizam a presunção de igualdade política no ordenamento liberal.”. (MIGUEL, 2014, p.98).

Contudo é importante observar que segundo Sacchet, “a existência de uma política de cotas de 30% no país, há mais de 20 anos, permite colocar em xeque o caráter dessa conquista. Afinal, se 50% foram ganhos em relação ao resultado eleitoral anterior, há 100% a serem conquistados para que o índice de eleitas se equipare”. (SACCHET, 2020, p.71). A autora, Sacchet ainda refuta que há um longo caminho para que se equipare ao número de candidatos estipulados por lei de cotas. Brasil e Paraguai segundo estes estudos permanecem como países latino americanos com mais baixo percentual de representatividade feminina na política. (SACCHET, 2020).

Em uma sociedade como a brasileira marcada pela subalternidade, violência e a exclusão não se pode deixar de mencionar que a exclusão de minorias é uma prática de habitus de classe por parte das elites dominantes, caracterizando o seu ethos político.

Neste contexto, eclodem vários jornais classistas brasileiros na década de 90 ou ligados a diversos assuntos nas áreas sociais, políticas, religiosas e culturais. A imprensa feminina cresce e aborda questões como direitos da mulher e aborda as discussões envolvendo a sujeição das mulheres à vida privada. Contudo, em um país culturalmente conservador as elites brasileiras da época não se preocupavam com as demandas da representação feminina no campo político. (BRAZIL, 2020; MARQUES, 2018).

Consequentemente, a participação histórica das mulheres na política movimenta-se pela história social e política do Brasil, e as estratégias adaptam-se

conforme as estruturas se manifestam assumindo desdobramentos próprios. Postulados os princípios sobre a representatividade política das mulheres, as discussões, a seguir tem como propósito compreender a história política nacional e a construção durante os períodos do Brasil Colônia, Império e República.

3.2.1. A participação histórica das mulheres no Brasil Colônia

As mulheres sempre participaram da formação do Brasil político e social, ainda que a lógica patriarcal da sociedade no período colonial impedisse as mulheres de frequentar os espaços públicos de poder. O período Colonial neste contexto possui características da invisibilidade da mulher na história nacional. Os poucos registros e documentos existentes registram e dão destaque a atuação masculina nestes espaços de poder e de mando.³³

A autora Katarina Brazil em sua obra “Mulheres na Política Brasileira: Reflexões sobre gênero e Democracia Intrapartidária.”, observa que até as mulheres pertencentes de elite dominante colonial tiveram sua história diminuída ou apagada dos registros públicos deste período. Brazil observa, que D. Carlota Joaquina de Bourbon (Carlota Joaquina Teresa Marcos Caetana Coleta Francisca de Sales Rafaela Vicenta Ferrer Joana Nepomucena Fernanda Josefa Luísa Singorosa Antônia Francisca Bibiana Maria Casilda Rita Januária e Pasquala (Aranjuez, 25 de abril de 1775 – Queluz, 7 de janeiro de 1830), casada com o rei de Portugal D. João VI, ainda que pertencesse à nobreza portuguesa, sua história como grande estadista e seu protagonismo político foi reescrito e ocultado da história do Brasil político. (BRAZIL, 2020).

Por não se encaixar aos padrões da época D. Carlota³⁴ foi estigmatizada por estereótipos sexistas, patriarcais e misóginos, pois ousou jogar o jogo do poder abertamente, “como um homem faria, numa época em que se acreditava que a mulher

³³Sobre esse fato Teles comenta que há tão grande ausência de registros e informações sobre a mulher e sua condição que muitas afirmam ser o movimento de mulheres algo novo no Brasil. (TELES, 2017, p.23 citado por BRAZIL, 2020, p.86).

³⁴Quando D. Carlota teve que enfrentar os exames públicos perante a Corte espanhola, incluindo os embaixadores estrangeiros, antes de partir para Portugal, respondeu a questões relativas à religião, geografia, história, gramática e línguas portuguesa, francesa e espanhola. Também demonstrou suas habilidades em dança, canto, equitação e pintura. Foi elogiada por sua prodigiosa memória, sua compreensão e seu desembaraço causando admiração não apenas por tanto conhecimento aprendido como tão pouca idade, mas principalmente por ser uma mulher instruída. (REZZUTTI, 2018, p.137 citado por BRAZIL, 2020, p.87).

não era talhada para isso”, a história reduziu a rainha como masculinizada, e viciada em sexo. (TELES, 2017, p.22 citada por BRAZIL, 2020, p.87).

Em um Brasil colonial de estrutura patriarcal as mulheres dos grupos mais vulneráveis como as negras, eram oprimidas na raça, no sexo e na classe à qual pertenciam e foram usadas como mão de obra escravizadas.³⁵

As mulheres indígenas também sofreram abusos quando eram consideradas irracionais fazendo muitas delas concubinas, servas domésticas e esposas. Entretanto, é importante lembrar que houve resistência ao sistema de dominação patriarcal por parte das mulheres subjugadas à condição de degradação humana.

Na trajetória da participação das mulheres na estrutura social colonial é relevante lembrar que as mulheres deste período histórico não representavam um grupo homogêneo, e houve diversos acontecimentos históricos na qual estas mulheres foram submetidas às narrativas masculinas. (BRAZIL, 2020).

3.2.2. A participação histórica das mulheres no Brasil Império

No período do Brasil Império (1821-1889), as mulheres brasileiras estavam subordinadas às atividades domésticas e sob os olhares de uma cultura fortemente europeia, cristã e patriarcal. Para Oliveira (2018a), a família patriarcal está apoiada e reconhecida pela igreja. Da família patriarcal³⁶ tem-se as origens dos homens bons, que votam e são votados nas Câmaras Municipais, as chamadas “repúblicas”.

Um estilo de vida que permeia as esferas públicas e privadas amalgamadas com as instituições sociais e, estas permeadas por ações e decisões das classes dominantes. Estruturas de ecossistemas de poder político e de dominação específicos, que são alicerçados no interior das famílias conservadoras e manifestam-se em suas trajetórias políticas.

Aos olhares atentos da Igreja Católica Apostólica Romana, a mulher era propensa ao pecado e por isso deveria estar subordinada e obediente ao pai

³⁵A participação política das mulheres na colônia se dá em um contexto de sofrimento e de discriminações sociais, econômicas e políticas, embora seja apreciável destacar a resistência de algumas delas, que buscaram enfrentar as formas de dominação de seu tempo impostas pelo sistema marcado pela sujeição das mulheres. (BRAZIL, 2020, p.88).

³⁶A família patriarcal era uma forma de poder que criou uma pequena bolha que protegia seu autoperpetuar, a grande propriedade e seus privilégios dentro do aparelho de Estado. Era quase um corolário: esta grande família patriarcal que está no passado colonial brasileiro só pode existir e se reproduzir dentro do Estado. (OLIVEIRA, 2018 a, p.33).

primeiramente e depois ao marido. As mulheres encontravam-se, portanto, sob fortes laços de dominação no que se refere às relações de poder entre homens e mulheres. (BRAZIL, 2020).

Foi também no século XIX que se estabeleceu de forma racional uma divisão de tarefas, em razão do sexo, cada um exercendo seu papel. Há nítida separação entre espaço público e espaço privado, sendo que a mulher estava restrita a esse último. Logo, o mercado de trabalho e a vida pública estavam com as portas fechadas para a maior parte das mulheres, pois, privadas de educação, não tinham qualificação suficiente para uma profissão, continuando confinadas ao lar, exercendo seu tradicional papel de mãe e esposa. (COSTA, 2007: 506 citado por AMARAL, 2011, p.2).

Sob as normativas da Constituição Imperial de 1824, em seu art. 179, inciso XIII, ao declarar que a Lei era estendida para todos em sua igualdade jurídica, a sua prestabilidade na sociedade não correspondia com a veracidade com que o Direito Civil era aplicado à toda a sociedade.

Segundo Teresa Cristina de Novaes Marques em sua obra “O voto feminino no Brasil”, a restrição aos direitos jurídicos e civis na relação entre homens e mulheres aparece na forma de proibições e/ou submissão ao poder masculino. O que se percebe no Ato de D. Pedro I, quando outorgou a primeira Constituição em 25 de março de 1824. D. Pedro I, ao apresentar a noção, o sentido e a cidadania à vida política para todos os brasileiros, não alcançou as simetrias desejadas por todos os setores sociais, principalmente a dos setores ligados à participação da mulher na vida pública.³⁷ (MARQUES, 2018).

Possibilitando aos “cidadãos ativos” eleger seus representantes e escolher, desta forma, os seus governantes no parlamento e nos governos locais. De todas as formas, a história das lutas sociais e políticas da participação das mulheres brasileiras nos espaços de poder é histórica. Adentrando o século XIX, Luísa Mahim, escravizada pelo império português no Brasil, participou da Sabinada e da Revolta dos Malês, 1835

³⁷Sobre este assunto José Antônio Pimenta Bueno, jurista e conselheiro do imperador comenta a Constituição de 1824 sobre a participação das mulheres ao voto, “nos termos bem expressos do art. 90 da constituição, só a massa dos cidadãos ativos é que goza de direitos políticos, e consequentemente que os cidadãos inativos no sentido do direito público não gozam de tais faculdades. Nesta classe são incluídas as brasileiras, quaisquer que sejam aliás as suas capacidades e habilitações. (SÃO VICENTE, 1857, p. 470 citado por MARQUES, 2018, p.26). Para as eleições ao governo local (também chamado paroquial) podiam votar todos os cidadãos ativos, isto é, pessoas livres, maiores de 25 anos e com renda anual mínima de 100 mil réis (ou bens no mesmo valor). Já nas eleições para deputados, senadores e membros das assembleias provinciais, apenas participavam os cidadãos ativos com renda anual mínima de 200 mil réis por ano (ou bens em valor equivalente). Tal processo de votação, que adota critério de renda para definir quem pode ou não votar, ficou conhecido como sufrágio censitário. (MARQUES, 2018, p. 25).

na cidade de Salvador. Devido os seus atos de liderança a história oficial brasileira inviabilizou sua trajetória de lutas em um país com características patriarcais e imperiais. Foi mãe do poeta Luís Gama e terminou os seus dias presa e deportada para África. (SHUMHER; CEVA, 2015 citado por BRAZIL, 2020).

Nos primeiros anos do século XIX as mulheres começaram a reivindicar o direito à educação, pois a elas lhe era dado o direito de estudar até o primeiro grau. Um ensino instituído em 1827 e naturalizado pela sociedade brasileira com fortes viés patriarcal que restringia a vida pública das mulheres, pois a elas era destinada às tarefas do lar.

Em 1888 as sociedades abolicionistas com seus movimentos eclodem no Brasil com o propósito principal pelo fim da escravização africana. A mulher neste momento histórico participou ativamente das campanhas abolicionistas. É salutar lembrar, que a resistência dos negros e negras pela liberdade já acontecia a aproximadamente três séculos. E as elites dominantes tomam para si o simbolismo das lutas abolicionistas e apoderam-se dos movimentos como se fosse nela nascida. As mulheres atuaram nestas campanhas, porém os seus papéis ficaram reduzidos como vendedoras de flores e doces, bem como eram convidadas a realizarem eventos para angariar fundos. (TELES, 2017 citado por BRAZIL, 2020).

3.2.3. A participação histórica das mulheres no Brasil República

A participação histórica das mulheres na política no Brasil republicano³⁸ tem suas origens em 1881, no estado do Rio Grande do Sul com Isabel Sousa de Matos e o alistamento ao direito ao voto. (MARQUES, 2018). O direito ao voto não contestado abriu as portas para a sua efetiva realização em 1932, pois a não proibição na Constituição de 1891 propiciou de forma intrínseca a sua efetiva realização no Estado Novo. (BRAZIL, 2020).

Os marcos políticos, sociais, econômicos, culturais das trajetórias das mulheres na vida pública do Brasil dão-se por características representativas desta sociedade com

³⁸ O acesso das mulheres à vida pública, por real que fosse, permanecia invisível. Só era problematizado quando algumas mulheres de vanguarda pretendiam romper a imagem tradicional da mulher do lar. Em 1934, as mulheres da União Feminina (ligada à Aliança Nacional Libertadora, versão brasileira das frentes populares dos anos 30) foram criticadas por seu comportamento “imoral” – usavam cabelos curtos e fumavam charutos – e por sua defesa do amor livre. (LEVINE, 1980, p.117 citado por SOUZA-LOBO, 1991, p.10).

princípios basilares no coronelismo, familismo e patriarcalismo. As estruturas sociais e políticas no início do século XIX, marcadas pelo capitalismo tardio, uma economia agroexportadora, um país ruralista com grande concentração populacional, um Brasil marcado por altas taxas de analfabetismo. Uma nação cujas instituições públicas e partidárias estavam atreladas ao passado arcaico (GOULART, 2018), impulsionam os movimentos feministas a terem uma maior participação na sociedade local e nacional. (MARQUES, 2018).

Uma sociedade majoritariamente católica, de natureza patriarcal e hierárquica, que relegou às mulheres brasileiras um papel secundário na vida pública. Com fortes características de natureza da democracia que infelizmente não pressupunham uma maior participação dos cidadãos na política via associações comunitárias.

A imprensa brasileira também contribuiu de forma singular para a formação dos movimentos sufragistas. As mulheres começaram a atuar no jornalismo com o propósito de influenciar a opinião pública. (MARQUES, 2018). E com a chegada da imigração italiana ao Brasil a esquerda feminina brasileira aproxima-se do campo anarquista, cuja característica principal era compreender que as pautas relativas às mulheres na vida pública estão interligadas aos movimentos de dominação classistas das relações do trabalho, fato que permanece até o século XX mais precisamente em 1980. Destacando a atuação de Maria Lacerda de Moura que defendia a participação política, o amor livre e a educação sexual compondo outras pautas relevantes do Movimento Anarquista Feminino. (BRAZIL, 2020).

Nesta ebulição de valores e agitações políticas por parte das mulheres e dos movimentos sufragistas que é fundado o Partido Republicano Feminino (PRF)³⁹ em 1910 por Leolinda Daltro e Gilka Machado. Segundo BRAZIL, um grande paradoxo se estabelece, pois o PRF é um partido de indivíduos (de mulheres) que não votam e não podem ser votados. (BRAZIL, 2020). Observando este paradoxo político o Código Civil Brasileiro de 1916, reafirmava que as lutas enfrentadas pelas mulheres não aconteciam somente no campo político, mas também nas esferas que envolviam a vida privada⁴⁰.

³⁹Em 1933, a FBPF indicou Almerinda Gama como representante a delegada eleitora, e ela fez parte do grupo responsável por escolher a representação dos trabalhadores na Assembleia Nacional Constituinte, em 1934. Datilógrafa, jornalista e feminista atuante, Almerinda foi uma das primeiras mulheres negras a entrar na política no Brasil, mas não participou de fato, da Constituinte, preferindo retirar-se sob a alegação de que a FBPF visava aos interesses das representantes da elite, e pouco se ocupava das causas das mulheres trabalhadoras. (BRAZIL, 2020, p.91).

⁴⁰Com o casamento, a mulher perdia sua capacidade civil plena. Cabia ao marido a autorização para que ela pudesse trabalhar, realizar transações financeiras e fixar residência. Além disso, o Código Civil punia severamente a mulher vista como desonesta, considerava a não virgindade da mulher como motivo de

Como eleitora, as mulheres brasileiras buscavam a sua representatividade política e o surgimento do movimento sufragista no Brasil tornou esta luta possível. Em 1922, o Partido Comunista Brasileiro foi formalmente fundado. Podemos considerar como fonte de inspiração aos novos presságios a sufragista Luiza Alzira Teixeira Soriano⁴¹ filha do coronel da Guarda Nacional e líder político local e comerciante. Foi em 1928, a primeira mulher prefeita do Brasil pela cidade de Lajes e a primeira mulher a ocupar um cargo no legislativo da América Latina. (MARQUES, 2018).

Na década de 30, o Brasil passava por significativas mudanças políticas e sociais com a Constituição do Governo Provisório de Vargas, o que ocorreu a partir do declínio do governo do presidente Washington Luís pela Junta Militar. É nesta época que os primeiros movimentos feministas brasileiros mais contundentes ocorreram, mesmo que essas iniciativas partiram da elite social e econômica brasileira. (SENADO FEDERAL, S/D).

O pacto oligárquico conhecido como a “Política café com leite”, perdurou durante toda a Primeira República de 1889 a 1930 e no Brasil foi marcado pelas primeiras vozes feministas ainda que pertencentes à elite nacional ou à chamada classe média urbana. (MARQUES, 2018).

Neste contexto, três correntes principais surgiram no Brasil, a primeira corrente liderada por Berta Lutz que tinha como proposta principal a conquista de direitos políticos. A corrente representada pela imprensa alternativa que preocupava-se com temas ligados à educação da mulher, à dominação masculina, à sexualidade e o divórcio. E a terceira corrente que tinha como proposta questões ligadas à luta de classes com Maria Lacerda de Moura liderando os movimentos ligados ao Partido Comunista e Anarquista. (BRAZIL, 2020).

Neste contexto histórico e político destaque para Patrícia Rehder Galvão, ativista da causa feminina e filha de Adélia Rehder, dona de casa e de Thiers Galvão de França, advogado e jornalista. Patrícia R. Galvão, mais conhecido por seu apelido Pagu, de família da alta classe média brasileira, nasceu em São João de Boa Vista em 9 de junho de 1910 e faleceu em Santos, no dia 12 de dezembro de 1962. Pagu foi poetisa,

anulação do casamento (...) e permitia que a filha suspeita de desonestidade, isto é, manter relações sexuais fora do casamento, fosse deserdada. As mulheres casadas – ou sob o pátrio poder – eram consideradas incapazes juridicamente, como as crianças, os portadores de deficiência, os mendigos e os índios. (BUONICORE, 2017).

⁴¹Alzira Soriano nasceu em 11 de julho de 1901 na cidade de Florianópolis, município pertencente ao estado catarinense, foi jornalista e educadora vindo a falecer em 1952. (IBASE, 2022). Alzira foi eleita a primeira mulher negra a deputada estadual pelo Partido Liberal Catarinense. (SENADO FEDERAL, S/D).

escritora, tradutora, diretora, desenhista, jornalista, cartunista e militante filiada ao Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1931. Foi presa por motivações políticas pela polícia política de Vargas. Pagu juntamente com seu esposo fundou o jornal “O Homem do Povo” onde atuou até o seu encerramento em 1945.

Nas circunstâncias do Estado Novo e após realizadas as análises preliminares dos constituintes, o presidente Getúlio Dornelles Vargas, pressionado pelos movimentos sufragistas, decreta o novo Código Eleitoral em 24 de fevereiro de 1932. Vargas durante o seu Governo Provisório (1930-1934), sanciona o Decreto nº 21.076 do novo Código Eleitoral. E sob os olhares das sufragistas acolhe, o voto feminino sem restrições ou condições excepcionais onde determinava que as “mulheres alfabetizadas, com idade superior a 21 anos, sem restrição quanto ao estado civil, podem alistar-se como eleitoras.”. A mobilização das sufragistas em prol do sufrágio feminino no Brasil tem seus primeiros frutos com a Constituição de 16 de julho de 1934, onde as mulheres podiam votar sem restrições de estado civil, sendo facultativo exceto para as servidoras públicas.⁴² (MARQUES, 2018, p.133).

Ao final da década de 1940 no Brasil torna-se obrigatório pela Lei Agamenon o voto obrigatório, inclusive para mulheres e o alistamento. A Lei Agamenon conhecida pelo Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945 estabeleceu como monopólio dos partidos políticos a indicação de candidatos, ou seja, pela primeira vez foi estabelecido a organização dos partidos políticos. (CANÊDO, 2012).

Porém, a imprensa brasileira realizava campanhas sistemáticas contra o voto feminino e contra as sufragistas, ridicularizando-as e estampando em suas capas de jornais informações sobre a incapacidade das mulheres em ocupar postos eletivos públicos e os possíveis conflitos domésticos que poderia gerar dentro das casas das famílias tradicionais brasileiras.

Ainda que a grande imprensa⁴³ aliada a setores civis da sociedade realizassem propagandas negativas em relação ao voto feminino e a sua participação política, a Constituição de 30⁴⁴ foi favorável ao sufrágio eleitoral feminino. (MARQUES, 2018).

⁴²Desde Mary Wollstonecraft até as sufragistas, esta foi uma bandeira essencial, senão a bandeira essencial, dos movimentos de mulheres. Os princípios do liberalismo não eram colocados em questão: o que se criticava era sua insuficiente aplicação prática e a exclusão de segmentos da sociedade, como mulheres, negros, índios etc. (MIGUEL, 2000, p.92).

⁴³As mulheres russas, finlandesas, dinamarquesas e inglesas (...) já partilharam ou brevemente partilharam do governo, não só contribuindo com o voto como podendo ser elas próprias eleitas para o exercício do Poder Legislativo (...). Só as mulheres morenas continuam, não direi cativas, mas subalternas (...). Todos os dias se lê nos jornais e nas revistas do Rio apreciações deprimentes sobre a mulher. Não há, talvez, cidade no mundo onde menos se respeite a mulher. (BUONICORE, 2017).

A trajetória das primeiras sufragistas no Brasil confirmam o perfil de pertencimento à uma elite intelectual e econômica, o que facilita o trânsito por espaços de poder, porém não diminuiu o valor das infindáveis lutas por equidade e representatividade brasileira.

Outro momento histórico de impacto na sociedade foi dado pela professora de educação infantil Leolinda de Figueiredo Daltro, fundadora do Partido Republicano Feminino na década de 1910, e exemplo da resistência em uma época na qual as mulheres não foram consideradas cidadãs ativas o que impedia a sua participação nos processos eleitorais. (SENADO FEDERAL, 2020, “s.d”).

Leolinda F. Daltro nasceu em 1860, baiana, filha de índia tupinambá e de pai português, professora de profissão foi a primeira a defender as causas indígenas, a educação e o sufrágio feminino. No ano de 1919 foi candidata à Intendência Municipal e somente em 1933 deputada federal. (MARQUES, 2018).

Francisca Fragner Frois em 1919, prestou concurso público para o Museu Nacional do Rio de Janeiro, sendo a segunda mulher concursada no país. Celina Guimarães Viana, tornou-se a primeira mulher eleitora no Brasil no ano de 1927 no estado do Rio Grande do Norte. Julia Alves Barbosa conquista o seu alistamento, alegando ser solteira, independente e maior de idade. (BRAZIL, 2020). Posteriormente é eleita a primeira vereadora do país para a Câmara Municipal da cidade de Natal. (SENADO FEDERAL, 2020, “s.d”).

Antonieta Barros, em 1935 foi a primeira deputada estadual negra no estado de Santa Catarina. (SENADO FEDERAL, “s.d”). A sufragista Bertha Maria Júlia Lutz, paulista, nasceu em 1894, formada em Biologia em 1918 na França é descendente de suíços radicados em São Paulo, Bertha é filha do médico e do cientista Adolpho Lutz. Bertha inicia sua carreira pública na defesa do voto feminino escrevendo para revistas femininas na cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX. Em 1918 no Rio de Janeiro a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), é fundada por Bertha Lutz. (SENADO FEDERAL, 2020, “s.d”).

Bertha Lutz, em 1922 organizou a Federação Brasileira para o Progresso Feminino a F.B.P.F, filiando-se à ‘International Woman Suffrage Aliance’.

⁴⁴ No Brasil, o direito ao voto para as mulheres, a partir de 1932, também não significou um acesso igualitário à representação política. Até o início dos anos 80, o quadro de assimetria existente nesse sentido sofreu poucas alterações. Embora a partir das duas últimas décadas se registre certo incremento³², isto ainda não aproxima a representação de uma posição mais equilibrada. (ARAÚJO, 1998, p.12).

Organização que tinha como proposta a defesa do sufrágio feminino e os direitos políticos das mulheres e a sua participação na vida pública. (COELHO & BAPTISTA, 2009, p.89 citado por LIMA; COSTA, 2016, p.466). Graduou-se em direito em 1933, sendo candidata a deputada neste mesmo ano, tomando posse somente em 1936 na Câmara dos Deputados por motivo de falecimento do titular. Em 1945, foi a primeira mulher a participar de uma delegação diplomática brasileira, na Conferência onde foi redigida a Carta das Nações Unidas. (MARQUES, 2018).

Em 3 de maio de 1933, realizou-se no Brasil as eleições para os representantes da Assembleia Constituinte, onde sete candidatas pelo Rio de Janeiro, na época Distrito Federal. Participaram do pleito Bertha Lutz, pelo Partido Autonomista com 16.423 votos, a professora Leolinda Daltro, a advogada Natércia da Silveira, Ilka Labarte, Georgina Azevedo Lima, Tereza Rabelo de Macedo e Julia Soares da Gama. (MARQUES, 2018, p.105).

As eleições para deputados estaduais, federais e governadores ocorreram em 14 de outubro de 1934, onde Bertha Lutz é eleita como suplente, assumindo a titularidade em 1936 com o falecimento de Cândido Pessoa. No mesmo período realizaram as eleições em todo o país e, pela primeira vez, as mulheres votaram e apresentaram-se como candidatas à Assembleia Nacional Constituinte. (MARQUES, 2018, p.134). No ano de 1975, Bertha integrou a delegação à Conferência do Ano Internacional da Mulher no México. Vindo a falecer em 1976.

Outro exemplo de dedicação e resistência, é a médica e professora Carlota Pereira Queiroz, nasceu na cidade de São Paulo, em 1932. A paulista Carlota, concorreu ao pleito para deputada na Constituição 30 alcançando uma expressiva representação, tornando-se a primeira mulher a ocupar a cadeira na Câmara dos Deputados pelo estado de São Paulo, sendo eleita novamente deputada em 1934 pelo Partido Constitucionalista. Um marco na trajetória política das mulheres no Brasil. (SENADO FEDERAL, 2020, “s.d”).

Em 15 de novembro, “instala-se a Assembleia Constituinte e Carlota Pereira de Queirós toma posse como a primeira mulher deputada no Brasil”. Falecendo em 1982. (MARQUES, 2018).

Entre os anos de 1960 até 1979, o Brasil viveu intensas mudanças políticas e sociais como a formação da União Democrática Nacional (UDN) de espectro político liberal e conservador e a formação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), nacionalista e progressista, mais à esquerda. (BRAZIL, 2020).

A segunda Era Vargas (1951-1954), o Golpe Militar em 1964, a renúncia de Jânio Quadros, a deposição de João Goulart em 1968 e o AI-5 com censuras prévias e Congresso Nacional fechado deflagram um cenário caótico e repressor. As mulheres lutaram por notícias de seus maridos, filhos, pais e clamavam às autoridades por informações em tempos de repressão, tortura e uma crescente Ditadura cívico-militar que durou de 1964 a 1985.

Neste contexto em 1979⁴⁵, Eunice Mafalda Berger Michiles, nascida em 10 de julho de 1929 em São Paulo, filha de Edith Berger e Teófilo Berger, foi a primeira senadora a assumir o cargo pelo Amazonas (AM), devido à morte do titular. (BRAZIL, 2020).

Pelo estado do Acre Iolanda Fleming (Iolanda Ferreira Lima), nascida em Manoel Urbano, em 20 de junho de 1936, professora, iniciou sua vida pública pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), eleita vice-governadora na chapa de Nabor Júnior, pelo Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). (SENADO FEDERAL, “s.d”). Filha do imigrante árabe Nazira Anuth Lima e de Horácio Lima, seringueiro cearense e neta do imigrante libanês, Abdon Anuth, e viúva do deputado federal pelo estado do Acre, Geraldo Fleming. Assumiu o cargo em 1986 para o titular disputar uma vaga ao Senado brasileiro. (SENADO FEDERAL, “s.d”).

No Senado Federal, após a redemocratização brasileira as senadoras Marina Silva, Benedita da Silva e Laélia Alcântara, são as primeiras parlamentares negras a assumirem cargos parlamentares na instituição. (SENADO FEDERAL, “s.d”).

No poder executivo destacamos o nome de Roseana Macieira Sarney Murad, nascida em São Luís em 1 de junho de 1953, é socióloga e política brasileira, filha de José Sarney de Araújo Costa (nascido José Ribamar Ferreira de Araújo Costa) e Marly Pádua Macieira Sarney, neta por parte de pai de Sarney de Araújo Costa e Kyola Ferreira de Araújo Costa, é neta materna de Vera Pádua Macieira e de Carlos Macieira, foi a primeira mulher eleita para o Poder Executivo, ocupando o cargo de governadora em 1994, pelo estado do Maranhão. (SENADO FEDERAL, “s.d”).

⁴⁵O Movimento Feminino pela Anistia, liderado por Therezinha Zerbini e com intensa atuação de Margarida Genevois, representante da Comissão Justiça e Paz da Cúria Metropolitana de São Paulo, espalhou-se pelo país. Assim é que o Movimento Nacional pela Anistia se forma em 1979. (BLAY, 2017, p.77 citado por BRAZIL, 2020, p.95).

Em 2010, Dilma Vana Rousseff, economista, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), foi eleita a 36º Presidente do Brasil (2011-2016)⁴⁶. A primeira mulher a assumir um cargo de grande relevância no Poder Executivo. Portanto, 2010 foi um ano simbólico para a democracia brasileira, pois pela primeira vez na história política e social do Brasil uma mulher chegava à presidência da República. Sua vitória nas urnas é emblemática.⁴⁷ Dilma Vana Rousseff, é filha do advogado e empreendedor búlgaro, naturalizado brasileiro Pedro Rousseff e da professora Dilma Jane Coimbra Silva. Nascida em Belo Horizonte em 14 de dezembro de 1947. Foi a 40º Ministra Chefe da Casa Civil na gestão do presidente Lula da Silva. (SENADO FEDERAL, “s.d”).⁴⁸

⁴⁶ Em meio ao acirramento da crise política, Gleisi Hoffmann tornou-se uma defensora intransigente do mandato da presidenta Dilma Rousseff junto aos demais aliados do Governo no Senado. Na sessão do dia 31 de agosto de 2016, sob a presidência do ministro Ricardo Lewandowski, então presidente do STF, o plenário do Senado aprovou, entretanto, por 61 votos favoráveis e 20 contrários, o impeachment da presidente Dilma Rousseff. A presidente afastada foi condenada sob a acusação de haver cometido crimes de responsabilidade, mas não foi punida com a inabilitação para funções públicas. Isto porque apesar de aprovar o impeachment, o Senado manteve os direitos políticos da ex-presidente Dilma através do artifício que à época foi denominado como fatiamento do processo, por ter realizado o julgamento da inabilitação em uma ação em separado. Foram 42 votos a favor da inabilitação, 36 contrários e três abstenções. Para que a petista perdesse os direitos políticos, também seriam necessários 54 votos. Gleisi Hoffmann votou contra o impeachment, bem como a inabilitação da ex-presidente para exercer cargos públicos. Com esse resultado, Michel Temer foi efetivado na Presidência da República. (CARNEIRO, 2022).

⁴⁷Trecho do discurso de Rousseff, ao ser eleita: Venho para abrir as portas para que muitas outras mulheres, também possam, no futuro, ser presidenta; e para que – no dia de hoje – todas as brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher. (...) Em todas as instâncias, as mulheres representam menos de 1/5 do total, apesar de constituírem mais da metade da população brasileira e de existir a obrigatoriedade de aplicação de cota para as mulheres nas nominatas elaboradas pelos partidos. (Menezes ,2017, p.34, citado por BRAZIL, 2020, p.103).

⁴⁸A presidente Dilma Rousseff foi reeleita para um novo mandato. Apesar do resultado eleitoral positivo, a reeleição não foi assimilada pela oposição, que, liderada pelo PSDB e pelo candidato derrotado Aécio Neves, chegou inclusive a contestar o resultado. A partir de então, sobretudo em função das investigações levadas a cabo na Operação Lava Jato e pelo seu eco em manifestações populares contra o governo, e fazendo-se valer também da circunstância econômica crítica e desfavorável ao governo, a oposição iniciou uma campanha para viabilizar o impeachment da presidente da República. Em uma das tentativas, em setembro de 2015, o jurista Hélio Bicudo, ex-integrante do PT, e a advogada Janaína Paschoal protocolaram na Câmara dos Deputados um pedido de afastamento da presidente por crime de responsabilidade. O pedido foi aceito em dezembro seguinte pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), adversário do Governo, que deu início ao processo. Em 8 de março de 2016 foi eleita para a presidência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado em substituição ao senador Delcídio do Amaral. No dia 17 de abril seguinte, com 367 votos favoráveis, 137 contrários, sete abstenções e duas ausências, a Câmara dos Deputados aprovou o prosseguimento do processo no Senado, para onde foi encaminhado em seguida. Com este resultado, a presidente Dilma Rousseff deixou o cargo no dia 12 de maio seguinte, em caráter provisório, após o Senado aprovar a admissibilidade do processo de impeachment por 55 votos a favor e 22 votos contra, entre os quais o da senadora Gleisi Hoffmann. A presidente ficaria afastada até o julgamento do mérito pelo Senado em até 180 dias. Nesse mesmo dia foi substituída, em caráter interino, pelo vice-presidente Michel Temer. (CARNEIRO, 2022).

No ano de 1995, foi aprovada a Lei das Cotas de Gênero⁴⁹, Lei nº 9100/95 destinando 20% das candidaturas à participação de mulheres nas eleições como candidatas. A proposta foi elaborada pela então deputada federal (PT-SP) Marta Teresa Smith de Vasconcellos Suplicy. A Lei foi ampliada para 25% e pela Lei nº 9504/97 estendeu para 30%. (SENADO FEDERAL, “s.d”).

Entretanto, no decorrer da história política brasileira em 2022, a Chapa do Partido da Mulher Brasileira foi indeferida por não alcançar o número de candidatas mulheres exigidas pela Lei, demonstrando a dificuldade encontrada pelos partidos para preencher a cota de 30% na participação nos pleitos eleitorais. (GALINDO, 2022b).

Pertinente mencionar a formação da bancada feminina na formação histórica da conjuntura da redemocratização da política brasileira, que teve suas origens durante a Assembleia Constituinte eleita em 1986. O termo “bancada feminina”, foi empregado por considerar as mulheres inseridas na política e em um campo de significados que revelam desde a condição de gênero como até um coletivo de regras de adesão e funcionamento. (BARREIRA, 2021).

A bancada feminina nos anos 80, foi um marco histórico de grandes proporções para o cenário político brasileiro que se traçava sob os ventos da redemocratização, onde foi criado a Secretária da Mulher, assentos no Colégio de Líderes, com direito a veto e voz, direito de usar o tempo de comunicação em Plenário e garantias de infraestrutura, como equipe técnica. (ROCHA, 2015 citado por REZENDE, 2021). Como propósito, a bancada feminina⁵⁰ possui o desafio de inserir-se no campo político atuando nas práticas suprapartidárias específicas a sua condição. Sua formação ocorre em um período crítico e pontual na qual o Estado brasileiro vivia em sua história política, além do processo de redemocratização havia a Constituinte em plena ebulição. (BARREIRA, 2021).

Ocorre neste período um aumento considerável no número de deputadas eleitas que ultrapassa ou o número em legislaturas anteriores. Este salto ocorre devido à relação

⁴⁹Mas a defesa de cotas eleitorais, em particular, revela também outro fato: a valorização dos mecanismos institucionais de representação, o que, ao menos em parte, é devido ao colapso dos projetos da esquerda revolucionária. Um dos argumentos dos críticos de tais políticas, aliás, é que elas promovem uma acomodação dentro do sistema político vigente, que pode obscurecer a necessidade de transformações estruturais mais profundas. (Varikas, 1996 citado por MIGUEL, 2000, p.92).

⁵⁰O conceito de bancada feminina pegou, embora sejamos muito poucas, em um universo de 513 parlamentares. Mas acho que é uma bancada que vem crescendo em qualidade porque temos deputadas de mais de um mandato, pessoas experientes com as quais temos aprendido muito. Acho que a bancada tem conseguido colocar as divergências partidárias de lado, quando o que está em discussão são assuntos que dizem respeito à vida das mulheres (deputada Fátima Bezerra, PT/RN, entrevista realizada em 15 de março de 2006). (BARREIRA, 2021, p.614).

dos movimentos sociais com as eleições de 1986, mediada pelo Conselho Nacional da Condição da Mulher. Em torno de 26 deputadas alcançaram a vitória com ampla campanha de divulgação por garantias de direitos das mulheres. (PINTO, 2003 citado por Rezende, 2021). A pertinência da bancada feminina nos anos 80, deu-se por três características importantes:

A presença de emendas populares apresentadas por movimentos de mulheres; a presença do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e as campanhas de mobilização por ele organizadas; a dinâmica interna da Câmara dos Deputados, como um espaço predominantemente masculino, o que favoreceu a criação de uma identidade coletiva entre as deputadas, que constituíram o chamado “lobby do batom”. (REZENDE, 2021, p.590).

As senadoras fizeram parte da bancada feminina entre os anos de 1995 a 2022, formando o seu caráter bicameral. (REZENDE, 2021). Em 2013 a sua institucionalização ocorreu, a partir da

Criação da Secretaria da Mulher, órgão que passou a agregar a Procuradoria da Mulher, instância responsável pelo fomento da participação das legisladoras nos diversos órgãos da Câmara dos Deputados, e a Coordenadoria de Direitos da Mulher (bancada feminina). (REZENDE, 2021, p.591).

Em 2018, os desafios aumentaram para a formação da bancada feminina, pois houve um aumento considerável de deputadas eleitas filiadas aos partidos da base governamental conservadora, são 44 das 77 parlamentares, que tem como premissa pautas mais conservadoras e contrárias às pautas femininas. O desafio permanece no que tange a eleição de mais mulheres na política brasileira. (CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS, 2022 a).

Logo, a participação das mulheres no contexto histórico dos movimentos feministas no Brasil⁵¹ e sua participação nos campos políticos e de poder constitui um desafio tanto para a sociedade brasileira como para muitas outras mulheres que se encontram no desafio de fazer política. É correto observar que as desigualdades de gênero também podem ocorrer entre as mulheres, e por isso deve-se observar que as relações sociais que originam e residem nas diferenças construídas historicamente. (MIGUEL, 2018).

⁵¹Confira ANEXO 01 sobre o CONTEXTO HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS FEMINISTA NO BRASIL 1827-2021.

3.3. A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS ELEIÇÕES BRASILEIRAS 2018 E 2020

Quando uma mulher entra na política, muda a mulher.
Quando muitas mulheres entram na política, muda a política.
Michelle Bachelet.

Na sua grande maioria o homem ocupa os espaços de poder. Na política praticada dentro do Estado, nas suas instituições, nos partidos políticos, as mulheres ocupam espaços restritos, em termos de representatividade são ainda a minoria. Uma questão que reflete diretamente na construção democrática do país. Participação política continua sendo o principal princípio da construção democrática de uma nação. Direitos humanos previstos em lei. Contudo, nas eleições brasileiras podemos observar que as mulheres encontram dificuldades para participar do processo político com equidade e representatividade. E o poder decisório frente às demandas apresentadas pelas esferas públicas no campo político não atendem com isonomia todos os grupos que deveriam ser representados. Ainda que o Congresso Nacional e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) venham promovendo em conjunto campanhas por maior participação feminina e políticas afirmativas.

Entretanto, os índices de participação política continuam baixos mesmo com o trabalho em conjunto das instituições políticas que possuem o intuito de revisar e reverter este quadro da política brasileira.

Reverter o atual quadro de representação da população nas casas legislativas do país, onde as mulheres, que são mais da metade do eleitorado brasileiro, ocupam menos de 10% dos assentos. Uma das iniciativas inicialmente implementadas pelo TSE e posteriormente transformada em lei pelo Congresso foi o estabelecimento de uma cota mínima de 30% das candidaturas destinadas para as mulheres. Além da reserva do número de candidaturas indicadas pelos partidos a cada eleição, também devem ser destinados às candidatas do gênero feminino 30% do tempo de propaganda eleitoral no rádio e na televisão e, ainda, a mesma proporção na distribuição do FEFC. (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2020).

Ainda que as leis brasileiras garantem a participação feminina, e até incentivam a candidatura das mulheres e sua participação, a sua representatividade política, contudo ainda encontra-se resistências que muitas vezes tornam a distribuição dos recursos do

Fundo Partidário e da distribuição de 30% das cotas para candidaturas femininas, desproporcionais em relação aos candidatos homens.

Nos partidos políticos brasileiros para qualquer pleito eleitoral, uma atividade desafiadora e desigual se estabelece nas campanhas femininas. Pois nos meandros da política, nos bastidores deste campo as dificuldades burocráticas e jurídicas impedem a participação plena e com equidade das mulheres.

As cotas de representatividade feminina são um empenho de iniciativa política com propósitos de aprimorar as tão desgastadas instituições políticas tão alvejadas pelo período da ditadura cívico-militar que se instaurou no Brasil. No Brasil os recursos do Fundo Partidário e a utilização de 10% do tempo na radiodifusão e televisão são distribuídos pela Lei nº9.069 de 19 de setembro de 1995, que determina:

Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os Arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal. Art. 44. Os recursos oriundos do Fundo Partidário serão aplicados:

V - na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, criados e executados pela Secretaria da Mulher ou, a critério da agremiação, por instituto com personalidade jurídica própria presidido pela Secretária da Mulher, em nível nacional, conforme percentual que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 5% (cinco por cento) do total; (Redação dada pela Lei nº 13.877, de 2019).

VI- no pagamento de mensalidades, anuidades e congêneres devidos a organismos partidários internacionais que se destinem ao apoio à pesquisa, ao estudo e à doutrinação política, aos quais seja o partido político regularmente filiado; (Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015).

(BRASIL, 1995).

Contudo, ao longo dos 25 anos desde a primeira eleição em 1996, as cotas não obtiveram o seu propósito inicial e motivaram uma gama considerável de pesquisas empíricas voltadas aos impactos políticos e sociais de sua adesão pela Lei nº 9.100/1995.

Sua inspiração vem de outros países com a intenção de revolver os padrões pré-estabelecidos na política partidária. As cotas neste enquadramento tem como meta a de “ampliação do número de representantes mulheres (e não representantes das mulheres), confrontando o sexismo embutido nas estruturas da política, a naturalização da exclusão e a desigualdade de gênero na possibilidade de exercício da cidadania que daí resulta.” (MIGUEL, 2021, p.09).

O que demonstra o quanto o sistema eleitoral brasileiro necessita avançar nos preceitos de uma verdadeira democracia. Pois, sendo um sistema de lista aberta de

representação proporcional inviabiliza qualquer manobra que as cotas pudessem influenciar na participação das mulheres nas eleições. Outro ponto sensível que envolve o sistema eleitoral brasileiro são as das candidaturas chamadas de laranjas. (MIGUEL, 2021).

No governo do Presidente da República do Brasil, Jair Messias Bolsonaro (2018-2022), seu filho Carlos Bolsonaro possui denúncias relativas ao problema “do uso pelo Partido Social Liberal (PSL) de candidaturas femininas de fachadas para o desvio das verbas do financiamento eleitoral – as chamadas candidatas laranjas⁵².” (COUTO, 2021, p.41).

Dentre alguns temas sensíveis em relação à participação das mulheres na política brasileira está a crítica realizada pela cientista política Clara Araújo. Ela argumenta suas críticas sobre as pautas conservadoras⁵³ do Congresso Nacional após as eleições de 2018, que de certa forma, estão diretamente relacionadas à participação feminina nas esferas de decisão política.

Uma das pautas dessas candidaturas [de direita] é a agenda conservadora. O discurso falso de que a esquerda desestabiliza a família, a misoginia. Em torno dessa composição moral acho que vai se dar o grande desafio, ao lado de outras agendas que também terão impactos sobre as mulheres, como a reforma trabalhista. Acho que vem uma agenda conservadora bem pesada nesse sentido. (GÊNERO E NÚMERO, 2018).

Por pautas conservadoras considera-se no Brasil uma tentativa de conservar, de defender o status quo vigente desde o período abolicionista até o período da redemocratização brasileira. O que para os padrões brasileiros, o conservadorismo tinha e tem uma aparência e uma papel de progressista. Esta imagem era sistematicamente hegemônica, ainda que seja difícil precisar a distinção correta do que significa o conservadorismo liberal brasileiro. Um conservadorismo que muda o seu significado ao longo da história e dos interesses políticos. (GÊNERO E NÚMERO, 2018).

⁵²A revista eletrônica Plural Curitiba em matéria de 4 de julho de 2022, apresenta a reportagem sob o título “TRE cassa chapa inteira do PSL por fraude à cota de candidatas”, onde pela decisão proferida pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) decide pela cassação da chapa do PSL. Conforme afirma o TRE, o PSL fraudou a cláusula que determina 30% de recursos destinados às candidatas femininas nas eleições. As consequências políticas, segundo a Revista Eletrônica Plural Curitiba são que “os outros quatro deputados eleitos pela sigla inicialmente já foram cassados em outro processo que já foi julgado no TSE, e que condenou Fernando Francischini por fake news. Sem os votos dele, o partido perdeu as cadeiras de Subtenente Everton, Emerson Bacil e Do Carmo.”. (GALINDO, 2022).

⁵³O conservadorismo baseado na natureza irracional e violenta do ser humano aplica suas diretrizes e códigos morais através de fortes tradições, de instituições sociais comprometidas com estes códigos. Em uma sociedade hierarquizada por uma elite tradicional e histórica em cujo poder repousa em suas mãos familiares o conservadorismo tem seu protagonismo garantido. (AVRITZER, 2021).

3.3.1. Eleições 2018 para os cargos de deputadas e deputados estaduais nas capitais brasileiras

Não é suficiente que se eleja muitas mulheres; o passo seguinte é propiciar condições de trabalho e influência para essas mulheres. (DAHLERUP, 1993, p.185-186 citado por Rezende, 2021, p.571).

No que tange às eleições promovidas em 2018, para deputadas e deputados estaduais nas capitais brasileiras as assimetrias entre os eleitos (os) e os reeleitos (os) para a gestão de 2019-2022 são semelhantes às eleições ocorridas nas Câmaras Municipais para o cargo de vereadores (as) no que repercute às questões de gênero e representatividade política.

Congruente aos estudos de Rezende, ainda que haja leis (Leis federais nº 9.100/1995, 9.504/1997, 12.034/2009 e 13165/2015), que garantam os direitos das mulheres de participarem dos pleitos eleitorais, estas leis não asseguram às mulheres uma participação equitativa nos espaços de poder. (REZENDE, 2020).

Diante deste impasse uma pesquisa realizada com legisladoras e legisladores de 110 países pela Inter-Parliamentary Union, apontam que além das cotas destinadas a representatividade política das mulheres, medidas como “apoio do partido (ou coalizão) governante, o trabalho de comissões legislativas; a atuação de bancadas femininas; e as regras que organizam o funcionamento do Legislativo”, devem ser adotadas como medidas a atenuar as distâncias que separam os direitos políticos de homens e mulheres. Medidas estas que visam “a concretização da igualdade de gênero demanda, além da eleição de mais mulheres, a garantia de que possam de fato influenciar os processos decisórios.”. (REZENDE, 2020, p.572).

Logo, para Rezende (2021) é preciso considerar a questão relativa ao significado simbólico do gênero como sendo um princípio para a organização do trabalho parlamentar, entendendo o gênero como um grupo minoritário que se caracteriza pela inclusão ou pelo pertencimento diferenciado no partido.

Portanto, considerar as mulheres como minorias no parlamento, é considerá-las como um grupo minoritário⁵⁴ numericamente que ocupa uma posição subalterna e ou desprivilegiada nos assuntos decisórios. Neste contexto, entende-se que estas minorias legislativas descritas são minorias políticas uma vez que se enquadram no conceito

⁵⁴Logo, uma minoria política caracteriza-se por estar dispersa em diversos partidos políticos como é o caso das deputadas brasileiras, “o que pode gerar desafios para a ação coletiva e mesmo para o desenvolvimento de uma identidade coletiva.”. (REZENDE, 2021, p.578).

desenvolvido por Blinder (1997), que afirma que minoria é “qualquer tipo e tamanho, podendo ser definida por características adscritas, como gênero e raça, ou pertencimento religioso, por exemplo”. (BLINDER, 1997 citado por REZENDE, 2021, p.578).

É salutar considerar que os partidos políticos adotam critérios não muito ortodoxos na destinação dos recursos financeiros, reproduzindo e/ou produzindo desigualdades de gênero no interior das instituições legislativas. A representatividade quantitativa das cadeiras ocupadas pelos parlamentares em 2018 no poder legislativo expressa-se pela tabela nº 03, “Eleições municipais em 2018 para os cargos de deputadas e deputados estaduais nas capitais brasileiras”, que apresenta as proporções relativas ao total de parlamentares eleitos ou reeleitos no pleito eleitoral brasileiro.⁵⁵

Para compor a mesa legislativa de 2018 nos municípios brasileiros as eleições para os cargos de deputadas (os) estaduais revelaram parlamentares com a propensão de votarem pautas mais conservadoras. Que de certa forma atingiram direta ou indiretamente as estruturas sociais e o desenvolvimento de políticas públicas em todo o território brasileiro. Dos 1.017 deputadas (os) estaduais eleitas (os) e ou reeleitas (os) para o parlamento em 2018 em todos os estados brasileiros (Gestão 2019-2022) as cadeiras foram ocupadas por 84% (854) homens e somente 16% (163) são mulheres.

No estado do Paraná, observa-se que a capital do estado perfez um total de 9% de candidatas femininas para 91% de homens das cadeiras disponíveis na ALEP-PR, nas eleições 2018.

Das 54 cadeiras para 19ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP-PR), oito foram ocupadas pelo PSL-PR, seguido pelo Partido Social Democrático (PSD-PR), com seis cadeiras ocupadas sendo as maiores bancadas eleitas. (GAZETA DO POVO, 2018).

Proeminência para a composição feminina na ALEP-PR a eleição da deputada estadual Marilei de Souza Lima (Cantora Mara Lima), evangélica, filha da professora Tereza Nonato dos Santos e do militar Constantino Lima dos Santos, natural do município de Francisco Beltrão, na região Sudoeste do estado do Paraná, que obteve 33.866 mil votos nas eleições de 2018, atualmente filiada ao Partido Republicanos (REP-PR). (TSE, 2022).

Cristina Silvestri, deputada estadual eleita iniciou sua trajetória política como Secretária de Assistência Social, do município de Guarapuava. No seu segundo mandato

⁵⁵Confira ANEXO 03 sobre as ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM 2018 PARA OS CARGOS DE DEPUTADAS E DEPUTADOS ESTADUAIS NAS CAPITAIS BRASILEIRAS.

foi a mulher mais votada para ocupar uma das cadeiras na ALEP-PR, atualmente filiada ao PSDB-PR. A deputada estadual Luciana Rafagnin, natural de Francisco Beltrão-Paraná é filiada ao Partido dos Trabalhadores desde 1989 (PT-PR). (TSE, 2022).

Mabel Canto, deputada estadual é natural de Clevelândia no sudoeste do estado do Paraná, advogada e radialista tem sua trajetória política ligada a do seu pai Jocelito Canto, radialista e político do PSDB-PR. A deputada estadual Maria Victoria Barros Borghetti Campos é filiada ao Partido Progressista (PP-PR), desde os 16 anos de idade é filha de Maria Aparecida Borghetti, ex-governadora do estado do Paraná e de Ricardo Barros, deputado federal, ambos filiados ao PP-PR. (TSE, 2022).

De fato, as instituições políticas paranaense enfrentam desafios em todas as esferas do poder, principalmente no que tange a participação das mulheres nas esferas de poder. Os desafios são sentidos na forma desigual e participativa no que se refere aos recursos partidários destinados à participação em campanhas eleitorais pelas mulheres e pelas leis eleitorais do país que de certa forma podem influenciar a forma como estes recursos são repassados as campanhas femininas.

A atual Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP-PR) nas eleições de 2018 investiram seus recursos em arquétipos conservadores, segundo a Revista Eletrônica Plural Curitiba. As preferências foram por candidatos à reeleição, de cor branca e preferivelmente homens, apesar dos 30% dos recursos dos fundos públicos serem destinados a candidaturas femininas em diferentes condições econômicas. (Freitas, 2022).

Mas dados dos recursos do fundo especial eleitoral e do fundo partidário nas eleições legislativas no Paraná em 2018 mostram que o dinheiro, ao invés de garantir pluralidade, ajudou a financiar candidatos à reeleição, homens e pessoas brancas. (Freitas, 2022).

O impacto dos recursos do fundo especial eleitoral e do fundo partidário nas eleições legislativas no Paraná em 2018 teve resultados diretos sobre os financiamentos das campanhas políticas de homens e principalmente das mulheres em todo o estado paranaense.

Dos candidatos eleitos (homens) para as 30 vagas na Câmara Federal e das 54 cadeiras eletivas na Assembleia Legislativa (ALEP-PR) juntos receberam cento e cinquenta vezes mais recursos dos fundos públicos e conseqüentemente 19,8 vezes mais votos dos que não foram eleitos. (Freitas, 2022).

No total, R\$74 milhões de reais dos fundos especial eleitoral e partidário foram utilizados no financiamento de campanhas para o legislativo em 2018 no Paraná. Os 84 candidatos eleitos ficaram com 47% desse valor apesar de serem apenas 7% dos 1.217 candidatos registrados na disputa por vagas para deputado estadual e federal. Além disso, os 70 candidatos à reeleição – que já têm quatro anos de estrutura do Legislativo e verba de gabinete para promover seus nomes no período entre eleições – ficaram com 50% do total de recursos dos fundos. Destes, 50 se elegeram e outros 20 ficaram como suplentes. (Freitas, 2022).

O Tribunal Eleitoral Federal em 2018 determinou que a distribuição dos recursos destinados ao Fundo Partidário e Eleitoral deveria ser proporcional. As mulheres candidatas deveriam receber o equivalente a 30% dos recursos repassados. A distribuição destes recursos revelam as diferenças do poder, a falta de pluralidade, os privilégios em detrimento a cidadania e a equidade na participação dos pleitos eleitorais.

As candidatas mulheres no pleito de 2018, somaram 31% de candidaturas para o Legislativo, contudo somente 27% dos recursos foram destinados à elas, compondo atualmente 11% do total de deputadas no estado, um resultado direto do financiamento desigual das campanhas de 2018. (Freitas, 2022).

É o caso do PP, que tinha como candidata ao governo do Paraná Cida Borghetti, eleita vice-governadora na chapa de Beto Richa (PSDB) em 2014. Quando Richa renunciou para disputar uma vaga no Senado, Borghetti se tornou governadora e, portanto, era candidata à reeleição. Nas eleições, ela ficou com 32% (cerca de R\$7,9 milhões) de recursos de fundos públicos recebidos pelo PP naquele ano. As outras 16 candidatas do partido naquele ano (14 para deputada estadual e 2 para deputada federal) receberam apenas R\$2,2 milhões da mesma fonte. Ainda no PP, na disputa por uma vaga na Assembleia Legislativa, o partido investiu pesado em outro membro do clã Barros: Maria Victoria Barros, que é filha de Cida Borghetti com Ricardo Barros. Candidata à reeleição, Maria Victória recebeu R\$890 mil dos R\$2 milhões investidos pelo partido na chapa feminina de candidatas a deputadas estaduais. Se dividido igualmente, esse recurso representaria um orçamento de R\$143 mil para cada uma das 14 candidatas. (Freitas, 2022).

A distribuição dos valores do Fundo Partidário, portanto, também não foi igualitária nos partidos de centro-esquerda e esquerda brasileiros. O Partido dos Trabalhadores (PT-PR), distribuiu somente 27% dos valores destinados à candidaturas de mulheres para disputar as cadeiras no Legislativo, sendo cerca de R\$2,1 milhões dos R\$7,9 milhões do Fundo Partidário. Na disputa eleitoral a candidata Luciana Guzella Rafagnin recebeu R\$99,3 mil, sendo que as demais candidatas à cadeira no Legislativo receberam em torno de R\$20 mil. (Freitas, 2022).

Observa-se que para os partidos políticos garantirem as reeleições de seus candidatos no que resulta na longevidade e na permanência no jogo político e nas rodas de poder os Fundos Partidários destinados às campanhas eleitorais são repassadas de forma a atender os interesses dos partidos e não para uma real equidade no jogo político entre homens e mulheres.

De fato, a regra é a distribuição de 80% do valor dos fundos públicos conforme o número de representantes eleitos para cada partido.

Na disputa por uma vaga na Câmara Federal, a presidente nacional do Partido e ex-senadora Gleisi Hoffmann recebeu R\$1,3 milhão. Se dividido por todas as candidatas a deputada federal pelo PT igualmente, o recurso somaria um repasse de R\$155 mil para cada uma. No entanto, entre as 12 colegas de chapa, houve quatro que não receberam nada e uma que recebeu uma única transferência, de R\$200: a atual vereadora petista em Curitiba, Carol Dartora. (Freitas, 2022).

No campo político os espectros ideológicos tanto da esquerda quanto da direita conservadora, ainda que sejam antagônicos no jogo do poder, demonstram que na sua prática política está muito longe dos reais princípios democráticos e sim muito próxima da mesma cartilha e prática política.

Logo, priorizar candidatos homens não é, portanto, um acontecimento de determinado espectro político. Na política brasileira, os partidos realizam esta prática em todas as eleições que de certa forma reforçam as assimetrias deste campo ligados aos fortes laços de um ecossistema político duradouro e patriarcal. Vale lembrar que o poder envolvido nas relações políticas mencionadas se traduz na “reprodução das relações assimétricas de dominação na sociedade pelas quais as posições sociais já se encontram previamente definidas.” (BEZERRA; RIBEIRO, 2016, p.133).

Portanto, previamente definidas as regras no campo e no jogo de poder na qual a política brasileira estrutura e é estruturada por suas práticas de distribuição de capitais existentes, aos agentes políticos (homens e mulheres) resta adaptar-se à metamorfose burocrática que a política exige como estratégias de ambição para o prolongamento dos capitais adquiridos no jogo e principalmente na permanência no campo político.

3.3.2. Eleições 2018 para os cargos de deputadas e deputados federais no Brasil

A ambição decorrente das estratégias desenvolvidas pelos agentes políticos para a manutenção de seus mandatos e de seus capitais políticos e econômicos, principalmente de estruturas estruturantes de um campo altamente competitivo e desigual, assimétrico e misógino, bem como excludente podem trazer à luz as nuances das eleições em 2018 para os cargos de deputadas e deputados federais no Brasil.

Este campo político envolve o habitus, o ethos e as formas simbólicas de organização das atividades parlamentares. Formas de representação dos agentes políticos e de investimentos estratégicos como recursos para manutenção da sua posição no jogo e no campo à qual atuam que visam à busca de reconhecimento e a manutenção parlamentar.

No Brasil o centro do poder tem como referência simbólica da sua representatividade o Congresso Nacional um campo político de estratégias que se utiliza dos jogos aos moldes bourdieusianos para observar a existência de uma lógica do reconhecimento e organização das atividades laborais dos parlamentares em cargos de representação política de homens e mulheres.

Importante ressaltar que atualmente a Câmara dos Deputados compõe-se de 513 deputadas e deputados representando os estados brasileiros e o Distrito Federal, seu objetivo principal é representar a população brasileira. O total de deputados federais é estabelecido por Lei complementar e proporcional à população de cada estado brasileiro, com 8 representantes no mínimo e 70 no máximo. A composição em 2022 é de 513 deputados, sendo 289 reeleitos com 26 deputados em legislaturas passadas e 198 deputados que irão exercer o seu primeiro mandato como deputado federal. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015).

Na trajetória política das mulheres tanto no Legislativo como nas esferas estaduais e federais, segundo Barreira (2021), tais agentes conseguem empreender uma carreira longevas com acúmulo considerável de capitais políticos. Algumas das parlamentares mulheres tiveram uma vida pública relevante, foram sindicalistas, agentes comunitárias, líderes estudantis, ocuparam cargos no legislativo, romperam com as barreiras do mundo patriarcal da política. (BARREIRA, 2021, p.610).

Ao apreender as trajetórias políticas de Gleisi Helena Hoffmann e Maria Aparecida Borghetti observamos algumas características abordadas nesta discussão sobre trajetórias políticas femininas. A atual deputada federal (PT-PR) e presidenta do

Partido dos Trabalhadores, Gleisi Hoffmann inicia a sua trajetória a partir dos movimentos estudantis. Cida Borghetti entra efetivamente para política após o seu casamento com o atual deputado federal e ex-líder no Congresso do governo Bolsonaro, Ricardo Barros (PP-PR).

Quanto a batalha na forma do ingresso no campo político, Barreira (2021) comenta que o sistema político possui resistências em abrir espaços diferenciados para o ingresso dos agentes políticos neste campo. Suas reflexões apresentam que as trajetórias consolidadas são possivelmente de mulheres que tiveram suas primeiras experiências na política de forma tradicional, ou seja, a partir dos capitais políticos de um parente muito próximo. Pois, a presença das mulheres na política pode ser compreendida também, a partir de suas trajetórias de representatividade. Que ao se consolidarem neste campo estão unidas aos laços de uma elite política com recursos simbólicos e culturais específicos que alcançaram posições expressivas na hierarquia política deste campo.

Sendo assim, a presença de negros e negras no campo político e sua representatividade na Câmara dos deputados caiu de 2014 para 2018, em torno de 2%, ainda que os números revelem um considerável aumento na representatividade da mulher negra neste campo. (SACCHET, 2020).⁵⁶ Outro aspecto singular deste campo e da trajetória política da mulher negra especificamente no governo Bolsonaro (2019-2022), são que os projetos de deputadas (os) negras (os) no Congresso tramitam com lentidão em comparação aos dos deputados federais brancos, segundo levantamento da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ) que analisou o desempenho de propostas dos parlamentares entre os anos de 2019 a 2020. (CARTA CAPITAL, 2021).

Dos 510 deputadas e deputados eleitas (os) ou reeleitas(os) nas eleições de 2018, 15% são ocupados por mulheres dos 75 representantes que comporão a bancada feminina na Câmara. Sendo, 13 mulheres negras, 63 mulheres brancas e 1 mulher indígena pelo estado de Roraima, a deputada federal pelo partido REDE-RR, Joenia Wapichana. (GÊNERO E NÚMERO, 2018).

Sob a égide das mulheres na política nacional, atualmente a Câmara Federal dos Deputados, no Congresso Nacional encontram-se representadas com 75 deputadas federais eleitas ou reeleitas e estão da seguinte maneira distribuídas nas quinze maiores bancadas por partidos políticos brasileiros, a saber:

⁵⁶Confira ANEXO 04 sobre os DEPUTADOS NEGROS E NEGRAS ELEITOS NAS ELEIÇÕES DE 2014 E 2018.

- I. Partido dos Trabalhadores (PT – criação: 11.2.1982), 10 eleitas;
- II. Partido Social Liberal (PSL – criação: 2.6.1998), 9 eleitas;
- III. Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB – criação: 24.8.1989), 8 eleitas;
- IV. Partido Progressistas (PP – criação: 16.11.1995), 5 eleitas;
- V. Partido Socialismo e Liberdade (PSOL – criação: 15.9.2005), 5 eleitas;
- VI. Partido Comunista do Brasil (PCdoB – criação: 23.6.1988), 4 eleitas;
- VII. Movimento Democrático Brasileiro – criação: 30.6.1981), 4 eleitas;
- VIII. Democratas (DEM – criação: 11.9.1986), 3 eleitas;
- IX. Partido Democrático Trabalhista (PDT – criação: 10.11.1981), 3 eleitas;
- X. Partido Socialista Brasileiro (PSB – criação: 1.7.1988), 3 eleitas;
- XI. Partido Popular Socialista (PPS – criação: 19.3.1992), 2 eleitas;
- XII. Partido Republicano Brasileiro (PRB – criação: 25.8.2005), 2 eleitas;
- XIII. Avante (AVANTE – criação: 11.10.1994), 2 eleitas;
- XIV. Partido Novo (NOVO – criação: 15.9.2015), 1 eleita;
- XV. Solidariedade (SD – criação: 24.9.2013), 1 eleita;
- XVI. Podemos (PODEMOS – criação: 2.10.1997), 1 eleita;
- XVII. Partido Republicano da Ordem Social (PROS – criação: 24.9.2013), 1 eleita;
- XVIII. Partido Social Democrático (PSD – criação: 27.9.2011), 1 eleita;
- XIX. Partido Trabalhista Brasileiro (PTB – criação: 3.11.1981), 1 eleita;
- XX. Partido Trabalhista Cristão (PTC – criação: 22.2.1990), 1 eleita;
- XXI. Partido Verde (PV – criação: 30.9.1993), 1 eleita;
- XXII. Rede Sustentabilidade (REDE – criação: 22.9.2015), 1 eleita.
- XXIII. Por fim, vale lembrar que o Partido Republicano Progressista (PRP – criação: 22.12.1991), que elegeu 1 deputada, foi incorporado, em março de 2019, ao Patriota (PATRI – criação: 19.6.2012).
- XXIV. Ademais o Partido da República (PR – criação: 21.12.2006), que elegeu 5 deputadas, mudou seu nome, em 7.5.2019, para Partido Liberal (PL).

(BRAZIL, 2020, p.136).

Os espaços de poder que envolvem as trajetórias das deputadas federais apresentam-se com as mesmas discordâncias e anacronismos encontrados nas eleições anteriores e nas eleições para vereadores e deputados estaduais.

A tabela de nº05 “Eleições municipais em 2018 para os cargos de deputadas e deputados federais das capitais brasileiras”⁵⁷, demonstram estas assimetrias e desigualdades políticas como práticas institucionalizadas do jogo e no ethos político brasileiro.

Nos estados como São Paulo e Rio de Janeiro as eleições de 2018 elegeram mais mulheres para o Congresso Nacional do que outros estados brasileiros, com 16% e 20% respectivamente. No estado do Paraná foram eleitos para o Congresso Nacional 29 deputados federais, sendo 24 homens (83%) e 24 deputadas federais, correspondendo a 17%.

Fato representado pelos deputados mais votados nestas eleições de 2018 pelo município de Curitiba, capital do estado do Paraná. Com Gustavo Fruet do PDT-PR apresentando 8,41% correspondendo a 80.307 votos válidos e Felipe Francischini do PSL-PR, 4,21% com 241.537 votos válidos. (CATRACA LIVRE, 2018).

Esse crescimento tem a ver com o fortalecimento do movimento feminista nas ruas. Em 2018, se aprofundou a luta feminista no Brasil e no mundo. Esse processo eleitoral foi muito marcado pela disputa do #EleNão, que foi protagonizado essencialmente por mulheres. Então felizmente isso teve um reflexo eleitoral. Se hoje temos uma popularização no Brasil, com certeza é do feminismo contra o fascismo, e isso teve resultado nas eleições. (GÊNERO E NÚMERO, 2018).

O Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Social Liberal (PSL) compõem uma das maiores bancadas femininas do Congresso Nacional referente às eleições de 2018. A relação de deputadas (os) federais pelo estado do Paraná eleitos são, a saber:

- I. Sargento Fahur do PSD-PR 314.963 votos (5,49%);
- II. Felipe Francischini PSL-PR atual UNIÃO 241.537 votos (4,21%);
- III. Gleisi Hoffmann do PT-PR 212.513 votos (3,71%);
- IV. Luizão Goulart do Partido Republicano Brasileiro (PRB) 141.730 votos (2,47%);
- V. Sandro Alex do PSD-PR 124.512 votos (2,17%);

⁵⁷Confira ANEXO 05 sobre as ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM 2018 PARA OS CARGOS DE DEPUTADAS E DEPUTADOS FEDERAIS NO BRASIL.

- VI. Leandro do Partido Verde (PV) 123.958 votos (2,16%);
- VII. Paulo Martins do Partido Social Cristão (PSC) 118.754 votos (2,07%).
- VIII. Gustavo Fruet do PDT-PR com 113.252 votos (1,98%);
- IX. Giacobbo do Partido Republicano (PR) 111.384 votos (1,94%);
- X. Hermes Frangão Parcianello PMDB-PR 110.717 votos (1,93%);
- XI. Christiane Yared do Partido Republicano (PP-PR) 107.636 votos;
- XII. Diego Garcia Podemos (PODE) 103.154 votos (1,80%);
- XIII. Luciano Ducci do Partido Socialista Brasileiro (PSB) 98.214 votos (1,71%);
- XIV. Aliel Machado do Partido Socialista Brasileiro (PSB) 95.386 votos (1,66%);
- XV. Sérgio Souza do MDB-PR 94.077 votos (1,64%);
- XVI. Ney Leprevost do PSD-PR 92.399 votos (1,61%).
- XVII. Pedro Lupion Democratas (DEM) atual União 92.300 votos (1,61%);
- XVIII. Luisa Canziani do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) 90.249 votos;
- XIX. Boca Aberta do Partido Republicano da Ordem Social (Pros) 90.158 votos (1,57%);
- XX. Ricardo Barros do PP-PR 80.025 votos (1,40%);
- XXI. Zeca Dirceu do PT-PR 77.306 votos (1,35%);
- XXII. Rubens Bueno do Partido Popular Socialista (PPS) 76.471 votos (1,33%);
- XXIII. Schiavinato do PP-PR 75.540 votos (1,32%);
- XXIV. Filipe Barros PSL-PR 75.326 votos (1,31%).
- XXV. Luiz Nishimori do Partido Republicano (PR) 73.344 votos (1,28%);
- XXVI. Toninho Wandscheer do Partido Republicano da Ordem Social (Pros) 72.475 votos (1,26%);
- XXVII. Vermelho do PSD-PR 70.001 votos (1,22%);
- XXVIII. Enio Verri do PT-PR 62.169 votos (1,08%);
- XXIX. Aroldo Martins do Partido Republicano Brasileiro (PRB) 52.572 votos (0,92%);
- XXX. Aline Sleutjes PSL- PR 33.628 votos (0,59%).

(CATRACA LIVRE, 2018).

Destaque para as deputadas eleitas pelo estado paranaense Gleisi Helena Hoffmann filiada ao PT-PR com 3,71% dos votos válidos; Christiane Yared filiada ao Partido Republicano (PPR-PR) obtendo 1,88% dos votos válidos; Luisa Canziani filiada ao

PTB-PR com 1,57% dos votos válidos e Aline Sleutjes filiada ao PSL- PR com 0,59% dos votos válidos foram eleitas em 2018. (CATRACA LIVRE, 2018).

Após as eleições de 2018, a característica marcante do Congresso Nacional foi de uma casa conservadora⁵⁸ onde partidos de direita neoliberal superaram os partidos do chamado centrão e dos partidos de esquerda, conquistando em trono de 50% das cadeiras, tanto no Senado Brasileiro quanto nas Câmaras dos Deputados Federais.

Uma característica peculiar sobre o Partido Social Liberal (PSL), foi que após as últimas eleições o partido viu crescer as suas cadeiras ocupadas por seus filiados tornando-se a segunda maior bancada da Câmara dos Deputados Federais. Suplantando partidos tradicionais como o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). (DIAP, 2018 citado por MELO, 2021, p.95).

Agendas contrárias a políticas públicas sobre temas sensíveis como aborto, descriminalização do uso de drogas, redução da maioria penal, união homoafetiva, proibição de vendas de armas e pena de morte, segundo Melo (2021), demonstram um posicionamento parlamentar da Câmara eleita nas eleições de 2018, mais conservadoras e tradicionais. (MELO, 2021, p.103).

Segundo Melo (2021), na atual gestão da Câmara do Deputados Federais em Brasília 37,7% de deputados e deputadas se autoproclamaram de direita e 28% se coloram à esquerda. (MELO, 2021, p.104). Observa-se neste contexto que o Partido dos Trabalhadores (PT) pode ser considerado como um partido de ordem de centro esquerda, pois suas pautas de votação atendem aos interesses da população brasileira, com tendências voltadas aos interesses de políticas públicas de espectros ideológicos mais à esquerda e com agendas mais progressistas.

O Brasil e sus agendas políticas, se revelam à margem dos demais países latinos americanos vizinhos, por não conseguir aumentar consideravelmente seus números em relação a participação da mulher na política e pautas de votação menos conservadoras. Os motivos pelos quais os números ainda são considerados baixos em relação com seus vizinhos latino-americanos são fatores institucionais tradicionalistas. Como por exemplo “o tipo do sistema eleitoral brasileiro, o baixo número de candidaturas femininas apresentadas pelos partidos (relacionando ao não ao

⁵⁸O resultado eleitoral de 2018 abalou os alicerces da democracia brasileira. Senão por outro motivo, porque o crescimento da extrema direita, militarizada e fundamentalista, defensora da ditadura e inimiga da ciência, levou à Presidência da República um candidato que abertamente prega contra os princípios inscritos na Constituição de 1988. (SANTOS, BARBOSA, 2021, p.83).

cumprimento das cotas) e o financiamento desigual das campanhas eleitorais.”. (SACCHET, 2020, p.72).

É salutar ressaltar que em uma perspectiva ao jogo político, é importante identificar que os agentes políticos e “donos” dos partidos políticos tradicionais podem ser responsáveis por estas variáveis que impendem de certa forma o aumento representativo de mulheres no cenário político brasileiro. Estudos recentes sobre a política e gênero consideram estes partidos políticos brasileiros são os principais gatekeepers⁵⁹ para o acesso das mulheres neste campo.

Na tabela nº06, “Eleições 2018: Mulheres na política e partidos políticos eleições 2018”, é possível verificar o percentual de mulheres eleitas, bem como a razão entre o percentual de eleitas e de candidatas, dos 35 partidos políticos brasileiros que concorreram às eleições de 2018⁶⁰.

Os dados apresentados na tabela nº06 representam as mulheres candidatas e sua representatividade no campo político, onde das 7.632 candidatas dos 35 partidos analisados, 32% eram mulheres. Contudo, 15% representam o percentual médio das candidatas eleitas, menos da metade das candidatas eleitas. Pelos dados apresentados pelo TSE (2019), as mulheres tiveram 47,35% de chances de se elegerem em relação aos homens. (SACCHET, 2020).

As cotas dos partidos como Rede, PMN, PCB, Democratas e Podemos ficaram com índices inferiores em relação aos demais que cumpriram em sua totalidade os índices exigidos para esta questão. Os partidos políticos que tiveram maior representatividade feminina nas eleições de 2018 foram, são a saber: Psol e Novo com 34% cada, PSDB com 36%, MDB com 37% juntamente com o PSTU, PCdoB com 38% e com 42% PMB, contudo o número de mulheres eleitas não foi expressivo para a totalidade da eleição de 2018. Alguns partidos como o PCdoB (117,5%), Psol (149%), Rede (361%), e PTC (165%) das candidatas tiveram êxito maior – índice - em relação aos candidatos homens, em porcentagem (%) e razão eleitas/candidatos. (SACCHET, 2020).

Outros partidos não elegeram mulheres, como o PSC, PMN, PHS e Patriotas. Os que obtiveram maior sucesso eleitoral foram PSD, Solidariedade, PSB, PTB, PRB,

⁵⁹“Gatekeeper significa guardião dos portões e representa a pessoa encarregada de filtrar todas as tentativas de contato com um profissional da alta gestão ou com grande reconhecimento do mercado. Justamente por sua função, ela pode ser um dos principais obstáculos de um vendedor ao tentar estabelecer um contato inicial para uma negociação”. (ROCKCONTENT, 2019).

⁶⁰Confira ANEXO 06 sobre as ELEIÇÕES 2018: MULHERES NA POLÍTICA E PARTIDOS POLÍTICOS ELEIÇÕES 2018.

PODEMOS, MDB, DEM, PDT, NOVO, PROS, PP, PSL, PT, PR, PRP, PSDB, PV, PPS, AVANTE, PCdoB, PSOL PTC E REDE. (SACCHET, 2020).

Nas eleições de 2018, aqui discutidas 17 partidos cumpriram as determinações do TSE para o encaminhamento dos 30% dos recursos destinados às campanhas das mulheres. Conforme os dados levantados por Sacchet (2020), quatro partidos transferiram apenas 20% dos fundos partidários destinados às campanhas das candidatas, a saber: PP transferiu 18%, PRTB 17%, PSD 16% e Solidariedade 15%, portanto elegendo uma baixa representatividade feminina. O Tribunal Superior Eleitoral criou recentemente um fundo público de campanha com o propósito de possibilitar uma ação mais efetiva dos partidos políticos brasileiros em relação às candidaturas femininas nas eleições, o que determinou um aumento do financiamento para os partidos. Porém, alguns partidos políticos na sua prática política repassaram altos valores do fundo partidário as campanhas femininas com a promessa das candidatas em devolverem parte do montante recebidos. (SACCHET, 2020).

Os partidos que repassaram quantias expressivas do fundo partidários foram as campanhas femininas foram o PV 31%, PTB e PSDB 33%, Pros 34%, Podemos e PSC ambos com 36%, PSL 37%, PPL e Rede ambos com 38%, PMN 39%, Psol 42%, PC do B 43%, PCB 41%, DC 58% PSTU 67%, PCO 76% e PMB 93%. Os partidos que investiram mais nas candidaturas femininas obtiveram uma representatividade feminina maior nas eleições. (SACCHET, 2020, p.88).

Dentre os partidos citados, o PCdoB foi o “partido em que houve maior correspondência entre dinheiro e votos, tendo sido repassados 43% de seus recursos, elegendo 44% de mulheres.” (SACCHET, 2020, p.88-89).

Deste modo é possível perceber como são os partidos políticos que fazem os recrutamentos e a seleção das candidaturas femininas e masculinas são também os detentores dos recursos financeiros. E portanto, são os políticos “mais velhos” dentro do partido que viabilizam o processo eleitoral. Eles podem conduzir e organizar por meio de lideranças e comissões parlamentares os processos de campanha e, por fim, podem dar destaques aos futuros parlamentares que irão representá-los nas eleições e nos futuros cargos eletivos.

Por fim, partidos com espectro ideológico de esquerda possuem a possibilidade maior de eleger, incentivar e investir nas campanhas das mulheres, ainda que as desigualdades encontradas entre homens e mulheres neste campo sejam uma característica marcante da sociedade brasileira. Desafios, conquistas e rupturas são

enfrentadas por mulheres nas esferas de poder. São reflexões que desafiam a manutenção de um sistema geracional e tradicional e a busca pela cidadania feminina é uma trajetória constante pela inclusão, equidade e também pela representatividade histórica.

3.3.3. Eleições municipais em 2020 para os cargos de vereadoras e vereadores nas capitais brasileiras

As assimetrias são encontradas na participação de homens e mulheres nos pleitos eleitorais, ou seja nas esferas da política formal, não contribuíram muito para que os preceitos republicanos de igualdade e liberdade sejam efetivamente vivenciados por todas e todos os cidadãos brasileiros. Contudo, importante ressaltar que as mulheres brasileiras nas últimas décadas obtiveram conquistas relevantes em várias áreas do conhecimento e em praticamente todas as profissões.

Esta realidade na política nacional dá-se possivelmente por dois motivos ou duas características importantes: O nosso sistema eleitoral é um sistema de lista aberta⁶¹ como já foi mencionado posteriormente e o financiamento de campanhas políticas proporciona uma desvantagem em certa medida uma baixa representatividade feminina. (ABREU, 2013 citado por EDUARDO, 2021).

É salutar discutir e compreender quais são os principais fatores que possam explicar o sucesso dos políticos (homens e mulheres) que se elegeram. É sendo o ponto fundamental para este entendimento e a captação de recursos que as campanhas eleitorais exigem e a divulgação dos (das) candidatos (as) para os eleitores durante todo o processo de campanha.

O sucesso nas urnas, portanto, está possivelmente atrelado aos recursos financeiros das campanhas eleitorais. Recursos que os candidatos (às) conseguem cooptar durante todo o pleito eleitoral e conseqüentemente suas chances de vitória aumentará ou diminuirá conforme o seu capital econômico e simbólico estiver

⁶¹O sistema eleitoral brasileiro desfavorece a eleição de mulheres e grupos minoritários. Isso porque, num sistema de representação proporcional com lista abertas, as cadeiras conquistadas por partidos ou coligações são proporcionais ao total de votos que eles obtêm nas urnas e os/as candidatos/as eleitos/as são aqueles/as que, individualmente, conquistarem o maior número de votos no interior de cada partido ou coligação. Sendo assim, as eleições se constituem efetivamente em disputas entre candidatos/as, pois embora seja possível o eleitor votar na legenda, a maioria opta pelo voto personalizado, o que, além de encarecer o pleito, o transforma em uma competição desigual. (EDUARDO, 2021, p.292).

disponível ou não. Segundo Eduardo (2021), “tais fatores estão positivamente correlacionados ao financiamento de campanha, ou seja, candidatos com mais acesso a esses recursos terão, via de regra, maior facilidade para arrecadar fundos de campanha.” (EDUARDO, 2021, p.295).

Entretanto, a ordem democrática na qual as eleições brasileiras estão inseridas não podem ser compreendidas simplesmente pelos recursos financeiros obtidos pelos fundos partidários ou outra forma de arrecadação. A sua distribuição desigual entre homens e mulheres e entre as mulheres candidatas também possibilitaria um entendimento mais profundo sobre o processo eleitoral e da baixa representatividade feminina no campo político.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas eleições realizadas em 2020 para os cargos nas Câmaras Municipais brasileiras obteve-se um total de 9.196 vereadoras eleitas e ou reeleitas. Sendo 16% de vereadores mulheres, e 84% de homens num total estimado de 48.265 vereadores, que concorreram a uma cadeira nas Câmaras Municipais. (TSE, 2019).

Observa-se que as eleições municipais em 2020 para os cargos de vereadoras e vereadores nas capitais brasileiras, mantém-se o paradigma das desigualdades políticas entre gêneros. Possivelmente as condições de acesso aos capitais sociais e políticos bem como recursos financeiros afetaram a participação e a representatividade feminina nestas eleições.

Os dados referente a tabela Eleições municipais em 2020 para os cargos de vereadoras e vereadores nas capitais brasileiras⁶² demonstram que a representatividade feminina em comparação às masculinas nos pleitos são assimétricos inclusive quando comparadas entre as capitais brasileiras.

Podemos observar que em estados brasileiros, principalmente norte, nordeste onde as oligarquias possuem controle político por parte de uma pequena elite histórica e tradicional, expressada por antigas relações de coronelismo, os dados levantados revelam uma desigualdade bastante expressiva da participação das mulheres nos pleitos eleitorais. Conforme Goulart (2018), a oligarquia enquanto elite política e social assegura-se no poder público para desta forma manter-se os seus interesses privados principalmente sua posição privilegiada no jogo político.

⁶²Confira ANEXO 02 sobre as ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM 2020 PARA OS CARGOS DE VEREADORAS E VEREADORES NAS CAPITALS BRASILEIRAS.

A sub-representação feminina nas candidatas eleitas e ou reeleitas para as Câmaras Municipais torna-se uma realidade no campo político destes estados. Contudo, as diferenças encontradas na participação das mulheres nas eleições não caracterizou um impedimento no crescente aumento dos credenciamentos aos partidos políticos. As construções das organizações partidárias e nos sistemas políticos-eleitorais possuem como característica marcante a hegemonia masculina nas decisões e na representatividade do campo e do jogo político. A presença feminina no parlamento brasileiro demonstra que houve poucos avanços ou mudanças pontuais na representatividade e na filiação partidária das mulheres nos pleitos de 2020.

Examinando atentamente aos dados coletados referente às eleições brasileiras no ano de 2020 em relação aos números de vereadoras e vereadores eleitos nas capitais brasileiras, destaca-se, portanto, que as desigualdades eleitorais das capitais de Campo Grande (MS) com 93% de vereadores eleitos em relação apenas 7% de vereadoras eleitas, seguindo por Cuiabá com 92% dos vereadores homens e somente 8% são de vereadoras eleitas são mais expressivas. Já a cidade de João Pessoa, capital da Paraíba, conta com 96% de vereadores homens eleitos, ao passo que somente 4% de vereadoras eleitas são mulheres. No Amazonas, é outro exemplo de estado brasileiro que possui a representatividade política assimétrica em sua capital, onde 90% de vereadores são homens que assumiram as suas cadeiras na Câmara Municipal, em contrapartida dos 10% são vereadoras mulheres eleitas. Não foi diferente em Porto Velho (RO) com resultados semelhantes. No estado paranaense a composição da 18ª legislatura com mandato para 2020 a 2024, foram eleitos para a Câmara Municipal da capital 30 (78,95%) homens e somente 8 (21,05%) de mulheres. (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2020).

No exercício da cidadania brasileira, as assimetrias no poder estão presentes em todos os processos eleitorais, o que restringe de maneira significativa a participação feminina nas instituições políticas. Segundo dados obtidos na Justiça Eleitoral (2022) apesar da população feminina possuir uma representatividade de 52% do eleitorado ativo, a sua participação nos cargos públicos continua inferior. (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2020).

Logo, tanto os partidos de espectro ideológico de direita liberal, quanto os partidos de espectros ideológicos de esquerda e centro, é possível perceber as desigualdades presentes no que tange a questão de gênero nos processos eleitorais.

Nesta perspectiva, a aplicação das Lei das Eleições 9.504/1997 não é suficiente para que haja uma representatividade expressiva da participação feminina no parlamento. O jogo político recebe interferências de várias organizações partidárias e que influenciam de maneira significativa o campo de poder político, podendo corroborar desta maneira nos valores dos fundos partidários que estão relacionados diretamente com o capital político das famílias tradicionais paranaenses.

Como constata Oliveira (2020), uma família política tem como característica fundamental a transmissão de capital econômico, cultural, político e simbólico expresso no sobrenome familiar.

Deste modo, observando atentamente a distribuição dos Fundos Partidários para a eleição de 2020 constatamos que para assumir a Câmara Municipal de Curitiba os respectivos partidos encaminharam os seguintes Recursos Partidários ou Fundos Partidários para a sua bancada feminina, a saber:

- I. Amália Tortato do NOVO com um total de recursos no valor de R\$131.097,70,
- II. Carol Dartora do PT com um total de recursos recebidos no valor de R\$ 45.894,00;
- III. Flávia Francischini do PSL com um total de recursos repassados no valor de R\$475.110,09;
- IV. Indianara Barbosa do NOVO com um total de recursos no valor de R\$203.955,24;
- V. Maria Leticia do PV com um total de recursos no valor de R\$43.892,91;
- VI. Noemia Rocha do MDB com um total de recursos no valor de R\$110.059,95;
- VII. Professora Josete do PT com um total de recursos encaminhados no valor de R\$ 77.199,28;
- VIII. Sargento Tania Guerreiro do PSL com um total de recursos no valor de R\$16.810,00;

(TSE, 2022).

Para Oliveira (2020), no transcorrer de suas análises aborda a questão do fundo partidário que na sua visão, as campanhas dos herdeiros políticos são as mais caras e ricas. Estas campanhas estão aparelhadas com dinheiro dos fundos públicos, cargos

eleitorais e comissionados em detrimento daqueles de origem popular como é o caso de Carol Dartora (PT-PR).

O que demonstraria a não equidade e desigualdade de capitais econômicos em relação aos fundos partidários que inclusive ocorre dentro do próprio partido. Uma distribuição desproporcional, resquícios de tempos coloniais onde a tradição política oligárquica e patrimonialista é mais resistente. Sendo o capital político se reproduzindo no interior das famílias dominantes.

Estas alteridades no campo político, para Canêdo (2012), é um indicativo que pode ser percebido como uma prática eleitoral característica de eleições que traçam primeiramente o perfil do eleitor, colocando em “um papel definido por um conjunto de atribuições e normas de conduta”. Segundo esta autora, as elites políticas uniram-se para traçar um perfil do papel a ser desempenhado pelo eleitor brasileiro, tendo como horizonte a legitimação dos meios e formas de dominação ao conquistar o voto dos cidadãos. (CANÊDO, 2012, p.542).

A aceitação desta prática pode ser vislumbrada na mútua aceitação de papéis a qual cada agente político e/ou social desempenham no jogo político, em um ritual na qual “exprime as normas de conduta e as significações que foram inscritas nas exterioridades dos códigos jurídicos e no interior dos corpos de cada indivíduo participante.”. (CANÊDO, 2012, p.543).

3.3.4. Senadoras em exercício para a 56^o Legislatura no Senado brasileiro

O Senado brasileiro possui atualmente 81 senadores, dos 26 estados da União e do Distrito Federal, para mandatos de 8 anos. É composto por 10 (18,51%) senadoras eleitas para a bancada feminina para a Gestão 2019-2027 das 54 (100%) cadeiras disponíveis para a 56^o Legislatura (2019-2027). (TSE, 2019).

Na tabela n^o 07 “Senadoras em exercício – gestão 2015-2023 e 2019-2027”⁶³ demonstram que o Senado brasileiro é composto atualmente por 15 senadoras representando os estados brasileiros do Acre, Alagoas, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, São Paulo,

⁶³Confira ANEXO 07 sobre as SENADORAS EM EXERCÍCIO – GESTÃO 2015-2023 E 2019-2027.

Sergipe e Tocantins. Os demais Estados da União estão sendo representados por senadores. (TSE, 2019).

Os partidos políticos representados pelas Senadoras da República são, a saber: CIDADANIA com 01 senadora, MDB com 02 senadoras, PDT com 01 senadora, PP com 05 senadoras, PROS com 01 senadora, PSB com 01 senadora, PSD com 02 senadora, PSDB com 01 senadora e UNIÃO com 01 senadora. As senadoras em exercício são das gestões de 2015 a 2023 e 2019 a 2017. (TSE 2019).

Como senadora, Gleisi Helena Hoffmann compôs a 54^o e 55^o Legislaturas de 2011-2019, atualmente está fora do exercício do mandato. Neste período foi a vice-líder do Partido dos Trabalhadores (PT) no Senado Federal, entre os anos de 23/02/2011 e 20/09/2011.

A ex-governadora Maria Aparecida Borghetti não passou pelo Senado, até o presente momento na qual a pesquisa estava sendo realizada.

A busca pela cidadania feminina na pós-modernidade é uma constante. Sua reescrita histórica necessária. A sua participação e influência é uma exigência.

De acordo com o mapa Women in Ministerial Positions, os países são classificados de acordo com a porcentagem de mulheres ao ocupar cargos ministeriais, refletindo as nomeações até 1 de janeiro de 2021. O Brasil foi classificado no ranking internacional em 144^o lugar, com 10.5% mulheres sendo representadas no parlamento. A sua classificação segundo o mapa Mulheres na Política e de 142^o na posição global, sendo 15.2% do total de representatividade feminina, o que corresponde a 78 mulheres para 513 assentos no parlamento. No Senado a proporção é de 12.4%, ou seja 10 mulheres para um total de 81 assentos parlamentares.⁶⁴ (IPU.ONU, 2021).

A cidadania política das mulheres é efetivamente reescrita a todo momento sob fortes ventos dos avanços e rupturas, desafios e injustiças pela qual a sociedade contemporânea passa. Nenhum adjetivo poderia descrever o apagamento histórico ou sua tentativa de apagamento que as mulheres vêm sofrendo há décadas. Em alguns casos a história das injustiças são marcadas pelo preconceito, pelas assimetrias, e tantas outras formas de injustiças sociais, políticas e econômicas.

⁶⁴“No contexto atual, em 2021, os dois maiores partidos na Câmara de Deputados, PT e PSL, têm 18% e 17% de sua bancada, respectivamente, composto por mulheres – ou seja, se considerarmos o total de mulheres sobre o total de deputados e deputadas eleitos, elas apresentam quase o mesmo percentual em ambos os partidos. Entre os outros oito que compõem os dez partidos de maior bancada total (em ordem decrescente de tamanho de bancada), o PP tem 14% de mulheres; PSD 3%; MDB 12%; PR 18%; PSB 9%; PRB 10%; DEM 10% e PSDB, destoando, tem 31% de mulheres na sua bancada.” (THOMÉ, 2021, p.12)

Quando Dilma Rousseff em 2010, ocupou pela primeira vez a Presidência da República o mais alto cargo político da nação brasileira, governando por quatro anos e reeleita para o seu segundo mandato, foi brutalmente interrompido por um processo de impeachment. Processo este controverso que revelaria a violência, a misoginia, a injustiça e a hostilidade para com as mulheres. Interesses econômicos, políticos estavam envolvidos mas, a ingovernabilidade na presidência teve seu peso.⁶⁵

Uma intensa rede de conexões de capitais sociais e políticos, produtoras de profundas desigualdades no Brasil, acumulados ao longo de gerações, esculpiram a construção histórica e política do Brasil. Construções que influenciaram diretamente a atuação das votações no Congresso Nacional em um cenário hostil para as decisões do campo de poder brasileiro e de sua história política. (OLIVEIRA, 2016).

Podemos pensar, portanto, que famílias com sobrenomes proeminentes se mantêm no poder por gerações. Atuando nos mais altos escalões da política brasileira e que de certa forma impedem uma real democratização dos espaços políticos.

A colocação de familiares em pontos estratégicos garante hereditariedade e longevidade no campo de poder, pois permite o controle das instituições estatais e no caso brasileiro uma prática constante.

De fato, a família tem um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução, não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais. Ela é um dos lugares por excelência de acumulação de capital sob seus diferentes tipos e de sua transmissão entre as gerações: ela resguarda sua unidade pela transmissão e para a transmissão, para poder transmitir e porque ela pode transmitir. Ela é o “sujeito” principal das estratégias de reprodução. (BOURDIEU, 2011, p.131).

O que se revela uma profundidade das relações políticas entrelaçadas com as relações de poder familiar. Seus agentes e ethos político, intimamente relacionados com a história da organização da classe tradicional e dominante do Brasil provou a mão ainda forte e dura do patriarcalismo, do nepotismo e do familismo na política institucionalizada brasileira.

Seus reflexos são percebidos no campo político nacional, pois se tornam um ambiente intenso e desafiador para a vida política da mulher que ingressa em um

⁶⁵Ao consolidarem seu habitus de classe em “uma grande oligarquização familiar sempre tende ao autoritarismo e a golpismos históricos para a manutenção e preservação do status quo. É uma estrutura que permite a continuidade de uma sociedade ainda baseada em características como patrimonialismo, coronelismo, mandonismos e nepotismo.” e familismo. (OLIVEIRA, 2020, p. 03).

cenário tradicional e masculino. Este ambiente político, traz em suas origens a oligarquização das estruturas de poder e seus códigos, suas tradições, nas suas formas de pensar e decidir. Os ambientes políticos são, portanto, essencialmente masculinos exigindo da mulher uma postura firme e objetiva frente às decisões mais simples que a vida pública exige.

Exigências no campo e no jogo político são fundamentais para as estratégias de campanha eleitoral. A propaganda eleitoral na atualidade chega em peso às redes sociais. O uso de aplicativos para dispositivos móveis, principalmente pelo uso do WhatsApp, Twitter, Facebook, Instagram, entre outras, estratégias utilizadas pelas campanhas eleitorais de vereadores à presidência da República é uma realidade.

Realidades que possibilitaram, entre outros fatores, para que não apenas as mulheres fossem eleitas em 2018, mas alcançaram todas as esferas das disputas políticas na era digital. Fazer política digital é uma tendência de grandes proporções sociais e políticas. As redes sociais polarizam e tornam conhecidas e acessíveis as ideologias, este jogo de ideias que estruturam o corpo do campo político.

A internet está cada vez mais sendo utilizada como plataforma de comunicação política com objetivo de alcançar públicos antes inalcançáveis. A juventude é um destes grupos que a cada dia ganha mais força e representatividade nas sociedade brasileira. O censo realizado no Brasil registrou em 2010, 51,3 milhões de brasileiros entre 15 e 29 anos, representando cerca de 26,1% do total de população brasileira.⁶⁶ (KLEINA; PRUDENCIO, 2016).

De acordo com Valenciano (2019), as redes sociais abrigam os novos cidadãos digitais, principalmente a juventude brasileira engajada no enfrentamento ideológico tanto da esquerda quanto da direita. A nação brasileira se integra neste processo mundial

⁶⁶Observe os dados apresentados com relação ao uso dos aplicativos em dispositivos móveis pela juventude brasileira. O texto a seguir ilustra a discussão do aumento do marketing político nas eleições brasileiras e o interesse na juventude. “Com o objetivo de compreender melhor a participação política dos jovens e das políticas públicas voltadas a esse segmento, em maio de 2013 realizou-se a Pesquisa Nacional sobre o perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros pela Secretaria Nacional da Juventude. A pesquisa mostrou que 75,7% dos jovens utilizam a internet por meio do computador e 89% possuem celular – dispositivo que permite conexão digital e está cada vez mais associado ao uso da internet. De acordo com os dados levantados pela pesquisa, 20% dos jovens utilizam o celular para a busca de informações na web e 18% usam o celular para se conectarem às redes sociais. Ainda conforme a pesquisa, 83% dos jovens utilizam a televisão aberta para manterem-se informados sobre os acontecimentos do Brasil e do mundo, 56% usam a internet para tal objetivo e 23% usam os jornais impressos. Essa pesquisa revelou que 91% dos jovens de baixa renda informam-se mais por meio da TV aberta, enquanto 73% dos jovens com renda mais alta utilizam a internet de forma mais expressiva como veículo de informação (MACEDO, 2014, p. 1). Esses números sugerem que a internet é o segundo meio de comunicação mais utilizado entre os jovens, ficando atrás apenas da televisão.” (QUADROS; VIEIRA, 2016, p.256).

de comunicação e os agentes políticos seguem firmes nesta tendência da comunicação política fruto das transformações globais na área tecnológica.

As plataformas digitais são e serão cada vez mais utilizadas nas campanhas eleitorais, uma tendência que veio para ficar. Os agentes políticos cada vez mais utilizam estas estratégias com o propósito de alcançar todas as idades, todas as classes e todos os espectros políticos.

O pleito de 2018 também trouxe com força o discurso de “fora todos”, o que levou a uma demanda por candidatas e candidatos “outsiders”, pessoas que até então estavam fora da política tradicional. Houve também o papel preponderante das redes sociais, especialmente do WhatsApp, como veículo de propaganda política nestas eleições e que exigia recursos menores do que as campanhas que se baseavam no horário eleitoral televisivo, por exemplo. (GÊNERO E NÚMERO, 2018).

A juventude digital e seu engajamento político esteve e estará presente nas campanhas eleitorais no mundo pós-moderno e os agentes políticos estão conectados nesta nova tendência mundial.

No estado paranaense podemos perceber que os critérios utilizados na trajetória eleitoral de 2018 pelos candidatos “outsiders”, Carol Dartora (PT-PR) e Renato Freitas (PT-PR), foram o de utilizarem as pautas identitárias em suas campanhas digitais, estratégias utilizadas nas mais variadas plataformas disponíveis. Com o intuito de alcançar o eleitorado jovem e outros grupos que as campanhas tradicionais normalmente não alcançariam, os candidatos do Partido dos Trabalhadores voltaram-se para as pautas identitárias transladando o distanciamento da política com a juventude.

Logo, as pautas identitárias perpassa pelo contexto da socialização política da juventude preparando e articular os jovens para assumir sua cidadania, seus direitos e deveres e desta forma diminuindo as distâncias das desigualdades sociais e políticas típicas das sociedades modernas.⁶⁷ (CASTRO, 2009).

Em setembro de 2021, em reunião com o Movimento de Periferia de São Paulo Lula discursou sobre a importância da renovação parlamentar e no mesmo ato Gleisi Hoffmann declarou em discurso que o Partido dos Trabalhadores (PT) acredita sobre a importância de se conscientizar a juventude e incentivar a sua participação nos

⁶⁷Existe uma vasta literatura sobre o debate da socialização política e da juventude e para os estudos iniciais sugiro a leitura do artigo de Lucia Rabello de Castro sob o título “Juventude e Socialização Política: Atualizando o Debate”. Dados para futuras pesquisas: CASTRO, Lucia Rabello de. Juventude e Socialização Política: Atualizando o debate. Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v.25, n.4, p.479-487, Out-Dez 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/nLMbYqkTGwGdc9JRMbs7BfH/?lang=pt#>. Acesso em: 15.01.2023.

processos políticos. Como presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), Gleisi Hoffmann declara que o partido inicia uma campanha para incentivar a juventude a participar mais ativamente nos processos eleitorais, começando com o título de eleitor. O que renderam vitórias avassaladoras nas urnas eleitorais nas últimas eleições. (A TRIBUNA, 2021).

As plataformas digitais são possibilidades de estratégias no jogo político que ainda está em plena construção na sociedade brasileira. Os partidos políticos e seus agentes atentos a esta nova tendência buscam alianças com a juventude e suas demandas.

CAPÍTULO IV

AS ESTRUTURAS E NUANCES DO CAMPO POLÍTICO PARANAENSE: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE SOBRE GENEALOGIA E NEPOTISMO.

O feminismo mostra, assim, que é impossível descolar a esfera política da vida social, a vida pública da vida privada, quando se tem como objetivo a construção de uma sociedade democrática. Faz sentido, assim, abandonar a visão de que a esfera privada e esfera pública correspondem a lugares e tempos distintos da vida dos indivíduos passando a discuti-las como um complexo diferenciado de relações, da prática e de direitos – incluídos os direitos à publicidade e à privacidade – permanentemente imbricados, uma vez que os efeitos dos arranjos, das relações de poder e dos direitos garantidos em uma das esferas serão sentidos na outra. (BIROLI, 2014, p.33 citado por BARBOSA, 2019, p.36).

A triangulação do poder, da política e da família, demonstram que participação e a inserção das mulheres na sociedade e na vida política é cada vez mais presente. Pois, o patriarcalismo como forma de organização política e social reduziu a participação das mulheres na sociedade durante décadas e as usou para os seus interesses sejam eles sexuais, políticos, familiares e ou para as relações de poder.

Para Miguel (2014), em seu livro “Feminismo e Política: Uma Introdução”, esta desigualdade de gênero⁶⁸ está presente em todas as esferas sociais e é um traço marcante e naturalizado em todas as sociedades. Já na concepção da autora feminista Michelle Perrot (2021) em seu livro “Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros”, esta relação ainda acontece, pois os marginalizados da história como as mulheres mantêm as suas concepções com relação ao poder em uma conotação atrelada a centralidade do masculino nas esferas do mundo social.

De fato, as mulheres estão separadas para influenciar de maneira periférica o poder, e para elas são destinados espaços reservados ao privado, ao seio familiar. A dificuldade enfrentada pelas mulheres no campo político restringe esta participação nas decisões do poder público a exclusão feminina na história e em diversos espaços, é uma realidade.

⁶⁸“A desigualdade entre homens e mulheres é um traço presente na maioria das sociedades, se não em todas. Na maior parte da história, essa desigualdade não foi camuflada nem escamoteada; pelo contrário, foi assumida como um reflexo da natureza diferenciada dos dois sexos é necessária para a sobrevivência e o progresso da espécie. Ao recusar essa compreensão, ao denunciar a situação das mulheres como efeito de padrões de opressão, o pensamento feminista caminhou para uma crítica ampla do mundo social, que reproduz assimetrias e impede a ação autônoma de muitos de seus integrantes.” (MIGUEL, 2014, p.17).

Uma realidade traduzida por diversos espectros ideológicos, isto é “o fio condutor das ideologias e seus posicionamentos”⁶⁹, especialmente quando há o predomínio da visão masculina tradicional, patriarcal e conservadora. Uma tradição masculina naturalizada nos espaços privados e reforçada nos espaços públicos.

Um cenário político atual com os seus vínculos simbólicos, que expressam o seu conservadorismo muito além do que se espera de uma sociedade democrática e com isonomia de gênero.

Na teoria política o “conceito de poder tem como lugar de constituição o campo das práticas de classe.”. Para o autor Nicos Poulantzas (2019) no livro “Poder Político e Classes Sociais”, existe uma relação íntima entre as classes sociais que denominamos de tradicionais e históricas e as relações de poder sustentadas pelas relações sociais vigentes. Logo, o poder é um reflexo das estruturas de conflitos das práticas das diversas classes sociais que a sociedade é composta. O poder está incrustado nas estruturas institucionais, caracterizando os níveis de lutas de classe que os compõem.

Neste sentido, o conceito poulantziano de poder corresponde à ideia do poder de uma determinada classe social, cujo os interesses estão ligados e sustentados pelo Estado e, conseqüentemente, submetendo os seus efeitos sobre outras classes sociais.

No Brasil existem dois campos de poder identificados com certa predominância ideológica. Os ideários políticos de direita e os ideários políticos de esquerda. As parlamentares estudadas nesta dissertação estão presentes em espectros políticos distintos e atuam em lados opostos no cenário político nacional e regional.

Prolífero mencionar que os espectros ideológicos e políticos estão representados pelos partidos políticos brasileiros e que permitem como características o estabelecimento de tipologias a partir das relações familiares, dos capitais ideológicos e profissionais. Segundo Mayer, as tipologias partidárias são referenciais nos estudos sobre partidos políticos e sistemas partidários⁷⁰. As tipologias, segundo este autor, são modos de categorizar ou classificar os partidos políticos. Esta classificação se refere às

⁶⁹Sugestão de leitura sobre o tema ideologias da esquerda e direita na era digital verificar: VALENCIANO, Tiago. Ideologia: a direita e a esquerda na era digital. In: WHATSAPP: A caixa preta das eleições 2018. Maringá: Editora Trema, 2019. p.39.

⁷⁰Uma outra forma de comparar e, principalmente, classificar os partidos políticos é por meio de seus posicionamentos ideológicos, seja por intermédio da ideologia propriamente dita, seja por intermédio de sua categorização em “famílias partidárias”, as quais catalogam as legendas em grupos, tais como partido liberais, operários, religiosos etc., as quais seriam expressões das clivagens sociais existentes (Lipset; Rokkan, 1992; Von Beyme, 1985; Ware, 2004, citado por MAYER, 2011).

principais características como financiamento, organização partidária, modo de relacionamento com os membros e com a sociedade. (MAYER, 2011).

Portanto, conforme suas posições ideológicas no campo político, podemos observar quais agendas serão deliberadas e protagonizadas no decorrer dos mandatos dos políticos eleitos pelo voto democrático. Gleisi Helena Hoffmann do Partido dos Trabalhadores (PT-PR) e Maria Aparecida Borghetti do Partido Progressista (PP-PR), possuem estas características marcantes incrustadas em suas trajetórias políticas.

Gleisi Hoffmann representa ou se aproxima do espectro político ideológico do centro-esquerda brasileira, representado pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Enquanto Maria Aparecida Borghetti, representa os ideários do espectro político ideológico da direita liberal brasileira, ou se aproxima destes ideais que são representados pelo Partido Progressista (PP).

Importante ressaltar, que a classificação em relação aos espectros políticos da esquerda, do centro e da direita brasileira acontecem principalmente por posicionamentos tomados pelos parlamentares em suas agendas de decisões e que configuram deste modo em polos políticos distintos. Observando, que o conceito de “ideologia”, conforme Sheeffer (2016) apresenta, é o distinto “e varia conforme o tempo e a conjuntura histórico-cultural, podendo representar um conjunto de ideias e valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos” (SCHEEFFER, 2016, p. 35 citado por MACIEL, ALARCON, GIMENES, 2017, p.75).

Como elementos da diferenciação dos espectros ideológicos podemos reservar para a esquerda a ênfase na perfectibilidade e educabilidade dos seres humanos. A confiança na influência de instituições racionalmente concebidas sobre a conduta humana, a afirmação da prioridade dos direitos e necessidades sociais sobre as individuais.

No espectro ideológico da direita e centro podemos compreender como elementos de diferenciação cuja ênfase está na ação das autoridades estabelecidas para controlar as instituições sociais. A sua confiança está apenas em instituições já consolidadas dotadas de autoridade. A uma grande afirmação da prioridade nos direitos e necessidades individuais sobre os direitos sociais. (Luís Fernandes, citado por Silva, 1996).

Sendo assim, a centro-esquerda brasileira que tem como representante o Partido dos Trabalhadores criado em 10 de fevereiro de 1980 no Colégio Sion na cidade

de São Paulo, está ligado aos movimentos sindicais contestatórios do ABC paulista, a igreja católica com as Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs) com a Teologia da Libertação, artistas e intelectuais em meio aos ares da redemocratização brasileira.

O seu estatuto no artigo 1º, propõe ser uma associação livre que tem como proposta basilar a luta pela democracia, pluralidade, solidariedade, transformação social e política, institucional, econômica, jurídica e cultural. O Partido dos Trabalhadores possui como objetivo construir no estado brasileiro o socialismo democrático. Vale ressaltar que o espectro político que permeia o Partido dos Trabalhadores é o centro-esquerda à esquerda. (PARTIDO DO TRABALHADORES, 2017).

O espectro político da direita brasileira na qual Cida Borghetti é uma das representantes estudadas, possui os valores e princípios que perpassam pelos ideários nacionalistas, com um sistema econômico livre, que favorece as regras do mercado em suas práticas. No Brasil o espectro ideológico mais à direita compõe o ideário do liberalismo econômico do centrismo, já que a ideologia da esquerda possui tendências ao socialismo democrático e à social-democracia.

Outra característica são as Think Tank, ou fábricas de ideias, gabinete estratégico presentes nos Partido dos Trabalhadores pela Fundação Perseu Abramo (FPA) e a Fundação Milton Campos representando a Think Tank do Partido Progressista.

Na caracterização dos partidos políticos brasileiros podemos observar que a aproximação do Partido Progressista (PP) segundo Duverger se enquadra nos Partidos de Quadros, mas com nuances ao Partido Cartel, onde a aproximação com o Estado é mais acentuada. Pois de acordo com este autor,

Trata-se de reunir pessoas ilustres, para preparar eleições, conduzi-las e manter contato com os candidatos. Pessoas influentes, de início, cujo nome, prestígio ou brilho servirão de caução ao candidato e lhe arrecadaram votos: a seguir, pessoas ilustres como técnicos, que conhecem a arte de manejar os eleitores e de organizar uma campanha: enfim, pessoas notáveis financeiramente que contribuem com o fator essencial: o dinheiro” (Duverger, 1980 citado por MAYER, 2011, p.22).

Outro diferencial são os partidos de massa na qual o Partido dos Trabalhadores se aproxima por terem como ponto fundamental o aumento da participação eleitoral da população, absorvendo em suas fronteiras partidárias os sindicatos, e a massa de trabalhadores como apoiadores.

O partido caracteriza-se por uma ampla organização extraparlamentar, a qual não atua somente nos períodos eleitorais, mas de forma permanente no recrutamento de membros e nas demais atividades dos partidos, desde questões eleitorais, passando por processuais, até a organização de atividades recreativas para seus filiados. Além disso, esse modelo argumenta que as legendas têm forte ideologia, representando segmentos sociais específicos. (DUVERGER, 1980, citado por MAYER, 2011, p.23).

Contudo, o Partido dos Trabalhadores (PT) pode conforme a tipologia partidária desenvolvida por Duverger aproximar-se dos partidos políticos por ele denominados de Partido CATCH-ALL. Destacando os seguintes pontos, a saber:

Maior abertura a grupos: os partidos abrem espaço para participação de grupos que não se encontravam próximos aos grupos originais. Aumento da profissionalização: os partidos passam a contar e/ou contratar especialistas para as campanhas eleitorais, bem como para as diversas atividades desenvolvidas. Maior participação dos grupos de interesse: a maior abertura do partido leva ao aumento da participação dos grupos de interesses em sua ação. Ideologia: diminuição das fronteiras ideológicas entre as agremiações. As legendas passam a ser acessíveis a vários segmentos sociais. (DUVERGER, 1980, citado por MAYER, 2011, p.24).

No que tange a articulação geral dos partidos em questão podemos ressaltar que os partidos de massa possuem comitês que atuam como órgão dirigente e que buscam o treinamento e o crescimento dos seus membros.

Para compreender com clareza como decorre a organização dos partidos políticos como modelos das dinâmicas do poder político, Panebianco (2005 a, p.92), considera que

Os caracteres organizativos de um partido dependem, dentre outros fatores, da sua história, de como a organização nasceu e se consolidou. As modalidades de formação de um partido, os traços que sustentam sua gênese, podem de fato exercer uma influência sobre as suas características organizativas, mesmo depois de décadas.

Considerando esta premissa, os partidos considerados de esquerda ou centro-esquerda brasileiros possuem uma forte institucionalização, com atuação de líderes sindicais, e há ainda uma fidelidade muito forte de seus militantes. Já as organizações paralelas, “encaminham-se, não em direção à organização da qual fazem parte, mas na direção do partido, e isso tolhe ao sindicato (e às outras associações colaterais) qualquer possibilidade de vitalidade e de autonomia.” (PANEBIANCO, 2005b, p.158).

Porém, ainda que os partidos sejam criados e nascidos nestas condições são partidos que possuem organizações estruturadas capazes de mobilizar milhares de

militantes e defensores com aparatos burocráticos fortes amparados com suas organizações verticais.

Entretanto, há partidos que são representados por uma fraca institucionalização, possuindo desta maneira “uma grande dependência do seu ambiente de organizações externas”. Não possuindo nenhum controle direto do ambiente eleitoral externo.⁷¹ (PANEBIANCO, 2005c, p.207).

Os partidos podem ser organizações que experimentam uma forte institucionalização, ocupando uma posição de destaque e não periférica no jogo político, características dos partidos de direita e centro brasileiros. São partidos que “conquistaram o governo nacional após o nascimento (e antes da consolidação organizativa) e que permaneceram no governo durante muito tempo.” com forte controle sobre o governo nacional. (PANEBIANCO, 2005d, p.213).

Para Panebianco (2005), os partidos governistas possuem traços relevantes da burocracia estatal e um grau elevado de competitividade no sistema político, com recursos públicos a disposição para serem usados na competição partidária. São partidos que controlam os meandros do governo, com equilíbrio entre o partido e a burocracia estatal. Possuem controle dos recursos públicos, o que lhe traz uma certa estabilidade e longevidade, ainda que tenha que compartilhar o campo político com outras organizações partidárias.

Para compreender as características dos partidos políticos brasileiros podemos considerar como Partidos Políticos cujo espectro ideológico aproxima-se da direita: DEM, PEN, PHS, PMDB, PODE, PP, PPS, PR, PRB, PRP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, PV, SD, UNIÃO BRASIL. Partidos Políticos cujo espectro ideológico aproxima-se do centro e centro-direita, porém são um bloco informal chamados de Centrão surgido em 1988: AVANTE, DEM, MDB, PATRIOTA PL, PP, PROS, PSC, PSD, PTB, REPUBLICANOS, SOLIDARIEDADE. (CALGARO, 2020) e Partidos Políticos cujo espectro ideológico aproxima-se da esquerda: PCdoB, PDT, Pros, PSB, PSOL, PT, PTdoB, REDE. (KICH, 2022).

⁷¹ Adaptar ao que acontece fora das respectivas organizações, que não reúnem condições de desenvolver, diretamente das instituições fortes, estratégias imperialistas de domínio do ambiente. Além disso, são partidos que têm em comum uma fraca coerência estrutural interna, um baixo grau de sistemicidade: são organizações que apresentam uma grande variedade de formas de uma região para outra do país por um longo período de tempo (...) e uma indeterminação substancial dos limites organizativos (...), de tal maneira que geralmente não se pode distinguir onde termina às organizações e onde começa às organizações externas, contíguas. (PANEBIANCO, 2005c, p.208).

As tipologias partidárias apresentadas são observações que tem como base a corrente teórica clássica sobre os partidos políticos e possui como proposta apresentar semelhanças e diferenças dos partidos políticos estudados nesta dissertação.

É salutar observar que para Marenco; Serna (2007), os perfis sociais e os recursos individuais dos candidatos da esquerda são diferentes dos da direita. Pois, os recrutamentos da esquerda por serem partidos de origem ideológica e mais longevos, suas bancadas são recrutadas no setor público, sindicalistas, classe média assalariada, lideranças de movimentos sociais como aconteceu no início da trajetória de Gleisi Hoffmann.

Os recrutamentos dos partidos da esquerda acontecem devido a dependência das estruturas organizacionais partidárias e associativas para de certa forma equilibrar e compensar a falta de recursos financeiros próprios.

Os partidos de direita, mais conservadores e tradicionais representados nesta dissertação pela parlamentar Cida Borghetti e seus familiares por serem elitizados buscam compor suas bancadas entre a burguesia, como grandes latifundiários, profissionais urbanos e rurais liberais com altos rendimentos, prestígio e reputação. Estes indivíduos, portanto, não dependem da organização partidária como os da bancada da esquerda, pois os políticos da direita possuem carreiras políticas com pouca lealdade partidária. Por fim, a posição social passa a ser um determinante possível, mas não único para o sucesso ou fracasso eleitoral. (RODRIGUES, 2002 citado por MARENCO; SERNA, 2007).

Importante ressaltar que o eixo dos espectros ideológicos tanto da direita quanto do centro e esquerda são relevantes para a organização dos partidos políticos brasileiros, e importantes para os seus recrutamentos. As trajetórias políticas percorridas pelas parlamentares Cida Borghetti, cujo espectro político se aproxima da direita e da Gleisi Hoffmann, cuja posições políticas se aproximam do espectro político da centro-esquerda, influenciam definitivamente suas agendas e suas decisões políticas.

Lembrando que os partidos políticos segundo Bourdieu, são subcampos onde acontecem as lutas, as disputas e a continuidade do jogo político com os seus mais variados interesses. No jogo os capitais acumulados a partir dos partidos políticos são fundamentais para a continuidade das forças antagônicas que estão presentes nesta arena de poder. (BOURDIEU, 2011).

E na atual conjuntura política brasileira, e cada vez mais, significativa a relação íntima entre os espaços privados e públicos, traduzidos nas famílias e na sua presença

política regional e nacional, compondo as estruturas dos municípios e dos estados. (GOULART, 2018).

Como veremos no decorrer das discussões, famílias tradicionais são históricas, pois perpetuam-se por gerações, um fenômeno contínuo de grande impacto na política e nas instituições sociais. O exercício político foi e é exercido por estas famílias históricas cujos descendentes encontram-se em praticamente todas as instituições do Estado. Seus descendentes são os seus sucessores, herdeiros de diversos capitais. Em meio a esta continuidade política que o fenômeno do familismo aparece conjuntamente com outro fenômeno chamado de nepotismo.

Fenômenos que estão marcados por sua tradicionalidade. Portanto, a centralidade da família quando observamos o fenômeno do nepotismo e ou quando pesquisamos empiricamente as esferas genealógicas demonstram os profundos laços de poder e perpetuam-se por gerações. A família, segundo Goulart (2018), na percepção política acaba sendo uma chave importante para compreensão destas relações de poder no Brasil, do funcionamento das instituições e do jogo político.

Logo, tanto as discussões sobre o nepotismo como análise das relações de poder político e de parentesco como a genealogia com perspectiva sociológica das origens familiares e de estrutura social, tem como construção empírica a família e sua permanência nas esferas políticas, permitindo compreender a metamorfose⁷² pela qual a burguesia brasileira se utiliza por gerações.

4.1. O CAMPO POLÍTICO PARANAENSE: ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIOLÓGICOS.

O campo político paranaense sempre foi e continua sendo na atualidade um campo desigual, assimétrico e com lutas acirradas por poder e acúmulo de capitais por parte de famílias tradicionais e dominantes. Contudo uma parte considerável deste campo político e de resistência e militância a uma ordem estabelecida. Os seus agentes políticos que estão em constante movimento polarizado diante de interesses antagônicos.

⁷²Segundo Oliveira, para compreendermos os processos de “metamorfose burguesa”, onde as famílias dominantes e históricas detém a capacidade de atravessar e adaptar-se por gerações nas instituições sociais e políticas, utilizaremos como metodologia a análise da genealogia como principal mecanismo de pesquisa empírica. (OLIVEIRA, 2001; 2012; 2015; 2016; GOULART, 2018).

A reconstrução do percurso histórico da participação das mulheres nos espaços de poder se faz necessária, pois a participação cada vez mais ativa das mulheres nos setores sociais e de poder, são uma realidade. Como exemplo podemos observar as trajetórias políticas das parlamentares Gleisi Helena Hoffmann e Maria Aparecida Borghetti que nos propomos a analisar na presente dissertação.

Inicialmente lembramos das resistências ocorridas nos tempos da escravidão, as lutas no campo e das causas operárias. Insurgências que o tempo não apagou da história política paranaense. Ainda que, ideologicamente o estado do Paraná e para os paranaenses seja historicamente considerado tradicional e conservador, e as mídias hegemônicas são uma das responsáveis por este entendimento. Contudo é inegável que há no estado do Paraná um conservadorismo estrutural que permeia os espaços públicos e privados e que os partidos de todos os espectros ideológicos continuam lutando por mais espaços no jogo e no campo político paranaense.

É salutar mencionar que o Paraná foi construído também pelas lutas e movimentos revolucionários como a Guerra do Contestado de 1912 a 1916 nas regiões sul e sudeste do estado; A greve geral de 1917 em Curitiba; a revolta de Porecatu de 1948 a 1951; em 1957 a Revolta dos Posseiros do sudoeste paranaense; a mobilizações nos anos de 1990 e 2000 contra a privatização da Copel; os movimentos estudantis da década de 1960 mobilizaram os estudantes pela continuidade do ensino público nas universidades estaduais. As origens cascavelenses do Movimento dos Sem Terra (MST); mobilizações da população africana por espaços de representatividade. (MENDONÇA; SOUZA, 2017).

A narrativa do conservadorismo e da tradicionalidade imputada às mulheres e homens paranaenses traz em seu significado simbólico o esquecimento e a omissão das insurgências e resistências ocorridas no estado.

Algumas reflexões sobre a militância feminina comunista no Paraná nas décadas de 40 e 50 tem como proposta trazer clareza e luz para compor as discussões acerca do campo político deste estado que para o imaginário paranaense possui uma tradicionalidade em suas origens mais antigas.

No cenário de conquistas, avanços e retrocessos políticos, o estado brasileiro passou a reagir de forma violenta com a militância comunista, os homens e mulheres foram torturados, presos e/ou deportados. As condições nas prisões eram as piores possíveis, ficando ocultas da história política brasileira por mais de 50 anos. (BRAZIL, 2020).

Importante mencionar que desde a década de 1922 até 1950, no interior da estrutura partidária do PCB, as mulheres sofreram por parte dos membros masculinos uma hostilização androcêntrica e eram relegadas as funções menos relevantes, segundo testemunho de Maria Werneck, militante do Partido Comunista do Brasil. (BRAZIL, 2020).

Com efeito, a tortura marcou as trajetórias políticas de mulheres consideradas perigosas pelo regime Vargas, por terem assumido posições políticas de cariz marxista, ideologia antagônica ao trabalhismo varguista. Foram os casos de Patrícia Galvão, Beatriz Bandeira, Olga Benário, Elisa Ewert e Nise da Silveira, dentre outras. (BRAZIL, 2020, p.93).

É necessário apontar que mesmo com tarefas consideradas menos relevantes dentro da estrutura do partido, as mulheres foram presas e torturadas como os homens, sem distinção de gênero. No período após a Era Vargas destaca-se Zuleika Alambert, militante comunista, eleita em 1947 como suplente na Assembleia Estadual Paulista. Passou a viver clandestinamente entre os anos de 1947-1954. As mulheres militantes paranaenses passaram por momentos de resistência e luta, bem como os diversos movimentos políticos que foram direta ou indiretamente silenciados e reprimidos até 1945. (MARQUES, 2018).

A primeira mulher eleita deputada estadual no ano de 1947, foi Rosy de Macedo Pinheiro Lima, de família proeminente, tradicional e importante no estado do Paraná, obteve 921 votos pela União Democrática Nacional (UDN), um partido de origem mais conservadora. (GOULART, 2016).

No Paraná o Partido Comunista Brasileiro (PCB) tem suas origens em 1930 cujo fundadores eram trabalhadores do Porto de Paranaguá, ferroviários e ex-anarquistas. Em 1940 seus membros inseriram-se com maior profundidade nos movimentos sindicais, tendo participado em 1945 e 1947 das eleições após o fim do Estado Novo.

Foi eleito para deputado estadual, José Rodrigues Vieira Netto. Nas eleições de 1947 foi eleito os vereadores pela cidade de Londrina Manoel Jacinto Corrêa e Newton Leopoldo Câmara pelo PTB-PR. A atuação do Partido Comunista paranaense deu-se em várias frentes como os sindicatos nas cidades de Ponta Grossa e Londrina. Participou ativamente de vários conflitos agrários no estado, o mais significativo foi a Guerrilha de Porecatu, em 1950 no norte do Paraná no governo de Moysés Lupion. Esta primeira

experiência armada ficou conhecida como “Liga Camponesa”. (GONÇALVES, 2004; Silva, 2006 citado por GRANATO, 2016).

Segundo dados da Delegacia de Ordem Política e Social (DEOPS), localizados no Departamento de Arquivo Público do Paraná (DEAP), no Paraná foram registrados 224 mulheres militantes que atuavam no estado. Sendo, 55 mulheres no Comitê Municipal de Curitiba, 52 em Londrina, 47 em Paranaguá, 21 em Antonina e 49 mulheres em Comitês Municipais do interior do estado. (ZENI, 2008).

Em dezembro de 1951 ocorreu na cidade de Curitiba a Conferência da Mulher liderada pela líder comunista e vereadora paranaense Maria Olímpia Carneiro. A sociedade paranaense considerou a Conferência subversiva o que gerou indignação por parte da população.

De acordo com Zeni (2008), a Conferência contou com a participação de representantes das fábricas de Curitiba e estudantis. Também participaram Comissões de mulheres das cidades de Antonina, Ponta Grossa, Campo Largo, Londrina, Maringá, Piraquara, Paranaguá e Bandeirantes do Sul.

Para Naíde Teodósio, militante comunista as mulheres comunistas possuíam uma enorme capacidade de sacrifício e abnegação aos ideais e ao Partido Comunista do Brasil (PCB). Iraci Soares de Oliveira, era operária da fábrica Café Alvorada em 1946 e registra que quando ingressou no PCB-PR as mulheres operárias tinham consciências que as leis trabalhistas não eram cumpridas e para isso era preciso lutar mas, reconheceu que lutar pelo Brasil em suas palavras “era coisa séria” e que “A mulher comunista era uma mulher comum, só com ideias diferentes das outras, que eram acomodadas em casa.”. (ZENI, 2018, p.72).

Neste contexto da Segunda Guerra Mundial as mulheres comunistas compreendiam que no campo político na qual estavam inseridas deveriam abandonar uma vida de certezas pautadas pelo tradicionalismo e conservadorismo por uma vida de consciência e liberdades políticas. Odete Soares de Oliveira compreendia que ao ingressar na militância do PCB tudo poderia acontecer inclusive a morte e para estas mulheres havia justificativa para a luta e para a morte.

De acordo com a autora Zeni (2018), outros nomes são muito significativos na construção do campo político paranaense e destaca o de Nair Bismayer que participou juntamente com Iraci Silva e Maria Olímpia Carneiro da organização do PCB do Paraná. Iraci Silva ficou responsável e encarregada pelo Departamento Feminino da Célula do Batel e também organizou a Secretária de Finanças do Comitê Municipal.

Maria Olímpia Carneiro participou da Secretária Política e de Finanças da Célula Juvevê e em 1946 foi eleita a primeira vereadora da capital paranaense para a legislatura de 1947 a 1951. Nair Bismayer assumiu o cargo de Secretária Política da Célula Leocádia Prestes e o Comando do Departamento Feminino da Célula do Cajuru.

Dentre todos os períodos da construção histórica e política do estado do Paraná chamaremos a atenção em particular para a participação e militância das mulheres no período da ditadura civil-militar. Neste momento histórico e político no qual o Brasil e toda a sociedade civil passava, as mulheres militantes da esquerda paranaense foram protagonistas na resistência contra o regime político que se implantava em todo o território nacional.

Estas mulheres participaram dos movimentos estudantis, nos partidos políticos e nas organizações de esquerda também sofreram as perseguições de um regime antidemocrático. Foram presas, outras caminharam para o exílio e clandestinidade e muitas outras foram sequestradas, torturadas e presas por um Estado opressor e conservador. (MENDONÇA; SOUZA, 2017).

O Paraná pelas suas características de ser um estado de perfil conservador e ideologicamente de direita não houve registros de objeção, mas sim de alinhamento governamental e da sociedade civil ao Golpe militar deferido na nação brasileira em 1964. Esta percepção de passividade e confirmada pela militante paranaense Teresa Urban e por Marion Brepohl de Magalhães.⁷³

No estado paranaense a Sociedade de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), foi fundamental para a população tradicional e conservadora que vivia na capital do estado. Para Teresa Urban a cidade de Curitiba era “uma cidade tão bem comportada”. Para a TFP seu propósito principal era coibir a infiltração comunistas nas igrejas católicas e com este propósito arrecadou em 1968 um total de setenta e três mil assinaturas paranaenses de um total de um milhão e meio. (CONRADI, 2018).

De acordo com Conradi (2018), só no acervo da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS-PR), há 218 dossiês de mulheres militantes que foram registradas por este órgão no estado. O que evidencia e contradiz o discurso do senso comum que afirma que o Paraná foi um estado passivo e cordato.

⁷³ Indicação para leitura a respeito da participação feminina no período da ditadura civil-militar no estado do Paraná: MAGALHÃES, Marion Brepohl. *Paraná: política e governo*. Curitiba, SEED, 2001. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5317>. Acesso em: 25.12.2022. e URBAN, Teresa. 1968 ditadura abaixo. Curitiba, Editora Arte & Letra, 2008.

Dentre as narrativas sobre este período podemos citar a da militante política e liderança dos movimentos estudantis paranaenses Clair da Flora Martins, estudante de Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Letras pela Universidade Federal do Paraná. Em 1964, identificou-se com os movimentos estudantis de ambas as universidades e em decorrência destas reuniões resolveu residir na Casa do Estudante Universitário (CEU). Organizou e participou de vários eventos do movimento estudantil na capital paranaense, um deles foi a tomada da Reitoria e a derrubada do busto de Flávio Suplicy de Lacerda⁷⁴ e enfrentando a cavalaria da Polícia jogando bolinhas de gude nas ruas por onde os protestos passavam.

Ligia Aparecida Cardieri foi militante neste período, porém sem filiação partidária, atuou na educação popular adotando os ensinamentos de Paulo Freire. Em 1970 foi presa em São Paulo no Presídio Tiradentes. Foi considerada como tantas outras mulheres militantes como subversiva.

Conradi (2018), ainda menciona os nomes de Elizabeth Franco Fortes e Ana Beatriz Fortes, que pertenceram ao movimento estudantil na década de 60. Elizabeth fazia parte da liderança do Diretório Acadêmico Rocha Pombo da Faculdade de Filosofia da UFPR. Com Judite Barboza Trindade cumpriu um ano de prisão no Presídio do Ahú, em Curitiba, por ser considerada subversiva de alta periculosidade.

Ana Beatriz Fortes também participou dos movimentos estudantis secundaristas no estado paranaense e iniciou sua militância no Colégio Estadual Professor Guido Strauber, sendo presa em 1970 onde foi torturada por supostos envolvimento com a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares – VAR-Palmares que teve sua maior atuação no oeste do estado.

Pelas narrativas apresentadas por Conradi (2018), o Paraná possuía neste período histórico um campo político conservador o que propiciou em muitos casos a

⁷⁴ Flávio Suplicy de Lacerda, paranaense nascido na cidade da Lapa, foi reitor da Universidade Federal do Paraná. Em 1964, no governo de Humberto Castelo Branco, foi convidado a assumir o Ministério da Educação e Cultura - MEC, período que formulou a Lei nº 4.464, de 6 de novembro de 1964, que se tornaria conhecida como Lei Suplicy. A nova lei transferiu para o âmbito universitário dispositivos da legislação eleitoral, proibindo as atividades políticas desenvolvidas pelas organizações estudantis e regulamentando a própria formação dessas organizações. A Lei foi violentamente criticada por ser contrária à livre atuação dos/as estudantes. Inúmeras manifestações de protesto foram promovidas em todo o país contra a Lei Suplicy e em Curitiba os/as estudantes da UFPR, num ato de protesto, derrubaram o busto que homenageava o ex-reitor Suplicy, localizado na Reitoria da Universidade Federal do Paraná. (FGV-CPDOC. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lacerda-flavio-suplicy-de>. Acesso em: 15/06/2017 citado por CONRADI, 2018, p.278).

cooperação da população ao governo ditatorial cívico-militar, contudo evidencia a resistência, a militância e a guerrilha em tempos sombrios de forte repressão.

Atualmente o estado do Paraná possui 8.475.632 eleitores em 399 municípios, composto por 53% de mulheres e 49% entre 25 e 49 anos. (FREITAS, 2022a). Goulart, observa que as organizações e conexões político-familiares das classes dominantes atuam nos caminhos da construção política da sociedade paranaense, tanto para a manutenção dos capitais culturais, políticos e simbólicos, entre outros, como nas formas de poder que se perpetuam na participação da política local.

Compreende também, que a presença feminina no campo político paranaense pode acontecer por meio de uma linhagem política, onde a sua relação com a vida pública ocorre pelo fato de pertencer a famílias políticas, “tendo maridos, pais, filhos (as), mães, irmãos (as), cunhados (as) e / ou sobrinhos (as) já presentes neste espaço.” (GOULART, 2016, p.235).

Outro fator possível são as representações ligadas a religiões específicas, como a presença das parlamentares evangélicas que tem como nicho político seus fiéis membros de suas igrejas. Como a deputada estadual pelo Paraná Cantora Mara Lima ou ainda o ingresso na política advém da presença das mulheres pelo fato de pertencerem aos movimentos sociais e seus eleitores estarem vinculados a suas atividades de base. Como exemplo, a parlamentar e atual deputada estadual paranaense Cristina Silvestri. (GOULART, 2016).

E para compor a arquitetura deste campo observamos que no decorrer da década de 90, os estudos sobre a política paranaense deu-se principalmente pelo observatório do NEP-UFPR, a partir das trajetórias das famílias mais proeminentes e históricas do estado. Tais relações de poder e de parentesco são abordagens que permitem explicar a realidade social e as alianças políticas de determinadas famílias principalmente em períodos eleitorais. Tornando estes estudos genealógicos uma perspectiva sociológica voltadas para as origens e estruturas familiares se fez necessário para a compreensão dos fortes laços de nepotismo do estado do Paraná.⁷⁵

Oliveira (2018), destaca ainda que os mais notáveis no período colonial os “homens bons” ou da “nobreza da terra”, ou ainda “nobreza imperial”, e finalmente “elite republicana” fazem parte destas famílias tradicionais da atualidade histórica brasileira e paranaense.

⁷⁵É salutar observar que “quanto maior o status social de uma pessoa, maior será a documentação e a memória escrita associada a esta individualidade e sua família.” (OLIVEIRA, 2016, p.15).

Boa parte destes homens pertencem às famílias históricas, cuja origem apresentam-se nas primeiras linhagens e são resultantes de mulheres indígenas e dos primeiros colonizadores portugueses.

Em 1553 desembarcou em Salvador uma mocinha de seus quatorze ou quinze anos. Clemência Doria fora educada no recolhimento para órfãos nobres de N. S. da Ajuda, e seu dote era um ofício burocrático na colônia. Dentro em pouco estava casada – para isso viera –, iniciando a comprida descendência dos Dorias no Brasil. (SANTOS, 1994, p.09).

A exemplo dos Dorias, estas famílias com suas organizações e conexões político-familiares atuaram nos caminhos da construção política da sociedade brasileira, tanto para a manutenção dos capitais econômicos, sociais, culturais e simbólicos, como nas formas de poder que se perpetuaram com a participação na política local, e posteriormente nacional.

No livro "O Silêncio dos Vencedores: Genealogia, Classe Dominante e Estado no Paraná", Oliveira (2000) constatou que há uma significativa conexão e continuidade genealógica das velhas classes dominantes e tradicionais e sua linhagem feminina.

Linhagem está, denominada de materna ou mitocondrial, e que registra dados importantes para a compreensão de em um projeto de nação na qual os agentes políticos são protagonistas em muitos espaços sociais.

Segundo Canêdo, as formas de possíveis de construir uma genealogia podem perpassar pela escolha da genealogia mitocondrial, ou seja da “escolha de uma mulher para considerar a origem de uma família que agrupa pessoas dispersas em muitas linhagens masculinas, e que não poderiam ser ligadas de outra forma”. (CANÊDO, 2011, p.55).

Os mecanismos de transmissão utilizados pelas famílias mais proeminentes são os capitais adquiridos em suas posições políticas e sociais, e que revelam as estruturas de classe da qual a sociedade brasileira é formada. As redes familiares são, portanto, uma investigação empírica necessária para a compreensão das lógicas sociais das instituições, principalmente do sistema político nacional e paranaense⁷⁶.

⁷⁶Dessarte, que o estudo das genealogias como metodologia de pesquisa empírica, é fundamental para as análises desenvolvidas, a partir das concepções de transmissão de poder das famílias históricas na qual a Sociologia Política e Histórica nos revela como estruturas estruturantes dos poderosos nos processos de suas alianças geracionais e dos projetos de construção nacional. Os aspectos aqui considerados permitem traçar a dimensão sociológica, que as questões genealógicas possuem como instrumentalização analítica. Assim, “a escrita genealógica, ou seja, a prova escrita de um capital acumulado por gerações, legitima o poder da família nas atividades políticas. Para os agentes interessados, ela se transforma num importante

Onde a classe dominante ou como poderíamos chamá-las de famílias históricas envolve a unidade de diferentes grupos pertencentes às estruturas sociais e políticas possuidoras de raízes profundas no período colonial, autônomas com interesses próprios, existindo em seu interior as relações de parentescos. Famílias tradicionais que se estabeleceram há muito tempo e que sobrevivem e se adaptam aos novos tempos, com práticas sociais conectadas ao poder político com seus privilégios e controle dos patrimônios. (MACHADO; MARCELINO; CAPRARO, 2015).

Sua origem está conectada na base fundiária⁷⁷ e assentada na posse de terras desde os primeiros momentos do Brasil colonial. Ocupam e ocuparam posições estratégicas e importantes nas estruturas políticas, sociais, culturais, religiosas e econômicas. Estas famílias históricas também se revelariam nos nomes e sobrenomes das principais ruas, praças, escolas, monumentos, avenidas das inúmeras cidades brasileiras.

Consequentemente, os estudos referentes às genealogias destas famílias se fazem oportunos pois, “consiste em uma estrutura social temporalmente organizada, de modo a conectar e estruturar vários indivíduos familiares em complexas redes de parentesco e de interesses unidos entre si. (OLIVEIRA, 2009).

Logo, a reconstrução de suas genealogias formam “uma grande rede de cumplicidades e mútuos benefícios entre diferentes poderes e instituições do Paraná”, o que pode ser observada também a nível nacional. (PEREIRA, 2016 c, p.382).

Segundo Resende (2020), questões que envolvem genealogia devem ser observadas sob a íntima relação entre os capitais culturais herdados por estes agentes e o espírito de família, sem esquecer a política como o lugar da eficácia simbólica.

A genealogia, portanto, é uma ferramenta que prioriza a ciência da história das famílias, e desta forma fornece um caminho de pesquisa sociológica fundamental para a compreensão dos poderosos e ricos, com o objetivo de revelar as estruturas de

trunfo do jogo político; inscreve a família numa continuidade e marca, desta maneira, a solidez de seu poder social e político, seu domínio do tempo e sua capacidade de adaptação.” (CANÊDO, 2011, p.73 citado por GOULART, 2018, p.82-83).

Nas discussões realizadas sobre o estado do Paraná e a formação das classes tradicionais e dominantes, o papel dos estudos sobre as genealogias como metodologias são instrumentos necessários para a compreensão destes debates. “A classe dominante revelaria a unidade de diferentes grupos proprietários, podendo estes pertencerem a famílias ou não, que organizaram os meios de produção, consumiram rendas e heranças, comandaram o processo produtivo sendo politicamente dominadores e ideologicamente hegemônicos.” (MACHADO; MARCELINO; CAPRARO, 2015, p.97).

⁷⁷ No conjunto de seus membros, poderíamos verificar a presença de senhores de sesmarias, pertencentes aos quadros políticos das governanças das vilas como homens bons, exercendo atividades militares de altas patentes como coronel, tenente-coronel, capitão, entre outros. (MACHADO; MARCELINO; CAPRARO, 2015, p.97).

parentesco e suas relações com a parentela de diferentes famílias e indivíduos por gerações. Diante disso, a genealogia consiste em uma “estrutura social temporalmente organizada em termos reais, ou mesmo imaginários, de modo a conectar e estruturar vários indivíduos e grupos familiares em complexas redes de parentesco e de interesses unidos entre si.” (OLIVEIRA, 2012, p.51).

Para que esta ferramenta de instrumentalização investigativa seja utilizada de forma coerente e científica é necessário atender, portanto, quatro pontos fundamentais:

I – Deve ser capaz de, em termos sociais e legais, revelar a existência de um parentesco assentado em documentos (as informações são politicamente garantidas pelo Estado-Igreja). Para preencher este requisito, de acordo com o autor, haveria a necessidade de reunir-se o maior número possível de documentos para verificação em termos de coerência, contradição, exatidão ou inexatidão de suas fontes. Assim, quanto maior a reunião documental, melhor para a pesquisa genealógica, embora mesmo tendo esta cautela esta não esteja totalmente isenta de imprecisões e falsificações. Nesse sentido, a procura do maior número possível de documentos, juntamente com uma análise mais crítica das fontes, tornaram a pesquisa genealógica mais confiável e adequada para determinar estudos envolvendo suas temáticas. (MACHADO, MARCELINO, CAPRARO, 2015, p.96).

O segundo ponto a se considerar é a apresentação do fato biológico, como um instrumento mais contemporâneo em termos de pesquisa empírica:

II – Outro fator importante como requisito fundamental para a Genealogia em termos de instrumental analítico, seria sua apresentação também como fato biológico (genético), demonstrando uma técnica de pesquisa mais contemporânea. Nesse sentido, ela poderá proporcionar uma confirmação ou correção de todo o acervo documental da genealogia como linguagem social, embora neste caso seja necessária a existência de técnicas apuradas suficientemente para identificar linhagens e filiações de grupos humanos no tempo e no espaço geográfico que se pretende estudar. (MACHADO, MARCELINO, CAPRARO, 2015, p.96).

O terceiro ponto de discussão é a diferenciação da genealogia adivinhativo-especulativo e da genealogia documental-científico:

III – Um outro aspecto relevante é a necessidade de fazer-se a diferenciação entre a genealogia adivinhativo-especulativa, e a genealogia documental-científica. A primeira está relacionada a um estilo mais livre, especulativo e sem documentos para saltos que proporcionam entroncamentos imaginativos; a segunda visa a reunião de documentos para a busca de evidências comprobatórias de hipóteses. (MACHADO, MARCELINO, CAPRARO, 2015, p.96).

A estratificação social e geográfica deve ser levada em questão na análise genealógica:

IV – A Genealogia também dependeria da estratificação e da mobilidade social e geográfica, pois, quanto mais importante e influente um indivíduo for, provavelmente teríamos um maior número de documentos sobre o mesmo e conseqüentemente sobre sua família. (MACHADO, MARCELINO, CAPRARO, 2015, p.96).

Logo, a utilização da Genealogia⁷⁸ resultaria em uma ferramenta importante para auxiliar a pesquisa empírica e eficaz no reconhecimento da classe tradicional e dominante paranaense. (MACHADO, MARCELINO, CAPRARO, 2015).

A classe dominante é desta forma uma rede complexa de relações sociais e políticas estruturadas por longas linhagens e seu mapeamento permite compreender e reconhecer uma complexa rede de cooperação, de cargos, e principalmente capitais econômicos. (OLIVEIRA, 2012).

Diante destas proposituras podemos compreender a importância da interpelação dos diversos aspectos da realidade social e política no Estado do Paraná, onde trazendo para o centro do debate a heterogeneidade da política paranaense como reflexo de uma consciência do pensamento do antigo regime. Profundamente tradicional e conservador. Um estado mantenedor de privilégios na forma do nepotismo, do familismo, é que ao percebermos os laços e alianças estabelecidos entre as famílias tradicionais e dominantes compreendemos assim, os enlaces do ethos político.

Sobre as questões que envolvem as discussões sobre genealogia é necessário ressaltar que as ferramentas utilizadas em relação a análise do “capital cultural herdado”, do “espírito de família” e da política, são ações que se reproduzem e sinalizam a sua eficácia simbólica. (BOURDIEU, 2011).

O estudo empírico dos matrimônios⁷⁹ ou das alianças matrimoniais possibilita neste contexto o conhecimento da genealogia das famílias mais importantes e tradicionais tanto de regiões brasileiras mais distantes dos grandes centros como dos pólos regionais com colonização mais recente.

⁷⁸A genealogia consiste em uma estrutura social temporalmente organizada em termos reais, ou mesmo imaginários, de modo a conectar e estruturar vários indivíduos e grupos familiares em complexas redes de parentesco e de interesses unidas entre si. (OLIVEIRA, 2012 a, p,51).

⁷⁹O trabalho genealógico trabalha com variáveis importantes como alianças matrimoniais, a genealogia como instrumento político, famílias de políticos, acumulação de capital político e social e produção simbólica o que permite uma visão panorâmica das transformações dos espaços políticos e dos grupos políticos. (CANÊDO, 2011).

Este estudo⁸⁰ permite a compreensão, portanto, do campo político que segundo Canêdo (2011), são forças instáveis e que permitem a disputa com sucesso durante muitos anos e por assim dizer por muitas gerações.

O que demonstra que “família ainda importa e explica”, conceito de autoria de Oliveira (2012), que demonstra que o estudo da genealogia como instrumento de análise sociológica, mostra-se de grande destaque para a compreensão do campo político e do acúmulo de capitais como estratégia das famílias mais proeminentes de cada região.⁸¹

Canêdo (2011), ainda revela que este ordenamento demonstra uma visão de mundo, pois muitos políticos, principalmente os mineiros não deixaram memórias registradas, visto que sua prática segundo a autora seria que ele (políticos mineiros) “não escreve nunca”. Os arquivos da política mineira se “encontram na memória”, outra fonte fundamental para a pesquisa com bases genealógicas. (Canêdo, 2011).

No estado do Paraná, a família Khury ajuda a compreender como a classe dominante mantém alianças e interage para manter-se no poder formando uma teia de hereditariedade no campo político. Influências que se estendem no poder Judiciário, Legislativo, Executivo, no Tribunal de Contas, nos cartórios e partidos, atingindo e controlando as mídias e a classe empresarial.

Outra característica nos estudos genealógicos se encontram nos aprendizados da variável casamento. Pois elas revelam a memória genealógica de muitas famílias políticas e torna-se um imprescindível capital. Suas alianças matrimoniais, por conseguinte são estratégias para a ampliação do poder e manutenção do campo político. A exemplo dos Khury que envolveram-se com as famílias tradicionais paranaenses como os Albuquerque, Sabóia, Munhoz da Rocha, Maranhão, Slaviero e Pimentel consolidando os seus capitais no campo e no jogo político paranaense. (PEREIRA, 2016 c; OLIVEIRA, 2012; GOULART, 2018).

⁸⁰Outros instrumentos ou fontes são viáveis como ferramentas de estudo para o campo da genealogia como as crônicas literárias, biografias e entrevistas. Elas permitem perceber e avaliar, por exemplo, o poder nos subcampos da República como os presidentes e suas gestões, bem como os dos seus vice-presidentes, comissões de finanças e de justiça, ministérios e o Congresso Nacional. (CANÊDO, 2011).

⁸¹Cid Rebelo Horta em seu texto “Famílias Governamentais de Minas Gerais” apresentou 27 famílias que controlavam a política do Estado de Minas Gerais, entrelaçadas com a política local e nacional em uma clara visão das estratégias e das redes construídas e que se renovam nas relações de poder. O texto de Horta, já consagrado nos anos 90 como um clássico, e revisitado por Frances Hagopian, pois demonstrou que “os membros dessas famílias nos postos mais elevados da administração durante o governo militar de 1964-1982 e também influenciando a transição negociada para a democracia, o que lhes assegurou a manutenção de posições proeminentes no pós-autoritarismo permitindo-lhes manter o controle clientelístico, seu mais importante recurso político.” (CANÊDO, 2011, p. 56).

No Paraná há diversas famílias conhecidas por sua atuação no campo político como, aos moldes da família Richa, famílias políticas de grande renome no estado do Paraná, além dos “Silva e Hoffmann” e os “Borghetti-Barros”.⁸²

A regularidade das escolhas racionais de cônjuges, e das atividades profissionais demonstra um *habitus* de classe como práticas que garantem a permanência dos ordenamentos políticos que possuem seus fundamentos no poder da burocracia do Estado. (Canêdo, 2011).

Sob estas referências, podemos citar da atual deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT-PR) Gleisi Helena Hoffmann que já foi casada com o político de proeminência nacional, Paulo Bernardo Silva que iniciou sua vida pública após estabelecer residência em Brasília e da ex-governadora do Paraná Maria Aparecida Borghetti Barros (PP-PR). Cida Borghetti é casada com Ricardo Barros, atual deputado federal pelo PP-PR, é foi líder do governo Bolsonaro e que também caracteriza uma família cuja a principal função profissional é a política regional com grande visibilidade nacional.

Assim, consolidando os capitais matrimoniais, pois são instrumentos estratégicos para garantir, aumentar e manter o prestígio adquirido no campo político bem como redirecionar a atuação dos agentes políticos na lógica e ordem deste campo. (CANÊDO, 2011; OLIVEIRA 2016; OLIVEIRA, GOULART, VANALI E MONTEIRO, 2017).

A análise da memória política, portanto, é mais uma das ferramentas essenciais como já foi mencionado anteriormente para a compreensão dos mecanismos de transmissão do patrimônio. É uma forma de legitimar os sobrenomes destas famílias na memória da coletividade e principalmente na hora do voto.

Logo, a genealogia torna-se mais uma peça para o acúmulo do capital simbólico traduzido no jogo político como uma intenção política que “só se constitui na relação com um estado do jogo político e, mais precisamente, do universo das técnicas de ação e de expressão que ele oferece em um dado momento”, (Bourdieu, 2002, p.165). É salutar compreender que a genealogia, enquanto processo de recurso empírico

⁸² São famílias proeminentes e tradicionais no estado paranaense, com diversos capitais, a saber: Vanhoni, Lerner, Lupion, Ribas Carli, Sotto Maior, Pessuti, Belinati, Moreira Rodrigues, Requião, Guimarães-Nacar, Macedo, Stephanes, Dal Prá/Ducci, Abib, Anibeli, Mattos Leão, Camargo, Braga, Name, Justus, Silvestri, Carvalho, Rischbieter, Cruz de Oliveira, Passos, Martins de Oliveira, Iatauro, Arns, Stica, Brandão, Leprevost, Crisóstomo da Silva, Rocha Loures, César, Maron, Massa, Isfer, Ruppel, Fruet, Delazari, Derosso, Schulman, Quadros, Vidal, Rossoni, Bueno, Pimentel, Campelo, Almeida, Dias, Portes, Sabbag Akel, Nogueira Soares, Moura, Guimarães de Cianorte, Tureck, Bueno Eitelwein, Dirceu Oliveira e Silva. (OLIVEIRA, 2012, p .232-239).

possui importante relevância como instrumento analítico, pois legitima, assegura e mantém coeso por gerações nomes e sobrenomes tradicionais.

Na família Borghetti-Barros a filha do casal Maria Victoria Borghetti Barros Campos, filiada ao Partido Progressistas (PP-PR), e atualmente deputada estadual na ALEP-PR, iniciou sua vida pública aos 16 anos impulsionada por sua vivência familiar na política paranaense.⁸³

É conveniente ressaltar que as Ciências Sociais demonstram a longevidade das posições sociais e condições de classe, para compreender as trajetórias individuais dos agentes sociais à luz das relações mantidas com as instituições, com a sociedade a qual estes agentes pertencem e frequentam. Logo, “é impossível reconhecer individualidade sem que esteja conectada ao seu contexto e aos grupos socializadores, sejam formais ou informais.” (GOULART, 2020, p.77).

A genealogia enquanto uma perspectiva sociológica das origens familiares e das estruturas sociais esculpem as heranças herdadas, como comenta Canêdo (2011) “torna presente o passado”. É importante ressaltar que na história das genealogias brasileiras a mulher possui um papel relevante na reprodução e na formação das novas alianças e dos novos agentes políticos das velhas famílias tradicionais.

O parentesco é um portal de ascensão social que configura pertencimento e ingresso a círculos fechados e seletos, onde as mulheres possuem um papel importante nas “extensas redes sociais de convivência entre estes grupos” (OLIVEIRA, 2016).

A posição da mulher e seu papel nas sociedades tradicionais se traduz nos ordenamentos culturais, sociais e políticos e principalmente matrimoniais, sendo essencial na reprodução de antigas famílias⁸⁴.

Conforme Oliveira (2016), destaca que os papéis desenvolvidos pelas mulheres na constituição do habitus de classe e do seu ethos são acompanhados pela formação dos valores, da personalidade e da linguagem das crianças, as colocando no centro das alianças, dos afetos e emoções no interior das famílias.

Outro ponto a se considerar nesta análise são as uniões matrimoniais entre as velhas famílias oligárquicas e tradicionais com os jovens imigrantes que desempenham

⁸³“Sua força passa a ser revelada na medida em que os grupos fazem uso de uma tradição familiar na política, dos benefícios trazidos pelo grupo para o meio social ao ocupar tais cargos, assim como também pela capacidade de misturar a história do município e do estado (até mesmo nacional) à história da família.” (OLIVEIRA, GOULART, VANALI E MONTEIRO, 2017, p.179).

⁸⁴Sendo as “mulheres de tradicionais famílias políticas e seus casamentos podem ter um papel decisivo, na performance de vários emergentes, em sua ascensão social e política.” (OLIVEIRA, 2016, p.14).

um papel relevante na construção do ethos político nacional e regional⁸⁵. Por isso, uma “Sociologia Genealógica pesquisará a trajetória das famílias, seus casamentos, as profissões, os cargos políticos, os capitais sociais e econômicos, as riquezas acumuladas pelas famílias ao longo do tempo.” (OLIVEIRA, 2016, p.15). As famílias tradicionais e suas mulheres são pontes interessantes para o entendimento das estruturas tradicionais familiares⁸⁶.

Com tais características apresentadas três são os casos empíricos de grande expressão que demonstram a relevância das pesquisas desenvolvidas sobre relações de poder político e familiar com a imigração emergente. São destaques os Teresa Nóbrega de Oliveira e Abdon Batista (São Francisco do Sul-Joinville), Hermínia Borba Rolim e Moisés Lupion (Tibagi, Norte dos Campos Gerais) e Fernanda Bernardi Vieira e Beto Richa (Curitiba). (OLIVEIRA, 2016, p.15).

Logo uma genealogia, se apresenta como ferramenta empírica e pode ser encontrada organizada cronologicamente, reunindo informações sobre nascimento, batismo, casamentos, morte e muitos outros dados nas quais podem ser interpretados servindo de base analítica para a Sociologia Política, sendo as conexões de poder e parentesco uma questão genealógica importante. Dessa forma, o estudo genealógico permite perceber as formas de dominação existentes nas relações sociais e políticas.

Por consequência, a pesquisa genealógica, tem como incumbência de testificar a concentração de capital familiar, bem como apontar a reprodução destas nos espaços de poder. Segundo Oliveira, a genealogia crítica pretende possibilitar a percepção do casamento e da acumulação de poder político e econômico nas esferas familiares. Ao investigar a origem de um grupo familiar pode-se compreender os indicadores de poder. Neste sentido, os casamentos são compreendidos como estratégias de acumulação de poder, prestígio e capital podendo mudar a forma como estas famílias atuam no jogo político. (CANÊDO, 2011; OLIVEIRA, 2016 citado por GOULART, 2018).

⁸⁵Uma classe social histórica que transmite e reproduz de várias maneiras seu *habitus* de classe e seu *ethos* político para as novas gerações. A velha classe dominante também transmite as velhas culturas do “familismo” e do “nepotismo” para as novas famílias do poder, muitas das quais possuíram origens migrantes, origens ascendentes e acabam casando com as velhas famílias do poder. (OLIVEIRA, 2015 b, p.06).

⁸⁶Existe toda uma genealogia montada e formada nas posições superiores e as mulheres estão associadas com esta classe dominante. O parentesco é um fenômeno de classe e as relações matrimoniais podem permitir novas aberturas e janelas de oportunidades para novos ingressantes no circuito dominantes. As mulheres apresentam um papel central na fundação das primeiras genealogias brasileiras. (OLIVEIRA, 2016, p.17).

Por fim, “não é à toa que Ricardo Costa de Oliveira, quando procura desvendar a situação social de certo agente político em destaque no poder, sempre ressalta em seus estudos e palestras: Procure onde está a família”. (OLIVEIRA citado por GOULART, 2018, p.86).

Para uma análise sobre as questões do nepotismo⁸⁷ enquanto estruturas de relações de poder político e de parentesco, o Núcleo de Estudos Paranaenses (NEP-UFPR), é um espaço de pesquisas sobre o tema. Suas pesquisas envolvem discussões sobre a sociedade, a política e a cultura no Paraná. O Núcleo dedica-se a compreender sob a linha de investigação Cidadania e Estado as redes de ligações do poder político e suas conexões entre parentesco e instituições. O observatório do NEP utiliza-se de destes elementos como famílias, capitais sociais e atores políticos para explicar e relacionar as ações, as mentalidades, e as origens do comportamento da classe dominante e histórica do Brasil na condução e na construção da política brasileira.

De acordo com Oliveira (2012), as redes que atuam na política paranaense e perpetuam-se a cada geração dentro do aparelho do Estado onde suas instituições podem estar comprometidas em suas estruturas democráticas. Com grandes possibilidades que o fenômeno do nepotismo ocorra, portanto, com maior frequência em sociedades onde a democracia e os ideários democráticos estejam estabelecidos e protegidos por instituições fragilizadas democraticamente⁸⁸.

O nepotismo pode ser um identificador de pertencimento da classe dominante e o parentesco um portal de ascensão social que configura pertencimento e ingresso a círculos fechados e seletos. Ambientes onde as mulheres possuem um papel importante na convivência destes grupos.

Isto posto,

A definição de nepotismo na Sociologia é a relação entre estruturas de parentesco e poder político. O familismo político passa pelo nepotismo. O nepotismo é uma longa corrente hereditária de vantagens e privilégios extraídos do Estado ao longo de várias gerações na classe dominante. O que mais uma vez confirma a tese de que política é majoritariamente assunto de famílias e de genealogias das classes superiores, sempre dentro do Estado, algumas delas desde o “Antigo Regime”, ao longo de várias gerações e vários séculos. (OLIVEIRA, 2019, p.02).

⁸⁷As origens do nepotismo são muito antigas e remontam às questões eclesiásticas da Idade Média, e aludem à contratação para os cargos administrativos de sobrinhos e parentes dos Papas. (Valenciano, Leal & Silva, 2015). Pois, o nepote era protegido da Igreja e utilizava-se da aproximação parental para alcançar os seus interesses, e, portanto, o favorecimento econômicos, políticos ou sociais. (BERNARDI, 2016).

⁸⁸O “fenômeno do nepotismo é, ao mesmo tempo, o sintoma que é a causa de instituições fracas. O seu ambiente social é a desigualdade social e a vulnerabilidade social de clientelas políticas.” (OLIVEIRA, 2012, citado por ALVES, 2018b, p.123).

Famílias históricas e tradicionais demonstram uma classe dominante cujas estruturas sociais revelam também estruturas genealógicas com suas conexões sociais e políticas. São fontes de desigualdades e geradoras de privilégios. O desenvolvimento de pesquisas empíricas que compreendam acerca do tema do nepotismo são canais para o mapeamento destas relações de privilégios que contaminam as instituições e o estado.

Assim, a primeira grande pesquisa desenvolvida sobre as relações de poder e suas famílias históricas, tem como autor Oliveira (2000), com a sua tese de doutoramento que resultou no livro, “O Silêncio dos Vencedores: Genealogia, Classe Dominante e Estado no Paraná”.

Sua teoria sobre o nepotismo é estruturada, analisada e investigada dentro das teorias da Sociologia Política, e tem como interesse pesquisar, identificar e reconhecer os poderes políticos, a sua história e a atuação das famílias tradicionais nas relações de favoritismo e parentesco no estado do Paraná. Oliveira compreende que os “estados como o Paraná e os estados nordestinos têm longas histórias políticas de oligarquias familiares atuantes nas últimas décadas. O familismo ainda é uma constante na política brasileira.” (OLIVEIRA, 2012, p.14).

Observando com maior atenção as relações de poder entrelaçadas com as histórias de famílias tradicionais, podemos compreender que a origem portuguesa propiciou no Brasil a dominação das estruturas de poder local com alcance em todas as instituições sociais, políticas, econômicas, militares, entre outras. Como exemplo característico tem-se as famílias denominadas de “trezentões”; posteriormente chamadas de “quatrocentões”, e no século XXI de “os quinhentões”, por manterem-se no poder e nas relações e principalmente nas construções institucionais da nação brasileira, como bem observa Oliveira (2011).⁸⁹

No ensejo do IV Centenário de São Paulo surgiu a expressão e o discurso identitário de “*quatrocentão*”. Os “*quatrocentões*” eram as famílias paulistas descendentes dos fundadores e povoadores de Piratininga. No Rio de Janeiro, logo depois, também foi comemorado o IV Centenário da fundação, com a participação das famílias consideradas como descendentes dos primeiros povoadores. Todas as famílias antigas, que genealogicamente documentem a sua presença na região na virada dos séculos XVII para o XVIII, podem ser consideradas como os “*trezentões*” de Santa Catarina e do Paraná. Os “*trezentões*” do Sul do Brasil também são “*quatrocentões*” paulistas (agora,

⁸⁹Oliveira aponta que suas instituições sociais e políticas [da classe dominante] são atravessadas pelas mesmas famílias há mais de 300 anos. Observa-se a identificação empírica de nomes e sobrenomes familiares recorrentes, marcados por vínculos familiares e genealógicos nas instâncias municipais e estaduais do legislativo e do executivo, assim como do judiciário, do tribunal de Contas, de cartórios e do ministério Público. (OLIVEIRA et al. 2017a, p.181).

no século XXI, *quinhentões*), dadas as conexões variadas com a Genealogia Paulistana. Essas famílias, com nomes há trezentos anos no território paranaense e catarinense, com suas parentelas, têm uma etnicidade específica, uma identidade nacional brasileira própria e uma inserção no processo de construção estatal no Brasil Meridional de maneira distinta e especial. (OLIVEIRA, 2011, p.17).

No Brasil, a prática do nepotismo e a tradicionalidade dos “quinhentões” nos remete às raízes portuguesas, paulistas e mineiras onde poucas são as famílias que atuavam nas Câmaras Municipais, nos clérigos e nos tabelionatos. Era muito comum ver os casamentos perpetuando os mais altos estratos sociais coloniais. De certa forma o que se observa é que não há nepotismo sem o protagonismo das famílias e das mulheres. Os casamentos demonstram que o papel desempenhado pelas mulheres nas esferas sociais, políticas e culturais para a formação e reprodução de alianças entre os novos atores e famílias históricas asseguram a importância das genealogias mitocondriais ou femininas tendo início o domínio das famílias históricas nas esferas de poder no Brasil Colônia, Império e República. (OLIVEIRA, 2012).

Logo, o fenômeno das relações de parentesco, favoritismo e a patronagem enquanto relações políticas acontecem nas mais diversas formas possibilitando, portanto, os estudos da formação estrutural da sociedade brasileira. Os mecanismos de poder destas relações são ponto de convergência para a compreensão da forma como poucas famílias interferem nas decisões das instituições políticas. O fenômeno do nepotismo pode ser analisado também como “um processo de concentração de poder e de renda, responsável pela formação de desigualdades e carências de longa duração.” (OLIVEIRA, 2017, p.177).

Sendo assim, o nepotismo só pode sobreviver pela falta de transparência na política e com a cumplicidade do sistema político e partidário (OLIVEIRA, 2012 citado por ALVES, 2018b, p.123), aponta que o nepotismo é a íntima relação do Estado com as esferas privadas representadas pelas famílias ou ainda a relação entre estruturas de poder político e estruturas de parentesco.

Assim sendo, o poder público aliado ao fenômeno do nepotismo, pode ser entendido como o uso da máquina estatal para beneficiar parentes com os cargos públicos, pelo intermédio de autoridades governamentais.

Rodrigues, apresenta algumas formas de nepotismo: Nepotismo direto: Quando há uma nomeação de parentes para algum cargo público pelo ator político que possui acesso aos recursos públicos; Nepotismo indireto: Quando o agente público contrata parentes de subordinados seus; Nepotismo cruzado: Quando há acordos entre atores públicos e há contratações de parentes destes atores como troca de favores; Nepotismo trocado: Quando ocorre entre instituições da mesma espécie, como exemplo, podemos citar troca de parentes entre os poderes Executivo, entre poderes Legislativos, entre Tribunais, etc. (RODRIGUES, 2005 citado por ALVES, 2018b, p.122).

O fato é que no fenômeno do nepotismo, os indivíduos envolvidos atuam e se relacionam. Como consequência de uma teia de relações onde ocupam posições estratégicas na mais alta burocracia estatal e em cargos eletivos. Como “uma grande rede de influência e interesses com cargos públicos, fornecedores do aparelho de Estado e conexões variadas de interdependências pessoais, monetárias e políticas”, sendo responsáveis pelo acúmulo de poder e riqueza. Tendo como características comuns o fato de possuírem padrões de classe bem definidos, trazendo à luz as transmissões de poder. (OLIVEIRA, 2012, p.83).

Como prática ainda recorrente no Brasil, o fenômeno do nepotismo é bastante conhecido devido a sua evidência histórica como foi mencionado anteriormente e ao fato de ser prejudicial à democracia. Aponta ainda para as fragilidades institucionais na política, para as desigualdades presentes na sociedade brasileira, para o vínculo da patronagem e do clientelismo político que reforçam esta prática em todos os períodos históricos da nação brasileira. O nepotismo, portanto, valendo-se das fragilidades institucionais permanece sendo um fenômeno político e social ligado às famílias históricas que sem este vínculo no poder não existiriam.

Segundo Mainwaring, os problemas das fragilidades das instituições democráticas, como é o caso da democracia brasileira, são decorrentes da instabilidade e da nacionalização dos partidos. Decorrente de uma decrescente institucionalização no cenário político permitindo que lideranças populistas reforcem suas bases políticas. (MAINWARING 2001 citado por VALENTE, 2022).

E desta forma o fenômeno do nepotismo encontra um terreno fértil para estabelecer-se como prática política recorrente no cenário brasileiro, onde o controle dos partidos políticos estão nas mãos de famílias dominantes. Famílias que constroem redes e desta forma controlam partidos e centro do poder executivo renovando-se no poder por gerações. (Oliveira, 2012).

Como exemplo, podemos citar o artigo publicado pela revista VEJA, em 18 de julho de 2019, divulgou em sua transmissão semanal ao vivo uma declaração das redes

sociais do atual presidente da República do Brasil, o Sr. Jair Messias Bolsonaro – gestão 2019 - 2023 - que declarou: “Se eu puder dar um filé mignon para o meu filho, eu dou, sim” referindo-se à indicação do seu filho e deputado federal Eduardo Nantes Bolsonaro do Partido Social Liberal (PSL), ao posto de embaixador em Washington nos Estados Unidos da América.

Logo, o nepotismo desenvolve um sistema próprio de estratégias e estruturas políticas de classe para a manutenção do exercício e da conquista do poder, sendo um fenômeno possível e muitas vezes encoberto na e pela política nacional e regional. O fenômeno do nepotismo pode ocorrer, portanto, em diversas regiões do país, desde as mais tradicionais até as mais recentes colonizações. Como é o caso do estado paranaense. Sua singularidade está em não se afirmar-se ao tempo, pois as ocorrências das “teias do nepotismo”, com base nos capitais econômicos e políticos, tornam-se um vínculo estratégico para a longevidade e controle dentro e fora das instituições. (OLIVEIRA, 2012).

De forma concreta e visível, as instituições políticas, como partidos, o poder legislativo, executivo e judiciário, das esferas nacional, estadual e municipal, são controladas por redes familiares, bem como instituições relevantes como a mídia, a intelectualidade e o jornalismo. Tal fato só foi possível devido a “instituições políticas frágeis” que pouco contribuem para limitar o poder familiar. (ALVES, 2018b, p.123).

Outra forma existente do fenômeno do nepotismo é o militante. Um nepotismo militante praticado em larga escala, ainda que poucos o defendam. Para Alves (2018b), esta prática vem das mais altas hierarquias de poder, “como presidentes, governadores, juízes, deputados, prefeitos e vereadores”, alcançando uma verdadeira teia de relações político familiares. (ALVES, 2018b, p.122).

Todavia, o nepotismo é vedado, primeiramente, pela própria Constituição Federal, pois contraria os princípios da impessoalidade, moralidade e igualdade”, e esta prática é devidamente vedada aos agentes públicos.⁹⁰

⁹⁰ Segundo a Controladoria Geral da União considera-se nepotismo quando um agente público usa de sua posição de poder para nomear, contratar ou favorecer um ou mais parentes. (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2016).

Desde modo podemos compreender que:

O próprio Estado é controlado por interesses privados e não há plenos controles públicos entre os poderes porque o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e órgãos como os Tribunais de Contas e o Ministério Público também são parcialmente formados por grandes redes de favores e de parentesco. Os partidos políticos se enfraquecem ou desaparecem como instituições e a política se resume aos negócios de família, com seus interesses e redes de dependências pessoais. (OLIVEIRA, 2012, p.14).

É mister, compreender que a Súmula Vinculante de número 13, editada no ano de 2008, estabelece como ordenamento jurídico formal a violação à Constituição Federal que se dá pela nomeação de cônjuge, parente ou companheiro até terceiro grau ou por afinidade. O que infringe a atual Constituição Federal.

A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal. (Constituição Federal de 1988, art. 37).

Observando que os Graus de Parentesco para fins de Nepotismo são: O cônjuge ou companheiro, embora não seja considerado parente, encontra-se sujeito às vedações contidas na Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal.

A Câmara Federal Brasileira divulgou em sua plataforma digital o diagrama sobre o grau de parentesco para que se tenha um parâmetro de uma relação de nepotismo em suas instituições. Para essa agência, as formas de parentesco, parentes consanguíneos e parentes por afinidade e graus de parentesco são os parâmetros de análise para considerar uma relação política e social de apadrinhamento.⁹¹

No livro “Na teia do nepotismo: Sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil”, Ricardo Costa de Oliveira (2012), apresenta 62 famílias mais poderosas do Estado do Paraná, que comandaram o poder, desde os tempos da província até os dias de hoje.⁹²

⁹¹ Confira ANEXO 08 sobre os GRAUS DE PARENTESCO PARA FINS DE ANÁLISE DO FENÔMENO DO NEPOTISMO, página 258.

⁹² Oliveira (2012) destaca, portanto as “62 famílias de poder contemporâneo no Paraná”. São elas: Família Richa, Requião De Mello E Silva, Lerner, Dias, Curi, Sotto Maior, Camargo, Guimarães, Barros, Belinati, Mattos Leão, Silvestri, Ribas Carli, Moreira Rodrigues, Rossoni, Justus, Macedo, Portes, Name, Abib, Anibelli, Lupion, Pessuti, Stephanes, Brandão, Braga, Dirceu Oliveira E Silva, Vanhoni, Carvalho, César, Almeida, Pimentel, Rüppel, Iatauro, Martins De Oliveira, Tureck, Bueno (De Cascavel), Bueno, Fruet, Crisóstomo Da Silva, Delazari, Guimarães (De Cianorte), Rocha Loures, Arns, Nogueira Soares,

E para apreender com precisão o fenômeno do nepotismo, Oliveira propõe observar a centralidade da organização familiar: “Minha tese é simples. Família ainda importa.” (Oliveira, 2012, p.13). O fenômeno do nepotismo garante que os capitais sociais e simbólicos permaneçam em família, sob a forma estratégica de manutenção e longevidade do poder estatal, tanto nas práticas como no ethos destas famílias históricas. Nas estruturas sociais destas famílias⁹³, as formas de existência e das suas relações com os meios de produção e reprodução material. Observou o status social e a posição de classe que estes indivíduos ocupam para identificar e compreender a organização e a centralidade das famílias históricas paranaenses. (OLIVEIRA, 2000).

Como exemplo, desta relação nepotismo-estado, podemos apresentar a família Richa⁹⁴, considerada o núcleo duro da política paranaense. Nos dois mandatos 2011-2014 e 2015-2018 durante o governo de Beto Richa, os principais cargos administrativos eram ocupados e coordenados por seus familiares.

As instituições políticas frágeis, no sentido de permitirem o nepotismo, contam ainda com fatores como cargos comissionados. Para Ricardo Costa de Oliveira, nepotismo, familismo e empreguismo sempre andam juntas e ainda há correlação entre cargos comissionados e nepotismo” (ALVES, 2018b, p.124).

Bourdieu reitera o papel relevante que as famílias possuem na transmissão e reprodução destes capitais:

A família tem um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução, não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais. Ela é um dos lugares por excelência de acumulação de capital sob seus diferentes tipos e de sua transmissão entre as gerações: ela resguarda sua unidade pela transmissão e para a transmissão, para poder transmitir e porque ela pode transmitir. Ela é o “sujeito” principal das estratégias de reprodução. (BOURDIEU, 2011, p.131).

Campelo, Maron, Derosso, Leprevost, Moura, Isfer, Vidal, Rischbieter, Schulman, Dal Prá, Massa (Ratinho), Cruz De Oliveira, Carvalho, Silva, Passos, Stica, Verri. (Oliveira, 2012, p.222-239).

⁹³Para este autor, “o sentido da institucionalidade dos grupos superiores é uma expressão histórica da formação social, a sociedade enquanto uma totalidade social concreta estrutura as condições de existência dos grupos superiores”. (OLIVEIRA, 2000, p.02).

⁹⁴ Os Richas: “Carlos Alberto (Beto) Richa (Governador; Prefeito de Curitiba; Dep. Estadual); Fernanda Vieira Richa (Secretária Estadual); José Richa (falecido – Governador; Senador; Prefeito de Londrina); Adriano Richa (Cartório); Marcelo Vieira Richa (Secretário Municipal); José Richa Filho (Secretário do Estado); Morgana de Almeida Richa (Juíza; Membro do CNJ); José Eduardo Andrade Vieira (Senador); Maria Christina Andrade Vieira (Presidente da Associação Comercial; Fundação Cultural de Curitiba); Nelson Traad (Detran); Luiz Abi Antoun (Assessor na Assembleia Legislativa do Paraná); Eloiza Fernandes Pinheiro Abi Antoun (Diretora Vice-Presidente Sercomtel); Rodovia Avelino Vieira PR-422.) (OLIVEIRA, 2016, p.232)

Para Bourdieu (2011), as famílias se unem para garantir e manter os seus interesses, se reproduzem socialmente, e nesta afinidade de interesses que Oliveira, compreende a existência de uma teia de nepotismo. Desde modo “é uma grande rede social de interesses, favores e cumplicidades organizados com os cargos políticos no aparelho do Estado”. (OLIVEIRA, 2012, p.73).

Portanto, o nepotismo “pode revelar-nos outros canais de exercício do poder como os constituídos pelo complexo de relações sócio-políticas e culturais, tanto clientelistas como familiares e, ainda, o extraordinário crescimento em influência dos grupos dominantes através de redes bem definidas” (OLIVEIRA, 2016, p.4 citado por ALVES, 2018b, p.132). Logo, as trajetórias familiares no campo político nos permite compreender com clareza como o nepotismo se perpetua nas relações de poder familiar⁹⁵, e como as instituições são utilizadas no processo. (OLIVEIRA, 2015 a, p.375).

Outro exemplo que caracteriza as relações nepóticas é apresentada por Silva (2016), “ao descrever a família política Pinheiro em Ibirité, Minas Gerais, comenta sobre um nepotismo eleitoral, isto é, um político vitorioso da família que vai abrindo caminho para outros parentes participarem do poder.” (ALVES, 2018, p.122).

Uma crítica pontual deve-se ser percebida para uma moderna e transparente administração burocrática. A prática do fenômeno do nepotismo poderia ser superada nas instituições, quando os privilégios dos comissionados e políticos profissionais diminuíssem e os concursos públicos atendessem as demandas necessárias para uma democracia brasileira. (OLIVEIRA, 2012).

A superação da cultura política do nepotismo é necessária: “Somente a modernização, o planejamento de nossas instituições políticas e a criação de modernos partidos políticos poderá desenvolver plenamente a nossa cidadania e democracia frente a essas questões.” (OLIVEIRA, 2012, p.18). O nepotismo, portanto, é predominante nas instituições políticas onde a política torna-se negócio de família.

Contudo, é salutar para os processos democráticos que existem autores que defendem a relação benéfica do nepotismo. Um dos representantes desta corrente teórica é o jornalista estadunidense Adam Bellow. Bellow apresenta seus argumentos no livro “Em louvor do nepotismo: uma história natural” publicado no Brasil em 2006,

⁹⁵Ressaltamos que a família histórica e tradicional enquanto “classe dominante é dominante porque além de ser uma elite política também, é um grupo social operando de dentro das instituições e poderes” (OLIVEIRA, 2015, p.385-386).

para este autor o fenômeno do nepotismo ocorre tanto nas esferas públicas quanto privadas.

Sendo assim, o nepotismo enquanto fenômeno social e político possui suas conexões como um processo de concentração de renda e poder. Para Adam Bellow em seu livro “Em louvor do nepotismo: uma história natural”, a união entre parentesco e Estado resultaria no fenômeno do nepotismo, algo “constitutivo da natureza humana”. (BELLOW citado por ALVES, 2018b, p.125).

Deste modo, o fenômeno do nepotismo para existir e permanecer com raízes profundas deve cooptar outras formas de poderes. Pois, como observa Oliveira (2012), o nepotismo é a ponte para a compreensão “grandes aumentos salariais no fim do ano para os deputados, os secretários, os cargos comissionados, os membros do Poder Judiciário e do Ministério Público” (GAZETA DO POVO, 2010 citado por OLIVEIRA, 2012, p.17).

Assim sendo, pensar sobre o fenômeno do nepotismo é compreender e analisar um complexo conjunto de ecossistemas políticos com ampla rede de interesses e laços sociais. A família Barros-Borghetti, por exemplo, possui em sua linhagem familiar e política de grande prestígio empresarial e social de seus genitores, capitais herdados cuja herança política e econômica transformou-se em capitais simbólicos⁹⁶.

⁹⁶Para Oliveira, o “nepotismo, clientelismo e diferentes artifícios são utilizados para as finalidades e resultados das redes políticas, que operam muitas vezes nos limites da legalidade, e por vezes, na ilegalidade” (OLIVEIRA, 2007, p.165).

CAPÍTULO V

**GLEISI HELENA HOFFMANN E MARIA APARECIDA BORGHETTI E O
PODER POLÍTICO E AS RELAÇÕES DE PARENTESCO NA TRAJETÓRIA,
NA IDENTIDADE E NA TRADIÇÃO POLÍTICA DO ESTADO DO PARANÁ**

O debate sobre a transição de paradigmas familiares por que passava a sociedade brasileira do período [décadas de 1860 e 1970], atrelando-se à defesa do casamento eletivo, modelo de união da burguesia então emergente nas cidades, em contraste com o casamento por arranjo familiar, forma de matrimônio típica do universo de relações patriarcais, frequentemente praticada pelas elites locais.
(HERANE, 2006 citado por OLIVEIRA, 2020, p.45).

“Família ainda importa” e o perfil familiar⁹⁷ no campo político paranaense também. A variável família pode ser entendido como um fenômeno que atravessa momentos singulares da história política do Brasil tanto no passado como no presente, as famílias dominantes e históricas atuaram e atuam decisivamente, seja na manutenção do status quo, ou ainda na participação de alianças nos mais variados campos de poder.

Neste contexto, as redes familiares de poder controlam os partidos políticos, os centros de decisões entrelaçados pelas íntimas relações familiares de favorecimento que renovam-se a cada geração. Estas relações de poder e a sua construção nas estruturas familiares são pontes para o entendimento da herança dos capitais familiares, intelectuais, culturais, políticos, econômicos e sociais.⁹⁸

Segundo Oliveira & Goulart (2021), a variável família no conjunto das suas relações desempenham papéis importantes na transmissão da continuidade ideológica, no fortalecimento da memória.

Entre tantas heranças adquiridas pelos herdeiros das classes sociais dominantes e tradicionais o capital intelectual e político é sem dúvida um diferenciador e divisor de

⁹⁷Nesse aspecto, o elemento familiar é fundamental para o entendimento da construção vocacional, pois é a partir do grupo familiar que se constroem os comportamentos, linguagens, códigos que são incorporados no habitus do político e da família. (OLIVEIRA; GOULART, VANALI E MONTEIRO, 2017a, p.187).

⁹⁸O poder das famílias a que me refiro está vinculado às famílias do poder. Estas são as famílias que possuem o poder de decisão a partir da posição que ocupam no espaço social. Refiro-me às famílias que constituem, no Brasil, o poder econômico, político, jurídico e midiático. Estas que formam o que denominamos de classe dominante. São famílias que detém o poder de decisão e de influência sobre os rumos tomados no mundo social, a partir das duas principais instituições modernas: estado e mercado. (OLIVEIRA, 2012; MONTEIRO, 2016 at al. MONTEIRO, 2016, p.219).

águas nas trajetórias que estes atores irão percorrer.⁹⁹ Os desempenhos e trajetórias escolares determinadas pelos capitais culturais e econômicos são distinções sociais e recursos fundamentais na trajetória que os agentes políticos irão percorrer dentro e fora do campo político.

As motivações para estar inseridos no jogo percorrem desde os bancos escolares, a língua e as representações culturais, garantirão colocações e destaque necessário para a manutenção e para o acúmulo de poder. De fato, quando Bourdieu (2021) compreende que as instituições escolares contemporâneas contribuíram para as grandes desigualdades sociais existentes em nossa sociedade está se referindo a escola, enquanto instituição cooptada pela elite dominante e, portanto, reprodutora dos valores, dos códigos da classe dominante reforçando, assim o abismo existente entre os indivíduos e, perpetuando-se a violência simbólica aos mais desfavorecidos.

Como a escola, a família também exerce este papel de valorização, distinção e reforço de seus códigos, de seus capitais simbólicos, e de acordo com Oliveira (2012), esta possibilidade, na qual as famílias possuem tornam-se um papel determinante na manutenção da ordem social e não somente na sua reprodução biológica. Sua influência social no que se refere a sua reprodução e a sua manutenção nos espaços de decisões, são propícios para a acumulação dos capitais culturais, sociais, políticos e simbólicos e determinantes na sua transmissão geracional.

Neste prisma de assegurar a plena transmissão e a continuidade dos capitais herdados pelas famílias proeminentes do estado do Paraná, que podemos citar como exemplo as parlamentares Maria Aparecida Borghetti do Partido Progressista (PP-PR) e Gleisi Helena Hoffmann do Partido dos Trabalhadores (PT-PR). Ambas herdaram, a partir dos seus casamentos, consideráveis capitais matrimoniais que foram fundamentais em suas trajetórias políticas no estado paranaense. As estratégias matrimoniais amalgamadas nas suas genealogias tradicionais resultam na duração do legado político destas famílias dominantes.

Assim sendo, para Weller (2010), às questões geracionais apontam para as questões de classe, mas também apontam para questões de étnico-raciais, de gênero e culturais onde se percebe a potencialidade do conceito desenvolvido por Karl

⁹⁹ Confira ANEXO 26 sobre as PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS NA TRAJETÓRIAS DAS RELAÇÕES DE PODER POLÍTICO E FAMILIAR DAS FAMÍLIAS HOFFMANN; SILVA; BORGHETTI E BARROS.

Mannheim em 1928.¹⁰⁰ Conceitos que trazem contribuições teóricas relevantes para a apreensão do método de reprodução das estruturas políticas na construção das relações familiares.

No livro, “Na teia do nepotismo: Sociologia Política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil”, Oliveira (2012) também defende que a estrutura familiar “ainda importa” e como tal possibilita a reprodução das estruturas estruturantes para a manutenção das relações de poder político familiar.

O espaço ocupado pelo parentesco, pelas instituições e pelo poder, e principalmente pela família torna-se relevante na construção histórica do país e na transmissão geracional do poder político¹⁰¹. O que desde a gênese da formação histórica e política do Brasil, houve - e há – através e para elas, o favorecimento dos privilégios e das condições perfeitas para o aparecimento de práticas que cooperam para a manutenção do seu status quo.

Status quo mantidas em torno de estruturas que se materializam no interior das atuais instituições, com conexões estreitas entre o público e o privado, entre famílias históricas e suas construções sociais, econômicas e políticas. Movimento cada vez mais significativo e expressivo na política paranaense.¹⁰²

De fato,

“A família explica e ainda importa, pois as estruturas de parentesco formam parte da realidade social e política brasileira no século XXI. Redes familiares controlam partidos políticos, controlam o centro do poder executivo e formam redes atravessando o poder legislativo com parlamentares hereditários, sempre se renovando pelas gerações.”. (OLIVEIRA, 2012, p.13).

¹⁰⁰ Para Mannheim, “a situação de classe e a situação geracional (o pertencimento mútuo a anos de nascimento próximos) têm em comum – como consequência de uma posição específica ocupada pelos indivíduos por ela atingidos no espaço de vida sócio histórico –, a limitação desses indivíduos a um determinado campo de ação e de acontecimentos possíveis, produzindo, dessa forma, uma forma específica de viver e de pensar, uma forma específica de intervenção no processo histórico.” (MANNHEIM, p. 528 citado por WELLER, 2010, p.211).

¹⁰¹Grill (2018) considera, portanto, que estas heranças políticas são edificadas no coletivo por agentes envolvidos nas mais diversas redes sociais e nos princípios de classificações, divisões, compartilhamentos que o campo do poder exige. (GRILL, 2018, p.173).

¹⁰²De acordo com Goulart, a política paranaense expressa-se proeminentemente pelos “sobrenomes políticos históricos e de seus parentes em espaços do legislativo, do executivo, do judiciário, em instituições como tribunal de contas, ministério público, empresas públicas, cartórios, mídias, grandes empresas da construção civil, do setor bancários entre outros” são espaços garantidos nas esferas de poder e no atual cenário político nacional na triangulação entre poder, política e família.” (GOULART, 2017, p.67).

Compreender com profundidade estas relações políticas entrelaçadas com as relações de poder familiar, bem como com os seus capitais, seus agentes e ethos políticos, são pertinentes para as pesquisas sobre as relações de poder. A importância da família enquanto conceito sociológico é basilar para compreender as relações sociais, políticas, econômicas, simbólicas e culturais do Brasil contemporâneo.¹⁰³

O ponto de partida é definir sociologicamente o que é família. Para isso, dois autores foram utilizados nesta análise: Ricardo Costa Oliveira e José Marciano Monteiro. Oliveira (2018 a), define a variável família como “qualquer forma de reunião social em que exista um conjunto de relações pessoais, de relações sociais, de afeto, de afinidade e de relacionamentos, sejam eles quais forem dentro de um pacto social que se estabeleça nessa própria unidade familiar” (OLIVEIRA, 2018 a, p.28) e segundo este autor, o conceito de família depende do locus na estrutura social, ou seja, é um pacto social e político, uma disputa política, histórica e conceitual. (OLIVEIRA, 2018 a). A família é uma das mais importantes variáveis no campo político, suas conexões definem os cargos políticos, uma simbiose da “seleção social e familiar”. Organizando o “habitus de classe dominante” presentes no modo como se recrutam os futuros representantes de sua classe. (OLIVEIRA; GOULART; MONTEIRO, 2019).

Para Monteiro (2018), as famílias são aquelas que possuem, a partir da posição ocupada no espaço social, a capacidade de decisão nas esferas públicas e privadas. São famílias que ocupam posições de comando no Brasil, tanto no poder econômico, jurídico, midiático e político. Relações de poder familiar que possuem os seus privilégios garantidos, seja pelo Estado, seja pelos capitais adquiridos e preservados. Relações alimentadas pela ideologia da meritocracia e da superioridade moral acalentada e incutida nas mentes e corações da classe média brasileira.

As classes dominantes são formadas por estas famílias do poder e por suas relações com o Estado e o mercado, materializando-se nos nomes e sobrenomes, pois possuem capitais expressivos, principalmente político-familiares e econômicos. São agentes que estão no topo da riqueza do país, controlam os meios de produção e dominam a grande mídia, controlam o poder judiciário e a constroem e dominam a opinião pública. (MONTEIRO, 2018).

¹⁰³A grande questão que se coloca e que será objeto de reflexão: Não é possível pensar a complexidade social, econômica, cultural, midiática e política no Brasil, sem prestar atenção ao conceito de família! (OLIVEIRA, 2018 a, p.45).

Assim, os capitais familiares operam a partir das transações políticas, facilitando o entendimento e o acesso aos códigos próprios do campo político. Estas famílias políticas, tradicionais e dominantes são produtoras das desigualdades no Brasil, aprofundadas ao longo de gerações. Famílias com sobrenomes importantes que estão atuando e esculpindo a construção histórica da política brasileira. (OLIVEIRA, 2016).

Com suas hierarquias, as famílias tradicionais dos estados brasileiros, principalmente as famílias nordestinas, paulistas e mineiras, ocuparam e ainda ocupam espaços políticos e sociais importantes dentro das instituições estatais. (CANÊDO, 1997). São famílias que distribuem, não apenas os capitais econômicos aos seus herdeiros, mas os seus capitais políticos, culturais, simbólicos e conseqüentemente o poder, a influência, a tradição do seu sobrenome em favor de seus interesses de classe. Uma forma intrínseca das relações de poder e do habitus de classe.

De fato, a atuação das famílias é decisiva e histórica em todo o território nacional, pois encontramos suas influências e práticas em todas as esferas do poder. Seus sobrenomes políticos históricos estão presentes em espaços como do “legislativo, do executivo, do judiciário, em instituições como tribunal de contas, ministério público, empresas públicas, cartórios, mídias, grandes empresas da construção civil, do setor bancário entre outros” e moldam e transformam o campo, o jogo e principalmente suas relações sociais. (GOULART, 2018, p.65).

São uma elite¹⁰⁴ formada pelo capital econômico, pelo capital político, pela grande mídia e pela toga que legitima a prática das elites políticas e econômicas no Brasil. Uma elite dominante que detém o controle e o poder em suas mãos. (MONTEIRO, 2018). Segundo Resende (2020), utilizam-se de estratégias econômicas, matrimoniais, educativas e de herança para perpetuação de seus privilégios. Como exemplo, podemos citar uma frase conhecida na capital do Paraná que representa muito bem este fenômeno, cujas relações perpassam as esferas familiares: “em Curitiba, é tudo para a família. Frase de propaganda na cidade!”. (OLIVEIRA, 2012, p.9).

Logo, a família possui laços¹⁰⁵ que os une e estes laços se transmitem nas relações matrimoniais. Sendo assim, as famílias tradicionais e históricas atuam de forma

¹⁰⁴É necessário, desta forma compreender que a família atua, “ostensivamente na sociedade, não apenas como estrutura parental reprodutiva ou como sustentáculo biológico para a cultura”, ela se revela nos mais diversos canais do exercício do poder público e privado das grandes famílias tradicionais. (VALENCIANO; LEAL & SILVA, 2015, p.356).

¹⁰⁵Heranças políticas configuradas pelas estratégias de reprodução e luta política, compreendendo que a dimensão das relações familiares e do campo político são permeadas por estes “laços de parentesco (por conseguinte ou por alianças) e investimentos em cultivá-los; e as alianças políticas (assimétricas e

decisiva nas instituições políticas, e por causa destes laços que os unem que permite envolver-se em todas as esferas públicas e privadas no eterno jogo pelo controle e poder. (GOULART, 2017). Sua influência estende-se desde o recrutamento político das futuras gerações até as estruturas das instituições sociais.

O capital familiar e político existente são fundamentais para que aconteça o recrutamento das novas gerações, pois o seu ingresso depende da vontade de participar e do seu acesso aos recursos necessários e da família a qual pertencem. Recursos que para o seu portador transformam-se em capitais, pois converte-se em conhecimentos sobre a dinâmica do campo, na valorização do seu sobrenome, uma visibilidade entrelaçada pelas suas estruturas familiares e em uma rede de contatos importantes para a viabilização da trajetória política. (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015).

Maria Victória Borghetti Barros Campos, filha da ex-governadora do Paraná, Cida Borghetti e do atual deputado federal Ricardo Barros, representa estes laços familiares e a herança da elite política. Com os capitais simbólicos que o sobrenome de sua família representa no estado do Paraná e no Brasil, bem como os capitais econômicos, políticos transmitidos e sustentados pela família Barros-Borghetti, Maria Victória representa hoje os recursos valiosos de distinção de classe expressados em sua trajetória política.¹⁰⁶

Para Oliveira, a família “é uma estrutura que permite a continuidade de uma sociedade ainda baseada em características como patrimonialismo, coronelismo, mandonismos e nepotismo.”. (OLIVEIRA, 2020, p. 03). Consolidando seu habitus de classe em uma grande oligarquização familiar que tende sempre aos golpismos históricos e regimes autoritários em nome da preservação do status quo dominante. Este ambiente político-familiar, traz em suas origens esta oligarquização das estruturas de poder e dos seus códigos, das suas tradições, nas suas formas de pensar e decidir. Um traço presente desde sempre na elite política do Brasil.

Neste capítulo, cujo o tema central é o poder político e relações de parentesco na trajetória, na identidade e na tradição política do estado do Paraná, discutiremos as relações de poder político e familiar, sob a perspectiva sociológica dos posicionamentos preponderantes das trajetórias políticas, das relações de parentesco e genealógicas da,

simétricas) enunciadas através de termos e vocabulários próprios do domínio familiar. (PATRIAT, 1992; ABÉLÈS, 1992 citado por GRILL, 2018, p.173).

¹⁰⁶Podemos pensar, portanto, que famílias com sobrenomes proeminentes se mantêm por gerações nos mais altos escalões de poder e, impedem de certa forma uma real democratização dos espaços políticos. (OLIVEIRA, 2012).

Gleisi Helena Hoffmann (PT-PR) e Cida Borghetti do Partido Progressista (PP-PR), compõe este quadro.

Os aspectos significativos envolvem principalmente os capitais matrimoniais que contribuíram para que elas se tornassem uma referência política no Brasil e no Paraná. Ao contemplar as trajetórias política dos Borghetti-Barros e dos Hoffmann-Silva pode-se observar que os capitais políticos e matrimoniais sendo transmitidos por laços familiares e os capitais simbólicos também foram herdados configurando as linhagens, dinastias, genealogias de uma classe dominante que governa. (GRILL, 2018).

Logo, são famílias que distribuem, não apenas os capitais econômicos aos seus herdeiros, mas também o aprendizado adquirido, a partir da caminhada pelos bastidores do poder. A influência, a tradição do nome e a força política adquirem um significado que transcende os relacionamentos interpessoais e agem em favor de seus interesses e necessidades. Podemos pensar, portanto, que famílias com sobrenomes proeminentes se mantêm por gerações nos mais altos escalões do poder e de certa forma impedem uma real democratização dos espaços políticos. Percebendo, portanto, que o fenômeno do familismo permeia as esferas políticas tanto da esquerda, quanto da direita.

Assim, estruturas familiares que estruturam as instituições sociais e políticas brasileiras são grupos que possuem o poder de decisão dentro e fora dos partidos políticos e perpetuam-se nas heranças políticas deixadas nos recrutamentos políticos. Discussões que esclarecem o panorama do campo político, do jogo entre os agentes e descortina as relações políticas amalgamadas com as relações familiares.

Logo, a família possui um papel decisivo na manutenção e na construção da ordem social, na reprodução das estruturas dos espaços privados e públicos. Um espaço social de acumulação e hereditariedade de capitais. (BOURDIEU, 2008).

A família possui um papel central na construção social e política do estado brasileiro. A família enquanto conceito sociológico explica as entranhas do poder em seu campo, em seu locus de atuação. Esta instituição mantém suas relações, distribui seus capitais e consolida o seu poder no jogo. As relações familiares amalgamadas com as relações de poder político originando novas estruturas e como observa Oliveira (2018), metamorfoseando-se em seus ciclos.

5.1. A BIOGRAFIA, A TRAJETÓRIA POLÍTICA E RELAÇÕES DE PARENTESCO DE GLEISI HELENA HOFFMANN

Quando uma mulher entra na política, muda a mulher.
Quando muitas mulheres entram na política, muda a política.
Michelle Bachelet.

5.1.1. Perfil Biográfico de Gleisi Helena Hoffmann

As linhagens femininas e mitocondriais, muitas vezes podem ser de longa duração, também podem formar importantes genealogias femininas, matrilocais, muitas vezes com poderes específicos na transmissão dos capitais sociais e políticos ao lado das genealogias patrilineares dos emergentes.

Ricardo Costa Oliveira

Gleisi Helena Hoffmann ou Gleisi Hoffmann¹⁰⁷ como é mais conhecida na arena política paranaense e nacional é natural da cidade de Curitiba, capital do estado do Paraná, nasceu no dia 6 de setembro de 1965, morou no bairro Lindóia onde viveu toda a sua infância. Foi casada com o advogado e jornalista Neylor José Tonin Toscan e com o ex-deputado federal Paulo Bernardo Silva (PT-PR), com quem teve dois filhos, João Augusto e Gabriela Sofia.

5.1.2. Perfil Genealógico de Gleisi Helena Hoffmann

Segundo informações da rede social Facebook do pesquisador Ricardo Costa de Oliveira (2011), pelo lado materno Gleisi Hoffmann possui uma genealogia significativa para o estado do Paraná, pois remontam do antigo senhoriato colonial e imperial paranaense e pertencendo, portanto, à família tradicional paranaense. (OLIVEIRA, Facebook, 2021).

¹⁰⁷O significado do nome Hoffmann pode ser traduzido por “pessoa que trabalha em uma fazenda”. O sobrenome surgiu como apelido para os fazendeiros que possuíam terras. (DICIONÁRIO DE NOMES PRÓPRIOS, 2022). O sobrenome Hoffmann também pode significar “homem da herdade” ou “homem da herança”. A herdade pode designar uma propriedade recebida de herança. “Para a genealogia alemã tende a considerar a Silésia, o oeste e o sul da Alemanha como locais de origem do sobrenome.” (DIAS, 2022).

Gleisi Hoffmann é filha de Júlio Hoffmann, representante comercial, já falecido e de Getúlia Adga, cabeleireira nascida na família Petters, ambos naturais do estado de Santa Catarina. Sua mãe Getúlia Adga (Agda) é filha de Maria da Conceição Moreira e de Leonidas Severo Petters. (OLIVEIRA, Facebook, 2021).

Pelo Moreira vai para as antigas famílias de Joinville e São Francisco do Sul (somos parentes por algumas destas famílias daquela região, como a Machado, do pintor Juarez Machado). Pelo Peters há descendência de Ruthes, Arbigaus, Grein.

- Maria da Conceição Moreira é filha de Coleta Santos Pacheco e de Oscar Brás Moreira (Genealogia Paranaense, I-544) Casados na Capela do Butiá (do Brás), Mafra/Rio Negro, Paraná, 22 maio de 1924. Descendentes de Baltazar Carrasco dos Reis. O Título I da Genealogia Paranaense relaciona com algumas das principais famílias da política paranaense e curitibana em 300 anos de história.

- Coleta dos Santos Pacheco é filha de Elisa Adelaide da Silveira e do Tenente-Coronel Joaquim dos Santos Pacheco Lima (Genealogia Paranaense, I-545). Casados em 30 de julho de 1881 na Lapa, Paraná.

- Elisa Adelaide da Silveira é filha de Sofia Leopoldina e de Alexandre Luiz da Silveira. Casados na Lapa em 25 Jun. 1859.

- Sofia Leopoldina é filha de Maria Francisca de Siqueira e de Damaso Xavier da Silveira (Genealogia Paranaense IV-64). Tio e sobrinha. Casados na Lapa em 20 de fevereiro de 1827. Descendentes de Gabriel de Lara, um dos primeiros povoadores de Paranaguá e Curitiba, a primeira autoridade política.

- Maria Francisca de Siqueira é filha de Rosa da Silveira e de Joaquim José de Siqueira Cortes. Casados na Lapa em 3 de novembro de 1813.

- Rosa da Silveira é filha de Gertrudes Maria Correia e de Francisco Xavier da Silveira. Casados na Lapa em 27 Jul. 1777.

- Gertrudes era natural de São Paulo, uma das linhagens femininas paulistas na sociedade formada pelos bandeirantes. (OLIVEIRA, Facebook, 2021).

Gleisi e seus irmãos Juliano Leônidas, veterinário, Bertoldo Paulo, engenheiro e Francis Mari administradora de empresas, são netos de Bertoldo Hoffmann, do lado paterno. Seu avô Bertholdo Hoffman é natural de São Bento do Sul, e são bisnetos de Julius Hoffmann imigrante, alfaiate e hoteleiro em Oxford, sendo um dos primeiros atiradores de São Bento. (LOZEIKO, 2019).

Os Hoffmann são imigrantes alemães da Silésia Germânia, que migraram para o estado do Paraná vindos do norte do estado catarinense. (OLIVEIRA, Facebook, 2021). Seu pai Júlio Hoffmann comentava que a vocação política descende do lado materno como foi declarado em entrevista à Revista Eletrônica Click Riomafra: “O meu pai não gostava muito de política. Acho que Gleisi puxou o avô materno, que gostava da política. A Gleisi tinha bastante ligação com a família do Pedro Kuss de Mafra. Ele já foi prefeito daquele município”, disse seu Júlio.” (GAZETA DE ITAIÓPOLIS, 2011).

Gleisi Hoffmann descende ainda das famílias Pscheidt, Czadek (Schadeck) e Gruber imigrantes da cidade de São Bento do Sul, que em 1890 partiram para a cidade de Itaiópolis, em Santa Catarina. (FENDRICH, 2017).

5.1.3. Os capitais sociais e intelectuais de Gleisi Helena Hoffmann

Os capitais intelectuais e sociais de Gleisi Hoffmann nos levarão a compreender suas estruturas iniciais que estruturaram os seus alicerces culturais, intelectuais e políticos de sua juventude, e que foram mais tarde o suporte de práticas e habitus para a sua vida pública nas esferas do poder.

Sua trajetória social e política inicia-se com seus estudos iniciais no Colégio Nossa Senhora da Esperança, das irmãs Bernardinas. Gleisi Hoffmann aos 14 anos de idade influenciada pela Teologia da Libertação cogitou ingressar para o Convento da Congregação do Colégio Nossa Senhora da Esperança, no estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Novo Hamburgo. Entretanto, seu pai não permitiu que concluísse os seus ideários religiosos, e desta forma em 1983 ingressou no Colégio Medianeira para finalizar os seus estudos na educação básica.

Gleisi Hoffmann nos anos 80 foi integrante da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (UMESC), onde iniciou sua trajetória no campo político, a partir dos movimentos estudantis paranaenses. Coordenou o grêmio estudantil do antigo Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR), hoje Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), onde cursou Eletrotécnica. Como dirigente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), ainda nos anos 80 no estado do Paraná, liderou a greve que ficou conhecida como a “Greve contra o jaleco azul” no antigo CEFET-PR. (CORREIO DE NOTÍCIAS, 1984; HAYGERT, 2009).

No ano de 1984, em Curitiba os vereadores da Câmara Municipal eram contra o passe escolar e operário apresentado pela vereadora Marlene Zanin. Segundo a vereadora é autora do projeto os vereadores contra a Lei do Passe Livre aprovaram o adiamento da votação para que não fosse votado nas sessões da Câmara Municipal de Curitiba daquele ano. Neste episódio histórico do campo político do Paraná e do movimento estudantil, Gleisi Hoffmann como presidente da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas, declarou ao Jornal Correio de Notícias em 01 de novembro de 1984 que esta manobra política não faria os estudantes secundaristas desistirem pelo contrário estariam mais motivados para a luta por seus direitos. Entretanto, a votação para o passe escolar e operário não aconteceu e o movimento estudantil a favor da votação do projeto não obteve o resultado esperado. (CORREIO DE NOTÍCIAS, 1984, p.07).

Na década de 80, iniciou os seus estudos no Curso de Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba, situado na capital paranaense. Durante o ano de 1997 participou dos cursos ofertados pela Associação Brasileira de Orçamento Público (ABOP), pela Escola de Administração Fazendária do Ministério da Fazenda e cursou MBA em Gestão de Organizações Públicas pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em Campo Grande. Durante os anos 2000 Gleisi Hoffmann cursou a especialização em Administração Financeira, pela Faculdade de Administração e Economia do Paraná (FAE), pela Escola Superior de Assuntos Fazendários do Ministério da Fazenda (ESAF/MF), curso sobre Gestão de Finanças Públicas. Em Brasília participou do curso sobre Finanças Públicas e Programação Financeira pelo Instituto do Fundo Monetário Internacional (FMI). (HAYGERT, 2009).

5.1.4. Capitais Profissionais e Políticos de Gleisi Helena Hoffmann

Gleisi Hoffmann, é bacharel em direito (19.297 OAB-PR), graduando-se em 1988-1992 pela Faculdade de Direito de Curitiba. Antes de terminar o curso de direito atuou como assessora parlamentar na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP-PR), e na Câmara Municipal de Curitiba com o vereador Jorge Samek do Partido da Mobilização Democrática Brasileira (PMDB-PR) em seu primeiro mandato. (HAYGERT, 2009).

Entre os anos de 1993 a 1998 atuou na Câmara dos Deputados no Congresso Nacional em Brasília, com o então deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT) Paulo Bernardo Silva, que mais tarde se tornaria seu esposo. Gleisi Hoffmann em entrevista à Revista eletrônica Marie Claire esclarece a sua mudança para Brasília: “Eu era casada com o Neilor, que trabalhava no Banco do Brasil. A gente morava em Curitiba. Quando ele foi transferido para Brasília, eu já conhecia o Paulo e o procurei para trabalharmos juntos. Eu tinha experiência em gestão e orçamento, e essa era a área dele.” (CARUSO, 2011).

Gleisi Hoffmann atuou como diretora de Administração e Finanças e Secretária Executiva de Gestão Financeira no Estado do Mato Grosso do Sul e de Gestão Pública da cidade de Londrina até o ano de 2000 na gestão do prefeito Nedson Luiz Micheleti (PT-PR). Gleisi Helena Hoffmann foi nomeada na gestão de Zeca do PT para a Secretária Extraordinária Estadual de Reestruturação em 2001. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022).

5.1.5 Relações de parentesco de Gleisi Helena Hoffmann

Gleisi Hoffmann foi casada com Neylor José Tonin Toscan¹⁰⁸, nascido em 24 de maio de 1966, atualmente advogado e jornalista, é CEO do Grupo Log In Brazil e da Via Corporativa Comunicação no Rio de Janeiro. Neylor Toscan é natural de Joaçaba, cidade catarinense, filho de Denize Cecília Tonin Toscan e Eloy Francisco Assis Toscan. Com Gleisi Hoffmann contraiu núpcias em 27 de janeiro de 1990, casamento realizado na Igreja Bom Jesus em Curitiba, Paraná. A averbação do divórcio da 1ª Vara de Família da Comarca de Curitiba-PR, extraído do autos n. 1078/97 - divórcio consensual ocorreu em 03.07.1997. (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2022).

Gleisi Helena Hoffmann também foi casada com Paulo Bernardo Silva, ex-ministro do Planejamento entre os anos de 1998 a 2019 do Governo Luís Inácio Lula da Silva. (SOUSA; VELOSO, 2022).

¹⁰⁸Neylor Toscan é filho de Denize Cecília Tonin. Denize Cecília nasceu em 23 de dezembro de 1940 na cidade de Joaçaba, Santa Catarina, quarta geração de Domenico Fontana. Denise Cecília Tonin casou-se com Eloy Francisco Assis Toscan em 3 de julho de 1965. (GENEALOGIA DAS FAMÍLIAS, 2022). Eloy Francisco Assis Toscan nasceu em 2 de agosto de 1932 na cidade de Nova Bassano, no Rio Grande do Sul. Eles tiveram os seguintes filhos, a saber: Neylor José Tonin Toscan, Roberta Maria Tonin Toscan, nasceu em 19 de dezembro de 1967 e Daniele Maria Toscan, nasceu em 21 de maio de 1969. (GENEALOGIA DAS FAMÍLIAS, 2022).

Paulo Bernardo Silva natural da cidade de São Paulo, nasceu em 10 de março de 1952, é filho de Sydnéia Bernardes da Silva e Alfredo Manoel da Silva. Paulo Bernardo foi funcionário do Banco do Brasil nas cidades de Brasília no DF, em São Paulo na cidade de Cubatão (SP), em Santo Antônio do Sudeste e em Londrina no estado do Paraná. (SOUSA; VELOSO, 2022).

Cursou o segundo grau (atual Ensino Médio), no Colégio Pedro II, entre os anos de 1969 a 1971, participando do movimento estudantil em plena ditadura militar brasileira. Participou da graduação de Geologia na Universidade de Brasília (UNB), contudo não concluiu o curso. Em 1982 foi transferido para a cidade de Londrina no estado do Paraná para trabalhar como bancário no Banco do Brasil. Foi dirigente sindical da Federação dos Bancários do Paraná e participou da Executiva Nacional dos Bancários. Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) em 1984 na mesma época que a Gleisi Hoffmann se filiou ao PT. (SOUSA; VELOSO, 2022).

Pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Paulo Bernardo candidatou-se em 1986 para a Câmara dos Deputados. Em 1990, elegeu-se deputado federal pelo estado do Paraná. Votou a favor do processo de impeachment em 29 de setembro de 1992, contra o mandato do Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Collor de Mello. Em 1994, Paulo Bernardo foi reeleito deputado federal e no ano seguinte tornou-se vice-líder do Partido dos Trabalhadores. (SOUSA; VELOSO, 2022).

Paulo Bernardo¹⁰⁹ votou contra a instituição do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) e do Fundo Social de Emergência (FSE), criados para financiar o Plano Real com o objetivo de estabilização econômica do governo de Fernando Henrique Cardoso. Participou das eleições para prefeito da cidade de Londrina em 1996 e foi contrário à instituição da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que sucedeu o IPMF.

¹⁰⁹“Reeleito deputado federal em outubro de 1994, com a maioria dos votos proveniente de suas bases eleitorais em Londrina e região, foi empossado em fevereiro do ano seguinte. Ainda em 1995, tornou-se vice-líder do PT e passou a integrar a Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira e Controle. Por ocasião da votação das emendas à Constituição, a serem regulamentadas por lei, em 1995, pelo governo Fernando Henrique Cardoso, tentou obstruir a proposta de quebra do monopólio dos governos estaduais na distribuição de gás canalizado e manifestou-se contrariamente à abertura da navegação de cabotagem às embarcações estrangeiras, à revisão do conceito de empresa nacional, à abolição do monopólio estatal nas telecomunicações e da Petrobras na exploração do petróleo e à prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) — antigo FSE. Em fevereiro de 1997, sempre acompanhando os votos da oposição, foi contrário à emenda que instituiu a possibilidade de reeleição para os ocupantes de cargos executivos (prefeitos, governadores de estado e presidente da República). Em novembro seguinte, também votou contra o destaque ao projeto de reforma administrativa do governo federal que pôs fim à estabilidade no serviço público toda vez que a folha de pagamento de estados, municípios ou União fosse superior a 60% da arrecadação.” (SOUSA; VELOSO, 2022).

Em outubro deste mesmo ano foi candidato pela legenda dos Partidos dos Trabalhadores (PT), à prefeitura da cidade de Londrina, mas foi derrotado por Antônio Casemiro Belinati do Partido Democrático Trabalhista (PDT-PR). (SOUSA; VELOSO, 2022).

Paulo Bernardo assumiu a Secretaria da Fazenda do Mato Grosso do Sul no ano de 1999 a convite do então governador José Orcírio Miranda dos Santos, o “Zeca do PT”, permanecendo no cargo até o ano de 2000. No governo de Nedson Luiz Micheleti (PT-PR), foi secretário da Fazenda da cidade de Londrina nos anos de 2000. Nas eleições de 2002 concorre a Câmara dos Deputados Federais onde consegue ser eleito com 72.831 votos. Foi conselheiro da Itaipu em 2009 e o 23º Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão do Brasil no período de 2011 a 2015 no governo de Luís Inácio Lula da Silva (PT). (SOUSA; VELOSO, 2022).

Paulo Bernardo exerceu os seguintes mandatos como deputado federal, à saber:

- I. Deputado(a) Federal - (Congresso Revisor), 1991-1995, PR, PT, Dt. Posse: 01/02/1991;
- II. Deputado(a) Federal - 1995-1999, PR, PT, Dt. Posse: 01/02/1995;
- III. Deputado(a) Federal - 2003-2007, PR, PT, Dt. Posse: 01/02/2003.

(CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022).

Obteve as seguintes licenças enquanto exercia o cargo de deputado federal:

- I. Licenciou-se do mandato de Deputado Federal na legislatura 1995-1999, para assumir o cargo de Secretário da Fazenda do Estado do Mato Grosso do Sul, de 1º de janeiro de 1999 a 13 de dezembro de 2000;
- II. Licenciou-se do mandato de Deputado Federal na legislatura 2003-2007, para assumir o cargo de Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, em 22 de março de 2005.

(CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022).

Como vice-líder no Partido dos Trabalhadores (PT), entre os anos 1995 a 1998 e 2003 a 2004, exerceu atividades parlamentares que representaram o seu capital político e simbólico. Enquanto exercia o mandato de deputado federal participou das seguintes atividades partidárias:

- I. Legislaturas anteriores à 54ª COMISSÕES PERMANENTES: Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática: Titular;
- II. Defesa do Consumidor: Titular;
- III. Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias: Suplente;
- IV. Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio: Suplente, -03/2005;
- V. Economia, Indústria e Comércio: Suplente;
- VI. Educação, Cultura e Desporto: Suplente;
- VII. Finanças e Tributação: Segundo-Vice-Presidente, Titular, 1991-1992; 3/2005 e Suplente; Fiscalização Financeira e Controle: Presidente, Titular e Suplente;
- VIII. Fiscalização e Controle, Titular, 1995;
- IX. Legislação Participativa: Titular, -03/2005;
- X. Orçamento, Relações Exteriores e de Defesa Nacional: Suplente;
- XI. Seguridade Social e Família: Titular e Suplente, 1993;
- XII. Trabalho, Administração e Serviço Público: Suplente;
- XIII. Viação e Transportes: Suplente.
- XIV. COMISSÕES ESPECIAIS Externa Fiscalização e Controle dos Atos do Poder Executivo: Titular, 1992;
- XV. Legislação Eleitoral e Partidária: Suplente; PEC nº 17/91, Sistema Tributário Nacional: Suplente;
- XVI. PEC nº 41/03, Reforma Tributária: Titular-;
- XVII. PEC nº 56/91, Desregulamentação da Economia: Suplente;
- XXVIII. PEC nº 163/95, Fundo Social de Emergência: Titular;
- XIX. PEC nº 169/95, Remuneração de Vereadores e Prefeitos Municipais: Titular;
- XX. PEC nº 175/95, Altera o Capítulo do Sistema Tributário Nacional: Suplente;
- XXI. PEC nº 228/04, Reforma Tributária: Titular-;
- XXII. PEC nº 449/97, Fundo de Estabilização Fiscal: Segundo-Vice-Presidente e Titular;
- XXIII. PL 146/03, Licitações e Contratos: Titular-;
- XXIV. PL nº 2.546/03, Parceria Público-Privada: Relator e Titular;
- XXV. PL nº 3.337/04, Agências Reguladoras: Titular-;
- XXVI. PL nº 3.710/93, Código de Trânsito Brasileiro: Titular; Processo Licitatório de Microcomputadores: Titular;
- XXVII. Programa de Estabilização do Governo: Suplente;
- XXVIII. Projeto em Trâmite Sistema Financeiro Nacional: Suplente;
- XXIX. Projetos de Lei Regulamentação do Sistema Financeiro Nacional: Suplente;
- XXX. Reforma Tributária: Titular-;
- XXXI. Sistema Previdenciário Brasileiro: Suplente.
- XXXII. CPIs Denúncias de Irregularidades no INAMPS: Suplente; Entidades de Previdência Privada: Titular;

- XXXIII. Reforma Administrativa e o Fechamento de Agências e Postos de Serviços do Banco do Brasil: Titular, 1991.
- XXXIV. Conselhos, frentes e grupos parlamentares: Comissão de Sindicância Denúncias Veiculadas Jornal Folha de S. Paulo: Titular.
- XXXV. Congresso nacional comissões mistas: Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização: Vice-Presidente, Titular- e Suplente, 1992;
- XXXVI. NTN - Aumento de Capital: Suplente; Utilização dos Dividendos e do Superávit Financeiro de Fundos e Entidades da Administração Pública Federal Indireta: Titular;
- XXXVII. Representativa do Congresso Nacional: Titular e Suplente;
- XXXVIII. CPMI: Evasão de Divisas: Suplente.

(CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022).

Na década de 80 Paulo Bernardo e Gleisi Hoffmann filiam-se no Partido dos Trabalhadores (PT) e suas origens e participações advém dos movimentos sindicais e estudantis. Durante os anos 90, Gleisi Hoffmann atuou como assessora parlamentar no gabinete do deputado federal Paulo Bernardo (PT), em Brasília.

Paulo Bernardo e Gleisi Hoffmann casaram-se em 1998 e após o casamento Gleisi Hoffmann assumiu a Secretaria de Reestruturação Administrativa no governo de Zeca do PT em Mato Grosso do Sul. Paulo Bernardo assumiu o cargo de Secretário de Fazenda do Mato Grosso do Sul, onde permaneceu até o fim de 2000. Foi Deputado Federal, Ministro das Comunicações e Diretor da Itaipu Binacional e atuava ativamente como político na região de Foz do Iguaçu e Curitiba. (VALENCIANO; LEAL E SILVA, 2015). Na década de 2000, Gleisi Hoffmann (PT-PR) integrou o gabinete do governo de transição do governo Lula (2003-2011). No ano seguinte, assumiu a diretoria financeira da Itaipu Binacional e Paulo Bernardo (PT), em março de 2005, assumiu o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do governo Lula.

Em 1 de janeiro de 2011, Paulo Bernardo (PT) tomou posse como ministro das Comunicações de Dilma Rousseff. Neste mesmo período, Gleisi Hoffmann controlava um orçamento equivalente de R\$7,3 bilhões de reais e o ex-deputado federal Paulo Bernardo, na época seu marido controlava um orçamento de aproximadamente R\$4,4 bilhões de reais. Convertendo os capitais políticos, a partir do entrelaçamento das candidaturas, dos mandatos, das eleições e das trajetórias dentro do jogo no campo de poder, administrando juntos um orçamento aproximado de R\$11,7 bilhões de reais. (ISTOÉ, 2011).

Com relação a Operação Lava Jato, Paulo Bernardo¹¹⁰ foi acusado e preso na 18ª fase. Em 2016 o procurador-geral da República, Rodrigo Janot solicitou abertura de ação penal contra o ex-ministro do Planejamento e das Comunicações do Governo Lula e da ex-ministra da Casa Civil Gleisi Helena Hoffmann sob a alegação de corrupção passiva e lavagem de dinheiro um desmembramento da Operação Lava Jato¹¹¹, por suposto desvio de repasses ilegais para a Campanha de Gleisi em 2010. (STERMAN; MUDROVITSCH, 2016).

Somente em 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) arquivou a ação penal contra a ex-senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) e do ex-deputado federal e ministro do Planejamento Paulo Bernardo (PT-PR).

O julgamento foi decidido na Segunda Turma, não em plenário, mas o STF vem reafirmando o entendimento segundo o qual a denúncia ancorada apenas em relatos dos que fazem acordo para diminuição de pena não pode prosseguir. Isso porque a lei de combate às organizações criminosas (Lei 12.850/13), que legalizou a colaboração premiada, determina que “nenhuma sentença condenatória será proferida com fundamento apenas nas declarações de agente colaborador. (CONGRESSO EM FOCO, 2018).

Desta forma, o STF absolveu a Senadora na época Gleisi Hoffmann e o ex-ministro Paulo Bernardo das acusações de lavagem de dinheiro e corrupção em um dos processos da Lava-Jato. (RAMALHO, 2018).

As relações políticas e a trajetória de Gleisi Hoffmann e Paulo Bernardo se entrelaçam e são fortalecidas pelas relações e trocas de capitais no campo político nacional e regional. O anexo “A Trajetória Política de Gleisi Helena Hoffmann e Paulo Bernardo Silva”¹¹² tem como proposta observar estes laços que unem os agentes políticos paranaenses e as suas trajetórias percorridas pelos parlamentares, bem como demonstrar os capitais adquiridos durante este processo.

Importante ressaltar que os partidos políticos permitem “o estabelecimento do vínculo familiar e ponderam as diferenças ideológicas, profissionais e ocupacionais

¹¹⁰ No dia 23 de junho de 2016, Paulo Bernardo foi preso pela Polícia Federal na Operação Custo Brasil, um desdobramento da 18ª fase da Lava Jato. Na ocasião, Gleisi Hoffmann divulgou nota afirmando que o casal não possuía contas no exterior. Na nota, a senadora ainda afirmou: "Levamos uma vida confortável, porém modesta". Menos de uma semana após a prisão, o ministro do STF, Dias Toffoli, atendeu ao pedido do ex-ministro e revogou sua prisão. (ÉPOCA, 2017).

¹¹¹ A Operação Lava-Jato foi um conjunto de operações com a finalidade de combater a lavagem de dinheiro e a corrupção da história política do Brasil. A operação Lava-Jato teve início em 2014 até 2021, e teve como força-tarefa a investigação por parte da Justiça Federal de Curitiba de doleiros, empresários e agentes públicos. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, S/D).

¹¹² Confira ANEXO 09 sobre A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE GLEISI HELENA HOFFMANN E PAULO BERNARDO SILVA.

desses grupos, ainda que algumas rupturas partidárias na mesma linhagem política sejam descartadas”. (GRILL, 2003; 2004; 2008; 2012; 2017 citado por GOULART, 2018, p.85). Com base nas declarações sobre os bens declarados de Paulo Bernardo em 2002 a 2018 foi de aproximadamente R\$340.000,00. Importante mencionar que o documento verificado no site do TSE estava em péssimo estado de conservação e não foi possível verificar o valor exato dos bens declarados para o ano de 2002.¹¹³

Estas discussões realizadas acerca dos capitais políticos e as trajetórias dos agentes políticos demonstram-se ferramentas interessantes para compreender o campo político paranaense. O casamento enquanto capital simbólico torna-se uma estratégia de inserção política e abre possibilidades de mapear como estes relacionamentos e alianças podem ser fundamentais na construção das estruturas de poder político familiar que se firmam mediante os fortes laços de matrimônio.

Estes laços matrimoniais são possíveis estratégias que possibilitam a acumulação dos capitais econômicos, políticos e/ou simbólicos. Que juntos podem ser redirecionados para redefinir o jogo, o campo e a trajetória política reforçando desta forma as relações de poder familiar. Logo, os anos 90 foram determinantes para que os laços e relações familiares fossem firmados no campo de poder com alcances regionais e nacionais. Confirmando a tese de Oliveira (2000), “Família ainda importa”.

Os casamentos, segundo Canêdo (2011); Oliveira (2016) e Goulart (2018), consolidam as coerências nas relações de poder, bem como demonstram estratégias utilizadas por agentes para garantias de capitais políticos¹¹⁴ e prestígio no decorrer de suas trajetórias. Os capitais familiares fornecem, portanto, ao seu detentor o conhecimento amplo do campo que de certa forma privilegia e traz vantagens dentro deste campo e do jogo. Ele também opera como facilitador dos códigos, das normas. A elite política brasileira possui suas origens nestas relações de familismo, nos clãs políticos formados pela velha vanguarda. (MIGUEL, MARQUES, MACHADO, 2015).

¹¹³Confira ANEXO 10 sobre a DECLARAÇÃO DE BENS EM ANOS ELEITORAIS DO EX-MINISTRO DO GOVERNO LULA PAULO BERNARDO (PT-PR) DOS ANOS DE 1998 E 2022.

¹¹⁴Sobre as questões discutidas a respeito de capitais políticos e familiares, obtidas a partir da obra de Pierre Bourdieu, tornou-se uma ferramenta estratégica para a compreensão e construção das carreiras políticas de parlamentares brasileiros. Segundo Miguel; Marques e Machado (2015, p.725), o capital político “é uma forma de capital simbólico, isto é, dependente do reconhecimento fornecido pelos próprios pares.”

5.1.6. Trajetória Política de Gleisi Helena Hoffmann

A trajetória na vida pública de Gleisi Helena Hoffmann tem início no Grêmio Estudantil “Edson Luiz de Lima Souto”, do Colégio Nossa Senhora Medianeira em Curitiba nos anos 80. Posteriormente reorganiza o Grêmio Estudantil do CEFET-PR, César Lattes (GECCEL). (HAYGERT, 2009). Foi presidente na década de 80 da União Metropolitana de Estudantes Secundaristas de Curitiba (UMESC) e também integrou a União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (UPES), participou ativamente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES). (CARNEIRO, 2022).

Sua trajetória no campo político tem início em 1983 quando filiou-se ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), recebendo o codinome de “Clara” e “Rosa Luxemburgo” em plena ditadura cívico-militar brasileira. Em 1989, o Brasil viveu os ares de redemocratização e Gleisi Hoffmann filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT-PR). Partido que permanece até os dias de hoje.

Nos anos iniciais de sua filiação ao Partido dos Trabalhadores, Gleisi Hoffmann conviveu com políticos renomados que estabeleceram a fundação do Partido dos Trabalhadores no estado paranaense, e se tornaram expressão política tanto regional quanto nacional. Políticos como o ex-secretário de Lula Gilberto Carvalho, Pedro Tonelli na época militante católico da Pastoral Operária da arquidiocese de Curitiba e ex-candidato pelo PT-PR ao cargo de governador, Claus Germer ex-secretário estadual da agricultura em 1982, Rose Fridmann, Lafaete Neves, Jairo Graminho, Zélia Passos, primeira vereadora pelo Partido dos Trabalhadores em Curitiba e Edson Passos, diretor administrativo da Itaipu. (HAYGERT, 2009).

No ano de 2001 retornou com o seu marido na época Paulo Bernardo Silva a cidade de Londrina no estado do Paraná onde o seu marido assumiu a Secretaria da Fazenda. (HAYGERT, 2009). É salutar, ressaltar que durante o período no qual Gleisi Hoffmann foi Secretária de Gestão Pública no município paranaense de Londrina em 2001, seu esposo Paulo Bernardo, na gestão de Nedson Luis Micheleti (PT) exercia o cargo de Secretário Municipal da cidade paranaense de janeiro de 2001 a março de 2002. (VALENCIANO; LEAL E SILVA, 2015).

Gleisi Hoffmann participou em 2002 da equipe de transição do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e de várias reuniões no Grupo de Orçamento com a então Ministra Dilma Rousseff e o ex-ministro Antonio Palocci, e após realizada a transição assume a Diretoria Financeira da Itaipu Binacional. Como diretora financeira

da Itaipu Binacional¹¹⁵, Gleisi Hoffmann implantou o conceito de gestão integrada de todos os sistemas financeiros da Itaipu. Tanto no lado paraguaio como brasileiro introduziu o pregão eletrônico, e as Notas Reversais foram introduzidas a partir das relações mantidas com o Paraguai. (CARNEIRO, 2022).

Ainda neste período como parte de sua trajetória política no estado do Paraná, consolidou e participou de vários Projetos de Cunho Social como a Casa Abrigo de Foz do Iguaçu, o Programa Saúde na Fronteira e o setor de Responsabilidade Social da empresa Itaipu Binacional. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022).

Gleisi Hoffmann, concorreu ao Senado Brasileiro em 2006, pelo estado do Paraná, pela coligação PT, PHS, PL, PAN, PRB e PCdoB. Entretanto, o candidato pelo PSDB, Álvaro Dias venceu as eleições com uma diferença de 300 mil votos, totalizando 2.299.088 votos, 45,14% dos votos válidos no Estado do Paraná. (CARNEIRO, 2022; HAYGERT, 2009).

No Partido dos Trabalhadores (PT), Gleisi conquistou cada vez mais espaço político no cenário nacional e regional. Assume a Secretaria Estadual de Mulheres e o Diretório Nacional do PT e percorre mais de 200 municípios paranaenses com o intuito de reorganizar o partido no estado paranaense. (CARNEIRO, 2022).

Gleisi Hoffmann participou em 2008 do Voto de Louvor e Congratulações aos 22 anos da Federação das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana (FEMOCLAM) na Câmara Municipal de Curitiba. E recebeu a Menção Honrosa dos 25 anos da Fundação da Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia (APACN) pela Assembleia Legislativa do Paraná. Gleisi Hoffmann participou ainda em 2008 do Seminário “18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente – Conquistas e Desafios pela Faculdade de Estudos Sociais do Paraná. (CARNEIRO, 2022).

No ano de 2008 tornou-se presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), com 558 votos, 71,74% superando a mineira Margarida Salomão que obteve 131 votos, 16,79% e o militante Valter Pomar que obteve 91 votos, 11,67%, defendeu a unidade do partido, o reforço das bases e a defesa do legado petista. (CARTA CAPITAL, 2019).

¹¹⁵Durante sua administração introduziu o sistema de gestão integrada entre todos os sistemas financeiros de Itaipu. Desenvolveu também ações de caráter social entre os funcionários da empresa e as populações locais, como o Programa Casa Abrigo de Foz do Iguaçu, o Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente (PPCA), o Programa Saúde na Fronteira, o Programa de Pró-Equidade Gênero e Raça em Itaipu Binacional e a reestruturação do Hospital Ministro Costa Cavalcanti para os funcionários da usina. (CARNEIRO, 2022).

Candidatou-se à prefeitura da capital paranaense no ano de 2008, mas foi derrotada pelo ex-governador Beto Richa na época filiado ao PSDB-PR, conquistando o segundo lugar com 18,71% dos votos nas eleições de outubro. (CARNEIRO, 2022). No decorrer de 2009, recebeu a Homenagem ao Dia Internacional da Mulher pelo Hospital Ministro Costa Cavalcanti de Foz do Iguaçu, e a Homenagem ao Dia Internacional da Mulher na Câmara Municipal de Piraquara-PR, bem como a de Cidadã Honorária – Lei Municipal 12/02/2009 pela Câmara Municipal de São João do Triunfo no estado paranaense.

Elegeu-se Senadora da República¹¹⁶, em 2010 com aproximadamente 3 milhões de votos, sendo a primeira mulher paranaense a assumir o cargo no Senado brasileiro. Criou o Projeto de Lei que previa a redução dos custos em aproximadamente R\$32 milhões aos cofres públicos, com a extinção do 14º e 15º salários dos parlamentares. Este projeto foi aprovado em 2013. Compôs a 54º e 55º Legislaturas de 2011-2019, atualmente está fora do exercício do mandato. Foi a vice-líder do Partido dos Trabalhadores (PT) no Senado Federal, entre os anos de 23/02/2011 e 20/09/2011. (CARNEIRO, 2022).

Durante o exercício do cargo como senadora Gleisi Hoffmann atuou na Frente Parlamentar de Controle de Armas e Munições, pela Paz e Pela Vida com as seguintes finalidades:

- I. Promover amplo debate sobre controle de armas e munições no âmbito do Congresso Nacional;
- II. Formular, aprimorar e apresentar proposições que tratem de providências direcionadas ao controle de armas e munições e ao regulamento das limitações de autorizações para compra, transporte, porte, uso e registro de armas de fogo;
- III. Promover e difundir, por todos os meios de comunicação social, a conscientização dos benefícios sociais gerados pelo controle de armas e munições”, frente Parlamentar Mista Antirracismo no ano de 2021 e

¹¹⁶Pleiteou novamente vaga no Senado Federal em 2010, quando saiu candidata com apoio do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da candidata à presidência Dilma Rousseff. Para este tento, recebeu mais de três milhões de votos e foi eleita senadora pelo Paraná. Empossada em Fevereiro de 2011, integrou, como titular a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), além de ter atuado na Comissão Parlamentar de Inquérito que discutiu acerca do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil. Foi de sua autoria o Projeto de Lei, aprovado em 2013, que propõe extinguir os 14º e 15º salários dos parlamentares, posteriormente aprovado. (CARNEIRO, 2022).

Grupo Parlamentar do Congresso Nacional Brasil-Argentina –
Resolução nº 4, de 2016.

(SENADO FEDERAL, 2022).

Durante o mandato da Senadora Gleisi Helena Hoffmann¹¹⁷ (2011 a 2019) pronunciou na Casa do Senado Federal 60 discursos dos mais variados temas desde discursos alertando contra as propostas do Presidente da república eleito Jair Bolsonaro como a preocupação com a redução da desigualdade de renda no Brasil. Seus discursos versam também temas como a preocupação com a violência contra a mulher, questões indígenas, saúde, educação dentre outros temas que tem como objetivo a análise conjuntural do Brasil político e as reais necessidades do povo brasileiro. A construção dos seus discursos e de sua carreira política confirmam a sua aproximação com o espectro político da esquerda progressista voltado para as necessidades da nação e do seu povo.¹¹⁸

Depois de aproximadamente 5 meses como senadora do Brasil, Gleisi Hoffmann toma posse como Ministra-chefe da Casa Civil do governo da presidenta Dilma Rousseff. Em seu discurso no Senado Brasileiro, em 08 de junho de 2011 reitera sua posição ao respeito parlamentar e a manifestação democrática como o maior consenso para avançar no desenvolvimento do Brasil. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011).

Em entrevista ao portal de notícias G1 em 2013 como Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann à frente dos programas estratégicos da administração federal lamenta deixar a Casa Civil sem concluir as concessões de rodovias, portos, ferrovias e aeroportos ao setor privado. (BRAGA, 2013).

“Eu gostaria de ter encerrado o processo de concessões. Obviamente, que sabia que isso não ia acontecer porque o cronograma já extrapolava o ano. Mas gostaria de ter entregado de forma completa”, afirmou. (BRAGA, 2013).

¹¹⁷Confira ANEXO 14 sobre as MISSÕES NO EXTERIOR DA SENADORA DA REPÚBLICA DO BRASIL GLEISI HOFFMANN 54º E 55º LEGISLATURAS DE 2011-2019, representa a sua trajetória política no Senado brasileiro.

¹¹⁸ Confira ANEXO 11 sobre o PRONUNCIAMENTOS PROFERIDOS NO ANO DE 2018 PELA SENADORA GLEISI HELENA HOFFMANN (PT-PR).

As atividades legislativas de Gleisi Hoffmann enquanto senadora totalizaram 11.059 atuações, a saber:

- I. Projetos e Matérias – Proposições 1.262
- II. Projetos e Matérias – Documentos 7.628
- III. Pronunciamentos 1.849
- IV. Questões de Ordem 17
- V. Legislação Federal 28
- VI. Relatórios Legislativos e Outros 52

(SENADO FEDERAL, 2022a).

Órgãos do Parlamento:

- I. Comissões 1
- II. Sessões e Reuniões 68
- III. Composição das Comissões 87
- IV. Audiências Públicas 5
- V. Documentos das Comissões 8

(SENADO FEDERAL, 2022a).

Atividades Institucionais:

- I. Sobre o Senado 2
- II. Responsabilidade Social 1
- III. Escola de Governo 1
- IV. Observatório da Mulher 26
- V. Presidência 47
- VI. Procuradoria da Mulher 76

(SENADO FEDERAL, 2022a).

Atividades em Comunicação:

- I. Notícias 1.635
- II. Infográficos 1
- III. Vídeos 102
- IV. Áudios 244

(SENADO FEDERAL, 2022a).

Portal da Transparência: 1.078

- I. Senadores – Transparência 962
- II. Gestão e Governança 6
- III. Licitações e Contratos 2
- IV. Gestão de Pessoas 1
- V. Lei de Acesso à Informação 68
- VI. Outros Documentos de Transparência 27

(SENADO FEDERAL, 2022a).

Publicações: 396

- I. Anais do Senado 274
- II. Diários 13.793
- III. Estudos Legislativos 20

(SENADO FEDERAL, 2022a).

e-Cidadania: 293

- I. Evento Interativo 6
- II. Ideia Legislativa 2
- III. Consulta Pública 285

(SENADO FEDERAL, 2022a).

Durante este período atuou representando o Brasil em diversos países da Europa e América Latina, visitou nesta oportunidade Portugal, Uruguai, Bélgica, Alemanha e Rússia, participando de reuniões de Comissões Parlamentares e Permanentes.¹¹⁹

Como senadora Gleisi Hoffmann foi indiciada na Lava Jato¹²⁰, a matéria saiu com grande repercussão em vários meios de comunicação no Brasil. Exerceu o cargo de

¹¹⁹Confira ANEXO 14 sobre as MISSÕES NO EXTERIOR DA SENADORA DA REPÚBLICA DO BRASIL GLEISI HOFFMANN - 54º E 55º LEGISLATURAS DE 2011-2019.

¹²⁰A senadora também já foi mencionada na operação da Polícia Federal. Em 2014, Gleisi foi citada em delações premiadas de dois réus da Lava Jato – o ex-diretor de Abastecimento da estatal Paulo Roberto Costa e o doleiro Alberto Youssef. Em outubro do mesmo ano, Costa afirmou que o esquema de corrupção ao Senado em 2010 a pedido de seu marido, o ex-ministro Paulo Bernardo. Essa informação foi confirmada por Youssef em depoimento à PF em novembro desse mesmo ano. A ex-ministra e o marido

Ministra-Chefe da Casa Civil de 8 de junho de 2011 até 02 de fevereiro de 2014, no governo da presidenta Dilma Rousseff¹²¹. Gleisi assume o cargo de Ministra –Chefe e “a nomeação ocorreu um dia após o pedido de demissão de Antonio Palocci (PT), desgastado após denúncias concernentes a sua evolução patrimonial. No Senado, foi substituída pelo primeiro suplente, Sérgio Souza, do PMDB.”. (CARNEIRO, 2022). Em 2014, deixa de exercer o cargo de Ministra da Casa Civil, sendo substituída por Aluísio Mercadante para assumir o cargo de Senadora em 1 fevereiro de 2011 até 31 de janeiro de 2019.

Foi em fevereiro de 2016 que os senadores do PT escolheram Gleisi Hoffmann para atuar na presidência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), no lugar ocupado por Delcídio do Amaral que estava preso por envolvimento na Operação Lava Jato, que na época investigava casos de corrupção na Petrobras.

Atualmente exerce o mandato na Câmara dos Deputados como deputada federal desde 1 de fevereiro de 2019. Foi a terceira mais votada do Estado do Paraná com 212.513 votos. Gleisi Hoffmann está em exercício como deputada federal pelo Paraná, como já foi mencionado, e sua trajetória política na Câmara dos Deputados Federais em 2019 foi de 273 propostas legislativas, 52 discursos em plenário. Esteve presente em 86 dias e em 91 dias em reuniões de comissão. Foram 27 dias de ausências justificadas pelo plenário e 28 reuniões de comissões. Não houve ausências justificadas

negam o pedido e o recebimento do dinheiro. No dia 1º de abril de 2016, a Polícia Federal pediu o indiciamento da senadora e de Paulo Bernardo por concluir que havia indícios de recebimento de propina por parte do casal. No dia 13 do mesmo mês, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviou ao STF um pedido de anulação do indiciamento de Gleisi Hoffmann na Lava Jato. (ÉPOCA, 2017). No final de setembro, Gleisi Hoffmann tornou-se a primeira senadora a virar ré na Operação Lava Jato. O STF aceitou, por 5 votos a 0, a denúncia do Ministério Público (MP) contra ela e o marido, o ex-ministro Paulo Bernardo. A senadora foi acusada de receber dinheiro desviado da Petrobras quando se candidatou ao Senado, em 2010. De acordo com a defesa da senadora, não houve qualquer amparo probatório, de modo que a denúncia configurava mera ilação. Ao aceitar a denúncia, o ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato no STF, no entanto, alegou que a denúncia não teria sido fundamentada apenas com base nas delações premiadas. (CARNEIRO, 2022).

¹²¹Em meio ao acirramento da crise política, Gleisi Hoffmann tornou-se uma defensora intransigente do mandato da presidenta Dilma Rousseff junto aos demais aliados do Governo no Senado. Na sessão do dia 31 de agosto de 2016, sob a presidência do ministro Ricardo Lewandowski, então presidente do STF, o plenário do Senado aprovou, entretanto, por 61 votos favoráveis e 20 contrários, o impeachment da presidente Dilma Rousseff. A presidente afastada foi condenada sob a acusação de haver cometido crimes de responsabilidade, mas não foi punida com a inabilitação para funções públicas. Isto porque apesar de aprovar o impeachment, o Senado manteve os direitos políticos da ex-presidente Dilma através do artifício que à época foi denominado como fatiamento do processo, por ter realizado o julgamento da inabilitação em uma ação em separado. Foram 42 votos a favor da inabilitação, 36 contrários e três abstenções. Para que a petista perdesse os direitos políticos, também seriam necessários 54 votos. Gleisi Hoffmann votou contra o impeachment, bem como a inabilitação da ex-presidente para exercer cargos públicos. Com esse resultado, Michel Temer foi efetivado na Presidência da República. (CARNEIRO, 2022).

em 2019. Em plenário foram 66 reuniões em comissões parlamentares. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022b).

No ano de 2020, sua atuação no plenário e em comissões parlamentares foram de 219 propostas legislativas de sua autoria e nenhuma proposta legislativa relatada, 389 votações nominais em plenário e 35 discursos em plenário. Foram 94 dias presentes no plenário e 93 reuniões em comissões. As ausências em plenário justificadas foram 8 dias e 8 reuniões de comissões. As ausências não justificadas foram 32 reuniões de comissões e nenhuma em plenário. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022b).

No ano de 2021 Gleisi Hoffmann atuou no plenário e em comissões com 227 propostas legislativas de sua autoria. Com relação às votações nominais foram 746 em plenário e 52 discursos realizados em plenário. Neste mesmo ano foram 129 dias presentes em plenário e 93 reuniões em comissões. Somente 3 dias de ausência justificada em plenário e 8 reuniões de comissões. As faltas não justificadas foram 32 em reuniões de comissão e nenhuma em plenário. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022b).

Gleisi Hoffmann foi indicada como a deputada mais influente no Congresso Nacional, segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) e por outras entidades de monitoramento das atividades parlamentares por seu desempenho e influência partidária. (DIAP, 2021).

Os “Cabeças” do Congresso Nacional são, na definição do DIAP, aqueles parlamentares — deputados e senadores — que conseguem se diferenciar dos demais pelo exercício de todas ou algumas das qualidades e habilidades aqui descritas. Entre os atributos que caracterizam um protagonista do processo legislativo, destacam-se a capacidade de conduzir debates, negociações, votações, articulações e formulações, seja pelo saber, senso de oportunidade, eficiência na leitura da realidade, que é dinâmica, e, principalmente, facilidade para conceber ideias, constituir posições, elaborar propostas e projetá-las para o centro do debate, liderando a repercussão dessas, e tomada de decisão. Enfim, é o parlamentar que, isoladamente ou em conjunto com outras forças, é capaz de criar o papel e o contexto para desempenhá-lo. (DIAP, 2021).

Até o dia 07 de agosto de 2022 foram verificadas 43 propostas legislativas de sua autoria e nenhuma relatada, sendo 308 votações nominais em plenário e 8 discursos proferidos em plenário. Até esta data foram contabilizados 57 dias de presença em plenário e 3 reuniões em comissões. As faltas justificadas em plenário foram aproximadamente 22 dias e 1 reunião de comissão. Não houve faltas não justificadas em plenário e somente 4 reuniões em comissão. Totalizando 762 propostas legislativas de

sua autoria e 1.443 votos nominais em plenário com 147 discursos proferidos em plenário e nenhuma proposta legislativa relatada. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022b).

O anexo 12 sobre a atuação de Gleisi Hoffmann no exercício no Plenário e nas Comissões na Câmara dos deputados federais entre os anos de 2019 a 2022¹²², revelam a sua atuação em plenário. Com 762 propostas legislativas aprovadas entre os anos de 2019 a 2022, participando de 1.443 votações nominais e 147 discursos proferidos traçam a sua trajetória nos meandros e no jogo político nacional e regional.

As Emendas aprovadas ao orçamento da União nos anos de 2019 a 2022 pela deputada federal Gleisi Helena Hoffmann, são emendas que têm como propósito o incremento temporário ao custeio dos serviços de atenção primária à saúde para cumprimento de metas no estado do Paraná com a participação da deputada federal Gleisi Hoffmann.¹²³

Portanto, sua atuação no Congresso Nacional resultou nas emendas parlamentares de R\$5.470.454,00 reais, e que passou a integrar a Lei Orçamentária Anual. Outros valores compõe o orçamento da União como os R\$5.370.454,00 reais empenhados a verba e reservados pelo Poder Executivo para o gasto destinado a emenda e dos R\$5.370,454,00 reais foram pagos como valor de emenda parlamentar e transferidos para o estado ou município no Paraná. Para a estruturação de unidades de atenção especializada em saúde no Paraná foram encaminhados e autorizados R\$2.500.000,00 reais; R\$2.498.946,00 reais foram empenhados e R\$1.550.136,00 reais pagos. Para a estruturação e inclusão produtiva dos agricultores familiares e dos pequenos e médios produtores rurais do estado paranaense em 2020 foram R\$2.200.000,00 reais autorizados; R\$2.177.500,00 reais empenhados e R\$1.700.000,00 reais pagos ao estado do Paraná. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022b).

Em 2021, R\$4.220.000,00 autorizados sendo R\$4.020.000,00 reais empenhados e R\$4.020.000,00 reais pagos para emendas aprovadas ao orçamento da

¹²²Confira ANEXO 12 sobre o ATUAÇÃO DE GLEISI HELENA HOFFMANN, TITULAR EM EXERCÍCIO NO PLENÁRIO E COMISSÕES NA CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS DE 2019 A 2022.

¹²³Confira ANEXO 13 sobre o EMENDAS APROVADAS AO ORÇAMENTO DA UNIÃO NOS ANOS DE 2019 A 2022 PELA DEPUTADA FEDERAL GLEISI HELENA HOFFMANN.

união, referente ao incremento temporário ao custeio dos serviços de atenção primária à saúde para cumprimento de metas no estado paranaense. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022b).

Para a transferências especiais foram autorizados pelo Congresso Nacional o valor de R\$2.719.986,00 reais. Com relação aos valores foram destinados R\$2.719.986,00 reais para os valores empenhados e R\$2.719.986,00 reais pagos ao estado paranaense. Os valores autorizados para a estruturação de unidades de atenção especializada em saúde no estado foram de R\$2.700.000,00 reais; sendo R\$2.199.936,00 reais empenhados e R\$1.018.728,00 reais pagos. Até a presente data, 08 de agosto de 2022 foram autorizadas R\$5.949.000,00 reais para a transferência especial para o estado paranaense; sendo R\$5.899.000,00 reais empenhados e R\$2.949.500,00 reais pagos. Para incremento temporário ao custeio dos serviços de atenção primária à saúde para cumprimento de metas foram autorizados R\$4.710.591,00 reais; R\$4.710.591,00 reais empenhados e R\$4.710.592,00 reais pagos. Sendo R\$4.355.181,00 reais autorizados para a estruturação de unidades de atenção especializada em saúde, onde R\$1.949.489,00 reais empenhados e R\$199.956,00 reais pagos. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022b).

A partir de 2019 a 2022, Gleisi Hoffmann participou de 110 frentes parlamentares com temas diversos na Câmara dos Deputados em Brasília. Das seguintes Frentes e Grupos Parlamentares esteve à frente da:

- I. Frente Parlamentar em Defesa dos Técnicos Agrícolas, Data de Publicação 12/07/2022;
- II. Frente Parlamentar Mista do Artesão e Apoio do Artesanato Brasileiro, Data de Publicação 23/05/2022;
- III. Frente Parlamentar Mista em Defesa das Cidades Históricas - Patrimônio Cultural Brasileiro, Data de Publicação 24/11/2021;
- IV. Frente Parlamentar de Prevenção de Doenças Pulmonares Graves, Data de Publicação 18/11/2021;
- V. Frente Parlamentar Mista em Defesa do Litoral Brasileiro, Data de Publicação 22/09/2021;
- VI. Frente Parlamentar em Apoio ao Produtor de Leite, Data de Publicação 22/09/2021;

- VII. Frente Parlamentar em Defesa das Energias Renováveis – FER, Data de Publicação 18/03/2021;
- VIII. Frente Parlamentar Mista Pelo Fortalecimento do SUS, Data de Publicação 20/10/2020;
- IX. Frente Parlamentar Mista em Defesa da Renda Básica, Data de Publicação 22/09/2020;
- X. Frente Parlamentar em Defesa do Plano Nacional de Educação, Data de Publicação 08/07/2020;
- XI. Frente Parlamentar Mista para Implantação do Plenário Virtual no Poder Legislativo, Data de Publicação 14/04/2020;
- XII. Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cadeia Produtiva do Coco, Data de Publicação 09/03/2020;
- XIII. Frente Parlamentar Mista em Defesa da Reforma Urbana e dos Movimentos de Luta por Moradia, Data de Publicação 03/02/2020;
- XIV. Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos com Participação Popular, Data de Publicação 20/12/2019;
- XV. Frente Parlamentar Mista em Defesa da Eletronorte, Data de Publicação 17/12/2019;
- XVI. Frente Parlamentar em defesa dos Oficiais de Justiça, Data de Publicação 17/12/2019;
- XVII. Frente Parlamentar Mista pelo Pacto Nacional contra as Fake News (divulgação de notícias falsas), Data de Publicação 06/12/2019;
- XVIII. Frente Parlamentar em Defesa da Radiodifusão, Data de Publicação 21/11/2019;
- XIX. Frente Parlamentar Mista em Defesa da Prevenção de Queimaduras e Atenção Global ao Paciente Queimado, Data de Publicação 19/11/2019;
- XX. Frente Parlamentar Mista de Assistência Técnica e Extensão Rural (Frente de ATER), Data de Publicação 19/11/2019;
- XXI. Frente Parlamentar do Terceiro Setor e Filantropia, Data de Publicação 19/11/2019;
- XXII. Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, Data de Publicação 12/11/2019;
- XXIII. Frente Parlamentar em prol da Iniciação Científica – FPIC, Data de Publicação 12/11/2019;

- XXIV. Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Criadores de Animais de Estimação, Data de Publicação 11/11/2019;
- XXV. Frente Parlamentar das Hortaliças, Flores e Frutas, Data de Publicação 05/11/2019;
- XXVI. Frente Parlamentar Mista de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente, Data de Publicação 01/11/2019;
- XXVII. Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana, Data de Publicação 01/11/2019;
- XXVIII. Frente Parlamentar Mista em Defesa da Casa da Moeda, Data de Publicação 01/11/2019;
- XXIX. Frente Parlamentar em Defesa do Sistema de Modelagem da Informação da Construção – BIM, Data de Publicação 29/10/2019;
- XXX. Frente Parlamentar Mista em Defesa do Cinema e do Audiovisual Brasileiros, Data de Publicação 15/10/2019;
- XXXI. Frente Parlamentar em Defesa das Pessoas Desaparecidas, Data de Publicação 04/10/2019;
- XXXII. Frente Parlamentar Mista Para a Criação de Estímulos Econômicos Para a Preservação Ambiental, Data de Publicação 17/09/2019;
- XXXIII. Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional, Data de Publicação 10/09/2019;
- XXXIV. Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua, Data de Publicação 03/09/2019;
- XXXV. Frente Parlamentar Mista em Defesa do Comércio Internacional e do Investimento – Frencomex, Data de Publicação 28/08/2019;
- XXXVI. Frente Parlamentar Mista em Apoio aos Objetivos de Desenvoltimentos Sustentáveis da ONU – ODS, Data de Publicação 20/08/2019;
- XXXVII. Frente Parlamentar em Defesa do Patrimônio Histórico Nacional, Data de Publicação 20/08/2019;
- XXXVIII. Frente Parlamentar Mista em Defesa de Furnas, Data de Publicação 15/08/2019;
- XXXIX. Frente Parlamentar Mista em Defesa das Organizações da Sociedade Civil – OSCs, Data de Publicação 15/08/2019;
- XL. Frente Parlamentar de Apoio aos Conselhos Profissionais de Classe, Data de Publicação 13/08/2019;

- XL I. Frente Parlamentar Mista em Defesa da Economia Solidária, Data de Publicação 13/08/2019;
- XLII. Frente Parlamentar em Favor do Pagamento por Serviços Ambientais e Produção Sustentável, Data de Publicação 07/08/2019;
- XLIII. Frente Parlamentar em Defesa dos Agentes Comunitários de Saúde, Data de Publicação 09/07/2019;
- XLIV. Frente Parlamentar Mista para Ampliação dos Cursos de Medicina, Data de Publicação 08/07/2019;
- XLV. Frente Parlamentar da Silvicultura no Brasil, Data de Publicação 03/07/2019;
- XLVI. Frente Parlamentar Mista pela Educação no Campo – FPMEDOC, Data de Publicação 02/07/2019;
- XLVII. Frente Parlamentar Mista em Defesa da Pessoa Idosa, Data de Publicação 02/07/2019;
- XLVIII. Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos Humanos e pela Justiça Social, Data de Publicação 25/06/2019;
- XLIX. Frente Parlamentar Mista Brasil-África com Participação Popular de Enfrentamento ao Racismo, Data de Publicação 25/06/2019;
 - L. Frente Parlamentar Mista em Defesa da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial, Data de Publicação 17/06/2019;
 - LI. Frente Parlamentar para a Liberdade Religiosa do Congresso, Data de Publicação 17/06/2019;
 - LII. Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Bancos Públicos, Data de Publicação 17/06/2019;
 - LIII. Frente Parlamentar Mista Brasil-Índia, Data de Publicação 17/06/2019;
 - LIV. Frente Parlamentar Mista em Defesa da Enfermagem, Data de Publicação 17/06/2019;
 - LV. Frente Parlamentar Popular em Defesa das Favelas, Data de Publicação 11/06/2019;
 - LVI. Frente Parlamentar Mista em Defesa da Indústria Brasileira de Bebidas, Data de Publicação 10/06/2019;
 - LVII. Frente Parlamentar Mista em Defesa da Petrobrás, Data de Publicação 10/06/2019;

- LVIII. Frente Parlamentar Mista em Defesa da Tradição e Cultura Gaúcha, Data de Publicação 10/06/2019;
- LIX. Frente Parlamentar Mista de Combate à Fome no Brasil, Data de Publicação 27/05/2019;
- LX. Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Municípios Sedes de Usinas Hidroelétricas e Alagados, Data de Publicação 27/05/2019;
- LXI. Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional – FPSAN, Data de Publicação 24/05/2019;
- LXII. Frente Parlamentar Mista em Defesa das Universidades Comunitárias, Data de Publicação 23/05/2019;
- LXIII. Frente Parlamentar Mista em Defesa do Setor Elétrico Brasileiro, Data de Publicação 22/05/2019;
- LXIV. Frente Parlamentar em Defesa da Ciclomobilidade, Data de Publicação 22/05/2019;
- LXV. Frente Parlamentar Mista em Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, Data de Publicação 20/05/2019;
- LXVI. Frente Parlamentar com Participação Popular Feminista e Antirracista, Data de Publicação 20/05/2019;
- LXVII. Frente Parlamentar Mista em Defesa das Comunidades Quilombolas, Data de Publicação 17/05/2019;
- LXVIII. Frente Parlamentar Mista de Enfrentamento à Violência nas Escolas, Data de Publicação 17/05/2019;
- LXIX. Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop), Data de Publicação 16/05/2019;
- LXX. Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos, Data de Publicação 16/05/2019;
- LXXI. Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Escotismo no Brasil – FPMAEB, Data de Publicação 10/05/2019;
- LXXII. Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, Data de Publicação 07/05/2019;
- LXXIII. Frente Parlamentar Mista pela Valorização das Universidades Federais, Data de Publicação 07/05/2019;
- LXXIV. Frente Parlamentar Mista pela Conclusão da BR 470 - Rio Grande do Sul, Data de Publicação 25/04/2019;

- LXXV. Frente Parlamentar Mista pela Conclusão da BR 285 - Ligação Município de São José dos Ausentes-RS ao Estado de Santa Catarina, Data de Publicação 25/04/2019;
- LXXVI. Frente Parlamentar Mista da Liberdade Religiosa, Refugiados e Ajuda Humanitária, Data de Publicação 25/04/2019;
- LXXVII. Frente Parlamentar Mista de Incentivo à Geração de Eletricidade por meio de Energias Renováveis, Data de Publicação 24/04/2019;
- LXXVIII. Frente Parlamentar do Congresso Nacional em Defesa das Pessoas com Deficiência, Data de Publicação 16/04/2019;
- LXXIX. Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, Data de Publicação 08/04/2019;
- LXXX. Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Data de Publicação 03/04/2019;
- LXXXI. Frente Parlamentar Mista Brasil –Tailândia, Data de Publicação 02/04/2019;
- LXXXII. Frente Parlamentar Mista Brasil-Singapura, Data de Publicação 02/04/2019;
- LXXXIII. Frente Parlamentar Mista em Defesa do Ensino Técnico e Profissionalizante - Frente do Ensino Técnico, Data de Publicação 02/04/2019;
- LXXXIV. Frente Parlamentar em Defesa da Polícia Rodoviária Federal, Data de Publicação 02/04/2019;
- LXXXV. Frente Parlamentar Mista em Defesa e Desenvolvimento da Profissão de Bombeiro Civil – FPMBC, Data de Publicação 01/04/2019;
- LXXXVI. Frente Parlamentar Mista dos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias, Data de Publicação 01/04/2019;
- LXXXVII. Frente Parlamentar em Defesa da Indústria da Música, Data de Publicação 01/04/2019;
- LXXXVIII. Frente Parlamentar em Defesa do BANCO DO NORDESTE, SUDENE, DNOCS, CODEFASF e CHESF, Data de Publicação 01/04/2019; Frente Parlamentar da Saúde, Data de Publicação 01/04/2019;
- LXXXIX. Frente Parlamentar Mista da Agricultura Familiar – FPAF, Data de Publicação 27/03/2019;

- XC. Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Programa Antártico Brasileiro, Data de Publicação 27/03/2019;
- XCI. Frente Parlamentar em Defesa da Escola Pública e em Respeito ao Profissional da Educação, Data de Publicação 27/03/2019;
- XCII. Frente Parlamentar Mista de Defesa da Pesca Artesanal, Data de Publicação 26/03/2019;
- XCIII. Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Municípios Brasileiros – FMB, Data de Publicação 26/03/2019;
- XCIV. Frente Parlamentar Mista pela Reforma Política, Data de Publicação 25/03/2019;
- XCV. Frente Parlamentar de Incentivo à Leitura, Data de Publicação 20/03/2019;
- XCVI. Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Mulher, Data de Publicação 18/03/2019;
- XCVII. Frente Parlamentar em Defesa dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Data de Publicação 16/03/2019;
- XCVIII. Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Correios, Data de Publicação 14/03/2019;
- XCIX. Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Estados sede de Usinas Hidrelétricas, Data de Publicação 13/03/2019;
- C. Frente Parlamentar Contra o Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, Data de Publicação 12/03/2019;
- CI. Frente Parlamentar em Defesa da Pesca, Data de Publicação 27/02/2019;
- CII. Frente Parlamentar Mista da Medicina, Data de Publicação 26/02/2019;
- CIII. Frente Parlamentar Mista em Prol da Luta Contra o Câncer, Data de Publicação 25/02/2019;
- CIV. Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cadeia Produtiva da Reciclagem no Brasil, Data de Publicação 25/02/2019;
- CV. Frente Parlamentar da Habitação e Desenvolvimento Urbano do Congresso Nacional, Data de Publicação 25/02/2019;
- CVI. Frente Parlamentar Mista pela Defesa, Apoio ao Potássio Brasileiro, Data de Publicação 25/02/2019;
- CVII. Frente Parlamentar de Doenças Raras, Data de Publicação 19/02/2019;
- CVIII. Frente Parlamentar em Defesa dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, Data de Publicação 15/02/2019;

- CIX. Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa, Data de Publicação 12/02/2019;
- CX. Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Animais, Data de Publicação 11/02/2019.

(CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022b).

Sua trajetória política é muito ativa e influente e das 110 frentes parlamentares ou grupos Gleisi Hoffmann participou entre os anos de 2019 a 2022 de:

- I. 16 são referente a área da saúde;
- II. 01 sobre o artesanato brasileiro;
- III. 02 sobre bancos públicos;
- IV. 01 sobre a casa da moeda;
- V. 01 sobre o tema ciclo mobilidade;
- VI. 02 frente parlamentar sobre os correios;
- VII. 01 criadores de animais de estimação;
- VIII. 02 criança e adolescente;
- IX. 02 sobre defesa de municípios brasileiros;
- X. 06 desenvolvimento rural;
- XI. 02 direitos da mulher/feminismo;
- XII. 01 sobre direitos dos animais;
- XIII. 04 direitos humanos;
- XIV. 10 sobre educação;
- XV. 01 escotismo;
- XVI. 01 fake news – notícias falsas;
- XVII. 01 fome no Brasil;
- XVIII. 02 habitação/moradia;
- XIX. 01 idoso; 01 litoral brasileiro;
- XX. 03 meio ambiente;
- XXI. 01 micro e pequena;
- XXII. 01 empresa;
- XXIII. 01 modelagem da informação da construção;
- XXIV. 01 ONU;
- XXV. 01 organizações da sociedade civil;

- XXVI. 01 patrimônio cultural brasileiro;
- XXVII. 01 pautas antirracista;
- XXVIII. 01 pessoas desaparecidas;
- XXIX. 01 Petrobras;
- XXX. 01 poder judiciário;
- XXXI. 03 povos tradicionais/matriz africana;
- XXXII. 01 poder legislativo;
- XXXIII. 01 previdência social;
- XXXIV. 01 radiodifusão;
- XXXV. 01 reciclagem;
- XXXVI. 01 reforma política;
- XXXVII. 02 reforma urbana/moradia;
- XXXVIII. 05 relações internacionais;
- XXXIX. 02 religião;
- XL. 01 rodovias;
- XLI. 01 segurança alimentar/nutricional;
- XLII. 01 serviço público;
- XLIII. 02 setor de segurança pública;
- XLIV. 11 setor econômico;
- XLV. 06 setor energético;
- XLVI. 01 soberania nacional;
- XLVII. 01 terceiro setor/filantropia.

(CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022 b).

Sua participação obteve destaques em 16 Frentes Parlamentares ou Grupos referente a saúde; 06 Frentes Parlamentares ou Grupos referente do setor energético e 11 Frentes Parlamentares ou Grupos referente ao setor de economia e educação participando de aproximadamente até agosto de 2022 de 116 frentes parlamentares ou grupos parlamentares mista ou não de defesa, apoio ou prevenção, onde seus esforços concentram-se na área da saúde, seguido pelo setor econômico. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022 b).

Se a política nas suas formas de representação é feita de práticas relacionais, o espaço ocupado por representantes mulheres no Congresso Nacional não se apresenta diferente, efetivando-se, no interior de sociabilidades caracterizadas por disputas, frentes parlamentares de atuação e representação típicas de um domínio social. (BARREIRA, 2021, p.614).

Sua atuação e trajetória como parlamentar tem como resultados 04 proposições de ementas na Comissão da sua autoria para o ano de 2014 foram 04 ementas; 16 ementas em 2015, em 2016 foram 04 ementas, 2017 foram 06 ementas, 2018 foram 07 ementas, 2019 foram 273 ementas, 2020 foram 219 ementas, em 2021 foram 227 ementas na Comissão e 2022 são até a data de 10 de agosto de 2022, 43 ementas identificadas na proposição de sua autoria ou coautoria. Proposições de autoria da Deputada Federal Gleisi Helena Hoffmann¹²⁴ totalizaram 935 propostas parlamentares; 1.236 temas diferentes e 7509 referente ao partido da deputada federal /coautor, na qual Gleisi Hoffmann estava envolvida durante o atual mandato de deputada federal. (CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS, 2022a).

A plataforma “Quem foi quem no Congresso Nacional”, é uma plataforma que apresenta a votação dos Senadores e Deputados Federais em temas relevantes de interesse do trabalhador e da sociedade. Nesta plataforma desenvolvida pelo DIAP fornece ao cidadão-eleitor observar como atuaram os representantes no Congresso Nacional. (QUEM FOI QUEM NO CONGRESSO NACIONAL, 2022).

Gleisi Helena Hoffmann, possui as seguintes votações de mérito que segundo a plataforma definem a posição da parlamentar em relação às matérias de interesse do trabalhador. Gleisi Hoffmann vota segundo esta plataforma 100% a favor dos trabalhadores. Segue as votações, a saber:

- I. MP1045/2021 Flexibilização das relações de Trabalho (Carteira Verde e Amarela);
- II. PEC 186/2019 Novas regras para o teto de gastos (2ºTurno);
- III. PEC 186/2019 Novas Regras para o teto de gastos (1ºTurno);
- IV. MP 881/2019 Trabalho aos domingos e feriados sem pagamento adicional da hora trabalhada;
- V. PLP 39/2020 Congelamento de salários dos servidores públicos;

¹²⁴Confira ANEXO 15 sobre as PROPOSIÇÕES DE AUTORIA DA DEPUTADA FEDERAL GLEISI HELENA HOFFMANN.

- VI. MPV 905/2019 Flexibilização das relações e Trabalho (carteira verde e amarela);
- VII. PEC 6/2019 Reforma da previdência – aposentadoria e pensões (1º Turno e 2º turno).

(QUEM FOI QUEM NO CONGRESSO NACIONAL, 2022).

Nas votações informativas Gleisi Hoffmann (PT-PR) votou contra:

- I. PEC 15/2022 - auxílio emergencial permanente no valor de R\$600,00 reais (DVS de Supressão, o voto não representou apoio ao auxílio permanente);
- II. PEC 135/2019 - tornar obrigatório o voto impresso;
- III. PL 4372/2020 - recurso do FUNDEB para o setor privado (DVS de Suspensão, o voto sim representou a aplicação dos recursos somente para o setor público);
- IV. PLP 19/2019 - Autonomia do Banco Central;
- V. PL 3729/2004 - Flexibilização do licenciamento ambiental;
- VI. PL 1613/2021 - Permite a indicação de remédios OFF LABEL;
- VII. MP 1031/2021 - Privatização da Eletrobrás;
- VIII. PL 591/2019 - Privatização dos correios.

(QUEM FOI QUEM NO CONGRESSO NACIONAL, 2022).

Com referências as votações da parlamentar em relação as agendas que envolvem a educação no estado do Paraná, Gleisi Hoffmann votou contra os descontos da previdência para os (as) aposentados (as), terceirização dos (as) funcionários (as) de escola, achatamento e congelamento das carreiras, políticas governamentais que foram aprovadas pelo legislativo, no governo de Jair Bolsonaro.

Considera que a política enquanto um campo de disputas possui em muitas ocasiões um espaço cujo ambiente há costuras que ocorrem em ambientes privados. Ambientes onde se concretizam as alianças em cenários “informais, comensais e até mundanos”. Gleisi Hoffmann acredita que este panorama que se desenha no mundo político, a mulher tem dificuldades de se adaptar às agendas impostas. (HOFFMANN, 2021, p.139).

É isso que vejo nas dificuldades e dados que expressam a baixa participação das mulheres na política. Um dado histórico e cultural da nossa posição na sociedade: de propriedade privada do pai à propriedade privada do marido, até tempos bem recentes. Em 2021, teremos apenas uma governadora no país. E a primeira mulher a ocupar a Presidência da República foi vítima de um dos maiores golpes institucionais da nossa história, marcada por misoginia.”. (HOFFMANN, 2021, p.140).

Em 2011 no Congresso Nacional Gleisi Helena Hoffmann ocupava o cargo de senadora do Brasil, e percebia que havia nas esferas do poder uma sub-representatividade feminina na política considerada um dos grandes desafios que o Estado brasileiro enfrenta. Gleisi acreditava que o Brasil de 2011 ainda não havia conseguido de fato equilibrar a representatividade política com equidade entre homens e mulheres.

Para Gleisi Hoffmann esta situação perpassa pelas esferas culturais e econômicas. Aponta como pontos que fragilizam a representatividade feminina “o financiamento público de campanhas, sobre o funcionamento dos partidos, sobre questões como a fidelidade partidária e o sistema da eleição, temos de debater um formato ainda mais ampliado do sistema das cotas para o público feminino”. (SENADO FEDERAL, 2011).

De acordo com Gleisi Hoffmann, o campo político é um ambiente pouco acolhedor não só para as mulheres na política como também para as suas relações familiares, pois neste ambiente desigual os homens não assumem com equidade os desafios que advém das esferas da vida privada. Gleisi Helena Hoffmann apresenta a questão refletindo que “exigem de nós mais preparo que qualquer homem, sempre aceito por sua condição. Se a mulher for enérgica, firme, corre o risco de ser considerada desequilibrada ou histérica.” E continua retratando o dia a dia do âmbito político: “Se for passiva, será mais facilmente aceita, mas sua opinião não terá relevância, a menos que seja encampada por algum homem, e aí a ideia passa a ser dele.” Gleisi Hoffmann acredita que este panorama que se desenha no mundo político a mulher tem dificuldades de se adaptar às agendas impostas. (FRATINI, 2021, p.139).

Estas assimetrias se dão tanto na tomada de decisões como em sua participação no parlamento e nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O que se pode considerar uma possível homogeneidade nos partidos de esquerda e direita com relação ao baixo número da participação feminina eleita para compor o parlamento brasileiro.

Atualmente Gleisi Helena Hoffmann é deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT-PR), presidenta nacional do PT e foi coordenadora da Campanha Presidencial Lula-Alckmin. A parlamentar está atualmente com endereço comercial na Alameda Dom Pedro II, 95, Batel na cidade de Curitiba, Paraná, escritório do Partido dos Trabalhadores (PT-PR).

É salutar compreender nesta discussão que os gabinetes expressam o capital simbólico pelo qual o agente político adquiriu e sendo também “uma organização simbólica do espaço, assumindo uma forma de exposição, por imagens, do trabalho de representação.” (BARREIRA, 2021, p.611).

Logo, observar os endereços e posições dos gabinetes das parlamentares Gleisi Hoffmann e Cida Borghetti são possibilidades de entender o alcance de suas trajetórias políticas dentro do campo e dos capitais herdados ou conquistados no jogo e no campo político.

Senadores e deputados começaram o mandato tentando garantir os melhores gabinetes. Mas o ímpeto dos novatos esbarrou em velhos hábitos de políticos, criando desgaste entre colegas de plenário e de partido antes mesmo da largada. A primeira confusão ocorreu na disputa por gabinetes, um sorteio cheio de regalias, que prioriza parlamentares com parentes na política, partidos proeminentes e uma ou duas minorias. Filho do presidente da República, Jair Bolsonaro, o senador eleito Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) não teve dificuldade para se instalar no prestigiado gabinete do 17; andar, no anexo 1. O dono era o ex-presidente da Casa, Eunício Oliveira (PMDB-CE), que cedeu a um pedido do suplente de Flávio, Paulo Marinho (PSL-SP). Eunício, no entanto, não facilitou a vida de todos os senadores. Disse que teria de aprovar as mudanças enquanto estivesse na Presidência da Casa. Recusou-se a liberar, por exemplo, a ampla sala usada por Flexa Ribeiro (PSDB-PA) a Antonio Anastasia (PSDB-MG). O mineiro queria ficar no gabinete 51, que engloba dois escritórios e um jardim de inverno, mas acabou permanecendo no gabinete 23. Nessa disputa, descobriu-se que, há anos, o gabinete vizinho, de número 25, havia engolido a sala 24. Na Câmara, Aécio Neves (PSDB-MG) e Arlindo Chinaglia (PT-SP) ocuparão gabinetes considerados privilegiados em função da proximidade com o plenário. Eles são os únicos entre os 513 parlamentares que conseguiram salas no edifício principal da Câmara, além do presidente e do vice. Joice Hasselmann (PSL-SP) acabou ficando com o escritório que pertenceu ao ex-deputado Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

(BITTAR, 2019).

No Congresso Nacional, Gleisi Hoffmann ocupa atualmente o Gabinete 232, Anexo IV – Câmara dos Deputados em Brasília, Distrito Federal. Como referência para os capitais simbólicos referendados, o deputado federal Ricardo Barros por sua vez ocupa o Gabinete 412, Anexo IV, o mesmo anexo da deputada Hoffmann. No mesmo

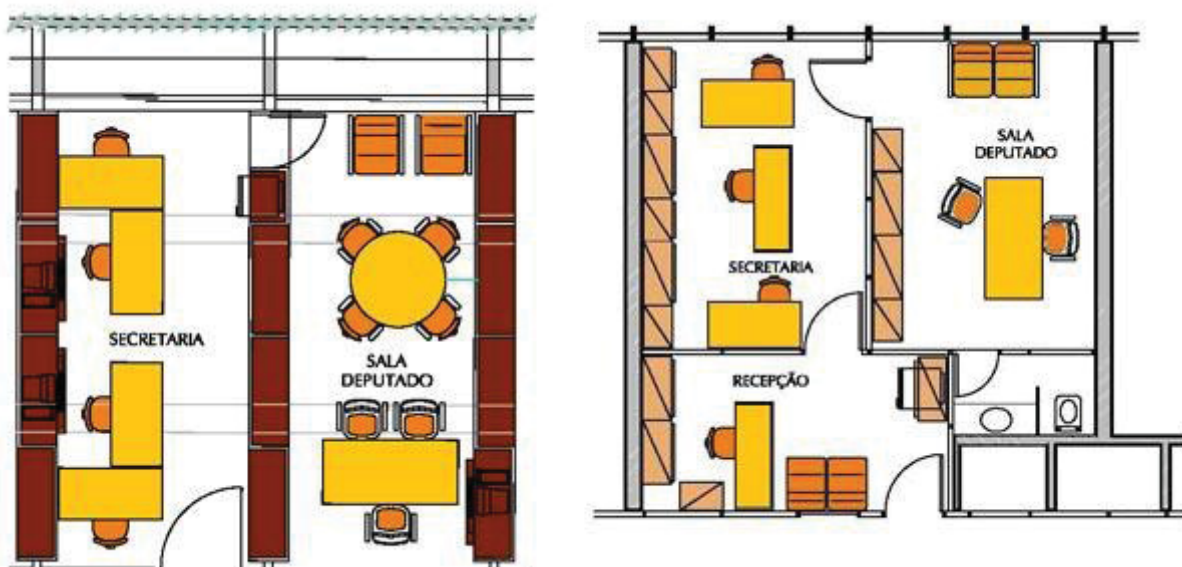
Anexo IV, está localizado o gabinete 350 de Eduardo Bolsonaro, filho do ex-presidente da República do Brasil. (CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS, 2022).

Aos novos integrantes da Câmara do Deputados resta esperar e torcer, pois

Resta somente participar do sorteio, ainda sem data definida, no qual a maioria dos gabinetes disponíveis são os do Anexo 3, onde não há elevadores nem banheiros privativos.

As regras para a definição do gabinete estão entre os itens mais acessados no **portal** criado pela Câmara dos Deputados com o objetivo de auxiliar os novos parlamentares. Iniciativa da Diretoria-Geral da Casa, o portal foi colocado no ar logo que o resultado das eleições foi promulgado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). (G1, 2010).

Modelo de gabinetes do Anexo 3 (esq.) e do Anexo 4 (dir.) da Câmara dos Deputados em Brasília.



Fonte: CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022.

A preferência dos parlamentares é pelo Anexo IV que se dá pelo fato dos gabinetes possuírem banheiro privativo, pois são maiores que os dos outros anexos. Nesta “dança das cadeiras” os novatos deputados federais são excluídos deste capital simbólico de prestígio e representatividade política.

Com relação a divulgação de candidaturas e contas eleitorais para as Eleições Gerais de outubro de 2022¹²⁵, a atual deputada federal Gleisi Hoffmann declarou para o TSE-PR, os seguintes dados: A sua candidatura foi deferida, ou seja, os seus dados e a

¹²⁵Segundo, a Câmara dos Deputados o salário mensal de parlamentar atualmente corresponde a R\$33.763,00 para o exercício pleno de seu mandato sem computar outros dividendos e auxílios que eventualmente um parlamentar recebe durante o seu mandato. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018).

documentação estava completa e atendendo as exigências das normativas do TSE-PR e cujo pedido já foi julgado pela Justiça Eleitoral. A situação dos documentos junto ao DRAP do Partido dos Trabalhadores (PT), já foi julgada pela Justiça Eleitoral e a sua situação está deferida em relação à participação no pleito de 2022. (TSE, 2022).

No TSE consta os seguintes dados referente a parlamentar Gleisi Hoffmann, a saber:

Nome completo: Gleisi Helena Hoffmann;

Gênero: feminino;

Estado civil: divorciada;

Grau de instrução: superior completo;

Federação a que pertence: Federação Brasil da Esperança – FÉ Brasil (PT/PCdoB/PV);

Data de nascimento: 06/09/1965;

Cor/raça: branca;

Nacionalidade/naturalidade: Brasileira nata / PR-Curitiba;

Ocupação: deputada;

Composição da Coligação: não se aplica;

Limite legal de gastos: R\$3.176.572,53 reais. (TSE, 2022).

Gleisi Hoffmann recebeu do diretório nacional do Partido dos Trabalhadores um total de R\$2.300.000,00 reais sendo 91,42% da sua receita. Sendo o total bruto e líquido recebido de R\$2.515.750,00 reais representando 99,97% de fundos partidários recebidos para a sua campanha eleitoral de 2022. (TSE, 2022).

Outros valores como R\$750,00 reais são dos recursos estimáveis sendo 0,03%; doação de pessoas físicas representando 8,58% sendo um total de R\$215.750,00 reais; R\$2.300.000,00 reais foram de doação de Partidos o que representa 91,42%. (TSE, 2022).

As despesas declaradas foram ao TSE foram: Referente ao limite de gastos R\$3.176.572,53 reais; um total de despesas contratadas de R\$1.242.068,54 reais; total de despesas pagas de R\$784.638,94 reais; Doações a outros partidos ou candidatos no valor de R\$60.000,00 reais. (TSE, 2022).

A campanha eleitoral de 2022 Gleisi Hoffmann possui como concentração de despesas, os seguintes dados:

- I. Um total de gastos de R\$1.242.068,54 reais sendo 28.42% com despesas com pessoal;
- II. Com publicidade por materiais impressos o equivalente a R\$245.170,00 reais (19.74%);
- III. Despesas com impulsionamentos de conteúdos o equivalente a R\$2000.000,00 reais (16.10%);
- IV. Serviços prestados a terceiros R\$148.817,00 reais (11.98%);
- V. Publicidade por adesivos R\$119.961,00 reais (9.66%);
- VI. Doações financeiras a outros candidatos/partidos R\$60.000,00 reais (4.83%);
- VII. Cessão ou locação de veículos R\$49.200,00 reais (3.96%);
- VIII. Locação/cessão de bens imóveis R\$38.063,29 reais (3.06%);
- IX. Serviços advocatícios R\$15.000,00 reais (1,21%);
- X. Combustíveis e Lubrificantes R\$10.000,00 reais (0.81%);
- XI. Correspondências e Despesas Postais R\$1.822,00 reais (0.15%);
- XII. Baixa de estimativas-Recursos de pessoas físicas R\$750,00 reais (0.06%);
- XIII. Materiais de expediente R\$692,10 reais (0.06%);
- XIV. Encargos financeiros, taxas bancárias e ou op. Cartão de crédito R\$314,75 reais (0.03%).

(TSE, 2022).

Dados importantes para traçar a trajetória política de Gleisi Hoffmann nas eleições de 2022, onde investiu-se cerca de 28,42% em despesas com pessoal envolvido na campanha. Importante ressaltar que no campo político brasileiro as declarações referentes aos gastos de campanha são realizadas na página do TSE. Sobre o detalhamento dos bens declarados, Gleisi Hoffmann declara um valor de R\$1.490.694,24 reais. (TSE, 2022).

Em eleições anteriores, Gleisi Helena Hoffmann declara como total líquido de recursos recebidos em 2018 para deputado federal o valor de R\$1.345.065,40 reais. (TSE, 2022).¹²⁶ Com base nas declarações da parlamentar sobre os bens declarados Gleisi Helena Hoffmann de 2006 a 2022 teve um aumento patrimonial de

¹²⁶Confira ANEXO 16 sobre a DECLARAÇÃO DE BENS EM ANOS ELEITORAIS DA ATUAL DEPUTADA FEDERAL GLEISI HOFFMANN (PT-PR) DOS ANOS DE 2006 A 2022.

R\$1.010.860,90 reais correspondendo a 67,81% no decorrer de 16 anos. Dos 6.815.698 eleitores e 6.130.878 (89,95%) dos votos válidos no estado do Paraná, Gleisi Hoffmann se elege deputada federal pelo estado do Paraná nas eleições de 2022 com 261.247 votos (4,26%). (PODER 360, 2022).

Gleisi Hoffmann foi eleita presidenta da Federação Brasil da Esperança (FE BRASIL) pelo período de um ano conforme o estatuto estabelece, elegendo a primeira Comissão Executiva Nacional. Esta comissão teve como proposta apoiar a Chapa Lula-Alckmin para as eleições à presidência que ocorreram em 2022. (PT.ORG. 2022).

Sua trajetória traduz na sua jornada no campo político progressista as agendas voltadas para os interesses dos trabalhadores e do povo brasileiro e durante os atos de 1 de maio de 2020 em São Paulo Gleisi Hoffmann como presidente do PT participou dos Atos das Centrais Sindicais em módulo on-line. Diante da Proposta de Emenda à Constituição 10/20, a PEC do Orçamento de Guerra em discurso na Câmara a deputada federal Gleisi Hoffmann defendeu que empresas que recebem benefícios de créditos, financeiros ou tributários mantenham os empregos em tempos de Coronavírus.

Em sessão deliberativa extraordinária em modo virtual de 16.02.2022 na Câmara dos Deputados em discurso proferido por Gleisi Hoffmann (PT-PR) se posicionou contra a venda da Eletrobrás, empresa criada em 1962 com finalidade de organizar o Sistema Elétrico Brasileiro. Gleisi Hoffmann alega que está em curso a desconstrução do Estado Nacional e compreende que a Eletrobrás por ser uma empresa de energia elétrica de capital aberto, ou seja de economia mista onde o governo brasileiro possui o controle. Por fim, a deputada federal em exercício relata que o próximo governo terá que rever a venda da Eletrobrás. (BRASIL, 2022 a).

Em plenário na Sessão Deliberativa de 23.02.2022 no Plenário da Câmara dos Deputados em discurso proferido por Gleisi Hoffmann em sessão deliberativa extraordinária em modo virtual na Câmara dos Deputados em seu discurso parlamentar Gleisi Hoffmann fala a respeito da importância do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CIMATEL). Menciona os desastres ocorridos na cidade de Petrópolis no estado do Rio de Janeiro e observa que o estado brasileiro poderia ter evitado os deslizamentos e conseqüentemente as mortes ocorridas na ocasião. Gleisi Hoffmann lembra aos parlamentares da Câmara dos deputados que em 2012, estava na

Casa Civil do Governo de Dilma Rousseff e que na ocasião implantaram um programa de prevenção de desastres naturais. Na ocasião foi criado o CIMATEN no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia com o propósito de entre outros encargos o do monitoramentos para evitar as consequências desastrosas dos desastres naturais. Informa em plenário que desde 2018 o CIMATEN está desativado e que os projetos implementados pelo governo Dilma Rousseff para monitoramento e alerta dos desastres naturais foram desativados. (BRASIL, 2022 b).

No discurso do dia 24.02.2022 a parlamentar Gleisi Hoffmann menciona ainda que a Petrobras obteve um lucro de R\$106.7 bilhões de reais em 2021, e afirma que estes lucros não serão revertidos em benefício ao povo brasileiro. A Petrobras obteve 1400% de aumento em relação à 2020, contudo observa que para os brasileiros a gasolina e outros produtos estão com preços muito elevados para os padrões de ganho do povo do Brasil. Menciona no plenário que esta empresa criada por Getúlio Vargas na década de 50 foi entregue aos interesses privados. Informa que o Golpe de 2016 ocorreu para que a Petrobras fosse entregue a setores privados contrários à nossa soberania e desenvolvimento. (BRASIL, 2022 c).

Em data de 09.03.2022 em discurso parlamentar na Câmara dos deputados Gleisi Hoffmann em tribuna crítica Jair Bolsonaro sobre os projetos e programas tomadas no último ano de governo por ocasião ao Dia Internacional da Mulher em 2022. No discurso parlamentar, Gleisi ressalta que nos governos de Lula e Dilma foram lançados diversos programas em favor da condição da mulher brasileira. Dentre os programas mencionados por Gleisi Hoffmann está a Secretária de Políticas para Mulheres com status de ministério, 04 Conferências Nacionais para discutir as questões voltadas para as mulheres, Plano Nacional de políticas para as mulheres, Sancionada a Lei Maria da Penha, Sancionada a Lei do Feminicídio, Redes especializadas para as mulheres, Casa da Mulher brasileira, Central 180 para denúncias de agressões contra as mulheres, Cirurgias plásticas no SUS para mulheres que sofreram graves lesões física advindas de agressões, Bolsa família com responsabilidade da mulher em gerir os proventos, Titularidade para a mulher do Projeto Minha Casa Minha Vida, Creches, Inclusão previdenciária, Projeto Pronatec, FIES, Prouni, PEC das domésticas, Microempreendedorismo, Microcréditos, Campo e Floresta títulos emitidos, Bolsa Verde. (BRASIL, 2022 d).

Em 16.03.2022 em seu discurso no plenário da Câmara dos Deputados a deputada federal pelo PT-PR faz críticas a fala proferida por Jair Bolsonaro sobre a

empresa Petrobras. Gleisi Hoffmann reafirma que esta empresa é estatal e que o comando da empresa é responsabilidade do Presidente da República do Brasil, pois detém a maioria das ações. (BRASIL, 2022 e).

Em plenário na Câmara dos Deputados em 20.04.2022 nos breves comentários, Gleisi Hoffmann vem anunciar a criação da primeira federação partidária, chamada Brasil da Esperança composta por partidos políticos democráticos e progressistas. A federação partidária composta pelo Partidos dos Trabalhadores (PT) com Gleisi Helena Hoffmann como presidente, Partido Comunista do Brasil (PCdoB) tendo como presidente do partido Luciana Santos e pelo Partido Verde (PV) na pessoa de seu presidente Luis Pena. Em 18 de abril de 2022 realizam o registro da Fundação Brasil da Esperança, resultado da criação da Lei 9.096/2021 que tem como proposta tornar mais nítida a atuação dos partidos e do campo político brasileiro. (BRASIL, 2022f).

No dia 22.06.2022 na Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial), em discurso proferido por Gleisi Hoffmann inicia seu discurso apresentando a situação precária da população brasileira no governo Bolsonaro. São situações de pobreza, desemprego e fome que a população mais pobre sofre relacionando com a incompetência do governo em gerir a nação e os altos preços da Petrobras. E no mesmo posicionamento político Gleisi Hoffmann e os partidos de oposição estão a favor da mudança da Lei das Estatais. (BRASIL, 2022g).

No último discurso analisado proferido pela deputada Gleisi Hoffmann no dia 05.07.2022 na Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial), onde a deputada menciona em plenário nas breves comunicações críticas contundentes ao governo de Jair Bolsonaro sobre a crise sanitária pela qual o Brasil enfrenta com a COVID 19, inflação, combustíveis mais caros do mundo e a insegurança alimentar pela qual o povo brasileiro enfrenta. (BRASIL, 2022h).

Sobre os posicionamentos políticos e a preocupação do Partido dos Trabalhadores sobre as questões nacionais foram selecionados 08 discursos proferidos em Sessões Deliberativas na Câmara dos Deputados em Brasília no ano de 2022. Dos 08 discursos proferidos por Gleisi Hoffmann e disponível em vídeo e áudio, observa-se a preocupação em realizar críticas contundentes e pontuais sobre o governo de Jair Bolsonaro e dentre estas críticas foram abordados como temas centrais, a saber:

- I. A venda da empresa de energia elétrica Eletrobrás.
- II. Nos breves comentários informações sobre o desmonte ocorrido na CIMATEN,
- III. Críticas pontuais ao governo de Jair Bolsonaro em relação a Petrobras,
- IV. Observou o desmonte de vários projetos que envolvem as mulheres realizados pelo governo Lula e Dilma.
- V. A criação e o registro da Fundação Brasil da Esperança.

Outros comentários em plenário da Câmara dos Deputados foram proferidos pela deputada federal Gleisi Hoffmann como a situação na qual se encontra o povo brasileiro e o voto a favor para a mudança da Lei das Estatais. No último discurso foi mencionado em plenário críticas ao governo de Jair Bolsonaro comentando os projetos populistas deste governo.

Entretanto, Gleisi Hoffmann não possui nenhum ministério no governo do presidente da República do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2027), contudo participou das escolhas dos ministros que compõe o atual governo e faz indicações para o segundo escalão do governo Lula. Gleisi Hoffmann tornou-se a mulher mais influente na política brasileira atual.

Segundo Góes e Cravo (2023), do jornal o Globo a atual presidenta do PT transita fora das esferas de poder e dos limites do Partido dos Trabalhadores. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva considera que Gleisi Hoffmann desempenha um papel muito importante no seu governo. Gleisi participou na escolha dos titulares das pastas e debateu sobre a futura composição da diretoria da Petrobrás.

Indicou e colocou Enio Verri (PT-PR) para compor a diretoria-geral da hidroelétrica de Itaipu, comunicou a senadora Simone Tebet (MDB-MT), que Wellington Dias iria ocupar o Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Sua influência vai muito além de uma presidenta de partido ou do atual cargo que ocupa como deputada federal pelo Paraná.

Gleisi negociou junto ao Ministro das Cidades, Jader Filho (MDB), um nome do PSOL para compor a pasta. Realizou a indicação de Guilherme Pereira, militante do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MTST), para a Secretaria das Periferias. Atuou nas demandas que seriam entregues ao PSD e União Brasil.

Desde 2017, Gleisi Hoffmann estreitou os laços com o Presidente Lula, e hoje sua influência é reconhecida por todos os aliados do atual governo.

Participou ativamente da Campanha de Lula à Presidência em 2022, articulou e participou ativamente no governo de transição e sua influência extrapola o campo de poder do Partido dos Trabalhadores, cuidando dos espaços políticos e das relações de poder de forma estratégica. (Góes e Cravo, 2023).

Em toda a trajetória política de Gleisi Roffmann a luta pela democracia estava e está presente, pois a parlamentar pauta suas decisões em torno da ideia de que a democracia¹²⁷, enquanto regime político promove e protege os direitos humanos do povo brasileiro. Seus discursos em plenário deixam marcas deste posicionamento político, pautados pela democracia social e política.

No atual Governo do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, na área econômica a parlamentar Gleisi Hoffmann denuncia os altos juros que o Banco Central impõe aos brasileiros, atualmente em torno de 13,75%. Defende investimentos sociais para cumprir com o papel que o Partido dos Trabalhadores possuem na erradicação da fome. (PT. ORG., 2023).

Atualmente, Gleisi Helena Hoffmann é sem dúvida a paranaense é a mulher mais influente de Brasília.

¹²⁷ Benevides (1998), define a democracia como o “regime político fundado na soberania popular e na separação e desconcentração de poderes, em pleno respeito aos direitos humanos.” (BENEVIDES, 1998, p.137.).

5.2. A BIOGRAFIA, A TRAJETÓRIA POLÍTICA E RELAÇÕES DE PARENTESCO DE MARIA APARECIDA BORGHETTI

5.2.1 Perfil Biográfico de Maria Aparecida Borghetti

Maria Aparecida Borghetti ou como é mais conhecida Cida Borghetti, nasceu em 18 de fevereiro de 1965, é natural de Caçador, cidade situada no meio oeste do estado de Santa Catarina. Cida Borghetti, declara-se católica, é empresária, política paranaense e administradora pública.

Cida Borghetti é casada com o ex-líder do governo Bolsonaro, o deputado federal pelo PP-PR Ricardo Barros. Tem uma filha, chamada Maria Victoria Barros Borghetti Campos. (GARCIA, 2018).

5.2.2 Perfil Genealógico de Maria Aparecida Borghetti

Cida Borghetti é a décima filha de Ires Anna Stieven Borghetti e de Severino Ivo Borghetti, já falecido. Sua família é descendente de imigrantes italianos. (GARCIA, 2018). O Sr. Severino Ivo Borghetti foi dono do restaurante italiano chamado Cantina Casagrande no bairro Mercês, situado na capital paranaense e durante toda a sua vida orgulhava-se de ser um getulista convicto e de ser torcedor do Sport Club Internacional. O seu nome foi dado a uma travessa no bairro do Tatuquara em Curitiba em sua homenagem. (GARCIA, 2018).

Os irmãos de Cida Borghetti são Juliano Borghetti, Adriano Ivo Borghetti, Ivana Maria Borghetti Goumon, Vera Maria Borghetti, Maria Aparecida Borghetti, Maria Edwirges Borghetti Carneiro, Ana Maria Borghetti Violani, Luiz Carlos Borghetti e Ivo Alberto Borghetti. (BLOGREVISTAAUTOESTIMA, 2018). Dos irmãos de Cida Borghetti com divulgação na mídia corporativa que se tem notícias ocorreu em 2005 quando em nota de falecimento de Luiz Carlos Borghetti, bancário faleceu aos 54 anos e em 2020 também em nota de falecimento de sua irmã Ivana Maria Borghetti Gumon, casada com Christian Gumon. (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2005; DPONTA, 2020).

O mais conhecido dos irmãos de Cida Borghetti, Juliano Borghetti foi Secretário de Esportes na cidade de Curitiba em 2004 a 2008, na gestão do prefeito da capital paranaense Cassio Taniguchi. Atuou como vereador entre os anos de 2008 a 2012 pelo Partido Progressista (PP-PR) e como administrador da Regional de Pinheirinho, no governo Beto Richa na gestão 2004 a 2008. (SCORTECCI, 2020).

Juliano Borghetti foi condenado em 2020 por tráfico de influência em ação penal originária da Operação Quadro Negro, deflagrada em 2015 na gestão do governo Beto Richa que apontou desvio de R\$ 18 milhões de reais a partir de contratos entre a Secretaria da Educação do Paraná e a construtora Valor Construtora entre 2011 a 2018¹²⁸. (SCORTECCI, 2020). Juliano Borghetti foi casado com Renata Bueno¹²⁹ e elegeram-se na 15ª legislatura para a Câmara Municipal de Curitiba, ambos tentaram a reeleição sem sucesso. (Bernardi, 2015).

5.2.3 Capitais sociais e intelectuais de Maria Aparecida Borghetti

Cida Borghetti graduou-se pela Universidade do Sul de Santa Catarina em 2007-2020 (UNISUL). Ingressou no curso de Administração Pública e especialização em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). (GARCIA, 2018).

Em 22 de setembro de 2022, Cida Borghetti recebeu da Prefeitura de Curitiba das mãos do atual prefeito da capital paranaense Rafael Greca de Macedo, gestão 2018 até a atualidade, a medalha da Ordem da Luz dos Pinhais, confirmando os capitais simbólicos entre as famílias dominantes do estado paranaense. (PREFEITURA DE CURITIBA, 2022).

¹²⁸A conexão de Juliano Borghetti com o caso é Eduardo Lopes de Souza, que é dono da Valor Construtora, e admitiu ter feito pagamentos ao ex-vereador através da sua empresa, no início de 2015, em troca de uma nomeação a um cargo público, comissionado, dentro da estrutura da Vice-governadora do Paraná, onde atuava Cida Borghetti. Marido de Cida, o deputado federal Ricardo Barros (PP) também teria participado do acordo, segundo o delator. (SCORTECCI, 2020).

¹²⁹Renata, ex-esposa de Juliano Borghetti, foi militante desde os 16 anos de idade, e sempre acompanhou a trajetória política de seu pai, Rubens Bueno, ex-Prefeito de Campo Mourão e Deputado Federal. Renata Bueno, nasceu em 10 de novembro de 1979, é filha de Eitelwein Bueno e Rubens Bueno. Graduada em direito pela Universidade Tuiuti do Paraná. Em 2003, foi estudar na Università Degli Studi di Pavia, especializou-se em Diritto Umani e Dialogo Interculturale. (RENATA BUENO, S/D). Descendente da família Brustolin do lado da avó paterna da província de Treviso, na Região do Vêneto. Do lado do avô paterno, descendia da família Baise, Toscana. Em 2006 concorreu ao cargo de Deputada Federal e para o cargo de vereadora e em 2008 pela Câmara Municipal de Curitiba. No ano de 2013 foi eleita a primeira brasileira nata com dupla cidadania a pertencer ao Parlamento Italiano. (RENATA BUENO, S/D).

5.2.4 Capitais Profissionais e Políticos de Maria Aparecida Borghetti

Cida Borghetti é empresária e jornalista. Integrou o quadro de funcionários da antiga TV Bandeirantes, onde realizou atividades na área da redação, apresentação, coordenação, direção e produção dos programas desta emissora com sede na cidade de Curitiba no estado do Paraná.

Como empresária fazia parte da agência de Comunicação e Marketing VGB e C.B. Produções de Vídeo, atuando como sócia-proprietária. (GARCIA, 2018). É membro da Business Professional Women (BPW)¹³⁰ uma associação de mulheres de negócios e profissionais. Cida Borghetti reeleita para ocupar o cargo de Presidente da Sociedade Giuseppe Garibaldi¹³¹ para o triênio 2022-2025 na cidade de Curitiba. (BESSA, 2022).

Cida Borghetti atualmente é Conselheira da Itaipu Binacional com nomeação até 16 de maio de 2024, indicada pelo governo Bolsonaro em 2022. A nomeação para conselho da Itaipu Binacional, da ex-governadora do estado do Paraná, foi publicada em 6 de maio de 2022 no Diário Oficial da União.

O salário de conselheiro da hidrelétrica é de R\$27 mil para comparecer às reuniões que acontecem de dois em dois meses. Barros alegou, na época, que a nomeação da esposa não se dava pela relação familiar entre os dois, mas pela experiência dela como governadora do Paraná. (RODRIGUES, 2021).

Como Conselheira da Hidrelétrica de Itaipu Binacional, Cida Borghetti em janeiro de 2022, indicou para assumir o cargo de diretor-geral brasileiro da hidrelétrica o paranaense Almirante Anatalício Ridsen Júnior, militar da reserva da Marinha do

¹³⁰“A Internacional. Business Professional Women – BPW é uma ONG internacional voltada para o empoderamento das mulheres executivas e de negócios. A entidade não tem fins lucrativos e é apartidária, reunindo mulheres de negócios e profissionais com o lema Business e Prosperidade. A BPW Curitiba funciona desde 1988 e trabalha pela igualdade de oportunidade e condições para a mulher na vida econômica e política, encoraja mulheres e meninas a adquirir educação, treinamento profissional e educação superior e a usar sua capacidade profissionais e inteligência em proveito de outras mulheres e de si própria de modo a impactar na economia de suas respectivas comunidades.” (FRANCA, 2017).

¹³¹“A Sociedade Garibaldi foi fundada em 1883 e nasceu da ideia de reunir os imigrantes italianos em Curitiba. A Sede da Sociedade Garibaldi foi projetada por Ernesto Guaita, engenheiro e agente consular da Itália, natural de Turim. Iniciada em 1887, a construção do Palácio Garibaldi foi concluída em 1904. Já a fachada de estilo neoclássico só ficou pronta em 1932, uma obra do arquiteto João de Mío, o construtor. O Palácio Garibaldi teve papel importante em vários momentos históricos do Paraná. Sediou o Congresso Estadual do movimento operário paranaense, foi sede do Tribunal Regional Eleitoral e do Palácio da Justiça. Em 1962 o Palácio foi devolvido à Sociedade e em 1988 foi tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, continuando a ser a sede da Sociedade Garibaldi.” (BESSA, 2022).

Brasil. (GIACOMETTI, 2022). Confirmando os seus capitais e influências adquiridos após os laços de união com a família Barros.

5.2.5 Relações de parentesco de Maria Aparecida Borghetti

As construções das relações político-familiares de Maria Aparecida Borghetti iniciam-se com os laços¹³² de parentesco com a família de Ricardo José Magalhães Barros. Em janeiro de 1989 Cida Borghetti e Ricardo Barros se conheceram em uma festa em Caiobá, litoral paranaense, ele com 30 anos, eleito para prefeito de Maringá, Cida com 24 anos na época, dois anos depois veio o casamento. (MARTINS, 2017).

A família Netto do norte velho do Paraná tem suas origens com Winfred Ethel Netto e Odwaldo Bueno Netto que casaram-se em 04 de novembro de 1925. A família Netto¹³³ de origem inglesa, inicia a sua história no Brasil ao desembarcar em 14 de dezembro de 1947, e ao escolher a cidade paranaense de Maringá¹³⁴ como o seu novo lar como pioneiros da região. (VALENCIANO, 2013).

Odwaldo Bueno Netto, é natural de Mogi Mirim, São Paulo e faleceu em 17 de julho de 1993. Em 1947, Odwaldo chega à cidade de Maringá com sua esposa e atuou no ramo agrícola como um dos fundadores da Cooperativa Cocamar, Cooperativa Agroindustrial fundada em 27 de março de 1963, por produtores de café. (COCAMAR, 2018). Odwaldo foi empresário e atuou como proprietário de cinemas, como Cine Maringá, Cine Paraná, Cinerama Ouro Preto e Cine Plaza.¹³⁵ (NETTO, s/d).

¹³²Sobre os laços que unem as famílias é importante destacar as observações de Goulart sobre as famílias dominantes e suas influências institucionais onde “a família é um grupo social estabelecido por meio do casamento enquanto átomo inicial. Tal laço, só pode ser decorrente de outras duas famílias. Mesmo passando pelo reconhecimento de laços que se expandem para além de relações nucleares, o casamento é o vínculo essencial para o entendimento do conceito de família.” (GOULART, 2017, p.08)

¹³³Como é comum nas jovens cidades do norte e noroeste do Paraná, Maringá trata seus pioneiros com reverência. Bárbara Cecily Netto Barros, mãe de Ricardo Barros, é um deles. Bárbara é filha de Odwaldo Bueno Netto, herdeiro de uma quatrocentona família paulistana que resolveu correr o mundo e acabou na Ilha de Santa Helena (...). Ali, se casou e teve filhos, entre eles a mãe de Ricardo Barros. (MARQUES, 2017).

¹³⁴A partir da Lei nº790/1951 de autoria do parlamentar Rivadavia Vargas, deputado estadual na década de 50 o município de Maringá é criado, propiciando a Imigração em grande fluxo para a região do norte pioneiro paranaense. (MARINGÁ.COM, S/D).

¹³⁵A família comprou um lote - na Avenida Brasil, em frente à atual Praça Napoleão Moreira da Silva - onde construiu uma loja de variedades, a Bazar O.K., que vendia de tudo, de agulhas a ternos masculinos, além do Cine Maringá (o primeiro cinema da cidade), o Bar Central e, ainda, fizeram parte da fundação de diversas outras instituições como a Santa Casa, o Rotary Club, Maringá Clube, Associação Comercial e Empresarial de Maringá, o Clube Hípico, a Sociedade Rural, a Rádio Cultura e o Aeroclube de Maringá. (NUNES, 2015).

Sua esposa Winfred Ethel Netto, foi comerciante e proprietária nos anos 50 da loja Bazar OK, localizada na Avenida Brasil em Maringá. Winfred faleceu na cidade de Maringá em 09 de outubro de 2007. (NETTO, s/d).

A família Netto contribuiu para a fundação de diversas instituições sociais como o Rotary Club de Maringá, a Santa Casa de Misericórdia, o Clube Hípico, Maringá Clube, a Sociedade Rural de Maringá, Associação Comercial e Empresarial de Maringá, a Rádio Cultura e o Aeroclube de Maringá. (VALENCIANO, 2013).

O casal teve oito filhos: Ana, Carlos, Peter, Délia, Odwaldo, Renato, Waldwin, Silvia e Bárbara Cecily Netto, que nasceu em 05 de outubro de 1936 na Ilha de Santa Helena, na Inglaterra. (VALENCIANO, 2013).

A família Netto fundou a Táxi Aéreo de Maringá (TAMA), que funcionou até 1959, onde o filho Carlos ao completar dezoito anos, formou-se piloto de táxi aéreo com o avião comprado pelo seu pai em São Paulo. (NUNES, 2015).

Em homenagem à família Netto, foi inaugurado na cidade de Maringá o Centro Municipal de Educação Infantil Winfred Ethel Netto (C M E I), na Rua Dolores Duran, 1395; Residencial Pioneiro Odwaldo Bueno Netto. Winfred Ethel Netto é autora do livro intitulado “Quando o amor transpõe o oceano”, lançado em 1997 pela editora Cultura Ltda. (MARINGÁ.COM, S/D).

As famílias Netto e Barros compartilham suas histórias de importantes pioneiros na região norte do estado do Paraná. Suas redes de influência e parentesco e se moldaram e moldam em cenários políticos modernos, articulados e atrelados à história política e social da região.

Sua união gera o protagonismo político-familiar que teve início ainda na década de 50. Segundo Valenciano (2013), a Família Barros está presente desde o início da história social e política do município de Maringá¹³⁶.

Na Capela Santa Cruz, Silvio Magalhães Barros e Bárbara Cecily Netto casaram-se em dezembro de 1954. Após o casamento a família Barros-Netto abriu uma loja na cidade de Maringá para venda de materiais de construção. O casal teve cinco filhos: Christina Helena Barros, Beatriz Barros, Bárbara Magalhães, Ricardo José Magalhães Barros e Silvio Magalhães Barros II. (VALENCIANO, 2013).

¹³⁶“Como muitas famílias, a história dos Barros confunde-se com a própria formação da cidade. Foi a partir da expansão da região do Maringá Velho (aquela, composta por apenas seis quadras) que Maringá passou a ganhar perspectivas de município. Diante das más condições dos moradores que na região velha residia, a necessidade de ampliação era evidente. Este processo de expansão obedecia não somente à busca por melhores instalações no então distrito, mas, sobretudo à grande quantidade de imigrantes que todos os dias desembarcavam em Maringá.” (VALENCIANO, 2013, p.486).

Bárbara Cecily Netto Barros¹³⁷, de origem inglesa, nasceu na Ilha britânica de Santa Helena. Em 1947, aos 11 anos de idade Bárbara Cecily migra para o Brasil com sua família. (NUNES, 2015). Trabalhou na loja da família Bazar OK e no Cine Maringá e foi a primeira mulher a pilotar um avião e a obter o Brevet na cidade de Maringá, seu instrutor na época seria o seu futuro marido. (VALENCIANO, 2013).

Após o falecimento do primeiro marido, Barbara Cecily casou-se em 1988 com o Dr. Emmerich Kanyo Benedek. Em 1992, com o falecimento do segundo marido, Barbara Cecily continuou os projetos fitoterápicos, e em 1995, inaugurou a empresa Qualivida. (NUNES, 2015).

Silvio Magalhães Barros é natural de Aiuruoca-MG e nasceu em 03 de setembro de 1927 e faleceu em 29 de janeiro de 1979 aos 51 anos. Filho de Olga Giffoni Barros e José Magalhães Barros. Após o falecimento de sua mãe Olga Giffoni Barros em São Paulo, Silvio Magalhães Barros se muda para Mandaguari para atuar profissionalmente como agrimensor, com o objetivo de demarcar as terras da região de Maringá. Sempre lembrado pela elite maringaense, Silvio conhece sua futura esposa Bárbara Cecily Netto no Aero Club de Maringá. (MARINGÁ.COM, S/D).

Silvio Magalhães Barros formou-se em 1949 como instrutor de voo e graduou-se em Sociologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Engajado na política estudantil desde sua residência em São Paulo, Silvio Magalhães Barros¹³⁸ prosperou nos meios políticos maringaenses.

Seu primeiro cargo público foi em 1960 como vereador na Câmara Municipal de Maringá, pela União Democrática Nacional (UDN) entre os anos de 1960-1964, com 260 votos. Posteriormente ingressou no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), nos anos de 1966-1979. Silvio Magalhães Barros e sua família de políticos influentes foi um dos fundadores do partido na cidade de Maringá sendo eleito para Deputado Estadual. Foi vice-presidente da Comissão de Orçamento e integrou as comissões de finanças e de justiça. (VALENCIANO, 2013).

¹³⁷"Naquele tempo tinha que ter estômago. Uma das provas do teste era descer em parafuso o avião no ar, controlando tudo para não bater. Isso sim era adrenalina pura. Só gostando muito pra fazer", lembra ela com empolgação, sobre ter sido a única das quatro mulheres que teve coragem para chegar a este ponto da prova. Resultado: se tornou a primeira mulher paranaense habilitada para pilotar aviões. (NUNES, 2015).

¹³⁸O primeiro cargo público ocupado por Silvio Magalhães Barros foi a vereança. Suplente durante a 3ª Legislatura (1960-1964), com 237 votos, Silvio assumiu ao longo do mandato, representando a UDN (União Democrática Nacional). Novamente candidato, foi eleito para 4ª Legislatura (1964-1969), com 260 votos. Neste íterim, em 1966 foi eleito Deputado Estadual, ocupando a cadeira de 1967 até 1970, quando foi eleito Deputado Federal pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), com 29.618 votos. (VALENCIANO, 2013, p.488).

Na década de 70, elegeu-se deputado federal pelo estado do Paraná pela legenda MDB, encerrando o seu mandato de deputado estadual em 1971. Foi membro efetivo da Comissão de Economia; suplente da Comissão de Orçamento e vice-presidente das comissões de desenvolvimento da Região Sul. Silvio Magalhães Barros também foi membro efetivo da Comissão de Economia e vice-presidente da Comissão das Relações Exteriores no Congresso Nacional.

Em 1972 assumiu a prefeitura de Maringá¹³⁹ com 29.218 votos, representando 62,5% do total de votos válidos. Sendo o 6º prefeito no período de 1 de fevereiro de 1973 a 1 de fevereiro de 1977 com o apoio de João Paulino Vieira Filho. (VALENCIANO, 2013).

Dos cinco filhos de Silvio Magalhães Barros somente Ricardo Barros e Silvio Magalhães Barros II enveredaram para o campo político paranaense. Uma geração herdeira dos capitais adquiridos pelo patriarca. Da cidade de Maringá, a família Barros recebeu homenagem conforme o Decreto Lei Estadual 7.251 de 16/11/1979, com o trecho Rodovia Deputado Sílvio Barros, PR 317 no entroncamento com a PR 376 entre Maringá e o entroncamento PR 340 Santo Inácio. (MARINGÁ.COM, S/D).

Recebeu honrarias com a inauguração do Colégio Estadual Silvio Magalhães Barros, na cidade de Maringá e com Paço Municipal de Maringá, o prédio foi construído em 1987 e o então prefeito Said Ferreira inaugurou o prédio do executivo e homenageou Silvio Magalhães Barros, ex-prefeito da cidade maringaense na gestão de 1973-1976. (MARINGÁ.COM, S/D).

Silvio Magalhães Barros II, irmão de Ricardo Barros nasceu em 11 de dezembro de 1956 na cidade de Maringá, estado do Paraná, graduou-se pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) em 1978. Possui especialização em Engenharia Ambiental e em 1983 foi coordenador logístico da expedição de Jacques Cousteau na Amazônia. (MARINGÁ.COM, S/D).

Silvio Magalhães Barros II¹⁴⁰ foi secretário de Turismo no estado do Paraná e da Amazônia, trabalhando nesta área por mais de 25 anos. Em 1993 a 1994 foi

¹³⁹Dentre suas obras e conquistas destacam-se: a criação do Serviço Autárquico de Obras e Pavimentação (SAOP), hoje transformado em secretaria, mas que é referência para a população mais simples quando o assunto é obra pública; construção da Biblioteca Municipal; estabelecimento do Tiro de Guerra; construção do Centro Esportivo do Jardim Alvorada; Reforma do Estádio Willie Davids e da Vila Olímpica; ampliação de avenidas, praças, rede de esgoto, entre outras obras. (OSVALDO REIS, 1996 citado por VALENCIANO, 2013, p.489).

¹⁴⁰Entre suas realizações destacam-se as inaugurações das duas Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e das Academias da Terceira Idade (ATI). Na área da saúde, ainda foram realizados investimentos na rede municipal de atenção aos dependentes químicos e o fortalecimento das equipes do Programa Saúde da

secretário Nacional Adjunto de Turismo em Brasília no Ministério da Indústria, Comércio e Turismo e diretor para a América Latina do WTTC - Conselho Mundial de Viagens e Turismo entre 1999 e 2003.

Disputou pela primeira vez em 1996 à Prefeitura de Maringá com 31.081 votos pelo Partido da Frente Liberal (PFL-PR), em toda a sua trajetória política não disputou nenhuma campanha para o Poder Legislativo. Ex-prefeito da cidade de Maringá exerceu dois mandatos de 2005 a 2008 e 2009 a 2012. (MARINGÁ.COM, S/D).

Desde Minas Gerais ao Paraná a família Barros percorreu um longo caminho até a união com a família Villa Nova é o início de uma contínua construção genealógica da força da tradição familiar. Os caminhos percorridos pela genealogia Barros abarca as relações familiares com a tradicional família Villa Nova. As fontes de dados que sustentam esta discussão legitimam sua descendência e fortalecem os laços que se unem por gerações. Seus capitais políticos, matrimoniais e econômicos foram construídos sobre a base de diversas gerações. Refletindo e configurando a tradicionalidade do norte pioneiro no estado paranaense.

O primeiro casamento de Ricardo José Magalhães Barros foi com Débora Villa Nova Kasprovicz, engenheira civil, neta de Mafalda Noêmia Barletta Villa Nova e Innocente Villa Nova Júnior, madeireiro e primeiro prefeito de Maringá, na de gestão 1952-1956, falecido em 1986, e cunhado de Chrystian Villa Nova Kasprovicz. (RIGON, 2022).

Innocente Villa Nova Junior, nasceu em 12 de março de 1903, é natural de Curitiba, quarto filho de Inocente Villa Nova e Izabel Villa Nova, naturais de Treviso na Itália, casaram-se e estabeleceram residência na capital paranaense. (MARINGÁ HISTÓRICA, s/d).

Thelma Villa Nova Kasprovicz, natural de Teixeira Soares, é mãe de Débora Villa Nova Kasprovicz, foi médica, graduou-se em 1952 pela UFPR, falecida em 2012 aos 82 anos, filha do primeiro prefeito de Maringá, Innocente Villa Nova Junior. Na cidade de Maringá seu nome batiza o Hospital Municipal Thelma Villa Nova Kasprovicz. (KAYSER, 2012).

Família. Durante suas gestões foram executadas a implantação do sistema binário e a revitalização do Jardim Santa Felicidade e do Parque Alfredo Werner Nyffeler. Em contrapartida, as construções dos terminais leste/oeste, a construção do Parque Trópico de Capricórnio, a construção do contorno da UEM e implantação de câmeras de segurança nas escolas e creches, foram promessas feitas durante campanha que não foram realizadas e algumas nem chegaram a sair do papel. (MARINGÁ.COM, S/D).

Sua irmã, também falecida Mitzy Villa Nova Menon, natural de Teixeira Soares (PR) em 1967 foi a única mulher a presidir a Sociedade Médica de Maringá, casada com o médico-cirurgião Robson Menon, tem duas filhas Liliane Villa Nova Menon, médica e Nara Villa Nova Menon, engenheira. (RIGON, 2011).

Thelma foi casada com Luty Vicente Kasprovicz¹⁴¹, servidor público municipal, nascido em 17 de junho de 1931 em Curitiba. Em entrevista ao jornal O Diário, Thelma lembra os primeiros dias de mandato de seu pai na prefeitura de Maringá:

O Diário - Que lembranças a senhora guarda da eleição de seu pai?

Thelma Villanova Kasprovicz- A Companhia Melhoramentos não queria que o papai ganhasse. Foi uma luta daquelas. A companhia apoiava o Valdemar Gomes da Cunha, que era da UDN. Meu pai era do PTB. E como tinha pouco eleitor, era uma eleição apertada. (Villanova venceu Valdemar por 1.871 a 1.725. O terceiro colocado, Ângelo Planas, fez 1.707 votos.). O papai soube logo após ganhar que o pessoal tentaria tirá-lo à bala. O que deram para ele administrar foi uma casa, que era um quarto só, sem móveis. Não tinha mesa, cadeira, nada. E para piorar, o pessoal não pagava impostos. Logo nos primeiros dias parou aqui na frente de casa um amigo dele, de Ponta Grossa, com um caminhão carregado de jagunços, todo mundo com espingarda nas mãos. Esse amigo disse: "Olha Villa, vim aqui para ajudar você". Eles cercaram a prefeitura com sacos de areia e deixaram os jagunços lá, para evitar o ataque. O papai foi eleito porque fez muitos amigos, antes de começar a discutir política. Ele tinha uma madeireira e costumava ajudar o pessoal que era mais carente de recursos. Doou madeiras para o primeiro prédio da igreja São José, ajudou na construção do Cine Horizonte. Daí, quando surgiu a eleição em Maringá, ele se animou e resolveu concorrer. (CRM-PR, 2012).

Do casamento com Débora Villa Nova Kasprovicz, Ricardo Barros teve duas filhas Raffaele Kasprovicz Barros, médica casada com o médico baiano Lucas Albuquerque, filiou-se em 2012 ao PP-PR e Andressa Kasprovicz Barros, psicóloga, é proprietária do Rancho Villanova, casada com Leo Russo Paina, treinador de cavalos, tem uma filha Larissa Kasprovicz Barros. (ANTONANGELO; FORMIGONI, 2018; RIGON, 2012).

¹⁴¹Luty cursou o primário e o secundário no Colégio Dom Miro Cezar na capital paranaense. Em 1931, graduou-se como oficial da Reserva do Centro de Preparação de Oficiais do Estado do Paraná. Conquistou o diploma de engenheiro civil em 1955, pela Universidade Federal do Paraná. Chegou a Maringá, em definitivo, no ano de 1956, para ocupar na ocasião, o cargo de engenheiro da recém constituída Prefeitura da cidade, onde seu sogro havia acabado de se tornar prefeito. Um ano depois, Luty constituiu sua empresa de Projetos e Construções. Em 1958, ocupou o cargo de engenheiro da comissão de constituição dos primeiros silos e armazéns do Instituto Brasileiro do Café (IBC) no norte do Paraná. É pós-graduado em Geologia e Mecânica de Solos. Foi o único representante brasileiro na II Mesa Redonda Pan Americana de Arquitetos realizada em São Paulo, em 1962. (MARINGÁ HISTÓRICA, 2022).

Segundo Canêdo (1994), a existência de uma representação genealógica de políticos representados por uma “grife” de políticos que se tornaram referenciais para a compreensão dos mecanismos de reprodução do poder político e familiar cujas as raízes oligárquicas, a inserção no serviço público e competência técnica demonstram a força de um sobrenome sendo a sua maior característica e capital.

A família Barros ao unir-se com os Borghetti representam esta construção de práticas de adaptação às mais variadas situações institucionais e sociais. Sendo assim, o atual deputado federal Ricardo Barros (PP-PR) é cônjuge da ex-governadora do estado do Paraná Cida Borghetti. Sob os efeitos do fenômeno do familismo e do nepotismo, a família Barros é hoje considerada a elite dominante paranaense. Seus tentáculos do poder alcançam as esferas do legislativo, executivo e do judiciário. Logo, a influência de uma rede familiar com conexões políticas e relações de poder impulsionaram os negócios, os capitais políticos e econômicos da família Barros-Borghetti.

Ricardo José Magalhães Barros ou como como é mais conhecido no campo político Ricardo Barros nasceu em 15 de novembro de 1959, é filho de Bárbara Cecily Netto Barros e Silvio Magalhães Barros, natural da cidade de Maringá no Estado do Paraná, atualmente filiado ao Partido Progressistas (PP-PR), foi líder do governo de Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados Federais e ex-ministro da Saúde do governo de Michel Temer. Iniciou sua vida profissional como gerente financeiro da Silvio Magalhães Barros Empreendimentos, entre os anos de 1979-1980. Graduiu-se em 1981 pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) em Engenharia Civil. (FGV-CPDOC, 2022).

Na década de 80, Ricardo Barros tornou-se consultor de empresas do Centro de Assistência Gerencial ao Programa Especial de Módulos Esportivos. Neste mesmo ano, Ricardo Barros trabalhava numa estatal, chamada Urbamar, encarregada da urbanização da cidade de Maringá. (BARROCAL, 2021). Foi diretor comercial e sócio proprietário da Rádio Maringá FM, nos anos de 1982 a 1985. Em 1986, foi diretor técnico da urbanização de Maringá, o seu primeiro cargo público. Neste mesmo ano tornou-se diretor-presidente da Pieta Engenharia Associados Ltda. (FGV CPDOC, 2022).

Ricardo Barros é ex-prefeito de Maringá de 1989 a 1993, quando elegeu-se com 38.902 votos pelo PFL-PR (Partido da Frente Liberal), de uma importante família tradicional e pioneira do norte do estado do Paraná suas estruturas de parentesco formaram as bases da realidade econômica, política e social da sua tradicional família. Herdeiro do clã Barros, Ricardo hoje é o homem mais influente na política regional e

nacional brasileira, controlando partidos políticos e determinando as regras do jogo no campo de poder.

Sua trajetória política iniciou-se em 1988, quando participou como conferencista do Congresso Internacional de Urbanismo em Porto Alegre. Participou no Japão na cidade de Kakogawa, chefiando a comitiva brasileira na comemoração dos 40 anos desta cidade japonesa. Ainda na década de 80, foi sócio proprietário da Rádio Jornal de Maringá Ltda. e da Magalhães Barros Radiodifusão Ltda. Na década seguinte, visitou as cidades estadunidenses Washington e Nova Iorque para avaliar o sistema de administração pública. (FGV CPDOC, 2022).

Ricardo Barros¹⁴² participou em 1991 do II Congresso Internacional de Urbanismo de Maringá e do I Congresso Nacional da Criança e do Adolescente. No ano seguinte, participou do Encontro Internacional de Prefeitos, Urbanistas e Políticos realizado na Itália na cidade de Florença e participou do Congresso Mundial da Criança na qual foi representante do Brasil a convite do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Em 1 de janeiro de 1993, concluiu o seu mandato na prefeitura de Maringá. (FGV CPDOC, 2022).

Como Deputado Federal pelo PFL-PR com 54.049 votos elegeu-se em 1994 sendo o oitavo mais votado pelo estado paranaense. Pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB-PR) em 1998, Ricardo Barros¹⁴³ foi reeleito para a Câmara dos Deputados com 68.919 votos, e neste mesmo ano tornou-se secretário-geral do PFL-PR. (FGV CPDOC, 2022).

¹⁴²Ricardo Barros filiou-se ao então PPB, embrião do PP, no início dos anos 90. Saiu do PFL por desavenças com a cúpula nacional do partido. Encontrou a nova legenda dominada por Janene – paranaense de Santo Inácio, mas que fez carreira política em Londrina, cidade que mantém com Maringá uma rivalidade ao estilo Rio x São Paulo. Mas tratou de cavar seu próprio espaço. Logo, foi empossado vice-líder do governo Fernando Henrique Cardoso na Câmara. Com a eleição de Lula, em 2003, se colocou na oposição, mas por pouco tempo. Logo, foi nomeado vice-líder da bancada do petista – cargo que repetiu sob Dilma. “Barros não tem, e faz questão de não ter, um compromisso ideológico. Ele tem para si que a política é um jogo, jogado quase sempre nos bastidores, do qual quer sempre fazer parte”, disse-me uma fonte. (MARQUES, 2017).

¹⁴³Empossado em fevereiro seguinte, integrou, como membro titular, as comissões de Educação, Cultura e Desporto e de Viação e Transportes, e como suplente, as comissões de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, e de Constituição e Justiça e de Redação. Nas votações das emendas constitucionais propostas pelo governo Fernando Henrique Cardoso em 1995, caracterizou-se pela fidelidade às orientações governistas, manifestando-se favoravelmente à abertura da navegação de cabotagem às embarcações estrangeiras, à revisão do conceito de empresa nacional, à quebra do monopólio estatal nas telecomunicações, na exploração do petróleo e na distribuição do gás canalizado pelos governos estaduais, e à prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), substituto do antigo Fundo Social de Emergência (FSE), criado na legislatura anterior com o objetivo de financiar o plano de estabilização econômica do Executivo (Plano Real). (FGV CPDOC, 2022).

Durante o seu mandato de deputado federal em julho de 1996, Ricardo Barros votou contra a criação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). No ano seguinte, em fevereiro, votou contra a emenda que instituiu a possibilidade de reeleição para prefeitos, governadores de estado e presidente da República. No mês de novembro de 1996 foi favorável ao projeto de reforma administrativa do Executivo Federal que aprovou o fim da estabilidade no serviço público, por insuficiência de desempenho ou por excesso de gastos com pessoal, filiou-se neste mesmo ano no Partido Progressista Brasileiro (PPB), “agremiação surgida em agosto de 1995 como resultado da união do Partido Progressista Reformador (PPR) com o Partido Progressista (PP).” (FGV CPDOC, 2022).

Entre os anos de 1997 a 1999, foi vice-líder do PPB na Câmara dos Deputados, tornando-se no ano seguinte vice-presidente do diretório nacional da agremiação e na Câmara dos Deputados conquistando a vice-liderança e a vice-presidência do diretório nacional. Foi reeleito deputado federal na nova legenda, com 68.919 votos. Neste período votou favoravelmente à reforma da Previdência cujas metas e propostas eram o estabelecimento de um teto para as aposentadorias do funcionalismo público. E neste ano aprovou a adoção dos critérios de idade mínima e de tempo de contribuição na concessão dos benefícios para os trabalhadores da iniciativa privada.

No ano de 2002, reelegeu-se deputado federal com 118.036 votos para o seu terceiro mandato ainda pelo PPB-PR. No Partido Progressista, foi representante da Câmara dos Deputados na sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a criança, na cidade estadunidense de Nova York. Em 2003 foi aprovado o nome do Partido Progressista (PP), onde Ricardo Barros foi vice-líder na Câmara em 2005. Ricardo Barros vota a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), atuando no processo de elaboração do orçamento. (FGV CPDOC, 2022). Confirmando a tradicionalidade do clã Barros nas votações do Congresso Nacional.

Em seu quarto mandato como deputado federal representando a região de Maringá foi reeleito em 2006 com 130.085 votos. Foi vice-presidente do diretório nacional do PP, e presidente do diretório do estado do Paraná no ano de 2007, e vice-líder do governo na Câmara. Participou como membro titular das comissões de Meio Ambiente e Minorias, de Finanças e Tributação, de Viação e Transportes, de Educação, Cultura e Desporto, de Desenvolvimento Urbano e Interior, de Fiscalização Financeira e Controle. Como suplente participou das comissões na Constituição e Justiça e de Cidadania e também presidiu junto aos parlamentares as comissões Brasil-Itália e

Brasil-Reino Unido, além da Frente Parlamentar das Agências Reguladoras. Foi vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) e membro do Conselho Superior de Infraestrutura em 2007 e no ano de 2009 lançou-se para o pleito de 2010 pelo Partido Progressista (PP-PR) para a vaga no Senado brasileiro. No Congresso Nacional foi proposta a Emenda Constitucional (PEC) que aumentava de 51.748 para 59.791 o número de vereadores nas Câmaras Municipais no Brasil e nesta votação Ricardo Barros¹⁴⁴ foi favorável. (FGV CPDOC, 2022).

Ricardo Barros foi titular na Comissão de Finanças e Tributação, no Conselho de Ética de Decoro Parlamentar onde votou contra a cassação do mandato do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha do PMDB. (DIAP, 2021).

A série Os “Cabeças” do Congresso Nacional, que chega a sua 28ª edição, surgiu da necessidade de mapeamento, a partir de critérios objetivos, dos deputados e senadores que conduzem o processo decisório no Poder Legislativo. Com essa finalidade, o DIAP desenvolveu uma metodologia para identificar, anualmente, os 100 parlamentares com mais habilidades para elaborar, interpretar, debater ou dominar regras e normas do processo decisório, bem como para manipular recursos de poder, de tal modo que suas preferências, ou do grupo que lideram, prevaleçam no conflito político. (DIAP, 2021).

Durante as denúncias por crime de responsabilidade e abertura do processo na Câmara do Deputados contra a presidenta Dilma Rousseff, Ricardo Barros votou em abril de 2016, a favor do afastamento da então presidenta em exercício. Foi durante o governo de Michel Temer que foi nomeado Ministro da Saúde.¹⁴⁵ (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022).

Segunda a Câmara do Deputados (2022), suas atividades profissionais e cargos públicos divulgados no site da instituição pública são, a saber:

¹⁴⁴O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou em segundo turno, por 380 votos a 29 e 2 abstenções, as Propostas de Emenda Constitucional 336/09 e 379/09, ambas do Senado, que aumentam o número de vereadores do país. Agora, as cadeiras passam de 51.748 para 59.791. Além disso, ficam reduzidos os percentuais máximos da receita municipal que podem ser gastos com o Legislativo. As emendas ainda serão promulgadas em sessão solene do Congresso. As informações são da Agência Brasil. (OAB-BAHIA, 2009). Foi candidato ao Senado Federal e recebeu 2,1 milhões de votos que lhe renderam apenas a condição de quarto mais votado, em pleito que elegeu a petista Gleisi Hoffman e o peemedebista Roberto Requião para as duas vagas em disputa. Com a derrota, deixou a Câmara a um mês do fim da legislatura, em janeiro de 2011, para assumir o posto de secretário estadual de indústria e comércio, para o qual foi nomeado pelo governador Beto Richa. Permaneceu na secretaria até 2014, quando desincompatibilizou-se para concorrer novamente a uma vaga na Câmara nas eleições daquele ano. (FGV CPDOC, 2022).

¹⁴⁵Barros comandou a Saúde de maio de 2016 a abril de 2018, quando saiu para tentar se reeleger deputado pelo Paraná e ajudar a esposa, Cida Borghetti, do PP, a continuar no governo estadual, ocupado por ela interinamente de abril a dezembro daquele ano. (BARROCAL, 2021).

- I. Sócio Proprietário, Rádio FM, Maringá, PR, 1982 - 1985;
- II. Sócio e Diretor-Presidente, Pieta Engenharia Associados, Maringá, PR, 1986 - 1987;
- III. Sócio Proprietário, Magalhães Barros Radiodifusão, Maringá, PR, 1989 - 1992;
- IV. Sócio Proprietário, Rádio Jornal, Maringá, PR, 1989 - 1991;
- V. Secretário de Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul, Governo do Estado, Curitiba, PR, 2011 - 2014;
- VI. Ministro da Saúde, Ministério da Saúde, Brasília, DF, 2016 - 2018.

Na plataforma “Quem foi quem no Congresso Nacional” (2022), o atual deputado federal do Partido Progressista (PP-PR), Ricardo José Magalhães Barros vota 100% nas agendas pautadas pelo Partido Progressista e suas diretrizes políticas e econômicas de privatizações. Segundo a plataforma “Quem foi Quem” o atual deputado federal votou contra:

- I. MP 1045/2021 Flexibilização das relações de Trabalho (Carteira Verde e Amarela),
- II. PEC 186/2019 Novas regras para o teto de gastos (2º Turno);
- III. PEC 186/2019 Novas Regras para o teto de gastos (1º Turno);
- IV. PLP 39/2020 Congelamento de salários dos servidores públicos,
- V. MPV 905/2019 Flexibilização das relações de Trabalho (Carteira verde e amarela),
- VI. PEC 6/2019 Reforma da previdência – aposentadoria e pensões (1º Turno e 2º turno).

As agendas de votações informativas durante o governo Bolsonaro e governos anteriores de Ricardo Barros constam as seguintes votações e ou pautas:

- I. PL 6299/2002 - Liberação de agrotóxico no país,
- II. PL 3729/2004 - Flexibilização do licenciamento ambiental,
- III. PL 3179/2012 - Regulamentação do Homeschooling,
- IV. PLP 19/2019 - Autonomia do Banco Central,
- V. PEC 135/2019 - Tornar obrigatória o voto impresso,

- VI. PL 591/2019 - Privatização dos Correios.
- VII. PL 4162/2019 - Privatização do saneamento básico,
- VIII. PL 4372/2020 - Recurso do FUNDEB para o setor privado (DVS de Suspensão, o voto sim representou a aplicação dos recursos somente para o setor público,
- IX. MP 1031/2021 - Privatização da Eletrobrás,
- X. PL 1613/2021 - Permite a indicação de remédios OFFLABEL;
- XI. PL 4188/2021 - Marco Legal das garantias de empréstimos / penhora de imóvel como garantia de empréstimo,
- XII. PEC 15/2022 - Auxílio emergencial permanente no valor de R\$600 reais (DVS de Supressão, o voto não representou apoio ao auxílio permanente).

(CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022).

Com referências a votação do parlamentar em relação as agendas que envolvem a educação no estado do Paraná votou a favor da Regulamentação do Homeschooling, também votou a favor dos descontos da previdência para os (as) aposentados (as) da educação, terceirização dos (as) funcionários (as) de escola, achatamento e congelamento das carreiras dos profissionais da educação. Agendas e políticas governamentais que foram aprovadas também pelo corpo do legislativo. (FOSSATI, 2022).

Em 2021 ocorreu a abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado (CPI) da Pandemia presidida pelo Senador da República Omar Aziz (PSD-AM), como vice-presidente o Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) e como relator o Senador Renan Calheiros (MDB-AL), que tinham como finalidade, apurar a atuação do Governo Federal no enfrentamento da crise sanitária na qual o Brasil estava passando e também a atuação e envolvimento dos parlamentares na compra das vacinas contra a Covid-19.

Apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela Pandemia do

Coronavírus "SARS-CoV-2", limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19, e excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios. (SENADO FEDERAL, 2022).

O Requerimento de criação RQS 1371/2021; RQS 1371/2021, ocorreu em 27 de abril de 2021 e teve o prazo prorrogado até 05 de novembro de 2011, onde participaram 11 Senadores titulares e 7 suplentes. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022).

Ricardo Barros, a partir dos Autos Digitais da CPI da Pandemia, número 006, onde pelo Ofício do Relator da CPI-Pandemia Senador Renan Calheiros, o qual declarou e atribuiu ao deputado federal Ricardo Barros, a condição de investigado. No Ofício nº006, 2021-CPI/PANDEMIA, 2021, encaminhado ao Presidente da CPI-Pandemia o senador Omar Aziz, o senador da República Renan Calheiros considera que após o deputado federal Luis Miranda, declarar o então deputado federal Ricardo Barros. (SENADO FEDERAL, 2021).

Foi apontado em sua presença, pelo Presidente da República, como responsável pela cooptação de servidores e indicação dos mesmos para ocupação de posições relevantes no Ministério da Saúde, com o objetivo de, supostamente, coordenarem interesses pessoais e ilegais, inclusive pressionando e ameaçando servidores subordinados e que não comporiam o grupo cooptado. Destaca-se, contudo, Ricardo Barros e outros servidores teriam como finalidade, em tese, favorecer empresas pessoais (inclusive servidores públicos civis e militares) e a si próprios, viabilizando de forma irregular o procedimento de compra da vacina conhecida como Covaxin, pelo Ministério da Saúde. (SENADO FEDERAL, 2021).

Para o jornal Estadão, Ricardo Barros diante da convocação à CPI para falar sobre possíveis irregularidades na Saúde, omite informações e faz alegações enganosas em depoimento à comissão no Senado. Segundo a reportagem do jornal Estadão concluiu que o então deputado federal, apresentou Projeto de Decreto Legislativo (PDL) em 03 de fevereiro de 2021, que “suspendia a necessidade de ensaios clínicos de fase 3 conduzidos no Brasil para aprovar registros de vacinas”. (MONNERAT, PRATA, LIMA, PINHEIRO, 2021).

Em depoimento nesta sexta à CPI da Covid, os irmãos Miranda afirmaram que relataram a Bolsonaro que havia irregularidades e pressão indevida na compra da vacina indiana Covaxin. Os dois disseram que o presidente chegou a atribuir a um deputado uma possível participação no caso, mas resistiam a informar o nome dele. Somente na fase final dos depoimentos, após forte pressão de senadores, Luis

Miranda confirmou que o parlamentar citado por Bolsonaro era o líder do governo na Câmara. (RODRIGUES, 2021).

As investigações preliminares contra o atual deputado federal e ex-líder do governo Bolsonaro Ricardo Barros foram arquivadas por Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), atendendo o posicionamento da PGR, que não há provas suficientes para a abertura do inquérito. (CARTA CAPITAL, 2022).

Durante a Campanha Presidencial de 2022, apoiadores do governo de Jair Bolsonaro e candidatos bolsonarista do Congresso Nacional participaram do Ato no dia 09 de setembro de 2022 em Curitiba. Segundo Fossati, as principais pautas eram medidas voltadas aos interesses do mercado internacional e agendas antidemocráticas entre os manifestantes estavam presentes Paulo Martins (PL-PR), o clã Barros representado pelo deputado federal Ricardo Barros (PP-PR), na época líder do governo Bolsonaro na Câmara dos Deputados e a deputada estadual Maria Victória Barros (PP-PR). De acordo, com a Revista Plural Curitiba, “Nenhum dos candidatos presentes na manifestação condenou ou se distanciou dos vários cartazes a favor da intervenção militar para fechar o Supremo Tribunal Federal ou para que o Exército audite a votação.” (FOSSATI, 2022).

Em 2022, Ricardo Barros participou do pleito para a reeleição à Câmara dos Deputados, pelo estado do Paraná, pelo PP-PR. Conforme, a divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais, a campanha de reeleição possui como recursos recebidos do fundo partidário o total de R\$1.648.503,00 reais. (TSE, 2022).

Os Recursos Financeiros representam R\$1.675.031,00 reais. (99,44%), e R\$9.472,00 reais. (0,56%) de Recursos Estimáveis, sendo R\$933.743,00 reais. (55,43%) de doações de pessoas físicas. As doações de candidatos representam R\$760,00 reais. (0,05%), as doações de Partidos representam R\$750.000,00 reais. (44,52%). (TSE, 2022).

O limite de gastos para a Campanha de Reeleição do atual líder do governo Bolsonaro é de R\$3.176.572,53 reais um total de R\$1.399.321,38 reais de despesas contratadas com um total de R\$573.821,33 reais despesas pagas. Não houve doações a outros candidatos ou partidos. (TSE, 2022).

Segundo, o relatório de Concentração de Despesas apresentados para o TSE em 2022 dos R\$1.399.321,38 reais são gastos em, a saber:

- I. R\$375.445,74 reais (26.83%) são gastos com publicidade por material impressos;
- II. R\$228.935,00 reais (16,36%) Publicidade por adesivos;
- III. R\$205.092,55 reais (14.66%) Publicidade por jornais e revistas;
- IV. R\$143.333,00 reais (10.24%) Despesas com Pessoal;
- V. R\$122.310,00 reais (8.74%) Diversas a especificar;
- VI. R\$100.000,00 reais (7.15%) Despesas com impulsionamento de Conteúdos;
- VII. R\$65.000,00 reais (4.65%) Locação/cessão de bens imóveis;
- VIII. R\$50.000,00 reais (3.57%) Serviços Advocatícios;
- IX. R\$38.247,60 reais (2.73%) Correspondências e despesas postais;
- X. R\$23.763,60 reais (1.70%) Cessão ou locação de veículos;
- XI. R\$20.000,00 reais (1.43%) Serviços contábeis;
- XII. R\$11.385,00 reais (0.81%) Publicidade por carros de som;
- XIII. R\$10.231,89 reais (0.73%) Combustíveis e lubrificantes;
- XIV. R\$5.712,00 reais (0.41%) Baixa de Estimáveis – Recursos de Pessoas Físicas;
- XV. R\$5.500,00 reais (0.39%) Produção de jingles, vinhetas e slogans;
- XVI. R\$3.000,00 reais (0.21%) Baixa de Estimáveis – Recursos de pessoas físicas;
- XVII. R\$760,00 reais (0.05%) Baixa de Estimáveis – Recursos de outros candidatos;
- XVIII. R\$77,00 reais (0.01%) Encargos financeiros, taxas bancárias e/ou op. Cartão de Crédito.

(TSE, 2022).

A direção nacional do Partido Progressistas repassou R\$750.000,00 reais cerca de 44.52% dos valores recebidos de doações para a campanha à reeleição de Ricardo Barros, totalizando R\$1.684.503,00 reais. Ao Tribunal Superior Eleitoral foi declarado um total de R\$8.753.932,13 reais em bens. (TSE, 2022).

Com base nas declarações do parlamentar¹⁴⁶ sobre os bens declarados Ricardo Barros de 2002 a 2022 teve um aumento patrimonial de R\$7.689.798,31 reais

¹⁴⁶Confira ANEXO 17 sobre a DECLARAÇÃO DE BENS EM ANOS ELEITORAIS DO ATUAL DEPUTADO FEDERAL RICARDO BARROS (PP-PR) DOS ANOS DE 1998 A 2022.

correspondendo a 87,84% no decorrer de 20 anos. Nesta análise não foi considerado o ano de 1998, pois não há valor declarados de bens disponíveis para consulta.

Na campanha de 2014, declarou à Justiça Eleitoral bens de 1,8 milhões de reais, pouco menos que na disputa anterior, 1,9 milhões em 2010. Após ser ministro da Saúde, seu patrimônio engordou, numericamente, para 5,5 milhões em 2018. Hoje em dia, ele diz ter “omitido” 1,9 milhão em dívida, daí que seus bens na época seriam de 3,5 milhões. A descoberta de que ele gerou, através de suas empresas, uma quantia milionária de origem desconhecida levou a Receita Federal a autuá-lo em 14 milhões em 2020. Autuação que Barros diz ser obra de “ativismo político” do Fisco, mas caiu à metade, em razão de suas explicações. (BARROCAL, 2021).

Importante, compreender que os valores apresentados por Ricardo Barros ao TSE são a expressão e a representatividade dos capitais adquiridos no campo político e econômico das famílias tradicionais, e uma das possibilidades de preservar o seu poder ao longo do tempo. Nas eleições de 2022, pelo estado do Paraná Ricardo Barros (PP-PR) é eleito deputado federal com 107.022 votos válidos, ou seja, 1,75% dos votos válidos. Uma campanha eleitoral que demonstra a preservação do seu capital simbólico e político herdado pelo seu clã político por gerações. Repasses que os partidos políticos realizam com o fundo partidário que reflete os investimentos destinados ao seu “Político”. (PODER 360, 2022).¹⁴⁷ Indicado como o deputado mais influente no Congresso Nacional, segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) e por outras entidades de monitoramento das atividades parlamentares, Ricardo Barros mantém sua trajetória sólida e bem sucedida dentro e fora do campo e do jogo político¹⁴⁸.

De fato, segundo Bourdieu (2011), os espaços sociais são ocupados pelas distinções sociais, econômicas, culturais, políticas, entre outras, e a família Barros-Borghetti e Campos expressam estes conjuntos de recursos que ao longo de gerações provocam mais desigualdades. Ao discutir sobre as estruturas estruturantes das famílias observa-se que o fenômeno do nepotismo, bem como do familismo ainda envolve aspectos de classe que indicam suas práticas e habitus específicos do seu ethos.

¹⁴⁷Confira ANEXO 18 sobre a CRONOLOGIA DA TRAJETÓRIA POLÍTICA DE RICARDO BARROS 1988-2022.

¹⁴⁸Durante o governo Jair Messias Bolsonaro, não podendo continuar jogando com a suspeita de que as Forças Armadas apoiavam seus discursos antidemocráticos foi obrigado a recuar com um plano tático que envolveu conceder os postos de ministros palacianos aos militares e a condução política do governo brasileiro, ao partidos fisiológicos do Centrão. Os principais articuladores desse processo foram os deputados Arthur Lira do Partido Progressistas (PP), Fábio Faria do Partido Social Democrático (PSD) e Ricardo Barros também do Partido Progressistas (PP) parlamentares conservadores e apoiadores do atual governo. (MUSSE, 2021).

Segundo Oliveira (2012), a rede familiar à qual a família Barros se insere aponta para uma rede de interesses conectados com os “cargos públicos, fornecedores do aparelho de Estado e conexões variadas de interdependências pessoais, monetárias e políticas”. (OLIVEIRA, 2012, p.83).

A família e suas relações, portanto, são consideradas ferramentas de estratégias de preservação de riquezas e de reprodução das classes sociais. Suas trajetórias, seus interesses políticos e sociais se entrelaçam não somente nos laços matrimoniais, mas alcançam o campo da influência em praticamente todas as esferas do poder. Neste íterim e a exemplo de um estudo de caso para esta discussão, a filha primogênita de Cida Borghetti, Maria Victoria Borghetti Barros Campos, filiada ao Partido Progressistas (PP-PR), casada com Diego da Silva Campos¹⁴⁹ advogado do escritório de advocacia Braz Campos Advogados, expressa a concretude destas relações político familiares. O casal Maria Victoria e Diego herdeiros de famílias influentes e tradicionais do estado do Paraná tem uma filha chamada Maria Antônia Borghetti Barros Campos.

Maria Victória Borghetti Barros Campos, é filha de Ricardo José Magalhães Barros (PP-PR) e da ex-governadora do Estado do Paraná Maria Aparecida Borghetti e sobrinha do ex-prefeito de Maringá Silvio Magalhães Barros II (Progressistas) e neta do ex-prefeito de Maringá Silvio Magalhães Barros I. Maria Victoria nasceu em 1 de fevereiro de 1992, na cidade de Maringá. Em Curitiba cursou o Ensino Fundamental em 1995 e o primeiro ano do Ensino Médio em 2007 em Lugano, na Suíça. Retornou à capital paranaense em 2008 para estudar na International School of Curitiba. Na Suíça formou-se em Hotelaria e Gestão de Eventos em 2012, e foi para a China estagiar por 5 meses no hotel Softel em Suzhou e treinamento no Radisson Hotel, em Curitiba. Também fez parte de um projeto humanista na África que durou cerca de 3 meses. (PEREIRA, 2016).

¹⁴⁹Diego da Silva Campos é filho de Denise Caetano da Silva Campos e Rosinei Terna de Campos. Sócio da Braz Campos Advogados head dos departamentos de Resoluções de Disputas em Direito Eleitoral e Judicial. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) em 2006 – 2010, é mestre em Direito Econômico e Socioambiental pela mesma instituição de ensino e Pós-Graduado Lato Sensu em Direito Eleitoral pelo IDDE (Instituto para o Desenvolvimento Democrático)¹⁴⁹, com sede em Belo Horizonte (MG). Possui atividades como professor convidado em cursos de pós-graduação em direito ou cursos de extensão (Abdconst, ESA, FIEP, dentre outras); membro titular da Comissão de Direito Eleitoral da OAB/PR (atual); membro titular da Comissão de Direito Empresarial (atual). Diego é membro da Comissão de Direito Empresarial da OAB/PR no triênio 2016-2018; membro da Comissão de Recuperação Judicial e Falência da OAB-PR (gestão 2013-2015); ex-coordenador do Curso de Pós Graduação em Direito Empresarial da Abdconst; ex-professor de Direito Civil e Administrativo da Graduação em Direito da PUCPR e ex-professor de Direito Empresarial da Graduação em Direito da Unibrasil. (BRAZ CAMPOS, 2022).

No ano de 2013, tornou-se presidente do Progressistas (PP) jovem, a exemplo da sua mãe Cida Borghetti que iniciou a sua trajetória política no Partido Democrático Social (PDS) Jovem. Sua filiação ao Partido Progressistas (PP-PR) aconteceu quando Maria Victoria tinha 16 anos de idade, onde presidiu a liderança da Juventude Progressista Paranaense. Como deputada estadual com 45.870 votos em 2014, Victoria Barros declarou possuir um patrimônio de R\$17.100,00 reais. Em 2016 declarou bens no valor de R\$897.880,05 reais, dentre estes valores estão R\$700 mil reais referente a empréstimo bancário. Seu patrimônio cresceu 5.000% (2014-2016), de acordo com declarações feitas à Justiça Eleitoral.¹⁵⁰ Com base nas declarações da parlamentar sobre os bens declarados, Maria Victoria Borghetti Barros Campos de 2014 a 2022 teve um aumento patrimonial de R\$2.292.243,28 reais correspondendo a 99,25% no decorrer de 9 anos. (PEREIRA, 2016).

Victoria Barros faz parte da atual bancada dos herdeiros políticos paranaenses¹⁵¹, diante dos capitais herdados a parlamentar declarou sobre a sua trajetória política: “Eu nasci na política, cresci na política. Eu me preparei ao longo do tempo para dar continuidade a essa boa política que eu aprendi em casa.” (MÃE, 2014 citado por GOULART, 2016, p.309).

Seu tio, Silvio Barros, comentou sobre a herança política e a relação poder político e família na trajetória política da família Barros: “(...) a eleição de familiares não compromete a estrutura pública” e “Eu acho que compromete a favor, se você tem a possibilidade de eleger pessoas que conhecem a atividade, que tem tradição, expertise, é bom.” (MÃE, 2014 citado por GOULART, 2016, p.309).

Victoria Barros declarou sobre sua trajetória política no estado paranaense em entrevista ao site do jornal Bem Paraná em 2019:

Acho que todos nós que temos o hábito de servir estamos sempre à disposição para o que for necessário. Isso depende do desejo do próprio grupo político. Ninguém pode dizer 'eu sou candidata porque eu quero'. Sozinho não chego a lugar nenhum. Dependendo do grupo político, de pessoas que queiram ajudar e contribuir para o projeto. (Bem Paraná, 2019). (...) O

¹⁵⁰Confira ANEXO 19 sobre a DECLARAÇÃO DE BENS EM ANOS ELEITORAIS DA ATUAL DEPUTADA ESTADUAL MARIA VICTORIA BORGHETTI BARROS CAMPOS (PP-PR) DOS ANOS DE 2014 A 2022.

¹⁵¹Os Barros são uma das famílias com maior poder político no estado do Paraná na atualidade. No livro de Ricardo Costa de Oliveira, “Na teia do nepotismo: Sociologia Política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil”, a família Barros é mencionada como uma das “62 Famílias de Poder Contemporâneo no Paraná”. (OLIVEIRA, 2012, p.222). Para aprofundar o assunto consultar, a obra de OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (Org.). Na teia do nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil. Curitiba: editora insight, 2012.

lema era 'é possível, é viável e vamos fazer'. Essa é uma coisa do Progressistas, que a gente já deu exemplo na prefeitura de Maringá (pai, tio e avô foram prefeitos de Maringá), a gente promete, a gente faz. Promete pouco, mas cumpre tudo. Acho que as pessoas merecem esse respeito. É cultural que na campanha os políticos prometem o mundo e na hora de exercer não conseguem fazer. (BEM PARANÁ, 2019).

A respeito das conquistas políticas de sua família comentou:

Quando consegue ver as obras acontecendo, como é o caso agora do Hospital da Criança em Maringá que atende a uma área com população de 3 milhões de pessoas. Tem 21 especialidades, um projeto que começou no governo Cida Borghetti, com uma parceria do governo do Estado com o Ministério da Saúde, enquanto Ricardo Barros estava ministro e aportou recurso, a Associação Mundial da Família, que entrou com U\$ 10 milhões para a obra e todo o know-how da construção. (BEM PARANÁ, 2019)

Em 2016 era responsável pelos negócios da família. Responsável pela Borghetti Barros Imóveis, a Construtora Magalhães Barros e a St. James International School. Neste mesmo ano, disputou a eleição para a prefeitura de Curitiba com 52 mil votos, como estava envolvida com a administração das escolas da família, Victoria Barros cursava pedagogia neste período. (PEREIRA, 2016)

Como deputada estadual Maria Victoria atua nos assuntos internacionais da ALEP e na presidência da Comissão do Mercosul, com o objetivo de atrair investimentos e faz parte nas discussões da situação de migrantes e refugiados é a representante do Progressistas na Comissão de Constituição e Justiça. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022).

Em seu primeiro mandato na ALEP, “Maria Victória fez parte da Chamada Bancada do Camburão” na tentativa dos deputados se desviarem dos manifestantes e votarem o chamado pacote do governador Beto Richa, que suprimiu uma série de garantias do funcionalismo público estadual”. (DEPUTADO, 2015 citado por GOULART, 2016, p.310).

Em 2015 a 2017 a parlamentar Victoria Barros em atuação pela ALEP-PR decretou e entrou em vigor as seguintes leis sancionadas pelo governo do estado do Paraná na gestão de Carlos Alberto Richa (Beto Richa), 55º governador do estado do Paraná, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB-PR) gestão 2011-2018 e da vice-governadora Cida Borghetti filiada ao Partido Progressista (PP-PR), a saber. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022).

- I. Lei 18.447 de 2015 - Instituição da Semana Estadual Maria da Penha nas Escolas, a ser realizada anualmente no mês de março nas escolas estaduais;
- II. Lei 18.472 de 2015 - Concessão de Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Escritor José Laurentino Gomes;
- III. Lei 18.587 de 2015 - Instituição da Semana de Conscientização e Defesa da Educação Inclusiva;
- IV. Lei 18.596 - Instituição da Política de Tratamento de Doenças Raras no Estado; Lei 18.646 de 2015 - Institui o Dia da Conscientização das Doenças Raras e o Fevereiro Lilás. (Redação dada pela Lei 19426 de 13/03/2018);
- V. Lei 18.657 de 2015 - Concessão de Título de Utilidade Pública à Associação dos Artesãos de Barbosa Ferraz, com sede e foro no Município de Barbosa Ferraz – Paraná;
- VI. Lei 18.696 de 2016- Dispõe sobre o monitoramento de tráfego em serviços delegados de infraestrutura no Estado do Paraná;
- VII. Lei 18.727 de 2016 - Cria o Selo Estadual Paraná sem Dengue;
- VIII. Lei 18.800 de 2016 - Instituição do Dia do Comércio Exterior no Estado do Paraná;
- IX. Lei 18.808 de 2016 - Institui o Corredor das Águas no Estado do Paraná;
- X. Lei 18.839 de 2016 - Institui o Dia da Mobilização pelos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas;
- XI. Lei 18.840 de 2016 - Concede o Título de Capital da Seda do Estado do Paraná ao Município de Nova Esperança;
- XII. Lei 18.869 de 2016 - Institui o Dia Estadual do Líder Comunitário;
- XIII. Lei 18.881 de 2016 - Determina que a rede privada de saúde ofereça leito separado para as mães de natimorto;
- XIV. Lei 18.916 DE 2016 - Institui a Semana Estadual do Bebê;
- XV. Lei 18.922 de 2016 - Concede o Título de Utilidade Pública à Academia de Letras de Maringá, com sede no Município de Maringá e foro no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá;
- XVI. Lei 18.980 de 2017 - Institui a Rota da Cerveja Artesanal; Lei 18.986 de 2017 - Institui a Semana e o Dia de Conscientização sobre a Síndrome da Alienação Parental;

- XVII. Lei 18.988 de 2017 - Concede o Título de Utilidade Pública à Associação dos Agricultores de Faxinal dos Andrades e dos Rodrigues, com sede no Município de São João do Triunfo;
- XVIII. Lei 19.006 de 2017 - Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Dia da Irmandade dos Cossacos do Município de Prudentópolis;
- XIX. Lei 19.033 de 2017 - Concede o Título de Utilidade Pública à Comunhão Espírita Cristã de Curitiba, com sede no Município de Curitiba;
- XX. Lei 19.044 de 2017 - Altera a Lei nº 16.346, de 18 de dezembro de 2009, que dispõe a obrigatoriedade das empresas potencialmente poluidoras de contratarem responsável técnico em meio ambiente;
- XXI. Lei 19.080 de 2017 - Concede o Título de Terra da Erva-Mate ao Município de São Mateus do Sul; Lei 19.100 de 2017 - Concede o Título de Utilidade Pública à Associação das Damas de Caridade do Lar e Educandário São Vicente de Paulo, com sede no Município da Lapa;
- XXII. Lei 19.101 de 2017 - Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Quinta do Sol, com sede no Município de Quinta do Sol;
- XXIII. Lei 19.100 de 2017 - Institui a Rota do Vinho no Estado do Paraná;
- XXIV. Lei 19.195 de 2017 - Institui a Rota Turística dos Parques do Paraná;
- XXV. Lei 19.378 de 2017 - Institui o Dia de Combate e Conscientização Contra o Assédio nos Transportes Coletivos;
- XXVI. Lei 19.421 de 2018 Institui a Rota Turística do Rio Iguaçu no Estado do Paraná;
- XXVII. Lei 19.426 de 2018 - Altera a Lei nº 18.646, de 10 de dezembro de 2015, que instituiu o Dia da Conscientização das Doenças Raras;
- XXVIII. Lei 19.439 de 2018 - Altera o art. 2º da Lei nº 18.980, de 5 de abril de 2017, que institui a Rota da Cerveja Artesanal no Estado do Paraná.

(ALEP, 2022).

Em 2018 em atuação pela ALEP-PR decretou e entrou em vigor as seguintes leis sancionadas pelo governo do estado do Paraná na gestão de Maria Aparecida Borghetti filiada ao Partido Progressista (PP-PR), 56º governador e do vice-governador; vacante, na gestão 2018-2019:

- I. Lei 19.488 de 2018 - Institui o Dia Estadual de Conscientização sobre as Amiloidoses no Estado do Paraná;
- II. Lei 19.568 de 2018 - Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Nacional Dandara de Capoeira Arte e Cultura, com sede no Município de Paranaguá; Lei 19.590 - Cria o Programa Censo de Pessoas com TEA e seus Familiares;
- III. Lei 19.646 de 2018 - Denomina Hospital Regional Deputado Bernardo G. Ribas Carli o Hospital Regional do Centro-Oeste, localizado no Município de Guarapuava;
- IV. Lei 19.649 de 2018 - Dispõe sobre a obrigatoriedade da informação da tipagem sanguínea e do fator Rh na emissão do documento de identificação de recém-nascidos, a ser expedido por hospitais e maternidades do Estado;
- V. Lei 19.662 de 2018 - Concede o Título de Capital Paranaense do Folclore ao Município de Quinta do Sol; Lei 19.663 de 2018 - Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Amigos Protetores, com sede no Município de Paranaguá;
- VI. Lei 19.713 de 2018 - Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Mestres Centro de Educação Infantil Céu Azul, com sede no Município de Curitiba; Lei 19.720 de 2018 - Assegura aos profissionais da educação da rede de ensino público e particular, que estejam exercendo suas funções, o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor realmente cobrado para o ingresso em estabelecimentos ou casas de diversões, praças esportivas e similares, que promovam espetáculos de lazer, entretenimento e difusão cultural, conforme específica;
- VII. Lei 19.721 de 2018 - Institui a Rota Turística das Praias Fluviais do Noroeste do Estado do Paraná – Lei 19.738 de 2018 - Concede o Título de Utilidade Pública ao Centro de Apoio, Convivência e Defesa dos Direitos de Autistas de Cascavel, com sede no Município de Cascavel;

- VIII. Lei 19.745 de 2018 - Dispõe sobre a política de gestão e as atividades de manejo e uso sustentável das espécies de passeriformes da fauna nativa de origem silvestre desenvolvidas por criadores amadoristas e criadores comerciais, e estabelece outras providências;
- IX. Lei 19.763 de 2018 - Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Colombo Primo 's Esporte Clube, com sede no Município de Colombo.
(ALEP, 2022).

Em 2019 a 2021 em atuação pela ALEP-PR decretou e entrou em vigor as seguintes leis sancionadas pelo governo do estado do Paraná na gestão 2019 até a atualidade de Carlos Roberto Massa Júnior, 57º governador, filiado ao Partido Social Democrático (PSD-PR) e do vice-governador Darci Piana, filiado ao Partido Social Democrático (PSD-PR), a saber:

- I. Lei 19.821 de 2019 - Institui a Rota Turística Caminho Coroados, no Município de Guaratuba; Lei 19.824 de 2019 - Institui o Dia e a Semana de Conscientização sobre a Esquizofrenia;
- II. Lei 19.830 de 2019 - Isenta do pagamento de taxas de revalidação de diplomas de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado e pós doutorado os migrantes em situação de vulnerabilidade, solicitantes de refúgio, refugiados e apátridas no Estado do Paraná;
- III. Lei 19.842 de 2019 - Acresce parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 19.006, de 9 de maio de 2017, que inseriu no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Dia da Irmandade dos Cossacos do Município de Prudentópolis;
- IV. Lei 19.967 de 2019 - Institui a marca distintiva “Selo Estadual Logística Reversa” para fabricantes, importadores, comerciantes e distribuidores signatários de acordo setorial estadual e/ou termos de compromisso de logística reversa de resíduos sólidos no Estado do Paraná;
- V. Lei 20.013 de 2019 - Dispõe sobre a Instituição do Programa Adote uma Nascente no Estado do Paraná;
- VI. Lei 20.064 de 2019 - Altera a Lei nº 17.826, de 13 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a concessão e a manutenção do Título de Utilidade Pública a entidades no Estado do Paraná;

- VII. Lei 20.187 de 2019 - Dispõe sobre diretrizes e medidas de saúde para o enfrentamento e intervenção imediata em situação de emergência em caso de endemias, epidemias e pandemias, inclusive do Coronavírus - Covid-19, no Estado do Paraná, e dá outras providências;
- VIII. Lei 20.189 de 2020 - Obriga, no Estado do Paraná, o uso de máscaras enquanto perdurar o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia do Coronavírus SARS-CoV-2, e adota outras providências;
- IX. Lei 20.226 de 2020 - Declara o Pão no Bafo como prato típico do Município de Palmeira;
- X. Lei 20.234 de 2020 - Institui a Campanha Estadual 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres;
- XI. Lei 20.590 de 2021 - Concede o Título de Utilidade Pública a Associação de Kung Fu Long Chuan, com sede no Município de Maringá; Lei 20.595 de 2021 - Institui no Estado do Paraná o Programa de Cooperação e Código Sinal Vermelho, como forma de pedido de socorro e ajuda para mulheres em situação de violência doméstica ou familiar, medida de combate e prevenção à violência doméstica, conforme a Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006;
- XII. Lei 20.757 de 2020 - Concede o Título de Capital do Talian ao Município de Colombo.

(ALEP, 2022).

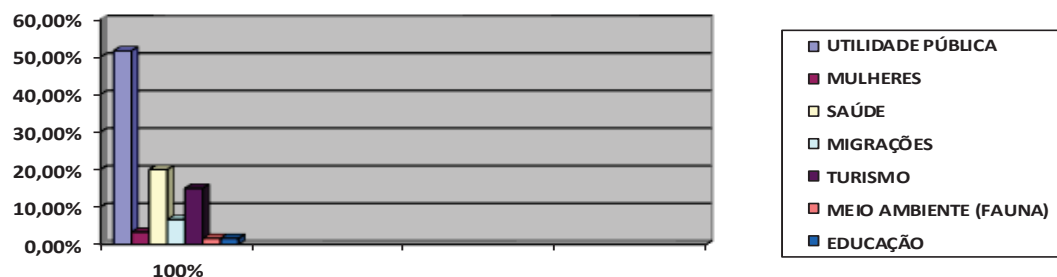
A atual deputada estadual Maria Victoria Borghetti Barros Campos (PP-PR) sancionou sessenta leis durante os anos de 2015 a 2021, nos governos de Carlos Alberto Richa, Maria Aparecida Borghetti e Carlos Roberto Massa Júnior.

Das sessenta leis sancionadas, trinta e duas foram na gestão de Carlos Alberto Richa; treze foram sancionadas na gestão de Maria Aparecida Borghetti e quinze foram sancionadas na gestão de Carlos Roberto Massa Júnior.

Das 60 leis sancionadas trinta e uma leis são de utilidade pública correspondendo a 51,66%; duas leis referentes à mulheres correspondendo a 3,34%; doze leis sancionadas referentes à saúde correspondendo a 20%; quatro leis referentes à migração correspondendo à 6,67%; nove leis sobre turismo correspondendo a 15%; uma lei sobre meio ambiente (fauna) correspondendo a 1,67% e uma lei pela educação correspondendo a 1,67%.

A presença nas instituições políticas das famílias tradicionais e dominantes paranaenses refletem em sua trajetória político, em suas agendas e interesses, suas relações políticos, pois de certa forma estão apoiadas por fortes laços de parentesco. As porcentagens apresentadas configuram estruturas políticas enraizadas nos capitais geracionais da família e os processos revelam a hereditariedade do campo político no Brasil.

GRÁFICO 1: LEIS SANCIONADAS PELA PARLAMENTAR DEPUTADA ESTADUAL MARIA VICTORIA BORGHETTI BARROS CAMPOS ENTRE OS ANOS DE 2015 A 2021 - ALEP-PR



FONTE: Tabela produzida pela autora, 2022.

Nas eleições de 2022, Maria Victoria foi candidata à reeleição para uma cadeira na ALEP-PR pelo Partido Progressistas (PP-PR). Durante o processo eleitoral declarou um total de bens de R\$2.309.343,48 reais e como principal atividade profissional declarou ser deputada estadual. (FREITAS, 2022a).

Em entrevista Maria Victoria Borghetti Barros Campos, declarou à jornalista do Bem Paraná em 2019 sobre sua visita à 7ª Feira Internacional de Defesa de Belgrado (Partner) e como conheceu o seu marido Diego Campos.

Conheci Diego Campos, advogado que participou de uma comitiva brasileira comandada por Ricardo Barros na Sérvia. Barros era presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Sérvia na Câmara e junto com autoridades das Forças Armadas levou sua família para participar da 7ª Feira Internacional de Defesa de Belgrado (Partner). O evento foi realizado pelo governo da Sérvia e pela estatal Jugoimport. Diego era advogado de uma empresa que buscava equipamentos de defesa militar na Sérvia. (Bem Paraná, 2019)

Sendo a terceira geração política da família Barros-Borghetti, Maria Victoria segue os passos de sua mãe Cida Borghetti e do seu pai Ricardo Barros comprovando sua linhagem política no estado paranaense. O que para Juratan Alves da Silva (2016), ao descrever a família política Pinheiro em Ibirité, Minas Gerais, menciona sobre um nepotismo eleitoral presente em famílias oligárquicas isto é, um político vitorioso da família que vai abrindo caminho para outros parentes participarem do poder. (ALVES, 2018, p.122).

Habitus políticos, presentes no ethos políticos de relações familiares paranaenses e que podem ser encontrados em várias famílias tradicionais e dominantes do estado do Paraná.

5.2.6. Trajetória Política de Maria Aparecida Borghetti

Enquanto a vida pública de Gleisi Helena Hoffmann teve suas origens nos movimentos estudantis, a trajetória política de Maria Aparecida Borghetti tem seus primeiros passos no interior dos partidos políticos. Cida Borghetti¹⁵² fez parte do Partido Democrático Social (PDS-PR) entre os anos de 1983-1985; Partido Social Liberal (PSL-PR), atual Democratas (DEM-PR) entre os anos de 1985 a 1995. Filiou-se ao Partido Progressistas (PP-PR) de 1995 a 2013; no Partido Republicano da Ordem Social (PROS-PR) de 2013 a 2016 e atualmente no Partido Progressistas (PP-PR), onde seu marido Ricardo Barros e sua filha Maria Victoria também estão filiados. (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, S/D).

No ano de 1991, coordena o II Congresso Internacional de Urbanismo em Maringá com a presença de seu marido Ricardo Barros¹⁵³. No mesmo ano o casal, participou do Congresso Mundial da Criança, em Florença, na Itália. Cida Borghetti participou na década de 90 na cidade do Rio de Janeiro no Fórum Global Rio 92. (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, S/D).

¹⁵² Confira ANEXO 20 sobre a FAMÍLIA BARROS A HISTÓRIA E A TRADIÇÃO DA FAMÍLIA BARROS-BORGHETTI NA POLÍTICA PARANAENSE.

¹⁵³Ricardo Barros participou em 1991 do II Congresso Internacional de Urbanismo de Maringá e do I Congresso Nacional da Criança e do Adolescente. No ano seguinte, participou do Encontro Internacional de Prefeitos, Urbanistas e Políticos realizado na Itália na cidade de Florença e participou do Congresso Mundial da Criança na qual foi representante do Brasil a convite do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Em 1 de janeiro de 1993, concluiu o seu mandato na prefeitura de Maringá. (FGV CPDOC, 2022).

Como primeira dama, Cida Borghetti assumiu a presidência do Programa do Voluntariado Paranaense (PROVOPAR), durante os anos de 1990 a 1992. No escritório em Brasília de 1998 a 2000, foi a primeira mulher a ocupar a chefia do Escritório de Representação do Paraná na Capital Federal, na gestão de Jaime Lerner (1998-2001). Cargo que voltou a exercer em maio de 2015 ao lado do seu marido e deputado federal Ricardo Barros. (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, S/D).

Sua primeira candidatura foi em 2000, para disputar a Prefeitura Municipal de Maringá pelo Partido Progressista (PP), e recebeu um total de 22.931 votos, terminando a disputa em quarto lugar. (PEREIRA, 2016).

Participou das eleições para deputada estadual em 2002 no mesmo ano que o seu marido saiu candidato a Deputado Federal, e com 53.225 votos elegeu-se para o cargo de parlamentar na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP-PR), representando a região de Maringá. (PEREIRA, 2016).

Durante a 15ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP-PR), Cida Borghetti participou das seguintes comissões parlamentares:

- I. Comissões sobre Educação, Cultura e Esporte;
- II. Defesa do Consumidor e de Redação;
- III. Direitos Humanos e da Cidadania;
- IV. Finanças;
- V. Fiscalização;
- VI. Mercosul;
- VII. Saúde Pública;
- VIII. Suplente da Comissão de Agricultura, Indústria, e Comércio e de Turismo.

(ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ; 2022).

Cida Borghetti é autora da Lei 14.854 que institui o “Dia da Luta Contra o Câncer de Mama”, em todo o Paraná e autora da Lei 14.560/2004 que institui em todo estado paranaense o “Programa de Rastreamento do Câncer Colo-Retal”.

Ao longo do seu mandato como deputada estadual, presidiu o Bloco Parlamentar de Amizade Paraná Itália. Neste período Cida Borghetti foi membro da Executiva para o Paraná e Santa Catarina do Consulado da Itália e foi presidente da

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ, 2022).

Com 66.492 votos, se elegeu deputada estadual em 2006. No decurso de 2007 a 2010, Cida Borghetti compôs a cadeira parlamentar da Assembleia Legislativa do Paraná. Neste período Cida Borghetti foi contra a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), que estava fazendo parte da Reforma Tributária e tramitando na época no Congresso Nacional. Enquanto líder da bancada do PP-PR na Alep na ocasião, Cida Borghetti encaminha requerimento na Assembleia Legislativa do Paraná para que a criação do FDR não seja aprovada, pois acreditava que prejudicaria os estados do sul do país. O requerimento foi encaminhado ao Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e os presidentes do Senado Renan Calheiros e Severino Cavalcanti na Câmara Federal. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ, 2022).

No sítio eletrônico na área de “Comunicação” da ALEP-PR foram encontrados 962 resultados que mencionaram o nome de “Cida Borghetti”. Dentre os temas ou leis localizados no transcorrer da 15ª Legislatura e 16ª legislatura, Cida Borghetti esteve vinculada ou apresentou para discussão em plenário aos seguintes temas ou Leis, a saber:

- I. Adolescentes;
- II. Agronegócio;
- III. Combustíveis;
- IV. Comércio;
- V. Direito do consumidor;
- VI. Educação;
- VII. Empregos
- VIII. Esporte;
- IX. Ferrovias brasileiras;
- X. Governo;
- XI. Homenagens;
- XII. Liderança Política;
- XIII. Meio ambiente;
- XIV. Mulheres;
- XV. Pedágio
- XVI. Política vinculada ao PP-PR;

- XVII. Políticas Públicas;
- XVIII. Produtores Rurais;
- XIX. Profissionais Liberais;
- XX. Reforma Tributária;
- XXI. Rodovias;
- XXII. Sanepar;
- XXIII. Saúde;
- XXIV. Segurança Pública.

(PRAZERES, 2005).

Em 2010 pelo Partido Progressista (PP-PR), disputou as eleições para a Câmara dos Deputados em Brasília, elegendo-se com 147.910 votos, sendo a maior votação em um pleito para o poder legislativo federal pelo Paraná. Como Deputada Federal, Cida Borghetti participou das Comissões permanentes, especial e externa:

A) Comissão Permanente:

- I. Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC: 3º Vice-Presidente, 02/03/2011 - 02/03/2011,
- II. Comissão de Seguridade Social e Família - CSSF: Suplente, 01/03/2011 - 31/01/2012,
- III. Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC: Suplente, 01/03/2011 - 31/01/2012,
- IV. Comissão de Legislação Participativa - CLP: Suplente, 11/10/2011 - 31/01/2012,
- V. Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC: Suplente, 07/03/2012 - 02/02/2013,
- VI. Comissão de Defesa do Consumidor - CDC: Suplente, 05/03/2013 - 17/04/2013,
- VII. Comissão de Seguridade Social e Família - CSSF: Suplente, 13/03/2013 - 03/02/2014, 25/02/2014 - 31/12/2014,
- VIII. Comissão de Direitos Humanos e Minorias - CDHM: Suplente, 25/02/2014 - 26/03/2014,

- IX. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - CREDN: Suplente, 26/03/2014 - 31/12/2014,
- X. Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC: Titular, 01/03/2011 - 02/03/2011,
- XI. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - CREDN: Titular, 02/03/2011 - 31/01/2012,
- XII. Comissão de Seguridade Social e Família - CSSF: Titular, 07/03/2012 - 02/02/2013,
- XIII. Comissão de Turismo - CTUR: Titular, 05/03/2013 - 10/07/2013,
- XIV. Comissão de Cultura - CCULT: Titular, 13/03/2013 - 03/02/2014,
- XV. Comissão de Turismo - CTUR: Titular, 23/10/2013 - 03/02/2014,
- XVI. Comissão do Esporte - CESPO: Titular, 25/02/2014 - 31/12/2014,
- XVII. Comissão de Cultura - CCULT: Titular, 13/03/2014 - 31/12/2014.

(CÂMARA DOS DEPUTADOS, S/D).

B) Comissão Especial:

- I. PL 6998/13 - PRIMEIRA INFÂNCIA: Presidente, 19/03/2014 - 31/12/2014,
- II. PL 1749/11 - EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES: Suplente, 17/08/2011 - 15/12/2011,
- III. PEC 478/10 - IGUALDADE DE DIREITOS TRABALHISTAS: Suplente, 13/09/2011 - 02/04/2013,
- IV. PL 7123/10 - ESTRADA-PARQUE CAMINHO DO COLONO: Suplente, 15/09/2011 - 31/12/2014,
- V. PEC 061/11 - DRU (DESVINCULAÇÃO DE RECEITAS UNIÃO): Suplente, 27/09/2011 - 20/10/2011,
- VI. PL 7420/06 - LEI DE RESPONSABILIDADE EDUCACIONAL: Suplente, 13/10/2011 - 31/12/2014,
- VII. PL 7370/14 - REPRESSÃO AO TRÁFICO DE PESSOAS: Suplente, 22/05/2014 - 04/06/2014,
- VIII. PL 7672/10 - EDUCAÇÃO SEM USO CASTIGOS CORPORAIS: Titular, 29/08/2011 - 26/06/2014,

- IX. PL 3555/04 - NORMAS GERAIS CONTRATO SEGURO PRIVADO: Titular, 12/07/2012 - 31/12/2014, PEC 207/12 - DEFENSORIAS PÚBLICAS DA UNIÃO E DF: Titular, 18/12/2012 - 06/08/2013, PEC 247/13 - DEFENSORIA PÚBLICA EM TODAS UNIDADES: Titular, 11/07/2013 - 04/06/2014,
- X. PL 6998/13 - PRIMEIRA INFÂNCIA: Titular, 13/03/2014 - 31/12/2014, PL 6170/13 - REGULAMENTA O MARKETING MULTINÍVEL: Titular, 02/07/2014 - 31/12/2014.

(CÂMARA DOS DEPUTADOS, S/D).

C) Comissão Externa:

- I. TORTURA E VIOLÊNCIA SOFRIDA POR MARA RÚBIA: Titular, 08/11/2013 - 31/12/2014.

(CÂMARA DOS DEPUTADOS, S/D).

A parlamentar Cida Borghetti em exercício como deputada federal envolveu-se em proposições¹⁵⁴ de sua autoria sob os seguintes temas:

- I. Cidades e Transportes;
- II. Ciência;
- III. Tecnologia e Comunicações;
- IV. Direitos Humanos;
- V. Economia;
- VI. Educação;
- VII. Cultura e Esportes;
- VIII. Política e Administração Pública;
- IX. Relações Exteriores;
- X. Saúde;
- XI. Segurança;
- XII. Trabalho;

¹⁵⁴Confira ANEXO 21 sobre as PROPOSIÇÕES DE AUTORIA DA DEPUTADA FEDERAL CIDA BORGHETTI 2011-2015.

- XIII. Previdência;
- XIV. Assistência.

(CÂMARA DOS DEPUTADOS, S/D).

Durante o seu mandato de Deputada Federal (2011-2015), participou dos Mandatos Externos: Deputado(a) Estadual, PR, Partido: PP, Período: 2002 a 2005; Deputado(a) Estadual, PR, Partido: PP, Período: 2006 a 2010.

Cida Borghetti está sem exercício como deputada federal pelo Paraná, como já foi mencionado, e sua trajetória política na Câmara dos Deputados Federais em Brasília, ocorreu entre os anos de 2011 a 2015, com 54 participações em votações em plenário, 54 participações com presença em comissões e 54 presenças em plenário. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022a).

Renunciou ao mandato de Deputada Federal, na Legislatura 2011-2015, para assumir em 31 de dezembro de 2014 o mandato de vice-governadora do estado do Paraná. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022). Cida Borghetti pelo Partido Republicano da Ordem Social (PROS), ocupou o cargo de vice-governadora no Estado do Paraná com 55,67% dos votos válidos, totalizando 3.301.322 votos, em 2014 na mesma chapa do candidato ao governo do estado do Paraná Beto Richa, filiado ao Partido Social Democracia Brasileira (PSDB), em seu segundo mandato, segundo informações da plataforma G1 Paraná. (G1 PARANÁ, 2014).

Durante o período de 01 de janeiro de 2015 a 6 de abril de 2018, tornou-se a primeira mulher e a 56ª Governadora do Estado do Paraná.

Cida Borghetti mantém a tradição e acompanhada do seu vice o Coronel Malucelli, em 11 de setembro de 2018 discursa para 6 mil pessoas no estacionamento do Restaurante Madalosso em Campanha para a eleição de governadora do estado do Paraná. Nesta data apresenta as propostas e projetos e traça o campo político paranaense. Sua proposta inicial é trabalhar com firmeza e declara que sabe como governar o estado. Neste evento Cida Borghetti reuniu 251 prefeitos (65% dos gestores municipais), 311 ex-prefeitos, 1516 vereadores e 168 vices. Com apoio de Alex Canziani e Rafael Grega de Macedo. (RIBEIRO, 2018).

Posteriormente disputou as eleições para governador do Estado pelo Partido Progressistas (PP-PR), ficando em segunda posição com 15,53% dos votos válidos num total de 831.361 votos. Nesta eleição Cida Borghetti perdeu para o primeiro colocado

nas eleições Ratinho Júnior do Partido Social Democrático (PSD-PR) com 59,99% dos votos válidos, 3.210.712 votos.

Como governadora em entrevista à revista eletrônica TOPVIEW em 2018, comenta sobre as suas posições ideológicas frente aos desafios do campo político paranaense e o seu posicionamento frente as questões de gênero na política.

O feminismo não pode ser encarado como o contrário do machismo. As mulheres têm conquistas e há outras [conquistas a serem feitas], mas não se pode estar contra os homens. (TOPVIEW, 2018); [Nós, mulheres] Temos uma sensibilidade diferente para tratar dos problemas diários da máquina pública. Um olhar mais humanizado. (TOPVIEW, 2018).

Considerou que sempre esteve ao lado do seu esposo e inserida de maneira ativa no campo político paranaense, pois as suas primeiras lições políticas foram com o seu pai Severino, pois “Ele era um getulista de carteirinha e a conversa ao redor da mesa sempre foi política”, lembra Cida, que, na juventude, foi militante do PDS (Partido Democrático Social, que substituiu a antiga Arena, do Regime Militar)”. (TOPVIEW, 2018).

A frente do executivo paranaense Cida Borghetti como a 56ª governadora do Estado do Paraná foi responsável pelas negociações entre o governo paranaense e o governo federal trazendo recursos nacionais e internacionais para serem investidos no estado. Manteve contato direto com prefeitos, deputados estaduais e federais, e ministros e representantes de entidades internacionais de financiamento da Organização das Nações Unidas (ONU), bem como membros dos poderes executivo, legislativo e judiciário, ativando desta forma seus capitais sociais, políticos no campo e no jogo político. Cida Borghetti também esteve à frente do projeto de revitalização do Rio Iguaçu, a construção da ferrovia entre Londrina e Maringá, o trem Pé-Vermelho, e neste período está à frente das articulações de uma rota de voo sem escalas de Foz do Iguaçu a Europa. (CIDA BORGHETTI, S/D).

Neste mandato Cida Borghetti nomeia em 2018 o seu cunhado Silvio Magalhães Barros II, filiado ao Partido Progressista (PP-PR), irmão de do seu esposo, para assumir a equipe gestora em seu governo na secretaria de Desenvolvimento Urbano como secretário.

Em discurso proferido no dia 20 de abril de 2018 por ocasião da sua visita na Cooperativa COCAMAR com sede na cidade de Maringá, lembra os presentes que tornou-se maringaense a três décadas, confirmando a sua genealogia Netto – Barros –

Borghetti, e enfatiza que a família de seu marido foi pioneira na cidade fazendo referência a Odwaldo Bueno Netto, fundador da cooperativa maringaense e parente direto da família Barros. (COCAMAR, 2018).

No ano 2021, o presidente da República Federativa do Brasil Jair Messias Bolsonaro nomeia Cida Borghetti para compor o Conselho da Instituição Itaipu Binacional. Cida Borghetti substituiu Carlos Marun (PMDB-MS), ex-ministro que estava na Instituição desde o governo de Michel Temer. Em entrevista ao Jornal Estadão, Ricardo José Magalhães Barros II defendeu a admissão de familiares a cargos públicos. (PIRES, 2021).

Em entrevista de 23.02.2021, intitulada “Líder do governo, Ricardo Barros defende nepotismo no setor público”, afirma:

O poder público poderia estar mais bem servido, eventualmente, com um parente qualificado do que com um não parente desqualificado, afirmou Barros ao Estadão. Só porque a pessoa é parente, então, é pior do que outro? O cara não pode ser onerado por ser parente. Se a pessoa está no cargo para o qual tem qualificação profissional, é formada e pode desempenhar bem, qual é o problema? completou o líder do governo, que também integra o Centrão, grupo de partidos aliados ao presidente Jair Bolsonaro. (PIRES, 2021).

Em 08 de dezembro de 2021, Jair Messias Bolsonaro condecorou a ex-governadora do Estado do Paraná e atual conselheira da Itaipu Binacional com a Ordem de Rio Branco¹⁵⁵. Pelo Decreto n. 51.697/1963, publicado em de 25 de novembro de 2021, publicado em 26.11.2021, Edição 222, Seção 1, Página 21. (MARINGÁ POST, 2021).

Ao receber a Ordem de Rio Branco, das mãos do Governo Bolsonaro, Cida Borghetti reforça as relações de poder intrínsecas nas relações de nepotismo e de familismo. São demonstrações de capitais simbólicos de uma classe que se mantém no poder por gerações e conserva seus capitais e privilégios¹⁵⁶.

Uma observação pontual de Goulart, quando se refere a influência, tradicionalidade e privilégios dos diversos capitais adquiridos pela família Barros na qual Cida Borghetti inseriu-se a partir do matrimônio: “Não se pode deixar de

¹⁵⁵Segundo o Ministério das Relações Exteriores, a Ordem de Rio Branco, tem como propósito “distinguir serviços meritórios e virtudes cívicas, estimular a prática de ações e feitos dignos de honrosa menção.” (Ministério das Relações Exteriores, 2020).

¹⁵⁶Oliveira (2018), observa a capacidade das famílias tradicionais, como os Barros-Borghetti de atravessarem por anos as instituições, assegurando os seus interesses e valores de classe. Oliveira, observa este fenômeno como a metamorfose burguesa característico das classes dominantes. (OLIVEIRA, 2018).

correlacionar a influência e o acúmulo de capital político decorrente de seu marido Ricardo Barros”. (GOULART, 2016, p.299).

Acerca dos capitais políticos e matrimoniais Cida Borghetti são demonstrados quando responde ao entrevistador da Revista TOPVIEW ao ser questionada sobre possíveis influências do cônjuge em suas decisões no campo do poder paranaense. Cida Borghetti deixa claro que suas influências políticas advém da família Barros e que seu marido é o grande articulador de sua trajetória política no estado paranaense e que suas reflexões no campo político atingem as esferas nacionais.

A influência do marido na própria formação política, ela responde com elogios a Ricardo Barros, “um político de resultados” e “um dos gestores mais respeitados do país”. “Ele é um dos maiores especialistas em orçamento público e um conselheiro sempre disposto a auxiliar quem o procura”, afirma. (TOPVIEW, 2018).

Retomando as discussões acerca do conceito desenvolvido por Canêdo, os laços matrimoniais dos parlamentares paranaenses Cida Borghetti e Ricardo Barros¹⁵⁷ os mantém unidos no campo político e usam destes capitais como estratégia para assegurar poder, prestígio e acumulação de capitais na desenvoltura no jogo político. (CANÊDO, 2011 citado por GOULART, 2018, p.83).

Importante mencionar que Cida Borghetti exerceu o cargo parlamentar como deputada em 2011-2015 pelo Paraná pelo PP-PR e Ricardo Barros seu esposo também exerceu mandato no mesmo período, constatando desta forma os fortes laços de familismo oriundos dos capitais matrimoniais.

Reforçando a discussão de Monteiro (2018), sobre as famílias do poder que possuem a capacidade decisória nos assuntos do campo político, a partir da posição que ocupam nos espaços de poder das famílias tradicionais ou dominantes. De certa forma que suas decisões nas instituições políticas envolvem tanto as esferas públicas quanto as privadas no eterno jogo pelo controle e pelo poder. O modo como estas famílias estabelecem suas relações sociais e políticas em sua região eleitoral, alcançam e determinam o Estado e o mercado em prol de seus interesses.

¹⁵⁷Confira ANEXO 23 sobre a FAMÍLIA BARROS: A HISTÓRIA E A TRADIÇÃO DA FAMÍLIA BARROS-BORGHETTI NA POLÍTICA PARANAENSE.

Podemos exemplificar com base nas declarações da parlamentar¹⁵⁸ sobre os bens declarados Cida Borghetti de 2002 a 2018 teve um aumento patrimonial de R\$330.287,30 reais correspondendo a 68,62% no decorrer de 16 anos. Nesta análise não foi considerado o ano de 2000, pois não há valores declarados de bens disponíveis para consulta de anos anteriores. (TSE, 2022).

No plano das desigualdades sociais deve-se, igualmente, questionar a ideologia da meritocracia¹⁵⁹, afinal ao se pensar o fenômeno do nepotismo e a hereditariedade das relações de poder político-familiar no cenário que se desenha a atual política paranaense não poderíamos descartar a proeminência da Família Barros-Borghetti e da Família Hoffmann-Silva.

Oliveira (2012, p.18) afirma que “temos em vários quadrantes praticamente uma “casta” hereditária de políticos profissionais. A política vem se tornando negócio de família e negócio de ricos. As eleições são caríssimas.”. Os Barros-Borghetti são uma clã de prestígio cuja origem colonizadoras do velho Paraná entrelaçam ao longo da sua história com as novas famílias emergentes e os profundos laços nas instituições políticas, a níveis municipais, estaduais e federais.

Fortalecendo desta forma o seu ecossistema político de poder há aproximadamente 62 anos. A hereditariedade e o peso de um sobrenome permanece com raízes profundas no estado paranaense, estratégias de transmissão de patrimônio político familiar e a família Campos insere-se neste quadro a partir do casamento com uma Borghetti-Barros, capitais adquiridos pelos profundos laços do matrimônio entre classes sociais.

Em discurso em 06 março de 2008 pela ALEP-PR, Cida Borghetti (PP-PR), representante do clã Barros-Borghetti preside a sessão em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Em seu discurso Cida Borghetti argumenta a baixa representatividade feminina nos postos de comando:

Nós fizemos um levantamento que mostra que na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), 52% são mulheres, mas não há dirigentes do sexo feminino. O mesmo ocorre na Associação Brasileira de Imprensa composta por 40% de mulheres, porém nenhuma possui cargo mais alto. E no Conselho Federal de

¹⁵⁸Confira ANEXO 22 sobre a DECLARAÇÃO DE BENS EM ANOS ELEITORAIS DA EX-GOVERNADORA DO ESTADO DO PARANÁ CIDA BORGHETTI (PP-PR) DOS ANOS DE 2000 A 2018.

¹⁵⁹ Por meritocracia podemos entender que “a desigualdade de oportunidades, a ideia meritocracia desvia a atenção do que é essencial: as diferenças estruturais de condição, tais como resultam da estrutura de classe” (BERTAUX, 1979, p.45)

Medicina com 31,5% de participantes e nenhuma na direção da entidade. (MARASSI, 2008)

Em discurso proferido em plenário na Câmara dos Deputados em 2014, Cida Borghetti naquele momento pelo PROS-PR, proferiu em discurso sobre a questão da violência contra as mulheres brasileiras citando a Campanha “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as mulheres”. Neste discurso também fez menção sobre a Lei Maria da Penha e sobre os direitos das mulheres no Brasil. (Câmara dos Deputados, 2014).

O espaço político transformou-se, portanto, no palco da presença das famílias tradicionais, atuando de forma decisiva em todas as instituições. Amalgamando suas esferas públicas e privadas no eterno jogo pelo controle, sendo relevante suas formas de atuação no interior de suas famílias nas decisões do país, nas estruturas políticas e sociais das instituições. Portanto, seus tentáculos de poder alcançam todas as instituições sociais, as esferas públicas e privadas. Famílias que estruturam o jogo e o campo da política nacional.

CONSIDERAÇÃO FINAL

O ofício do sociólogo deveria versar sobre os descobrimentos das estruturas enterradas nos diversos mundos sociais compositores do universo societário e dos mecanismos que tendem a assegurar sua reprodução, ou ainda, objetivamente como campo e subjetivamente como habitus.

(BOURDIEU, 2010, p.18).

Desenvolver agendas de pesquisas que compreendam com profundidade as relações políticas entrelaçadas com as relações de poder familiar em um país com instabilidade em suas instituições, torna-se de certa forma um grande esforço intelectual para o entendimento da composição de parentesco no contexto familiar.

Atualmente a compreensão das relações políticas entrelaçadas com as relações de poder familiar, seus atores e ethos político, estão intimamente relacionadas com a história da organização da classe tradicional e dominante no Estado do Paraná. Com suas hierarquias, suas famílias históricas e tradicionais, seus casamentos ocuparam e ainda ocupam espaços políticos e sociais importantes dentro das instituições sociais.

São famílias que distribuem, não apenas os capitais econômicos e políticos aos seus herdeiros, mas também o aprendizado adquirido a partir da caminhada pelos bastidores do poder. A influência, a tradição do nome e a força política adquirem um significado que transcende os relacionamentos interpessoais e agem em favor de seus interesses e necessidades.

Podemos pensar, portanto, que famílias com sobrenomes proeminentes se mantêm por gerações nos mais altos escalões do poder estatal e de certa forma impedem uma real democratização dos espaços políticos.

Ao consolidarem seus habitus e suas práticas, as famílias dominantes tornam-se “uma grande oligarquização familiar sempre tende ao autoritarismo e a golpismos históricos para a manutenção e preservação do status quo. É uma estrutura que permite a continuidade de uma sociedade ainda baseada em características como patrimonialismo, coronelismo, mandonismos e nepotismo”. (OLIVEIRA, 2020, p. 03).

Estas famílias se reinventam e por conseguinte permanecem em suas redes de estruturas políticas e familiares, seu aprendizado político se dá também pela socialização individual de seus atores.

Para Oliveira, “o conhecimento da realidade social passa pelo conhecimento dos mecanismos de comando e pela construção dos projetos de poder hegemônicos na região, sempre em consonância com os projetos dominantes nacionais.” (OLIVEIRA, 2015, p.03).

Uma intensa rede de conexões de capitais sociais e políticos, produtoras de profundas desigualdades no Brasil, acumulados ao longo de gerações, estão atuando e esculpindo a construção histórica e política do Estado do Paraná e influenciando diretamente a atuação no campo do poder político das mulheres em um cenário onde maioria das decisões políticas ainda se encontram nas mãos masculinas.

Seus reflexos são percebidos no campo político paranaense, pois se tornam um ambiente intenso e desafiador para a trajetória política das mulheres que ingressam em um cenário conservador, tradicional, muitas vezes hostil e masculino. Este ambiente político traz em suas origens a oligarquização das estruturas de poder e de seus códigos, suas tradições, suas formas de pensar e decidir.

Ambientes políticos em sua essência masculinos exigindo das mulheres que estão inseridas neste campo e no jogo de poder, tanto regional quanto nacional uma postura firme e objetiva frente às mais variadas decisões da vida pública¹⁶⁰.

Questões que estão intimamente relacionadas com a história e a organização da classe tradicional e dominante no Estado do Paraná. Com suas hierarquias que ocuparam e ainda ocupam espaços de interesses de classe e de privilégios.

Contudo, o estado do Paraná representado pelas mulheres na política em todas as épocas possuem a suas raízes da resistência e da luta contra os paradigmas impostos pelas elites. Resistências que foram traduzidas na década de 70, nas primeiras greves operárias realizadas por mulheres na fábrica de café Damasco, na militância política da esquerda onde as mulheres participaram ativamente. Desfazendo o estigma de um estado com homens e mulheres reservados e tranquilos e até passivos frente às questões da política nacional.

Portanto, a pergunta ainda se faz relevante. O que há em comum nos sobrenomes das famílias históricas paranaenses? Famílias que distribuem, não apenas

¹⁶⁰ A pouca cidadania, poucos investimentos em direitos trabalhistas, carências históricas na educação e saúde. Uma grande oligarquização familiar sempre tende ao autoritarismo e a golpismos históricos para a manutenção e preservação do status quo. É uma estrutura que permite a continuidade de uma sociedade ainda baseada em características como patrimonialismo, coronelismo, mandonismos e nepotismo. (OLIVEIRA, 2020, p. 03).

capitais econômicos aos seus herdeiros, mas o poder, a influência e a força política em favor de seus interesses de classe.

Famílias com sobrenomes importantes que se mantêm por gerações e impedem uma real democratização do campo político, pois tendem a consolidar-se em seus *habitus* de classe. Permitindo, assim, conhecer as dimensões das relações sociais e políticas com profundidade e dos processos históricos. Processos que são marcos importantes delineadores de uma história política e social brasileira. Marcos que buscam a compreensão dos mais variados fenômenos políticos e sociais, construções históricas da desigualdade criadas e recriadas por grupos dominantes. Apresentando, portanto, os conflitos e as rivalidades gerados pelos interesses de determinados grupos sociais que compõem as classes dominantes.

O exercício político foi e é exercido por estas famílias históricas cujos descendentes encontram-se em praticamente todas as instituições do Estado paranaense e brasileiro. Seus descendentes são os seus sucessores, seus herdeiros. Em meio a esta continuidade política que o fenômeno do familismo aparece conjuntamente com outro fenômeno do nepotismo. Fenômenos que estão marcados por sua tradicionalidade dos sobrenomes.

Seus reflexos são percebidos no cenário político nacional, pois se tornam um ambiente intenso e desafiador para a vida pública das mulheres que ingressam em um cenário exclusivista, tradicional e masculino. Este ambiente político traz em suas origens a oligarquização das estruturas de poder e com ela o machismo, os seus códigos, as suas tradições, as suas formas de pensar e decidir.

Ambientes políticos essencialmente e na sua maioria masculinos exigindo da mulher uma postura firme frente às decisões mais simples que a vida pública exige. Um ambiente hostil e pouco acolhedor não só para as mulheres na política como também para as suas relações familiares.

De fato, quando os dados se referem aos postos de liderança no Brasil suas assimetrias são percebidos pelas mulheres em todos os espaços e instituições sociais. Dados coletados pela ONU Mulher mostram que as mulheres têm grandes dificuldades em ocupar cargos de liderança no mundo e no Brasil não é diferente. Segundo os dados da ONUMULHER que mapeou a situação das mulheres na política houve, avanços lentos e a situação brasileira neste campo demonstra as situações por equidade no campo político. No mapeamento organizado pela ONU Mulher a situação em 01 de janeiro de 2023, o Brasil ocupa o 153º no ranking da Inter-Parliamentary Union e tem

sua representatividade feminina na política muito aquém dos demais países da América do Sul. No Congresso brasileiro somente 17,7% dos cargos eletivos para deputadas federais são ocupados por mulheres e 12,4% para os cargos de Senadoras. Para uma real democracia a participação das mulheres deve ser segura e equitativa. (ONU MULHERES, 2023).

Gleisi Helena Hoffmann apresenta a questão em seu texto “Nossa luta é humana e igualitária”. Neste texto Gleisi Hoffmann demonstra a superação das mulheres que participam do cenário político.

“Exigem de nós mais preparo que qualquer homem, sempre aceito por sua condição. Se a mulher for enérgica, firme, corre o risco de ser considerada desequilibrada ou histérica.” E continua retratando o dia a dia do âmbito político “Se for passiva, será mais facilmente aceita, mas sua opinião não terá relevância, a menos que seja encampada por algum homem, e aí a ideia passa a ser dele.” (FRATINI, 2021, p.139).

Para Gerda Lerner, houve na história da construção das sociedades uma omissão da mulher como protagonista do discurso, bem como a sua exclusão na construção dos sistemas de ideias. O fato da exclusão da participação das mulheres na definição e criação de símbolos permitiu que a história deixasse de lado a sua participação.

Esta prática, segundo Lerner, impediu em muitos momentos o protagonismo e a identidade da mulher na construção dos signos que constituem um sistema de valores culturais de uma sociedade. Este fator “a-histórico”, segundo Gerda foi “um dos maiores alicerces do sistema de dominância patriarcal”¹⁶¹. (2019, p.286).

No exercício da cidadania, a baixa representação participativa e democrática restringe a participação feminina, e sua atuação no mundo. No Brasil, o sufrágio universal feminino, foi alcançado somente a partir de 1932, caracterizando uma longa jornada de desafios e lutas para os movimentos sufragistas. Lutas que continuam atuais.

Quando Dilma Rousseff em 2010, ocupou pela primeira vez a Presidência da República o mais alto cargo político da nação brasileira, governando por quatro anos e reeleita para o seu segundo mandato, foi bruscamente interrompido por um processo de

¹⁶¹ A sua exclusão na construção dos sistemas de ideias foi um fator “a-histórico”, que segundo Lerner (2021) foi um dos pilares do sistema patriarcal. O fato da exclusão da participação das mulheres na definição e criação de símbolos permitiu que a história colocasse de lado o registro de sua participação, do seu protagonismo e da sua presença. Esta prática, impediu em muitos momentos a identidade da mulher na construção dos signos que as identificassem.

impeachment controverso que revelaria a violência e hostilidade para com as mulheres em todas as estruturas sociais e para com a nação brasileira.

No Brasil do século XX, um longo caminho de lutas de classe e resistência foi e ainda será percorrido, percebe-se, que há uma íntima afinidade entre as origens da família patriarcal e as alianças políticas. Justamente estas famílias que transformaram em capitais políticos suas práticas. A questão crucial está envolvida na concretude do significado simbólico do entendimento da realidade histórica muitas vezes obscura e silenciosa: Para quem o político governa.

O espaço político transformou-se no palco da presença das famílias tradicionais, atuando de forma decisiva em todas as instituições, envolvendo suas esferas públicas e privadas no eterno jogo pelo controle, sendo relevante a atuação das famílias históricas nas decisões do país, nas estruturas políticas e sociais do Brasil.

Conforme afirma Goulart (2017), a família enquanto grupo social coeso e estabelecido por meio de seus vínculos familiares como o casamento possuem a capacidade de se expandirem além do seu meio e de seu núcleo¹⁶².

No plano das desigualdades sociais e políticas deve-se, igualmente, questionar a ideologia da meritocracia, afinal, “ao enfatizar a desigualdade de oportunidades, a ideia meritocracia desvia a atenção do que é essencial: as diferenças estruturais de condição, tais como resultam da estrutura de classe” (BERTAUX, 1979, p.45). Para tanto, a sociedade civil¹⁶³ e suas instituições na convergência entre autoridade e família, poderá haver perspectivas de mudanças sociais e históricas, “somente” se houver o fortalecimento das suas instituições e das suas prerrogativas sociais.

Ainda muito longe de alcançar a equidade da representativa entre mulheres e homens, a Lei nº2.034 de 2012, exige 30% de cotas para o gênero feminino, a resistência neste campo de poder ainda continua. Portanto, a família e suas classes mantenedoras das estruturas dentro do aparelho estatal em detrimento dos mais frágeis e

¹⁶² Entender, portanto, a relevância a família enquanto unidade possuem. A “família é um grupo social estabelecido por meio do casamento enquanto átomo inicial. Tal laço, só pode ser decorrente de outras duas famílias. Mesmo passando pelo reconhecimento de laços que se expandem para além de relações nucleares, o casamento é o vínculo essencial para o entendimento do conceito de família.” (GOULART, 2017, p.08).

¹⁶³ Por sociedade civil compreende-se como o “conjunto das formas privadas de regularização das relações sociais. Em outras palavras, além do modo de produção dominante e dos modos de produção subordinados, temos as formas de regularização das relações sociais (superestrutura), que podem ser divididas em formas estatais e privadas. As formas estatais são constituídas pelo estado, pelas instituições estatais (fundações, autarquia, etc.), pelos seus aparelhos (jurídico, policial, etc.) por suas ideologias etc. enquanto que formas privadas são a cultura, a sociabilidade, as instituições civis (igrejas, partidos, associações, escolas, hospitais, etc.)” (VIANNA, 2003, p.83)

pobres, são, um ponto de reflexão, de avanço e convergência para as Ciências Sociais na atualidade.

Mesmo que o poder político esteja intimamente relacionado com a hegemonia masculina e suas assimetrias nas relações de poder e nas decisões públicas, as mulheres inseridas no campo político estão marcando presença em cargos importantes no poder executivo, legislativo e judiciário.

Contudo, importante lembrar que ao priorizar candidatos homens não é, portanto, um acontecimento de determinado espectro político a política brasileira e os partidos políticos envolvidos neste campo de poder realizam esta prática em todas as campanhas eleitorais que de certa forma reforçam as assimetrias deste campo ligados aos fortes laços de um ecossistema político duradouro e patriarcal. O poder envolvido nas relações políticas mencionadas se traduz na “reprodução das relações assimétricas de dominação na sociedade pelas quais as posições sociais já se encontram previamente definidas.” (BEZERRA; RIBEIRO, 2016, p.133).

No entanto, é salutar observar que a atuação de algumas mulheres na política podem ser compreendidas também ao lado do protagonismo social e político dos homens de suas famílias. Como pai, irmão, tios, avôs e ou maridos. Onde a “importância social e política de bons casamentos é uma marca na carreira de muitos políticos paranaenses e brasileiros”. (OLIVEIRA, 2016, p.16).

Logo, previamente definidas as regras no campo e no jogo de poder na qual a política brasileira estrutura e é estruturada por suas práticas de distribuição de capitais existentes, aos agentes políticos (homens e mulheres) resta adaptar-se à metamorfose burocrática que a política exige como estratégias de ambição para o prolongamento dos capitais adquiridos no jogo e principalmente na permanência no campo político.

Ao se pensar o fenômeno do nepotismo e a hereditariedade das relações de poder político-familiar no cenário que se desenha a atual política paranaense não poderíamos descartar a proeminência da família Barros-Borghetti. Oliveira (2012) afirma: “temos em vários quadrantes praticamente uma “casta” hereditária de políticos profissionais. A política vem se tornando negócio de família e negócio de ricos. As eleições são caríssimas.” (OLIVEIRA, 2012, p. 18).

Os Barros-Borghetti são uma família de prestígio cuja origens colonizadoras do velho Paraná entrelaçam-se ao longo da sua história com alcance nas instituições estatais, fortalecendo o seu ecossistema político de poder há 62 anos. A hereditariedade e o peso de um sobrenome.

Podemos exemplificar com o irmão de Cida Borghetti, Juliano Borghetti foi casado com Renata Bueno¹⁶⁴ e elegeram-se na 15ª legislatura para a Câmara Municipal de Curitiba, ambos tentaram a reeleição sem sucesso. Juliano Borghetti foi Secretário de Esportes na cidade de Curitiba em 2004 a 2008, na gestão do prefeito da capital paranaense Cassio Taniguchi. Atuou como vereador entre os anos de 2008 a 2012 pelo Partido Progressista (PP-PR) e como administrador da Regional de Pinheirinho, no governo Beto Richa na gestão 2004 a 2008. Juliano Borghetti foi condenado em 2020 por tráfico de influência em ação penal originária da Operação Quadro Negro, deflagrada em 2015 na gestão do governo Beto Richa que apontou desvio de R\$ 18 milhões de reais a partir de contratos entre a Secretaria da Educação do Paraná e a Construtora Valor Construtora entre 2011 a 2018. (SCORTECCI, 2020).

Logo, tanto Gleisi Hoffmann quando Cida Borghetti enquanto agentes políticos estão inseridas no campo, no caso no campo político possuem como já foi mencionado uma determinada quantidade de capitais, sejam eles políticos, culturais, econômicos, religiosos, matrimoniais entre outros.

O habitus prepara a posição das parlamentares no campo e espectro político à qual atuam, dando sentido as estratégias políticas adotadas. Em determinadas ocasiões e momentos de suas trajetórias ocorre determinados processos de socialização que são chaves para a construção de suas práticas políticas.

Desde os matrimônios as alianças com políticos e ou partidos as costuras se dão para formar um capital político adequado para mantê-las nos processos decisórios nos campos a qual atuam. Compreendendo que tanto Gleisi Helena Hoffmann quanto Maria Aparecida Borghetti são agentes políticos emergentes, pois herdaram capitais de suas famílias.¹⁶⁵

No campo seus reflexos são percebidos nacionalmente, pois se tornam um ambiente intenso e desafiador para a trajetória política das mulheres. Este ambiente

¹⁶⁴ Renata foi militante desde os 16 anos de idade, e sempre acompanhou a trajetória política de seu pai Rubens Bueno ex-Prefeito de Campo Mourão e Deputado Federal. Renata Bueno, nasceu em 10 de novembro de 1979, é filha de Eitelwein Bueno e Rubens Bueno. Graduada em Direito pela Universidade Tuiuti do Paraná. Em 2003, foi estudar na Università Degli Studi di Pavia, especializou-se em Diritto Umani e Dialogo Interculturale. (RENATA BUENO, S/D). Descendente da família Brustolin do lado da avó paterna da província de Treviso, na Região do Vêneto. Do lado do avô paterno, descende da família Baise, Toscana. Em 2006 concorre ao cargo de Deputada Federal e para o cargo de vereadora em 2008 pela Câmara Municipal de Curitiba. No ano de 2013 foi eleita a primeira brasileira nata com dupla cidadania a pertencer ao Parlamento Italiano. (RENATA BUENO, S/D).

¹⁶⁵ Confira ANEXO 24 sobre os PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS: PARTIDO PROGRESSISTA (PP) E PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT).

político, traz em suas origens a oligarquização das estruturas de poder e seus códigos, suas tradições, nas suas formas de pensar e decidir.

É salutar compreender que este ambiente político também utiliza-se de estratégias para que os agentes possam manter-se ou avançar no jogo e principalmente no campo político nacional e regional.

Percebendo, portanto, que o fenômeno do familismo permeia as esferas políticas tanto da esquerda, quanto da direita e alcançaram as estruturas familiares tanto dos Hoffmann quanto dos Borghetti-Barros. Logo, estruturas familiares importantes que estruturam as instituições sociais e políticas brasileiras. São grupos que possuem o poder de decisão dentro e fora dos partidos políticos e perpetuam-se nas heranças políticas deixadas nos recrutamentos políticos.¹⁶⁶

Com certa regularidade com longa duração, este processo se viabiliza através dos princípios da conciliação, manutenção e confiabilidade entre poderosos e seus tradicionais mecanismos de dominação e poder. Logo, a velha classe dominante também transmite as velhas culturas do “familismo” e do “nepotismo” para as futuras famílias do poder, muitas das quais possuíram origens em migrações, origens ascendentes e que acabam casando com as velhas famílias do poder. (OLIVEIRA, 2015a, p.06).

A classe tradicional e dominante representa, portanto, os grupos sociais que controlavam a terra, a cultura, os meios de produção e comunicação, os cargos e os aparelhos do Estado. Novamente, Família ainda importa!

Nesta perspectiva sociológica percebemos que as parlamentares estudadas nesta pesquisa empírica são adversárias políticas e estão em lados opostos, porém foi a partir dos casamentos que tiveram seus protagonismos políticos no cenário brasileiro. Onde seus capitais intelectuais, culturais e políticas foram agregadas a sua história pelos laços matrimoniais. De fato, a hereditariedade das relações de parentesco e poder político nos cargos estratégicos do Estado é uma forma de garantir a permanência nas esferas de poder de modo que se possa controlar as instituições estatais e governamentais, estendendo assim os círculos e alianças do poder político. (OLIVEIRA, 2012; GOULART, 2018).

¹⁶⁶ Confira ANEXO 25 sobre a BIOGRAFIA DAS TRAJETÓRIAS POLÍTICAS DA ATUAL DEPUTADA FEDERAL GLEISI HELENA HOFFMAN E DA EX-GOVERNADORA MARIA APARECIDA BORGUETTI.

Assim, as relações familiares se conecta internamente para reprodução e manutenção dos seus capitais, mas as relações familiares também se conectam com outras famílias tradicionais e dominantes para ampliar e permanecer no poder numa verdadeira teia de relações. Relações que organizam as instituições jurídicas, políticas, sociais, culturais e/ou econômicas. Famílias, portanto, que constroem, transformam e estruturam as trajetórias de seus familiares.

A compreensão e a representação simbólica e ideológica dos valores repassados pelos partidos políticos dos Recursos Partidários revelam as assimetrias da representatividade política e a tradicionalidade de algumas famílias históricas e de seus herdeiros na manutenção do poder e na perpetuação de seus capitais por gerações. Neste contexto, Canêdo aponta que o peso e a importância da família no campo político são preservados pelo momento histórico em que os eleitores estão vivendo, ou seja, “no momento de disputa eleitoral, onde os valores (legais) democráticos são colocados em evidência, tanto por parte do eleitorado quanto por parte dos candidatos.” (CANÊDO, 1994 citado por OLIVEIRA, et al, 2017, p.180).

Ao incorporar nesta discussão o papel familiar na reprodução das classes sociais podemos considerar que ao reproduzir-se a família forja em suas estruturas a apropriação de diversos capitais, conforme aponta Bourdieu (2011) em seus aportes metodológicos de análise dos processos de distinção.

Distinções que não são somente econômicas, mas envolvem os recursos políticos e culturais como disposição a escrita, a leitura, a oratória, disposição a estética. Recursos que se traduzem em capitais que colocam determinados grupos em vantagens no jogo e no campo à qual atuam.

Por fim, a família ultrapassa o seu núcleo mais íntimo e transcende as suas relações como diria Bourdieu (2008), ela ganhou status de espírito de família. As ações familiares são pontuadas por ações que envolvem a coletividade, ou seja, ações envolvendo o seu grupo construtores de um projeto de mundo. A família transmite seu gosto, seus valores, seus privilégios que vai muito além das relações afetivas ou de sangue.

Considero, portanto, que família é muito relevante!!

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Aparecida Azevedo. **Cotas de representação para mulheres e seus fundamentos republicanos.** In: MIGUEL, Luis Felipe. (Org.). Mulheres e representação política: 25 anos de estudos sobre cotas eleitorais no Brasil. Porto Alegre: Zouk, 2021. p.41-64.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ. **Cida Borghetti.** Biografia. 2022. Disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/deputados/perfil/cida-borghetti>. Acesso em: 10.10.2022.

ALVES, Alessandro Cavassin. **A referência: A família patriarcal brasileira.** In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (org.). Família importa e explica: Instituições políticas e parentesco no Brasil. São Paulo: LiberArs, 2018a. p.49-63.

ALVES, Alessandro Cavassin. **Nepotismo como categoria de análise sociológica.** In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (org.). Família importa e explica: Instituições políticas e parentesco no Brasil. São Paulo: LiberArs, 2018b. p.119-134.

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. **Dos habitus de classe aos patrimônios individuais de disposições: reflexões sobre a prática em Pierre Bourdieu e Bernard Lahire.** Sociologias, Porto Alegre, ano 18, n. 42, Mai/Ago. 2016, p.294-327.

AMÂNDIO, Sofia. **O fio constitutivo da sociologia empírica de Bernard Lahire.** Em: Revista Sociologia, Problemas e Práticas, n. 76, 2014. Pp. 33-49. Disponível em: <http://journals.openedition.org/spp/1669>. Acesso em: 02.01.2023.

AMARAL, Isabela Guimarães Rabelo. **Inferiorizando mulheres no período imperial brasileiro: A influência do direito.** In: XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH). 1, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH – Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH-SP. 2011. p.1-17.

ANTONANGELO, Juliana; FORMIGONI, Veronica. Cavalus. **Uma história de pai e filha unidos pelo esporte equestre.** 27 nov. 2018. Disponível em: <https://cavalus.com.br/geral/uma-historia-de-pai-e-filha-unidos-pelo-esporte-equestre/>. Acesso em: 19.07.2022.

ARAÚJO, Clara. **Mulheres e representação política: a experiência das cotas no Brasil.** Revista Estudos Feministas, v.6, n.1, 1998. p. 01-20.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ. **Conheça os deputados.** Disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/deputados/conheca>. Acesso em: 27.06.2022.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ. **Conheça os deputados: Cida Borghetti.** S/D. Disponível em: <http://www.assembleia.pr.leg.br/deputados/perfil/cida-borghetti>. Acesso em: 05.10.2022.

A TRIBUNA. **Lula cobra reconstrução do Parlamento e ajuste fiscal: De olho nas eleições de 2022, ex-presidente se reuniu com movimentos da periferia de SP.** 26 Set. 2021. São Paulo. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931_07&pesq=%22Gleisi%20hoffmann%22&pasta=ano%20202&hf=memoria.bn.br&pagfis=18383. Acesso em: 20.01.2023.

AVRITZER, Leonardo. **Política e antipolítica nos dois anos de governo Bolsonaro**. In: AVRITZER, L; KERCHE, F; MARONA, M. (org.). Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política. 1ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p.13-20.

AYRES, Dirceu. Kadosh Ayres. **Quer saber quem é Gleisi Hoffmann??**. 8 jun. 2011. Disponível em: <https://kadoshayres.blogspot.com/2011/06/quer-saber-quem-e-gleise-hoffmann.html>. Acesso em: 01.08.2022.

BARBOSA, Cláudia de Faria. **A luta das mulheres pela cidadania**. In: As mulheres na Política Local: Entre as esferas públicas e privada. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2019.

BARREIRA, Irllys Alencar F. **Mulheres no Congresso Nacional: trabalho político, agenciamentos coletivos e rituais de reconhecimento**. In: In: MIGUEL, Luis Felipe. (Org.). Mulheres e representação política: 25 anos de estudos sobre cotas eleitorais no Brasil. Porto Alegre: Zouk, 2021. p.601-628.

BARROCAL, André. **Os rolos que fazem de Ricardo Barros, líder do governo, o alvo central da CPI da Covid: O deputado sempre esteve sob a proteção de Bolsonaro**. **Política**. Carta Capital. 04. Jun. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/os-rolos-que-fazem-de-ricardo-barros-lider-do-governo-o-alvo-central-da-cpi-da-covid/>. Acesso em: 13.10.2022.

BARROS, Raffaele Kasprovicz. **Escavador**, 04. Maio. 2022. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/3439550/raffaelle-kasprowicz-barros>. Acesso em: 09.09.2022.

BLOGREVISTAAUTOESTIMA. **Defesa de doutorado do aluno Ivo Alberto Borghetti**. 26 jun. 2018. Não paginado. Disponível em: <http://blogrevistaautoestima.blogspot.com/2018/06/defesa-de-doutorado-do-aluno-ivo.html>. Acesso em 08.04.2023.

BRAGA, Juliana. **Prestes a deixar Casa Civil, Gleisi diz que superou ‘pouca experiência’**: Em entrevista ao G1, ministra fez balanço de sua atuação no governo. **Auxiliar de Dilma Rousseff é potencial candidata ao governo do Paraná**. G1, Brasília, 08 Dez. 2013. Política, Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2013/12/prestes-deixar-casa-civil-gleisi-diz-que-superou-pouca-experiencia.html>. Acesso em: 12.02.2023.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Democracia de iguais, mas diferentes**. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau. (ORG.). Mulher e política: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 1998a. p.137-152.

BERTAUX, Daniel. **Destinos pessoais e estrutura de classe. Para uma crítica da antropológica política**. Rio de Janeiro: Zahar ed., 1979.

BERNARDI, Jorge Luiz. **O poder familiar na Câmara Municipal de Curitiba (1947 a 2014)**. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (org.). Estado, classe dominante e Parentesco no Paraná. Blumenau: Nova Letra, 2015. p.13-60.

BERNARDI, Jorge Luiz. **Vereadoras de Curitiba: poder familiar e cotas de gênero**. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (Org). Nepotismo, Parentesco e Mulheres. 2º ed. Curitiba Urbi, 2016. p.335-380.

BESSA, Reinaldo. **Chapa liderada por Cida Borghetti é reeleita por unanimidade na Sociedade Giuseppe Garibaldi**. Da Redação. Acontece. 06 Jul. 2022. Disponível em: <https://reinaldobessa.com.br/chapa-liderada-por-cida-borghetti-e-reeleita-por-unanimidade-na-sociedade-giuseppe-garibaldi/>. Acesso em: 02.01.2023.

BEZERRA, Corina A.; RIBEIRO, Carril. **A Sociologia da Prática: Pierre Bourdieu**. In: Teorias Sociológicas Modernas e Pós-Modernas: Uma introdução a temas, conceitos e abordagens. Curitiba: InterSaber, 2016.p.125-142.

BITTAR, Bernardo. **Disputa por gabinetes marca o início da nova legislatura no Congresso: Senadores e deputados começaram o mandato tentando garantir os melhores gabinetes. Mas o ímpeto dos novatos esbarrou em velhos hábitos de políticos. Política**. Correio Braziliense. 01 Fev. 2019. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/02/01/interna_politica,734608/disputa-por-gabinetes-marca-o-inicio-da-nova-legislatura-no-congresso.shtml. Acesso em: 20.09.2022.

BODART, Cristiano das Neves. **A Sociologia disposicionalista hoje: entrevista com Bernard Lahire**. Revista Latitude, v.15, n.2, 307-315, 29 dez. 2021.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras Lições sobre a Sociologia de P. Bourdieu**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A profissão do sociólogo**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática**. In: Ortiz, Renato. (Org). A Sociologia de Pierre Bourdieu. São Paulo: Olho d'água, 2003. p. 39-72.

BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. 3. Ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2006.

BOURDIEU, Pierre. In: **A Distinção: Crítica social do Julgamento**. 2 ed. rev. Porto Alegre, RS: Zouk, 2011. p.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: Sobre a Teoria da ação**. 11º edição, Campinas, São Paulo, Papirus Editora, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia Geral**. Vol. 1: Lutas de Classificação – Curso no Collège de France (1981-1982). Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A trajetória e o habitus**. In: Sociologia Geral. Vol. 2: Habitus e Campo – Curso no Collège de France (1982-1983). Petrópolis, RJ: Vozes, 2021. p.421-424.

BUONICORE, Augusto César. **Redação Pragmatismo. A história das mulheres brasileiras que foram à luta por seus direitos.** 08 mar. 2017. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/03/historia-mulheres-brasileiras-luta-direitos.html>. Acesso em: 10.07.2022.

BRAGA, Lisandro Rodrigues de Almeida. **A produção de mais valor e classes fundamentais.** In: Classe em Farrapos. Acumulação integral e expansão do lumpemproletariado. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013. Pp 25-33.

BRASIL. Lei 9.096, de 19 de Setembro de 1995. **Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.** Brasília, DF, 19 set. 1995. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11322858/artigo-44-da-lei-n-9096-de-19-de-setembro-de-1995>. Acesso em: 12.07.2022.

BRASIL. Deputada Federal (2022-2022: **Gleisi Helena Hoffmann**). Plenária – Sessão Deliberativa. Arquivo Sonoro. Brasília, 16.02.2022a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/64683/?trechosOrador=Gleisi%20Hoffmann>. Acesso em: 24.01.2023.

BRASIL. Deputada Federal (2022-2022: **Gleisi Helena Hoffmann**). Plenária – Sessão Deliberativa. Arquivo Sonoro. Brasília, 23.02.2022b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/64709/?trechosOrador=Gleisi%20Hoffmann>. Acesso em: 24.01.2023.

BRASIL. Deputada Federal (2022-2022: **Gleisi Helena Hoffmann**). Plenária – Sessão Deliberativa. Arquivo Sonoro. Brasília, 24.02.2022c. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/64711/?trechosOrador=Gleisi%20Hoffmann>. Acesso em: 24.01.2023.

BRASIL. Deputada Federal (2022-2022: **Gleisi Helena Hoffmann**). Plenária – Sessão Deliberativa. Arquivo Sonoro. Brasília, 09.03.2022d. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/64734/?trechosOrador=Gleisi%20Hoffmann>. Acesso em: 24.01.2023.

BRASIL. Deputada Federal (2022-2022: **Gleisi Helena Hoffmann**). Plenária – Sessão Deliberativa. Arquivo Sonoro. Brasília, 09.03.2022e. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/64759/?trechosOrador=Gleisi%20Hoffmann>. Acesso em: 24.01.2023.

BRASIL. Deputada Federal (2022-2022: **Gleisi Helena Hoffmann**). Plenária – Sessão Deliberativa. Arquivo Sonoro. Brasília, 20.04.2022f. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/64925/?trechosOrador=Gleisi%20Hoffmann>. Acesso em: 24.01.2023.

BRASIL. Deputada Federal (2022-2022: **Gleisi Helena Hoffmann**). Plenária – Sessão Deliberativa. Arquivo Sonoro. Brasília, 22.06.2022g. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/65858/?trechosOrador=Gleisi%20Hoffmann>. Acesso em: 24.01.2023.

BRASIL. Deputada Federal (2022-2022: **Gleisi Helena Hoffmann**). Plenária – Sessão Deliberativa. Arquivo Sonoro. Brasília, 05.07.2022h. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/66075/?trechosOrador=Gleisi%20Hoffmann>. Acesso em: 24.01.2023.

BRAZ CAMPOS. Advogados. **Diego Campos**. Sócio. Bio. 2022. Disponível em: <https://www.brazcampos.com.br/advogado/diego-campos/>. Acesso em: 20.08.2022.

BRAZIL, Katarina. **Análise dos estatutos partidários das bancadas femininas: reflexões na conversão de candidaturas em cadeiras**. In: Mulheres na Política Brasileira: Reflexões sobre gênero e Democracia Intrapartidária. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020. p.133-145.

CAESAR, Gabriela. **Só 1 a cada 10 candidaturas a prefeito é de mulher: Nenhum partido lança mais candidatas mulheres do que homens**. G1. 29.set.2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numericos/noticia/2020/09/29/so-1-a-cada-10-candidaturas-a-prefeito-e-de-mulher-nenhum-partido-lanca-mais-candidatas-mulheres-do-que-homens.ghtml>. Acesso em: 12/03/2022.

CALGARO, Fernanda. **Entenda o que é Centrão, bloco na Câmara do qual Bolsonaro tenta se aproximar**. Política. G1. 29 abr. 2020. Brasília. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/29/entenda-o-que-e-o-centrao-bloco-na-camara-do-qual-bolsonaro-tenta-se-aproximar.ghtml>. Acesso em: 08.10.2020.

CÂMARA FEDERAL. **Diagrama de Parentesco**. Disponível em: www2.camara.leg.br/a_camara/estrutura-adm/depes/secretariado-parlamentar/diagrama-de-parentesco. Acesso em: 26.02.2022

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Cida Borghetti**. 2022a. Biografia. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/160580/biografia>. Acesso em: 10.10.2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS. **Conheça o valor do salário de um deputado e demais verbas parlamentares**. Política e administração pública. 05. Out. 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/545051-conheca-o-valor-do-salario-de-um-deputado-e-demais-verbas-parlamentares/>. Acesso em: 01.10.2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Gleisi Helena Hoffmann**. Biografia. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/107283/biografia>. Acesso em: 30.09.2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS. **Lista de Gabinetes**. 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/lista-de-gabinetes>. Acesso em: 20.09.2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS. **Gleisi Hoffmann**. Secretária da mulher. 22 Ago. 2022. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/bancada-feminina/gleisi-hoffmann>. Acesso em: 14.02.2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS. **Gleisi Hoffmann toma posse como Ministra-chefe da casa civil**. Câmara Hoje. 08 Jun. 2011. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/216225-gleisi-hoffmann-toma-posse-como-ministra-chefe-da-casa-civil/>. Acesso em: 12.02.2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS. **Discursos e notas taquigráficas.** Discursos Proferidos em plenário. Cida Borghetti. 19 Nov. 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/ResultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=CIDA%20BORGHETTI&txPartido=&txUF=&dtInicio=01/01/2014&dtFim=31/12/2014&txSessao=&listaTipoFala=&listaFaseSessao=&listaTipoInterv=&txAparteante=&txTexto=&txSumario=&txIndexacao=&CampoOrdenacao=dtSessao&TipoOrdenacao=DESC&PageSize=50&BasePesq=plenario&btnPesqAvan=Pesquisar#>. Acesso em: 12.02.2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS. **Por dentro da Câmara: conheça o prédio e a nova composição da Casa.** Política e Administração Pública. 28 jan. 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/449224-por-dentro-da-camara-conheca-o-predio-e-a-nova-composicao-da-casa/>. Acesso em: 20.09.2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS. **Proposições de Aatoria do deputado.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/107283/biografia>. Acesso em: 10 ago. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS. **Proposições de Aatoria do deputado.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal?contextoBusca=BuscaProposicoes&pagina=1&order=data&abaEspecificas=true&filtros=%5B%7B%22autores.nome%22%3A%22Gleisi%20Hoffmann%22%7D%5D&q=%2a>. Acesso em: 10 ago. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Vereadores lamentam falecimento de Borghetti.** Notícias. 10 Nov. 2005. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/vereadores-lamentam-falecimento-de-borghetti>. Acesso em: 17.02.2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Vereadores da 18ª legislatura da Câmara Municipal de Curitiba.** Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/vereadores/vereadores-18a-legislatura>. Acesso em: 18.03.2022.

CANÊDO, Leticia Bicalho. **Caminhos da Memória: parentesco e poder.** Revista Textos de História, v.2, n.3, 1994, p.85-122.

CANÊDO, Leticia Bicalho. **Um capital político multiplicado no trabalho genealógico.** Revista Pós Ciência Social, v.8, n.15, jan./jun., 2011, p.55-74

CANÊDO, Leticia Bicalho. **As metáforas da família na transmissão do poder político: questões de método.** Cadernos CEDES [online]. 1997, v. 18, n. 42 [Acessado 29 Maio 2022], pp. 29-52. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-32621997000100004>>. Epub 05 Maio 1999. ISSN 1678-7110. <https://doi.org/10.1590/S0101-32621997000100004>.

CANÊDO, Leticia Bicalho. **Um capital político multiplicado no trabalho genealógico.** Revista Pós Ciências Sociais, v.8, n.15, p.55-75.

CANÊDO, Leticia Bicalho. **Aprendendo a votar.** In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). História da Cidadania. 3. Ed. São Paulo: ed. Contexto. 2012. p.517-543.

CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina de. (Org.). **Vocabulário Bourdieu**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CARUSO, Marina. MARIE CLAIRE. ENTREVISTA. **Gleisi Hoffmann: “Naquela noite, eu chorei. Chorei mesmo. Daí eu fui conversar com a presidenta**. 01 Ago. 2011. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Revista/Common/0,,EMI253327-17735,00-GLEISI+HOFFMANN+NAQUELA+NOITE+EU+CHOREI+CHOREI+MESMO+DAI+EU+FUI+CONVERSAR+C.html>. Acesso em: 20.08.2022.

CARNEIRO, Alan. FGV CPDOC. **Gleisi Helena Hoffmann**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gleisi-helena-hoffmann>. Acesso em: 20.08.2022.

CARTA CAPITAL. **PT reelege Gleisi Hoffmann como presidente do partido: Deputada paranaense foi escolhida para presidir partido pelos próximos quatro anos e defendeu unidade e fortalecimento da militância**. Política. 24 Nov. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/pt-reelege-gleisi-hoffmann-como-presidente-do-partido/>. Acesso em: 15.10.2022.

CARTA CAPITAL. **Rosa Weber atende PGR e arquiva investigação preliminar sobre Ricardo Barros: A decisão respeita o posicionamento da PGR, que disse não ver provas suficientes para subsidiar a abertura de um inquérito ou para denunciar o deputado**. Política. Estadão Conteúdo. 18 Jun. 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/rosa-weber-atende-pgr-e-arquiva-investigacao-preliminar-sobre-ricardo-barros/>. Acesso em: 14.10.2022.

CARTA CAPITAL. Política. **Projetos de deputados negros tramitam mais lentamente do que de colegas brancos**. 20 FEV 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/projetos-de-deputados-negros-tramitam-mais-lentamente-do-que-de-colega/>. Acesso em: 26.06.2022.

CARTA CAPITAL-POLÍTICA. **Além de Francischini, decisão da 2ª Turma do STF afeta três deputados estaduais do Paraná**. 07 JUN 2022a. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/alem-de-francischini-decisao-da-2a-turma-do-stf-afeta-tres-deputados-estaduais-do-parana/>. Acesso em: 26.06.2022.

CARTA CAPITAL-POLÍTICA. Política. **Maioria dos deputados da Frente Parlamentar Evangélica apoia pautas ambientais**. 26 ABR 2022b. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/maioria-dos-deputados-da-frente-parlamentar-evangelica-apoia-pautas-ambientais/>. Acesso em: 26.06.2022.

CATRACA LIVRE. **Eleições 2018: Veja lista dos deputados federais eleitos no país: 513 representantes de 30 partidos diferentes vão compor a Câmara dos Deputados**. 08 OUT. 2018. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/eleicoes-2018-veja-lista-dos-deputados-federais-eleitos-no-pais/>. Acesso em: 26.06.2022.

CASTRO, Lucia Rabello de. **Juventude e Socialização Política: Atualizando o debate**. Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v.25, n.4, p.479-487, Out-Dez 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ptp/a/nLMbYqkTGwGdc9JRMbs7BfH/?lang=pt#>. Acesso em: 15.01.2023.

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/>. Acesso em: 01.07.2022.

CIDA BORGHETTI. Governo do Paraná. Cida Borghetti governadora do estado do Paraná. Blog. S/d. Disponível em: <https://www.cidaborghetti.com.br/home>. Acesso em: 01.02.2023.

COCAMAR. Governadora Cida Borghetti visita a COCAMAR. 20 Abr. 2018. Disponível em: https://cocamar.com.br/noticia/Governadora_Cida_Borghetti_visita_a_Cocamar/4607. Acesso em: 05.10.2022.

COUTO, Claudio Gonçalves. Do governo-movimento ao pacto militar-fisiológico. In: In: AVRITZER, L; KERCHE, F; MARONA, M. (org.). Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política. 1ºed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p.35-49.

CONGRESSO EM FOCO. Agência Nacional. **Veja quem são os 25 políticos que já tiveram processos arquivados na Lava Jato.** 20 Jun. 2018. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/veja-quem-sao-os-25-politicos-que-ja-tiveram-processos-arquivados-na-lava-jato/>. Acesso em: 10.10.2022.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU). Combate e prevenção: Site da CGU lança seção sobre nepotismo. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2016/04/site-da-cgu-lanca-nova-secao-sobre-nepotismo>. Acesso em: 24.06.2022.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1998. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicao1988>. Acesso em: 24.06.2022.

CONRADI, Carla Cristina Nacke. A Ditadura Civil-Militar no Paraná: Memórias de mulheres militantes. In: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; SOUZA, Jhonatan Uewerton. (Org.). Paraná Insurgente: História e Lutas Sociais – Século XVII ao XXI. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018. p. 273-288.

CUNHA, Luiz Cláudio; HOLLANDA, Eduardo. BRASIL. Revista IstoÉ. A turma do Q.I. 20.abril.2005. Disponível em: https://istoe.com.br/4872_A+TURMA+DO+QI+QUEM+INDICA/. Acesso em: 24.06.2022.

CRM-PR. Nota de falecimento: Thelma Villanova Kasprowicz. Últimas notícias. 14 Nov. 2012. Disponível em: <https://www.crmpr.org.br/Nota-de-falecimento-Thelma-Villanova-Kasprowicz-11-6171.shtml#:~:text=A%20m%C3%A9dica%20pediatra%20era%20casada,falecida%20em%20abril%20de%202011>. Acesso em: 10.09.2022.

DIAP. Agência DIAP. DIAP: conheça os “cabeças” do Congresso Nacional 2021. 30 ago. 2021. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/90672-diap-cabecas-do-congresso-nacional-2021>. Acesso em: 27.08.2021.

DIAS, Joaquim. **Sobrenomes Alemães por ordem alfabética**. História, Genealogia, Opinião, Onomática e Curiosidades. Disponível em: <https://professorjoaquimdias.blogspot.com/p/sobrenomes-alemaes-por-ordem-alfabetica.html>. Acesso em: 01.10.2022.

DICIONÁRIO DE NOMES PRÓPRIOS. **Significado dos nomes. Hoffmann**. Disponível em: <https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/sobrenomes-alemaes-origens-e-significados/>. Acesso em: 01.10.2022.

DÓRIA, Francisco Antonio. (org.). **Os herdeiros do poder**. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

D’Ponta. **Morre Ivana Maria Borghetti Gumon, irmã da ex-governadora Cida Borghetti**. 14 Mai.2020. Disponível em: <https://dpontanews.com.br/geral/morre-ivana-maria-borghetti-gumon-irma-da-ex-governadora-cida-borghetti/>. Acesso em: 14.02.2023.

EDUARDO, Maria Cecília. **Mulheres em campanha: uma análise da distribuição de recursos financeiros nos estados brasileiros e o desempenho eleitoral das mulheres nas eleições de 2014**. Revista Guaju, Matinhos, v.4, n.2, jul./dez, 2018. p. 187-208.

EDUARDO, Maria Cecília. **Mulheres em campanha: recursos financeiros e desempenho eleitoral das mulheres nas eleições de 2014**. In: MIGUEL, Luis Felipe. (Org.). Mulheres e representação política: 25 anos de estudos sobre cotas eleitorais no Brasil. Porto Alegre: Zouk, 2021. p. 291-308.

ÉPOCA. Gleisi Hoffmann: **Ex-ministra e senadora, Gleisi Hoffmann foi indiciada na Lava Jato**. TUDO SOBRE. Redação Época. 15 Mar. 2017. Disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com/tudo-sobre/noticia/2016/07/gleisi-hoffmann.html>. Acesso em: 15.09.2022.

FABRIS, Ligia. **Desigualdade de gênero na lei: recursos de campanha para mulheres na Minirreforma Eleitoral de 2015 e o julgamento da ADI 5671 no STF**. MIGUEL, Luis Felipe. (Org.). Mulheres e representação política: 25 anos de estudos sobre cotas eleitorais no Brasil. Porto Alegre: Zouk, 2021. p.199-228.

FAMILYSEARCH. **Mathias Hoffmann Filho**. 2022. Disponível em: <https://ancestors.familysearch.org/en/L8BR-4VZ/mathias-hoffmann-filho-1884-1947>. Acesso em 20.08.2022.

FGVCPDOC. Verbete. **Ricardo José Magalhães Barros**. Biográfico. 2022. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ricardo-jose-magalhaes-barros>. Acesso em: 28.08.2022.

FRANCA, Isabela. **BPW Curitiba e ADVB-PR debatem o empoderamento das mulheres no Estrela ADVB**. Negócios. 27.Out.2017. Disponível em: <https://paranashop.com.br/2017/10/bpw-curitiba-e-advb-pr-debatem-o-empoderamento-das-mulheres-no-estrela-advb/>. Acesso em: 02.02.2023.

FREITAS, Rosiane Correia de. **Legislativo: Partidos investem em homens, brancos e candidatos à reeleição: Apesar de garantia de 30% dos recursos, a distribuição dos valores nem sempre beneficia todas as mulheres**. Plural Curitiba, Políticos do Paraná.

5 Set. 2022. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/noticias/poder/politicos-parana/legislativo-partidos-investem-em-homens-brancos-e-candidatos-a-reeleicao/>. Acesso em: 10.09.2022.

FREITAS, Rosiane Correia de. **Maria Victoria Borghetti Barros: Maria Victoria Borghetti Barros é candidato(a) a deputado estadual no Paraná pelo PP nas eleições de 2022.** Plural Curitiba. 19 Ago. 2022. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/noticias/poder/politicos-parana/maria-victoria-borghetti-barros/>. Acesso em: 10.09.2022a.

FENDRICH, Henrique. São Bento no Passado. Um espaço para abordar aspectos históricos de São Bento so Sul/SC. **Os Hoffmann da Gleisi são de São Bento.** 05 Mai. 2017. Disponível em: <https://saobentonopassado.wordpress.com/2017/05/05/os-hoffmann-da-gleisi-sao-de-sao-bento/>. Acesso em: 20.08.2022.

FENDRICH, Henrique. São Bento no Passado. Um espaço para abordar aspectos históricos de São Bento so Sul/SC. **De São Bento para Itaiópolis.** 27. Abr. 2017 a. Disponível em: <https://saobentonopassado.wordpress.com/2017/04/27/de-sao-bento-para-itaiopolis/>. Acesso em: 20.08.2022.

FREYRE, Gilberto. (2013). **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 52. ed. São Paulo: Global.

FOSSATI, Mattia. **Candidatos ao Congresso participaram de ato com pautas antidemocráticas em Curitiba: Nenhum dos deputados e dos candidatos rechaçou radicalismo de manifestantes.** Plural Curitiba. Curitiba, 09 set. 2022. Poder. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/noticias/poder/candidatos-ao-congresso-participaram-de-ato-com-pautas-antidemocraticas-em-curitiba/>. Acesso em: 10.09.2022.

FUNDAÇÃO MILTON CAMPOS. **Diretoria.** Disponível em: <https://www.miltoncampos.org.br/paginas/diretoria>. Acesso em: 14.10.2022.

GALINDO, Rogerio. **TRE cassa chapa inteira do PSL por fraude à cota de candidatas.** Plural Curitiba 4 jul. 2022. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/colunas/caixa-zero/tre-cassa-chapa-inteira-do-psl-por-fraude-a-cota-de-candidatas/>. Acesso em: 08.07.2022.

GALINDO, Rogerio. **Chapa do Partido da Mulher Brasileira é indeferida por falta de candidaturas femininas: Partido apresentou chapa que não respeita cota de 30% para mulheres.** Plural Curitiba. 9 Set. 2022b. Caixa Zero. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/colunas/caixa-zero/chapa-do-partido-da-mulher-brasileira-e-indeferida-por-falta-de-candidaturas-femininas/>. Acesso em: 10.09.2022.

GARCIA, Euclides Lucas. **Cida aprendeu a cozinhar com a nona; conheça o hobby da candidata do PP.** Gazeta do Povo, Curitiba, 24. set. 2018. Política, Paraná, Tempo Livre, Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/eleicoes-2018/cida-aprendeu-a-cozinhar-com-a-nonna-conheca-o-hobby-da-candidata-do-pp-dm173mdw6qcexs1fbsl22b350/>. Acesso em: 08/05/2022.

GARCIA, Euclides Lucas. **Conheça o hobby de Cida Borghetti.** Gazeta do Povo, Curitiba, 24 de setembro de 2018, Política, Paraná, Tempo Livre. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/eleicoes-2018/cida-aprendeu-a->

cozinhar-com-a-nonna-conheca-o-hobby-da-candidata-do-pp-dm173mdw6qcexs1fbsl22b350/. Acesso em: 08.05.2022.

GAZETA DO POVO. **Eleições 2018**: Resultados. 07 out. 2018. Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/candidatos-eleitos-no-pr/>. Acesso em: 12.07.2022.

GAZETA DE ITAIÓPOLIS. CLICK RIOMAFRA. **Pai da nova ministra da Casa civil mora em Itaiópolis**. 11 jun. 2011. Disponível em: <https://www.clickriomafra.com.br/portal/noticias/itaiopolis/pai-da-nova-ministra-da-casa-civil-mora-em-itaiopolis>. Acesso em: 20.08.2022.

GIACOMETTI, Simone. **Cida Borghetti, confirma curitibano para diretoria-geral da hidrelétrica de Itaipu**. Curitiba, 2022. Disponível em: <https://cbncuritiba.com.br/materias/cida-borghetti-confirma-curitibano-para-diretoria-geral-da-hidreletica-de-itaipu/>. Acesso em: 12.10.2022.

GENEALOGIA DAS FAMÍLIAS. **Fuganti e Fontana**. Descendentes de Domenico Fontana. Jun. 2022. Disponível em: <http://www.genealogia.fuganti.net.br/index.html>. Acesso em: 01.10.2022.

GÊNERO E NÚMERO. ASSIS, Carolina de; FERRARI, Marília; LEÃO, Natalia. **Câmara dos Deputados terá menos homens brancos e mais mulheres brancas, negras e 1ª indígena em 2019**. 8 out. 2018. Disponível em: <https://www.generonumero.media/camara-dos-deputados-tera-mais-mulheres-brancas-negras-e-indigena-e-menos-homens-brancos-em-2019/>. Acesso em: 12.07.2022.

GOES, Bruno, CRAVO, Alice. **Sem ministério, Gleisi influi até em áreas fora da órbita do PT**. O GLOBO. Brasília, 29.01.2023. Caderno de Política. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/01/sem-ministerio-gleisi-hoffmann-influi-ate-em-areas-fora-da-orbita-do-pt.ghtml>. Acesso em: 02.02.2023.

GODINHO, Tatau. **O PT e o feminismo**. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau. (ORG.). Mulher e política: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 1998. p.15-32.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **Apresentação**. In: A Dança das Cadeiras: Análise do Jogo Político na Assembleia Legislativa do Paraná (1889-1930). Jundiaí, Paco Editorial: 2014a. p.15-16.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **Introdução Geral**. In: A Dança das Cadeiras: Análise do Jogo Político na Assembleia Legislativa do Paraná (1889-1930). Jundiaí, Paco Editorial: 2014b. p.17-23.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **Classe dominante e assembleia legislativa paranaense como objeto de estudo**. In: A Dança das Cadeiras: Análise do Jogo Político na Assembleia Legislativa do Paraná (1889-1930). Jundiaí, Paco Editorial: 2014c. p.27-84.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **As Mulheres na ALEP: uma abordagem prosopográfica**. In: OLIVEIRA, R. C. de (org.). Nepotismo, Parentesco e Mulheres. Porto Alegre, RM Editora. 2016a. pp. 233-332.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **Assembleia Legislativa do Paraná: perfil parlamentar e relações de parentesco (1935-1962)**. 2016b. 213f. Projeto de Pesquisa relativo ao Estágio Pós-Doutorado em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **Família Slavieiro: uma história de grandes conquistas**. In: Revista NEP, Curitiba, PR, v.2, n.2, 2016c. p.720-734.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **Assembleia Legislativa do Paraná: A força das linhagens políticas e das relações de parentesco**. Revista NEP, Curitiba, PR, v.3, n.3, 2017, p. 175-194.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **O debate teórico e conceitual do coronelismo**. In: Coronelismo e poder local no Paraná (1880-1930). Curitiba: Ed. Da Autora, 2018. p.16-66.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **Família e Política: repensando relações**. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa. (ORG.). Família importa e explica: instituições políticas e parentesco no Brasil. São Paulo: LiberArs, 2018. p.65-94.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **Dr. Octávio Alencar de Lima: de primeiro engenheiro negro da universidade do Paraná a primeiro prefeito negro eleito no Brasil**. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (Org.); GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **Família, Política e Etnicidade**. São Paulo, SP: Ars, 2020. p.73-118.

GRANATO, Natália Cristina. **O campo político paranaense no contexto do Golpe de 1964 e suas lutas políticas**. 2016. 277f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Setor Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em sociologia, Curitiba, 2016.

GRENFELL, Michael. Biografia, teoria e prática. In: **Pierre Bourdieu: Conceitos fundamentais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018a. p. 23-64.

GRENFELL, Michael. **Teoria do campo – Para além da subjetividade e da objetividade**. In: Pierre Bourdieu: Conceitos fundamentais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018b. p. 65-114.

GMC Online. **Silvio Barros**. Zona Livre. 05 jul. 2020. Disponível em: <https://gmconline.com.br/noticias/silvio-barros/>. Acesso em: 02.10.2022.

HALL, Stuart. **A identidade em questão**. In: HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Lamparina, 2020. p. 09-16.

HALL, Stuart. **Nascimento e morte do sujeito moderno**. In: HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Lamparina, 2020. p. 17-28.

HAYGERT, Aroldo Murá G. **Vozes do Paraná: Retratos de paranaenses**. Gleisi Helena Hoffmann. Curitiba: Esplendor, Convivium, 2009.

HERRERA, Hernán Gutiérrez; MONTEIRO, Cláudia Guerra. **Ecosistemas comunicacionais: a convergência entre a mídia tradicional, a internet e a sociedade**. RELEM – Revista Eletrônica Mutações, janeiro – julho, 2018, p. 02.

HOFFMANN, Gleisi Helena. **Portal pessoal de Gleisi Hoffmann**. Disponível em: <http://gleisi.com.br>. Acesso em: 20.08.2022.

HOFFMANN, Gleisi. Nossa luta é humana e igualitária. In: FRATINI, Juliana. (Org.). **Princesas de Maquiavel: Por mais mulheres na política**. 1ªed. São Paulo: Matrix, 2021. p.137-140.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONOMICAS – IBASE. **8 Mulheres para o 8M**. 8 mar.2022. Disponível em: <https://ibase.br/2022/03/08/8-mulheres-para-o-8m/noticias/>. Acesso em: 10.07.2022.

ISTO É. GERAL. DA REDAÇÃO. PR: **Tio de Gleisi Hoffmann morre atropelado; motorista fugiu do local. 28 out.2020**. Disponível em: <https://istoe.com.br/pr-tio-de-gleisi-hoffmann-morre-atropelado-motorista-fugiu-do-local/>. Acesso em: 20.08.2022.

JOURDAIN, Anne. NAULIN, Sidonie. **A teoria de Pierre Bourdieu e seus usos sociológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

JUSTIÇA ELEITORAL. **Participa mulher**. Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/participa-mulher>. Acesso em: 02.03.22.

JUSBRIL. IDDE – **Instituto para o Desenvolvimento Democrático**. 2022. Disponível em: <https://idde.jusbrasil.com.br/>. Acesso em: 20.08.2022.

KARAWEJCZYK, Mônica. In: KARAWEJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar: uma história da conquista do sufrágio feminino no Brasil**. Porto Alegre, ediPUCRS, 2020. p.

KAYSER, William. **Homenagem a Thelma Villanova Kasprowicz**. Obituário. Vida e Cidadania. Gazeta do Povo. 23.Nov.2012. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/homenagem-a-thelma-villanova-kasprowicz-2sr7pz3yzg03oe81zd2p84yfi/>. Acesso em: 10.09.2022.

KICH, Júlia Samily. **Quem é quem no Brasil? Existe mais de uma?** POLITIZE. Eleições e Partidos. 29 Set.2022. Disponível em: <https://www.politize.com.br/esquerda-no-brasil/>. Acesso em: 10.10.2022.

KLEINA, Nilton Cesar Monastier; PRUDENCIO, Kelly. **Aplicativos para dispositivos móveis como estratégia eleitoral: Da expectativa à experimentação**. In: CERVI, Emerson Urizzi; MASSUCHIN, Michele Goulart; CARVALHO, Fernanda Cavassana de. (Org.). **Internet e eleições no Brasil**. Curitiba: CPOP (grupo de pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública), 2016, 430p. 1ªed. E-book versão PDF. p.223-248.

LAHIRE, Bernard. **Homem Plural. Os determinantes da ação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LAHIRE, Bernard. **A fabricação social dos indivíduos: quadros, modalidades, tempos e efeitos de socialização**. Educação e Pesquisa, v. 41, n. spe, p. 1393-1404, 2015

LAHIRE, Bernard. **Para uma sociologia em estado vivo**. In: VISSER, Ricardo; JUNQUERIRA, Lília. (Org.). **Dossiê Bernard Lahire**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. p.13-30.

LAHIRE, Bernard. **Patrimônios de disposições: Para uma sociologia em escala individual**. In: VISSER, Ricardo; JUNQUERIRA, Lília. (Org.). **Dossiê Bernard Lahire**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017b. p.31-76.

LEMOS, Iara; LIMA, Sandro. **Deputados eleitos e reeleitos travam disputa por gabinetes na Câmara. Política**. G1. 15 Nov. 2010. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2010/11/deputados-eleitos-e-reeleitos-travam-disputa-por-gabinetes-na-camara.html>. Acesso em: 20.09.2020.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens**. 3ª reimpressão, São Paulo, Cultrix, 2021.

LERNER, Gerda. **A criação da consciência feminista: A luta de 1.200 anos das mulheres para libertar suas mentes do pensamento patriarcal**. São Paulo: Editora Cultrix, 2022.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade; COSTA, Ana Paula Guedes do Nascimento. **Participação feminina nos espaços de poder: atuação parlamentar e condição de gênero – O caso da Assembleia Legislativa da Paraíba**. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (Org.). **Neopotismo, Parentesco e Mulheres**. 2ª ed. Curitiba Urbi, 2016. 598p.

LOZEIKO, Elvis. A GAZETA. **Curiosidade. Presidente Nacional do PT, Gleisi Hoffmann tem avô são-bentense**. 11. Dez. 2019. Disponível em: <http://www.gazetasbs.com.br/site/noticias/presidente-nacional-do-pt-gleisi-hoffmann-tem-avo-sao-bentense-6816>. Acesso em: 21.08.2022.

MACIEL, Ana Paula Brito; ALARCON, Anderson de Oliveira; GIMENES, Éder Rodrigo. **Partidos políticos e espectro ideológico: parlamentares, especialistas, esquerda e direita no Brasil**. Revista Eletrônica de Ciência Política, v. 8, n.3, 2017. p.72-88.

MACHADO, Vanderlei Hermes, MARCELINO, Marcelo Gonçalves, CAPRARO, Milene Zerek. **O papel da formação do patronato político na construção do estado brasileiro e do Paraná**. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (org.). **Estado, classe dominante e Parentesco no Paraná**. Blumenau: Nova Letra, 2015. p.79-108.

MARASSI, André. **Cida preside sessão especial em homenagem ao Dia da Mulher**. Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP-PR). 06.mar.2008. Disponível em: <http://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/cida-preside-sessao-especial-em-homenagem-ao-dia-da-mulher>. Acesso em: 02.01.2023.

MARCELINO, Daniel. **Sobre dinheiro e eleições: um estudo dos gastos de campanha para o Congresso Nacional em 2002 e 2006**. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2010. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6669/1/2010_DanielMarcelinodaSilva.pdf
Data de acesso: 19.09.2022.

MARQUES, A. H. de Oliveira. **História genealógica do homem comum: micro-história ou macro-história.** Revista da Faculdade de Letras História. Porto, III Série. Vol. 4, 2003. p.173-186.

MARENCO, André; SERNA, Miguel. **Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai.** Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]. 2007, v. 22, n. 64 [Acessado 6 Agosto 2022], pp. 93-113. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69092007000200008>>. Epub 18 Jan 2008. ISSN 1806-9053. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092007000200008>.

MARINGÁ.COM. **Perfil de Maringá: Governo de Maringá.** Silvio Magalhães Barros II. Disponível em: <https://maringa.maringa.com/barros2>. Acesso em: 19.07.2022.

MARINGA HISTÓRICA. **Bárbara Cecily Netto – Anos 1050.** Disponível em: <https://www.maringahistorica.com.br/publicacoes/3168/barbara-cecily-netto-anos-1950>. Acesso em: 02.10.2022.

MARINGA HISTÓRICA. **Pioneiro: Luty Vicente Kasprowicz.** Revista Maringá Ilustrada – Maio de 1972. Disponível em: <https://www.maringahistorica.com.br/pioneiros/23/luty-vicente-kasprowicz>. Acesso em: 10.09.2022.

MARINGA HISTÓRICA. **O primeiro prefeito de Maringá. 1952.** Disponível em: <https://www.maringahistorica.com.br/publicacoes/3697/o-primeiro-prefeito-de-maringa>. Acesso em 10.09.2022.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O Voto Feminino no Brasil.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edição Câmara, 2018.

MARTINEZ, Flavia Wegrzyn; CAMPOS, Jeferson de. **A sociologia de Pierre Bourdieu.** Revista Eletrônica da FEATI, n°11, Jul., 2015.

MARTINS, Carlos Benedito. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, n.26, ano 9, p.179-181, out. 1994. Resenha de BOURDIEU, P, WACQUANT, L. **Réponses: pour une anthropologie réflexive.** Paris: Editions du Seuil, 1992.

MARTINS, Rafael Moro. **O Céu é o limite: Os movimentos do camaleônico ministro da Saúde, Ricardo Barros, para fazer de sua família a nova oligarquia do Paraná.** Questões de Política. 17 jul. 2017. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/o-ceu-e-o-limite/>. Acesso em: 13.10.2022.

MAIA, Lucas. **Últimas palavras: Teses para uma Teoria das Classes Sociais.** In As classes sociais em O capital. Goiânia: Edições Redelp, 2020. Pp.61-66.

MAYER, Rodrigo. **Os partidos como organizações: um estudo comparado do PSDB & PT.** 2011. 86f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná, Setor Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Curitiba, 2011.

MELO, Carlos Ranulfo. A Câmara dos Deputados pós-2018: o que mudou? In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. (Org.). **Governo**

Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política. 1ºed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p.95-109.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; SOUZA, Jhonatan Uewerton. (Org.). **Apresentação.** In: Paraná Insurgente: História e Lutas Sociais – Século XVII ao XXI. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018. p. 09-18.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Caso Lava Jato.** S/D. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso>. Acesso em: 08.03.2023.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Ordem de Rio Branco.** 06 Nov. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cerimonial/ordem-de-rio-branco>. Acesso em: 10.10.2022.

MIGUEL, Luis Felipe. **Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.44, 2000. p.91-102

MIGUEL, Luis Felipe. **Gênero e Representação Política.** In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Feminismo e Política: Uma Introdução. 1º. Ed. São Paulo: editora Boitempo, 2014. p.93-107.

MIGUEL, Luis Felipe; MARQUES, Danusa; Machado, Carlos. **Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados.** Dados-Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.58, n.3, 2015. p.721-747

MIGUEL, Luis Felipe. **Introdução: Gênero e igualdade política em uma democracia declinante.** In: MIGUEL, Luis Felipe. (Org.). Mulheres e representação política: 25 anos de estudos sobre cotas eleitorais no Brasil. Porto Alegre: Zouk, 2021. p. 09-20.

MONNERAT, Alessandra, PRATA, Pedro, LIMA, Samuel, PINHEIRO, Victor. Blogs Estadão Verifica. **Ricardo Barros omite informações ao falar à CPI sobre suspeitas de irregularidades à Saúde.** 12 Ago. 2021. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/ricardo-barros-cpi-covid-checagem/>. Acesso em: 27.08.2022.

MONTEIRO, José Marciano. **10 Lições sobre Bourdieu.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2018.

MONTEIRO, José Marciano. **O poder das famílias e as famílias do poder.** In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (Org.). Família importa e explica: Instituições políticas e parentesco no Brasil. São Paulo: LiberArs, 2018.p.219-241.

MUSSE, Ricardo. Governo Bolsonaro: a calamidade triunfal. In: AVRITZER, L; KERCHE, F; MARONA, M. (org.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política.** 1ºed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p.51-64.

NETTO, Bueno. **Odwaldo Bueno Netto-1925.** Maringá Histórica. s/d. Disponível em: <https://www.maringahistorica.com.br/index.php/2020/01/odwaldo-bueno-netto-1925.html>. Acesso em: 02.10.2022.

NUNES, Juliana. **Barbaramente Versátil**. Entre contos e Contatos. Ago. 2015. Disponível em: <http://entrecontosecontatos.blogspot.com/2015/08/barbaramente-versatil.html>. Acesso em: 02.10.2022.

OAB-BAHIA. Consultor Jurídico. **Câmara aprova PEC que aumenta número de vereadores**. 23 set.2009. Disponível em: <http://www.oab-ba.org.br/noticia/camara-aprova-pec-que-aumenta-numero-de-vereadores>. Acesso em: 27.08.2022.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio das genealogias: classe dominante e Estado do Paraná (1853-1930)**. p.495. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas – São Paulo. 2000.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (Org.); SALLES, Jefferson de Oliveira; KUNHAVALIK, José Pedro. **A construção do Paraná Moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: SETI, 2004.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Famílias, poder e riqueza: Redes Políticas no Paraná em 2007**. Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº18, jun./dez. 2007, p.150-169

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Redes de nepotismo como processo de produção e reprodução de desigualdades**. 33º Encontro Anual da ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2009.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **“A nobreza da Terra” nas Vilas de Paranaguá, Curitiba e São Francisco do Sul**. Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime | Lisboa 18 a 21 de Maio de 2011.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **A “Nobreza da Terra” nas vilas de Paranaguá, Curitiba e São Francisco do Sul**. Revista da Academia Paranaense de Letras, Curitiba, v.43, 2011. p.101-115.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Introdução**. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (Org.). Na teia do nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil. Curitiba: editora insight, 2012, p.11-21.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **A estrutura social como estrutura genealógica. Famílias, linhagens e clãs inseridos em classes sociais perante processos de longa duração**. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (Org.). Na teia do nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil. Curitiba: editora insight, 2012 a, p.51-69.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (org.). **Estado, classe dominante e Parentesco no Paraná**. Blumenau: Nova Letra, 2015a. 386 p.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Famílias políticas, desigualdades e estratificação no Brasil Contemporâneo**. XVII Congresso Brasileiro de Sociologia. Porto Alegre, 2015b. p.01-21.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Nepotismo Estrutural do Paraná em 2015**. In: Estado, classe dominante e parentesco no Paraná. Blumenau: Nova Letra, 2015c. p.375-386.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Sem mulheres não há nepotismo. “Cherchez la femme” e principalmente “Cherchez la famille”. Mulheres, família e genealogias emergentes!** In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (Org). **Nepotismo, Parentesco e Mulheres**. 2º ed. Curitiba Urbi, 2016. 13-33.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de; GOULART, Mônica Helena Harrich Silva; VANALI, Ana Christina; MONTEIRO, José Marciano. **Família, parentesco, instituições e poder no Brasil: retomada e atualizações de uma agenda de pesquisa**. Revista Brasileira de Sociologia, [s. l.]; v.05, ed. 11, 20 out. 2017a. p.165-198

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Famílias Políticas e Desempenho Eleitoral nas eleições de 2014**. Revista Nep, Curitiba, v.2, 2017b. p.1-4.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de; MONTEIRO, J.M; GOULART, M.H.S; VANALI, A.C. **Prosopografia familiar da operação Lava Jato e do ministério Temer**. Revista NEP – Núcleo de Estudos Paranaense da UFPR, v.3, 2017c. p. 1-28.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Cherchez La Famille! Procure a família!** In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (Org). **Família importa e explica: instituições políticas e parentesco no Brasil**. São Paulo: Liberars, 2018. p.143-161.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Como definir família?** In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (Org). **Família importa e explica: Instituições políticas e parentesco no Brasil**. 1ª ed. São Pulo, SP: LiberArs, 2018 a. p.27-47.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de; GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **Jânio Quadros: genealogia e conexões paranaenses**. Revista NEP, Núcleo de Estudos Paranaenses, Curitiba, v.4, n.2, dez. 2018. p.299-339.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. GOULART, Mônica Helena da Silva; MONTEIRO, José Marciano. **Genealogia e prosopografia familiar dos candidatos presidenciais e do ministério Bolsonaro: As entranhas sociais e políticas do Brasil**. 19º Congresso Brasileiro de Sociologia. 2019. p.01-19.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Genealogia e Prosopografia do Livramento. Os dois Joaquins. Uma Sociologia autobiográfica das origens de Machado de Assis**. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de; GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. (Org). **Família, Política e Etnicidade**. São Paulo: SP: Liber Arts, 2020. p.13-70.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de; GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **A “nobreza armada”. Militares na ditadura militar e no governo Bolsonaro. Capitais sociais educacionais, culturais, familiares e políticos**. Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses, Curitiba, v. 7, n. 1, jun. 2021, p.89-114.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Gleisi Helena Hoffmann**. Curitiba, 07 setembro 2021. Facebook. Disponível em: [https://www.facebook.com/Ricardo Costa de Oliveira](https://www.facebook.com/Ricardo%20Costa%20de%20Oliveira). Acesso em: 29.09.2022.

ONU MULHERES. Mapa de “Mulheres na Política” reflete progresso lento em igualdade de gênero. 2023. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/category/direitosdasmulheres/page/11/>. Acesso em: 08.03.2023.

ORTIZ, Renato. (Org). **A procura de uma sociologia da prática**. In: A Sociologia de Pierre Bourdieu. São Paulo: Olho d'água, 2003. p. 07-36.

PANEBIANCO, Angelo. **A institucionalização**. In: Modelos de partido: Organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005a. p.91-126.

PANEBIANCO, Angelo. **Os partidos de oposição (I)**. In: Modelos de partido: Organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005b. p.127-161.

PANEBIANCO, Angelo. **Os partidos de oposição (II)**. In: Modelos de partido: Organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005c. p.127-161.

PANEBIANCO, Angelo. **Os partidos governistas**. In: Modelos de partido: Organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005d. p.213-270.

PARANÁ RPC. G1. **Veja quem são os 54 deputados estaduais eleitos no Paraná**. 07.outubro.2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/eleicoes/2018/noticia/2018/10/07/veja-quem-sao-os-54-deputados-estaduais-eleitos-no-parana.ghtml>. Acesso em: 24.06.2022.

PARAOL, Guilherme. **Uma revisão sobre o conceito de ecossistema e suas perspectivas**. VIA. 13 jul. 2019. Disponível em: <https://via.ufsc.br/uma-revisao-sobre-o-conceito-de-ecossistema-e-suas-perspectivas/>. Acesso em: 24.09.2022.

PARTIDO DO TRABALHADORES (PT). **Estatuto**. Alterações ao Estatuto do PT aprovadas de acordo com as normas estatutárias e legais, registradas na Ata da reunião do 6º Congresso Nacional do PT de 1,2 e 3 de junho de 2017. Dispõe das normativas da organização partidária do Partido dos Trabalhadores. São Paulo, Julho de 2017. Disponível em: [file:///D:/Downloads/estatuto-pt-2012-versao-final-alterada-junho-2017%20\(1\).pdf](file:///D:/Downloads/estatuto-pt-2012-versao-final-alterada-junho-2017%20(1).pdf). Acesso em: 26.09.2022.

PARTIDO DO TRABALHADORES. **Gleisi Hoffmann: Presidenta Nacional do PT**. Disponível em: <https://pt.org.br/gleisi-hoffmann/>. Acesso em: 10/09/2022.

PARTIDO PROGRESSISTA (PP). **Estatuto**. Estatuto do progressista. 2021. Dispõe das normativas da organização partidária do Partido Progressista. Disponível em: <https://progressistas.org.br/estatuto/>. Acesso em: 25.09.2022.

PEREIRA, Fernando Marcelino. **Breve Genealogia Da Família Cunha Pereira**. REVISTA NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses), Curitiba, v.2, n.2, 2016a, p. 72-80.

PEREIRA, Fernando Marcelino. **Famílias políticas tradicionais dominam as eleições à prefeitura de Curitiba em 2016**. REVISTA NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses), Curitiba, v.2, n.4, 2016b, p. 35-50, setembro 2016b.

PEREIRA, Fernando Marcelino. **Casamento como estratégia de ampliação de poder: um breve estudo genealógico da Família Khury**. In: Oliveira, R. C. de (org.). Nepotismo, Parentesco e Mulheres. 2ª edição. Curitiba: urbi et orbi. 2016 c. p.381-420.

PEREIRA, Fernando Marcelino. **Maria Victoria (PP), herdeira das velhas oligarquias**. Brasil de Fato – Uma visão popular do Brasil e do Mundo. Curitiba, 26 set. 2016. Eleições 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/09/26/maria-victoria-pp-herdeira-das-velhas-oligarquias/>. Acesso em: 09.09.2022.

PEREIRA, Luciane de Fatima. **Vereadoras 1947 – 2020**. In: Legislaturas Municipais de 1947 a 2020. 1 ed. Curitiba: Câmara Municipal de Curitiba, 2020, p.97-102.

PERROT, Michelle. As mulheres, o poder, a história. In: **Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros**. 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

PIRES, Breno. **Líder do governo, Ricardo Barros defende nepotismo no setor público**. Política. UOL. 23.fev. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2021/02/23/lider-do-governo-defende-nepotismo-no-setor-publico.htm>. Acesso em: 24.01.2023.

PODER 360. **Resultados da apuração em todo o Brasil**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes2022/apuracao/?cargo=0006&turno=546&uf=PR&mun=0&zona=0&pag=1&partido=null>. Acesso em: 04.10.2022.

PODLASEK, Luciana. **José Loureiro de Ascensão Fernandes: das origens na imigração portuguesa à integração na elite curitibana**. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (Org.); GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. Família, Política e Etnicidade. São Paulo, SP: Ars, 2020. p.287-315.

POULANTZAS, Nicos. **Sobre o conceito de poder**. In: Poder político e classes sociais. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2019. p. 101-122.

PRAZERES, Flávia. **Comunicação**. Assembleia Legislativa do Paraná. 2005. Disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/pesquisa?termo=cida%20borghetti&page=38>. Acesso em: 10.10.2022.

PREFEITURA DE CURITIBA. **Curitiba – Conheça os homenageados com a medalha da Ordem da Luz dos Pinhais**. 21 Set. 2022. Disponível em: <https://cgn.inf.br/noticia/925177/curitiba-conheca-os-homenageados-com-a-medalha-da-ordem-da-luz-dos-pinhais>. Acesso em: 15.10.2022.

PREFEITURA DE MARINGÁ. **Galeria de prefeitos**. Disponível em: <http://www.maringa.pr.gov.br/turismo/?cod=prefeitos>. Acesso em: 25.07.2022.

PT.ORG. **Federação Brasil da Esperança elege primeira Comissão Executiva**. Política. 17 Mai. 2022. Disponível em: <https://pt.org.br/federacao-brasil-da-esperanca-elege-primeira-comissao-executiva/>. Acesso em: 16.02.2023.

QUADROS, Doacir Gonçalves de; VIEIRA, Fabrícia Almeida. **Os websites partidários e o eleitor jovem nas eleições de 2014 para governador do Paraná**. In: CERVI, Emerson Urizzi; MASSUCHIN, Michele Goulart; CARVALHO, Fernanda Cavassana de. (Org.). Internet e eleições no Brasil. Curitiba: CPOP (grupo de pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública), 2016, 430p. 1ºed. E-book versão PDF. p.249-274.

QUEM FOI QUEM NO CONGRESSO NACIONAL. **Gleisi Hoffmann**. Disponível em: <https://quemfoiquem.org.br/perfil/107283?tipo=1>. Acesso em: 03.09.2022.

RAMALHO, Renan. **STF absolve senadora Gleisi Hoffmann e ex-ministro Paulo Bernardo da acusação de corrupção e lavagem de dinheiro**. Política. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/stf-absolve-senadora-gleisi-hoffmann-e-ex-ministro-paulo-bernardo-dos-crimes-de-corrupcao-e-lavagem.ghtml>. Acesso em 01.10.2022.

REDAÇÃO MARINGÁ POST. **Cida Borghetti é condecorada pelo presidente Bolsonaro**. 09.dez.2021. Disponível em: <https://maringapost.com.br/poder/2021/12/09/cida-borghetti-e-condecorada-por-bolsonaro/>. Acesso em: 06.06.2022

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Certidão de Casamento nº4.671 com averbação de divórcio**. Disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2014/680/BR/PR/3/160000000039/certidao1404481881649.pdf>. Acesso em: 01.10.2022.

RENATA BUENO. **Quem é a primeira deputada ítalo-brasileira eleita pelo colégio eleitoral da América do Sul**. Disponível em: <https://renatabueno.com.br/chi-e-la-prima-deputata-italo-brasiliana-eletta-nel-collegio-elettorale-america-del-sud/>. Acesso em: 19.07.2022.

RESENDE, Daiane Carnelos. **Perspectivas Teórico-históricas para a Construção de uma Trajetória Política**. In: Elementos Decisivos na Construção da Posição e Ação Política de Roberto Requião de Mello e Silva. São Paulo, Pacto Editorial: 2014. p.25 a 65.

RESENDE, Daiane Carnelos; Laibida, Luiz Demétrio Janz. **Constructos teóricos de Pierre Bourdieu e Michel Foucault para análise de trajetórias políticas**. In: Oliveira, R. C. de (org.). Nepotismo, Parentesco e Mulheres. 2ªedição. Curitiba: urbi et orbi. 2016. p.565-584.

RESENDE, Daiane Carnelos. **O ativista da paz e da justiça social: A trajetória de Eduardo Matarazzo Suplicy**. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa; GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. (Org). Família, Política e Etnicidade. 1ª edição, São Paulo: LiberArs, 2020. p.261-283.

RESENDE, Roberta Carnelos; EPITÁCIO, Sara de Sousa Fernandes. **Mulheres à esquerda e à direita: Carreiras políticas e partidos**. In: Oliveira, R. C. de (org.). Nepotismo, Parentesco e Mulheres. 2ªedição. Curitiba: urbi et orbi. 2016. p.543-562.

RESENDE, Narley. **Maturidade me fez continuar na política após tantos ataques, diz Maria Victoria**. Bem Paraná. 03. nov. 2019. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticia/maturidade-me-fez-continuar-na-politica-apos-tantos-ataques-diz-maria-victoria#.Ypws6HbMK01>. Acesso em: 06.06.2022. Entrevista.

REVISTA ISTOÉ. DA REDAÇÃO. **Justiça barra posse da primeira-dama do AP no TCE por indício de nepotismo**. 04.03.2022. Disponível em: <https://istoe.com.br/justica-barra-posse-da-primeira-dama-do-ap-no-tce-por-indicio-de-nepotismo/>. Acesso em: 24.junho.2022.

REVISTA ISTOÉ. BRASIL. **O casal mais poderoso da República**. 10 Jun. 2011. Disponível em: https://istoe.com.br/141526_O+CASAL+MAIS+PODEROSO+DA+REPUBLICA/. Acesso em: 20.08.2022.

DA REDAÇÃO. REVISTA VEJA. **‘Pretendo beneficiar um filho meu, sim’, diz Bolsonaro sobre Eduardo**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/pretendo-beneficiar-um-filho-meu-sim-diz-bolsonaro-sobre-eduardo/>. Acesso em: 25 de abril de 2022.

REVISTA OESTE. POLÍTICA. Redação Oeste. **Por 3 votos a 2, Segunda Turma do STF mantém cassação de Francischini**. 07 JUN 2022. Disponível em: <https://revistaoeste.com/politica/francischini/>. Acesso em: 26.06.2022.

REZENDE, Daniela Leandro. **Desafios à representação política de mulheres na Câmara dos Deputados brasileira (1995-2010)**. In: In: MIGUEL, Luis Felipe. (Org.). Mulheres e representação política: 25 anos de estudos sobre cotas eleitorais no Brasil. Porto Alegre: Zouk, 2021. p.571-600.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 1ª edição digital, São Paulo: Global editora, 2014, p.20.

RIBEIRO, Pedro. **Em discurso para 6 mil pessoas, Cida fala em dignidade**. UOL. Paraná Portal. 11 Set. 2018. Disponível em: <https://paranaportal.uol.com.br/sintonia-fina/em-discurso-para-6-mil-pessoas-cida-fala-em-dignidade>. Acesso em: 27.01.2023.

RIGON, Angelo **Comissão do Patrimônio Público é acionada para analisar a preservação da casa do primeiro prefeito de Maringá**. MARINGÁ NEWS. 17 mar. 2022. Disponível em: <https://angelorigon.com.br/2022/03/17/comissao-do-patrimonio-publico-e-acionado-para-analisar-a-preservacao-da-casa-do-primeiro-prefeito-de-maringa/>. Acesso em: 19.07.2022.

RIGON, Angelo. S. **Jornal destaca demissão de sobrinha e Cida e Ricardo**. MARINGÁ NEW. 26 mai. 2016. Disponível em: <https://angelorigon.com.br/2016/05/26/jornal-destaca-demissao-de-sobrinha-e-cida-e-ricardo/>. Acesso em: 19.07.2022.

RIGON, Angelo. **Aparição nas inserções**. MARINGÁ NEW. 23 out. 2012. Disponível em: <https://angelorigon.com.br/tags/rafaelle-barros/>. Acesso em: 09.09.2022.

RIGON, Angelo. **Morre a médica Mitzy Villanova Menon**. MARINGÁ NEWS Geral. 13 Abr. 2011. Disponível em: <https://angelorigon.com.br/2011/04/13/morre-a-medica-mitzy-villanova-menon/>. Acesso em: 10.09.2022.

ROCKCONTENT. **Saiba o que é um Gatekeeper e qual a sua importância em um processo de vendas**. 5 Jun. 2019. Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/gatekeeper/>. Acesso em: 02.01.2023.

RODRIGUES, Thais. **Bolsonaro nomeou esposa de Barros para cargo de R\$27mil após denúncia de servidor**. Em Congresso. Congresso em Foco. 26 Jun. 2021. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/bolsonaro->

nomeou-esposa-de-barros-para-cargo-de-r-27-mil-apos-denuncia-de-servidor/. Acesso em: 12.10.2022.

ROMERO, Maria. **Quem é Eliane Nogueira, mãe e suplente de Ciro Nogueira no Senado.** Piauí-TV Clube. G1 Notícias. 27 jul. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2021/07/27/quem-e-eliane-nogueira-mae-e-suplente-de-ciro-nogueira-no-senado.ghtml>. Acesso em: 21.09.2022.

SACCHET, Teresa. **A culpa é dos partidos: Desigualdades de gênero em disputas eleitorais.** In: BIROLI, Flávia; TATAGIBA, Luciana; ALMEIDA, Carla; HOLLANDA, Cristina Buarque de; OLIVEIRA, Vanessa Elias de. (ORG.). Mulheres, poder e ciência política: Debates e Trajetórias. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2020. p.71-107

SANTOS, Fabiano; BARBOSA, Leonardo Martins. **Bolsonaro e o Congresso: a caminhada da estabilidade?** In: AVRITZER, L; KERCHE, F; MARONA, M. (org.). Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política. 1ºed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p.83-93.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Prefácio.** In: DORIA, Francisco Antonio. Os herdeiros do poder. Rio de Janeiro: Editora Revan Ltda., 1994. 09-13.

SCORTECCI, Catarina. Gazeta do Povo. **Irmão de ex-governadora é condenado em processo derivado da Quadro Negro.** 02 jun. 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/irmao-ex-governadora-condenado-processo-derivado-quadro-negro/>. Acesso em: 19.07.2022.

SECRETÁRIA DA SAÚDE. Estado da Bahia. **Bahiafarma e Indar iniciam projeto de instalação de fábrica de insulina na Bahia.** 15 set. 2017. Disponível em: <http://www.saude.ba.gov.br/2017/09/15/bahiafarma-e-indar-iniciam-projeto-de-instalacao-de-fabrica-de-insulina-na-bahia/>. Acesso em: 19.07.2022.

SENADO FEDERAL. **Livro + Mulher na Política.** “s.d”

SENADO FEDERAL. Atividade Legislativa. **CPI da Pandemia.** Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2441>. Acesso em: 28.08.2022.

SENADO FEDERAL. Atividade Legislativa. **Gleisi Hoffmann.** 2022 a. Disponível em: <https://www6g.senado.leg.br/busca/?q=gleisi+&portal=Atividade%20Legislativa>. Acesso em: 10.10.2022.

SENADO FEDERAL. **Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia.** Arquivo Portal. 18 Ago. 2021. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2441>. Acesso em: 28.08.2022.

SENADO FEDERAL. **Congresso Nacional.** O Globo. Gleisi Helena Hoffmann. Senadora. Biblioteca Digital. 02 Maio. 2011. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/426485>. Acesso em: 29.09.2022.

SENADO FEDERAL. Senadores. **Gleisi Hoffmann.** Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/5006>. Acesso em: 23.08.2022.

SENADO FEDERAL. Institucional. Procuradoria Especial da Mulher. **Mais Mulheres na Política chega ao Paraná.** 10 nov. 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/mais-mulheres-na-politica-chega-ao-parana-1>. Acesso em: 08.04.2023.

SENADO NOTÍCIAS. Da Redação. **Veja quais são os senadores eleitos em 2018.** 08 Out. 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/10/08/veja-quais-sao-os-senadores-eleitos-em-2018>. Acesso em: 13.07.2022.

SIQUEIRA, André. **Pretendo beneficiar um filho meu, sim', diz Bolsonaro sobre Eduardo.** VEJA. 18.jul.2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/pretendo-beneficiar-um-filho-meu-sim-diz-bolsonaro-sobre-eduardo/>. Acesso em: 25/04/2022.

SILVA, Carla Andréia Alves da. **Relações de Poder Político e Parentesco no Município de Londrina.** 2015. 234f. Dissertação de Mestrado em Sociologia – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **A modernização autoritária.** In: LINHARES, Maria Yedda et. al. História geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1996, p. 301-380.

SILVA, Rodrigo. **Irmão de Cida Borghetti é condenado por tráfico de influência.** Plural Curitiba. Curitiba, 3 jun. 2020. Caixa zero. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/colunas/caixa-zero/irmao-de-cida-borghetti-e-condenado-por-trafico-de-influencia/>. Acesso em: 25.07.2022.

SOUSA, Marc. **Cida Borghetti: a mulher mais poderosa do Paraná.** Revista TOPVIEW. Curitiba, n. 211, 01 fev. 20018. Entrevista.

SOUSA, Márcia; VELOSO, Verônica. Bibliografia Geral. **Paulo Bernardo.** FGV CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/ACERVO/DICIONARIOS/VERBETE-BIOGRAFICO/PAULO-BERNARDO>. Acesso em: 20.08.2022.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **O gênero da representação: Movimento de Mulheres e Representação política (1980-1990).** Revista Brasileira de Ciências Sociais da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em Ciências Sociais, n.17, v.6, 1991. p.7-14.

SCHOLZ, Robinson Henrique. **Habitus de classe expressado pelo capital simbólico: uma revisão da obra de Pierre Bourdieu A Distinção.** Revista de Ciências Sociais, Unisinos, volume 45, número 1, p.88-91, jan/abr 2009.

STERMAN, Verônica; MUDROVITSCH, Rodrigo. **Lava Jato: Janot denuncia Gleisi Hoffmann e ex-ministro Paulo Bernardo.** Congresso em Foco. 07 Mai.2016. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/lava-jato-janot-denuncia-gleisi-hoffmann-e-ex-ministro-paulo-bernardo/>. Acesso em: 09.10.2022.

SZABUNIA, R. **A normalista que virou senadora: um perfil inédito e exclusivo de Ivete Appel, viúva de LHS.** ND Rádio de Joinville. 24 ago. 2022. Disponível em:

<https://ndmais.com.br/politica-brasileira/a-normalista-que-virou-senadora-um-perfil-inedito-e-exclusivo-de-ivete-appel-viuva-de-lhs/>. Acesso em: 22.09.2022.

THOMÉ, Débora. **Unidas por uma agenda comum**. In: FRATINI, Juliana (Org.). Princesas de Maquiavel. 1ªed. São Paulo: Matrix, 2021. p.07-14.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Conheça As novas regras das eleições municipais de 2016**. Disponível em: www.Tse.Jus.Br/Imprensa/Noticiastse/2016/Janeiro/Conheca-As-novas-Regras-Das-Eleicoes-Municipais-De-2016. Acesso em: 17 de abril de 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL **Divulgação de Candidaturas e contas eleitorais**. Gleisi. 2022. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2022/2040602022/PR/160001614512>. Acesso em: 01.10.2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL **Divulgação de Candidaturas e contas eleitorais**. Ricardo Barros. 2022. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2022/2040602022/PR/160001603317>. Acesso em: 02.10.2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Partidos Políticos**. Disponível em: www.Tse.Jus.Br/Imprensa/Noticiastse/2016/Janeiro/Conheca-As-novas-Regras-Das-Eleicoes-Municipais-De-2016. Acesso Em: 17 de abril de 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Relatório de eleições de 2020**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/index.html?publicacoes=relatorio-eleicoes>. Acesso Em: 17 de abril de 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Fim das coligações para eleições proporcionais aumentam as chances de mais mulheres na política**. 19 ago. 2020. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Agosto/fim-das-coligacoes-para-eleicoes-proporcionais-aumenta-as-chances-de-mais-mulheres-na-politica?SearchableText=cotas%20para%20mulheres>. Acesso em: 12.07.2022.

THOMSON, Patrícia. **Campo**. In: GRENFELL, Michael. **Pierre Bourdieu: Conceitos fundamentais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. p.95-118.

VALENCIANO, Tiago. A família Barros na política paranaense. In: **Ciências Sociais em foco: faces do Brasil no mundo contemporâneo, 2013**, Maringá, Anais do XI Seminário de Ciências Sociais, Departamento de Ciências Sociais, 2013, p. 484-495.

VALENCIANO, Tiago; LEAL & SILVA, Rafael Egídio. **Famílias no poder e no espaço: Quem, onde e como o nepotismo se mantém na política paranaense**. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (Org.). Estado, classe dominante e parentesco no Paraná. Blumenau: Nova Letra, 2015. p.355-373.

VALENCIANO, Tiago. **Ideologia: a direita e a esquerda na era digital**. In: WHATSAPP: A caixa preta das eleições 2018. Maringá: Editora Trema, 2019. p.39.

VALENTE, Jaciel Rossa. Sondagem política de Campo Largo: **A governabilidade dos prefeitos campo-larguenses entre 1998 a 2020**. Núcleo de Estudos Paranaenses

(NEP-UFPR), Curitiba, v.8, n.1, p.01-19, jun.2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/nep/issue/view/3308>. Acesso em: 12 jun. 2022.

VEREADORES contra passe escolar. Correio de Notícias, Curitiba, 1 nov. 1984. Geral, p.7. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=325538_01&Pesq=%22gleise%22&pagfis=3447. Acesso em: 03.09.2022.

VAZ, Lucio. Uma grande família. In: **A Ética da Malandragem: No submundo do Congresso Nacional.** São Paulo, Geração Editorial, 2005. p.100-109.

VIANA, Nildo. (2018). **O modo de pensar burguês: episteme burguesa e episteme marxista.** CRV ed, Curitiba, 2018. 160p.

XAVIER, Getulio. Carta Capital. **Filha de Ricardo Barros atua em estatal com contratos firmados pelo pai.** 29 nov. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/filha-de-ricardo-barros-atua-em-estatal-com-contratos-firmados-pelo-pai/>. Acesso em: 19.07.2022.

XIAODONG, Li. **Political ecosystem, eco-politics and the community of shared life. Modernos e Contemporâneos.** Revista de Filosofia do IFCH da Universidade Estadual de Campinas, v. 3, n. 7, jul./dez., 2019. p.322-342.

ZENI, Viviane Maria. **Mulheres comunistas no Paraná: experiências e militância nas décadas de 40 e 50.** In: CODATO, Adriano; KIELLER, Marcio. (Org.). Velhos Vermelhos: História e memória dos dirigentes comunistas no Paraná. Curitiba: Ed. UFPR, 2008. p.61-87.

WELLER, Wivian. **A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim.** Revista Sociedade e Estado. Brasília, V. 25, n.2, p.205-224, mai./ago.2010.

WOMEN IN POLITICS: 2021. UN Women. United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment os Women. Women in ministerial positions. United Nations Map No. 4621 Feb 2021. IPU.ONU. Disponível em: <https://www.ipu.org/women-in-politics-2021>. Acesso em: 13.09.2022.

ANEXO 01-

TABELA 01- CONTEXTO HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS FEMINISTA NO BRASIL 1827-2021

PERÍODO	MARCOS IMPORTANTES	RESUMO
1827	Meninas são liberadas para frequentarem a escola	Lei Geral: autorizava as mulheres a ingressar nos colégios e a estudar além da escola primária.
1832	A obra “Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens” é publicada.	Autora Nísia Floresta
1879	Mulheres conquistam o direito ao acesso às faculdades	***
1910	O primeiro partido político feminino	Partido Republicano Feminino
1932	Mulheres conquistam o direito ao voto	“Em 1932, o sufrágio feminino foi garantido pelo primeiro Código Eleitoral brasileiro: uma vitória da luta das mulheres que, desde a Constituinte de 1891, pleiteavam o direito ao voto. Essa conquista só foi possível após a organização de movimentos feministas no início do século XX, que atuaram intensa e exaustivamente no movimento sufragista, influenciados, sobretudo, pela luta das mulheres nos EUA e na Europa por direitos políticos.”
1962	É criado o estatuto da Mulher Casada	“27 de agosto de 1962, a Lei 4.212/1962, permitiu que mulheres casadas não precisassem mais da autorização do marido para trabalhar.”
1974	Mulheres conquistam o direito de portarem um cartão de crédito	“Aprovada a “Lei de Igualdade de Oportunidade de Crédito”, para que clientes não fossem mais discriminados baseados no gênero ou estado civil.”

1977	A lei do divórcio é aprovada	Em 26 de dezembro de 1977, pela Lei nº6.515/1977.
1979	Mulheres garantem o direito à prática do futebol	“Após quatro décadas, a regulamentação do futebol feminino veio em 1983, mas devemos lembrar o quanto a proibição trouxe reflexos negativos no esporte até hoje, como o pouco incentivo ao futebol feminino e a falta de patrocinadores.”
1985	É criada a primeira Delegacia da Mulher	São Paulo
1988	A Constituição Brasileira passa a reconhecer as mulheres como iguais aos homens	Direito à Cidadania.
2002	“Falta da virgindade” deixa de ser motivo para anular o casamento	Código Civil brasileiro
2006	É sancionada a Lei Maria da Penha	Lei nº11.340/2006
2015	É aprovada a Lei do Femicídio	“No dia 9 de março de 2015, a Constituição Federal reconheceu a partir da Lei nº 13.104/2015 o Femicídio como um crime de homicídio qualificado.”
2018	A importunação sexual feminina passou a ser considerada crime	“A ocorrência deste tipo de prática contra as mulheres é tanta que a pauta feminista precisou incluir em suas ações a defesa da lei que caracteriza o assédio como crime (Lei nº 13.718/2018).”
2021	É criada lei para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher	“A Lei 14.192/21 estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher ao longo das eleições e durante o exercício de direitos políticos e de funções públicas. É violência política

contra as mulheres toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos.”

FONTE: NOSSA CAUSA, 2022. Tabela adaptada pela autora, em 2022.

ANEXO 02-

TABELA 02- ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM 2020 PARA OS CARGOS DE VEREADORAS E VEREADORES NAS CAPITAIS BRASILEIRAS

Capitais	Vereadoras eleitas	Vereadores eleitos	Total
Aracaju (SE)	4 (17%)	20 (83%)	24 (100%)
Belém (PA)	6 (17%)	29 (83%)	35 (100%)
Belo Horizonte (MG)	11 (27%)	30 (73%)	41 (100%)
Boa Vista (RR)	4 (17%)	19 (83%)	23 (100%)
Brasília (DF)	0 (0%)	0 (0%)	0 (100%)
Campo Grande (MS)	2 (7%)	27 (93%)	29 (100%)
Cuiabá (MT)	2 (8%)	23 (92%)	25 (100%)
Curitiba (PR)	8 (21%)	30 (79%)	38 (100%)
Florianópolis (SC)	5 (22%)	18 (78%)	23 (100%)
Fortaleza (CE)	9 (21%)	34 (79%)	43 (100%)
Goiânia (GO)	5 (14%)	30 (86%)	35 (100%)
João Pessoa (PB)	1 (4%)	26 (96%)	27 (100%)
Macapá (AM)	3 (15%)	17 (85%)	20 (100%)
Maceió (AL)	4 (16%)	21 (84%)	25 (100%)
Manaus (AM)	4 (10%)	37 (90%)	41 (100%)
Natal (RN)	7 (24%)	22 (76%)	29 (100%)
Palmas (TO)	4 (21%)	15 (79%)	19 (100%)
Palmas (TO)	3 (14%)	18 (86%)	21 (100%)
Porto Alegre (RS)	11 (31%)	25 (69%)	36 (100%)
Porto Velho (RO)	2 (10%)	18 (90%)	20 (100%)
Recife (PE)	7 (18%)	32 (82%)	39 (100%)
Rio Branco (AC)	4 (21%)	15 (79%)	19 (100%)
Rio de Janeiro (RJ)	10 (20%)	41 (80%)	51 (100%)
Salvador (BA)	9 (21%)	34 (79%)	43 (100%)
São Luís (MA)	5 (16%)	26 (84%)	31 (100%)
São Paulo (SP)	13 (24%)	42 (76%)	55 (100%)
Teresina (PI)	5 (17%)	24 (83%)	29 (100%)
Vitória (ES)	2 (13%)	13 (87%)	15 (100%)
Total:	148 (18%)	686 (82%)	834 (100%)

FONTE: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2020. Tabela adaptada pela autora, em 2022.

ANEXO 03-

TABELA 03- ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM 2018 PARA OS CARGOS DE DEPUTADAS E DEPUTADOS ESTADUAIS NAS CAPITAIS BRASILEIRAS

Estado	Deputadas Estaduais		Total
	Eleitas	Eleitos	
Acre	4 (17%)	20 (83%)	24 (100%)
Alagoas	5 (21%)	19 (79%)	24 (100%)
Amapá	8 (33%)	16 (67%)	24 (100%)
Amazonas	4 (17%)	20 (83%)	24 (100%)
Bahia	10 (16%)	53 (84%)	63 (100%)
Ceará	6 (14%)	36 (86%)	42 (100%)
Distrito Federal	3 (12%)	22 (88%)	25 (100%)
Deputados(as) Distritais			
Espírito Santo	3 (10%)	27 (90%)	30 (100%)
Goiás	2 (5%)	39 (95%)	41 (100%)
Maranhão	8 (20%)	32 (80%)	40 (100%)
Mato Grosso	1 (4%)	23 (96%)	24 (100%)
Mato Grosso do Sul	0 (0%)	24 (100%)	24 (100%)
Minas Gerais	10 (14%)	61 (86%)	71 (100%)
Pará	9 (24%)	28 (76%)	37 (100%)
Paraíba	5 (14%)	30 (86%)	35 (100%)
Paraná	5 (9%)	49 (91%)	54 (100%)
Pernambuco	10 (20%)	39 (80%)	49 (100%)
Piauí	4 (13%)	26 (87%)	30 (100%)
Rio de Janeiro	12 (18%)	53 (82%)	65 (100%)
Rio Grande do Norte	3 (14%)	19 (86%)	22 (100%)
Rio Grande do Sul	9 (16%)	46 (84%)	55 (100%)
Rondônia	2 (8%)	22 (92%)	24 (100%)
Roraima	6 (25%)	18 (75%)	24 (100%)
Santa Catarina	5 (13%)	35 (88%)	40 (100%)
São Paulo	18 (23%)	60 (77%)	78 (100%)
Sergipe	6 (25%)	18 (75%)	24 (100%)
Tocantins	5 (21%)	19 (79%)	24 (100%)
Total:	163 (16%)	854 (84%)	1.017 (100%)

Fonte: Fonte: TSE (2019). Tabela realizada pela autora, em 2022.

ANEXO 04-

TABELA 04- DEPUTADOS NEGROS E NEGRAS ELEITOS NAS ELEIÇÕES DE 2014 E 2018

Deputados eleitos/Ano de eleição	2014	2018
	4,3%	4,1%
Negros	22 deputados eleitos	21 deputados eleitos
	10 mulheres eleitas	13 mulheres eleitas
	12 homens eleitos	8 homens eleitos

FONTE: SACCHET, 2020, p.71. Tabela realizada pela autora, em 2022.

ANEXO 05-

TABELA 05- ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM 2018 PARA OS CARGOS DE DEPUTADAS E DEPUTADOS FEDERAIS NO BRASIL

Estado	Deputadas Eleitas	Federais	Deputadas Eleitas	Federais	Total
Acre	4 (50%)		4 (50%)		8 (100%)
Alagoas	1 (11%)		8 (89%)		9 (100%)
Amapá	3 (38%)		5 (63%)		8 (100%)
Amazonas	0 (0%)		8 (100%)		8 (100%)
Bahia	3 (8%)		35 (92%)		38 (100%)
Ceará	1 (5%)		21 (95%)		22 (100%)
Distrito Federal	5 (63%)		3 (38%)		8 (100%)
Espírito Santo	3 (30%)		7 (70%)		10 (100%)
Goiás	2 (12%)		15 (88%)		17 (100%)
Maranhão	0 (0%)		18 (100%)		18 (100%)
Mato Grosso	1 (13%)		7 (88%)		8 (100%)
Mato Grosso do Sul	2 (25%)		6 (75%)		8 (100%)
Minas Gerais	4 (6%)		49 (6%)		53 (100%)
Pará	1 (6%)		16 (94%)		17 (100%)
Paraíba	0 (0%)		12 (100%)		12 (100%)
Paraná	5 (17%)		24 (83%)		29 (100%)
Pernambuco	1 (4%)		24 (96%)		25 (100%)
Piauí	4 (40%)		6 (60%)		10 (100%)
Rio de Janeiro	9 (20%)		37 (80%)		46 (100%)
Rio Grande do Norte	1 (14%)		6 (86%)		7 (100%)
Rio Grande do Sul	3 (10%)		28 (90%)		31 (100%)
Rondônia	3 (38%)		5 (62%)		8 (100%)
Roraima	2 (25%)		6 (75%)		8 (100%)
Santa Catarina	4 (25%)		12 (75%)		16 (100%)
São Paulo	11 (16%)		59 (84%)		70 (100%)
Sergipe	0 (0%)		8 (100%)		8 (100%)
Tocantins	2 (25%)		6 (75%)		8 (100%)
Total:	75 (15%)		435 (85%)		510 (100%)

Fonte: TSE (2019), Tabela realizada pela autora, 2022.

ANEXO 06-

TABELA 06- ELEIÇÕES 2018: MULHERES NA POLÍTICA E PARTIDOS POLÍTICOS ELEIÇÕES 2018

Partidos	% de candidatas	% de eleitas	% razão eleitas/cand.	Total de candidaturas do partido	Total de eleitos do partido
AVANTE	30,91	28,57	92,43	330	7
DC	32,65	0	-	196	1
DEM	29,17	10,34	35,45	168	29
MDB	36,63	11,76	32,10	303	34
NOVO	34,38	12,5	36,36	224	8
PATRIOTA	30,34	0	-	356	5
PC do B	37,82	44,44	117,5	119	9
PCB	29,03	-	-	31	0
PCO	60	-	-	5	0
PDT	30,86	10,71	37,71	269	28
PHS	30,17	0	-	295	6
PMB	41,67	-	-	96	0
PMN	27,61	0	-	163	3
PODEMOS	28,64	9,09	31,74	213	11
PP	26,24	13,16	50,15	141	38
PPL	30,89	-	-	246	1
PPS	30,71	25	81,41	127	8
PR	31,58	18,18	57,57	152	33
PRB	31,2	10	32,05	250	30
PROS	29,96	12,5	41,72	267	8
PRP	33,07	25	75,6	254	4
PRTB	32,52	-	-	286	0
PSB	31,42	9,38	29,85	226	32
PSD	29,74	2,86	9,62	195	35
PSDB	36,29	27,59	76,03	237	29
PSL	30,50	17,31	56,75	436	52
PSOL	33,53	50	149,12	501	10
PSTU	37,14	-	-	35	0
PT	32,23	18,52	57,46	363	54
PTB	32,56	10	30,71	129	10
PTC	30,3	50	165,02	198	2
PV	32,69	25	76,48	260	4

REDE	27,69	100	361,14	242	1
SOLIDARIED ADE	28,28	7,69	27,19	145	13
TOTAL GERAL	31,7	15,01	47,35	7.632	513

FONTE: Dados TSE (2019). Tabela elaborada por SACCHET, em 2020.

ANEXO 07-

TABELA 07- SENADORAS EM EXERCÍCIO – GESTÃO 2015-2023 E 2019-2027

Senadora	Naturalidade	Partido	Unidade da federação	Gestão
Daniella Velloso Borges Ribeiro	Campina Grande (PB)	PSD	PB	2019-2027
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	Ibateguara (AL)	PSB	AL	2019-2027
Eliane e Silva Nogueira Lima	Teresina (PI)	PP	PI	2019-2027
Eliziane Pereira Gama Melo	Monção (MA)	CIDADANIA	MA	2019-2027
Katia Regina de Abreu	Goiânia (GO)	PP	TO	2015-2023
Leila Gomes de Barros Rêgo	Brasília (DF)	PDT	DF	2019-2027
Mailza Assis da Silva	Mundo Novo (MS)	PP	AC	2015-2023
Mara Cristina Gabrielli	São Paulo (SP)	PSDB	SP	2019-2027
Margareth Gettert Busetti	Concórdia (SC)	PP	MT	2019-2027
Maria das Vitórias Soares de Medeiros	Carnaúba dos Dantas (RN)	PSD	AC	2019-2027

Maria do Carmo do Nascimento Alves	Cedro de São João (SE)	PP	SE	2015-2023
Ozanilda Gondim Vital do Rego	João Pessoa (PB)	MDB	PB	2015-2023
Simone Nassar Tebet	Três Lagoas (MS)	MDB	MS	2015-2023
Soraya Vieira Thronicke	Dourados (MS)	UNIÃO	MS	2019-2027
Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	Brejo da Cruz (PB)	PROS	RN	2019-2027

FONTE: TSE (2019), Tabela realizada pela autora, em 2022.

ANEXO 08-

TABELA 08- GRAUS DE PARENTESCO PARA FINS DE ANÁLISE DO FENÔMENO DO NEPOTISMO

Formas de Parentesco			Graus de Parentesco			
Parentes Consanguíneo	Em linha reta	Ascendentes	1º Grau	2º Grau	3º Grau	
			País (inclusive madrasta e padrasto)	Avós	Bisavós	
	Em linha colateral	***	Descendentes	Filhos	Netos	Bisnetos
			***	***	Irmãos	Tios e Sobrinhos (e seus cônjuges)
Parentesco por afinidades	Em linha reta	Ascendentes	Sogros - inclusive madrasta e padrasto do cônjuge ¹⁶⁷ ou companheiro	Avós do cônjuge ou companheiro	Bisavós ou cônjuge ou companheiro	
			Descendentes	Enteados, genros, noras (inclusive do cônjuge ou companheiro	Netos (exclusivos do cônjuge ou companheiro	Bisnetos (exclusivos do cônjuge ou companheiro
	Em linha colateral	***	***	***	Cunhados (Irmãos do cônjuge ou companheiro	Tios e sobrinhos do cônjuge ou companheiro (e seus cônjuges)

FONTE: Câmara Federal, 2022.

ANEXO 09-

TABELA 09: A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE GLEISI HELENA HOFFMANN E PAULO BERNARDO SILVA

Período	Gleisi Helena Hoffmann	Paulo Bernardo Silva
Década de 80	Filia-se ao PCdoB e é eleita presidente da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (Upes) e, em seguida, presidente da União Brasileira dos estudantes Secundaristas (UBES).	Entrou na política em 1985 pelo sindicalismo como membro de diretoria do Sindicato dos Bancários do Paraná.
	Gleisi se torna assessora de Jorge Samek (MDB) eleito vereador de Curitiba, na Câmara Municipal.	
	Filia-se ao PT. Na Câmara Municipal passa a se especializar em Orçamento Público.	
Década de 90	Muda-se para Brasília, onde atua como assessora parlamentar no Congresso.	Apoiado pelos bancários, foi eleito deputado federal pela primeira vez em 1991.
	Passa a assessorar na Liderança do PT na Câmara e, depois, no gabinete do então deputado Paulo Bernardo.	Foi reeleito em 1994, para o segundo mandato, no qual foi presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara.
	Assume a Secretaria de Reestruturação Administrativa no governo de Zeca do PT em Mato Grosso do Sul	Em 1998, casou-se com Gleisi Hoffmann com quem teve dois filhos. Em 1999, assumiu o cargo de Secretário de Fazenda do Mato Grosso do Sul, onde permaneceu até o fim de 2000.
Década de 2000	Integra o gabinete do governo de transição. No ano seguinte, assume a diretoria financeira da Itaipu Binacional.	Assumiu a Secretaria de Fazenda do município de Londrina de janeiro de 2001 a março de 2002 Em 2002, Paulo Bernardo foi eleito para o seu terceiro

		mandato como deputado federal
	Em 2006, concorre ao Senado pelo Paraná e é derrotada por Álvaro Dias (PSDB-PR)	Em março de 2005, assumiu o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do governo Lula. Em 1 de janeiro de 2011, tomou posse como ministro das Comunicações de Dilma Rousseff.
	Disputa a Prefeitura de Curitiba, mas conquista apenas 18,14% dos votos e não vai para o segundo turno.	
	Em 2010 foi a primeira mulher eleita para representar o Paraná no Senado	
	Controlava um orçamento de R\$ 7,3 bilhões de reais	Controlava um orçamento de R\$4,4 bilhões de reais
Agendas	Avaliar e monitorar os principais programas do governo, assim como as ações de cada ministro	Implantar o Plano Nacional de Banda Larga, um dos principais programas da Dilma
	Cabe à Casa Civil nomear – ou vetar – indicados para cargos do segundo escalão no governo federal	Reestruturar os Correios e a Telebrás, as duas estatais sob responsabilidade de seu ministério
	Foi responsável pela avaliação das propostas que o chefe do Executivo encaminha ao Poder Legislativo	Redefinir as políticas de radiodifusão e telecomunicações do governo

FONTE: REVISTA ISTOÉ, 2011. Tabela adaptada pela autora, em 2022.

ANEXO 10-

TABELA 10: DECLARAÇÃO DE BENS EM ANOS ELEITORAIS DO EX-MINISTRO DO GOVERNO LULA PAULO BERNARDO (PT-PR) DOS ANOS DE 1998 E 2002

ANO	CARGO DISPUTADO	PARTIDO	SITUAÇÃO ELEITORAL	BENS DECLARADOS
2002	Deputado Federal	PT-PR	72.831 (1,56%)	Aproximadamente R\$340.000,00 Informações da declaração do Cônjuge R\$20.125,86
1998	Deputado Federal	PT-PR	Suplente 34.204 (0,92%)	Não declarado

FONTE: PODER 360, 2022. Tabela construída pela autora, 2022.

ANEXO 11-

TABELA11 PRONUNCIAMENTOS PROFERIDOS NO ANO DE 2018 PELA SENADORA GLEISI HELENA HOFFMANN (PT-PR)

Tipo de Pronunciamento	Data do Pronunciamento em 2018	Resumo do Pronunciamento
Discurso	17.12	Alerta contra as propostas do Presidente da República eleito Jair Messias Bolsonaro.
Discurso	28.11	Preocupação com a redução da desigualdade de renda no Brasil, que foi interrompida pela primeira vez em 15 anos.
Discurso	27.11	Críticas à atuação da Operação Lava Jato no que concerne ao ex-presidente Lula.
Discurso	26.11	Comentários sobre a campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres.
Discurso	20.11	Homenagem ao Dia Nacional da Consciência Negra e comentários sobre a sensibilidade do Ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva para com a população negra.
Discurso	19.11	Breve histórico do Programa Mais Médicos e indignação com a saída dos médicos cubanos do Brasil.
Discurso	13.11	Posicionamento a respeito do depoimento do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no caso do sítio de Atibaia, no dia 14 de novembro de 2018.
Discurso	31.10	Indignação pela forma com que se sucedeu o processo eleitoral que resultou na vitória de Jair Bolsonaro para a Presidência da República.
Discurso	23.10	Defesa do Ex-Presidente Lula e críticas ao suposto discurso de ódio e de incitação à violência do candidato à Presidência da República, Jair Bolsonaro.
Discurso	17.10	Indignação com o candidato Jair Bolsonaro por incentivar o aumento da violência em divergências de opinião política.
Discurso	17.12	Alerta contra as propostas do Presidente da República eleito.
Discurso	28.11	Preocupação com a redução da desigualdade de renda no Brasil, que foi interrompida pela primeira vez em 15 anos.
Discurso	27.11	Críticas à atuação da Operação Lava Jato no que concerne ao Ex-Presidente Lula.
Discurso	26.11	Comentários sobre a campanha 16 Dias de Ativismo pelo

		Fim da Violência Contra as Mulheres.
Discurso	20.11	Homenagem ao dia nacional da Consciência Negra e comentários sobre a sensibilidade do Ex-Presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva para a população negra.
Discurso	19.11	Breve histórico do Programa Mais Médicos e indignação com a saída dos médicos cubanos do Brasil.
Discurso	13.11	Posicionamento a respeito do depoimento do Ex-Presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva no caso do sítio de Atibaia, no dia 14 de novembro de 2018.
Discurso	31.10	Indignação pela forma com que se sucedeu o processo eleitoral que resultou na vitória de Jair Bolsonaro para a Presidência da República.
Discurso	23.10	Defesa do Ex-Presidente Lula e críticas ao suposto discurso de ódio e de incitação à violência do candidato à Presidência da República, Sr. Jair Bolsonaro.
Discurso	17.10	Indignação com o candidato Jair Bolsonaro por incentivar o aumento da violência em divergências de opinião política.
Discurso	09.08	Críticas à suposta parcialidade do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no julga.
Discurso	04.09	Críticas à suposta parcialidade do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no julgamento de impugnação do registro de candidatura do Ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.
Discurso	09.08	Críticas à proposta de aumento salarial dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).
Discurso	07.08	Solicitação de esclarecimentos à Mesa Diretora acerca da tramitação do projeto de Lei da Câmara nº70, de 2014, que proíbe a utilização de animais em teste para produção de cosméticos.
Comunicação inadiável	07.08	Defesa da candidatura do ex-presidente Lula.
Discurso	10.07	Considerações acerca de instabilidade institucional que vive o país com a decisão do tribunal Regional Federal da 4ª Região de suspender a soltura do ex-presidente Lula da prisão.
Discurso	04.07	Leitura de carta do ex-Presidente Lula dirigida à nação, em que alega sua inocência criminal e sua candidatura à Presidência da República.

Discurso	03.07	Considerações sobre as eleições de 2018.
Discurso	26.06	Considerações acerca da absolvição de S. Ex ^a e de seu marido, o Ex-ministro do Planejamento Paulo Bernardo, por unanimidade pela segunda turma do Supremo Tribunal Federal (STF).
Discurso	14.06	Críticas à decisão do governo Federal de privatizar a Eletrobrás.
Discurso	13.06	Manifestação contrária ao fato de consultor do Vaticano ter sido impedido de visitar o ex-Presidente Lula, preso em Curitiba-PR.
Discurso	12.06	Manifestação contrária à política socioeconômica adotada pelo Governo Federal e defesa da pré-candidatura do Ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva à presidência as República.
Discurso	07.06	Anúncio do lançamento da pré-candidatura do ex-presidente Lula à Presidência da República e defesa de sua liberdade.
Discurso	06.06	Considerações a respeito da Petrobras, notoriamente no que tange à política de preços da estatal.
Pela Liderança	30.05	Críticas ao Governo Federal pela condução da atual crise relativa à greve dos caminhoneiros.
Discurso	25.05	Questionamento a respeito do acordo firmado pelo Governo Federal com os caminhoneiros e defesa da gestão dos ex-presidentes da república Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.
Discurso	24.05	Leitura de manifesto da Frente Brasil Popular em defesa do ex-Presidente Lula.
Pela ordem	24.05	Leitura de nota pública assinada por diversos partidos contra o Governo de Michel Temer.
Comunicação inadiável	22.05	Críticas à suposta seletividade das delações premiadas.
Discurso	16.05	Considerações acerca do Dia do Assistente Social, comemorando em 15 de maio.
Discurso	09.05	Considerações a respeito da candidatura do ex-presidente Lula à Presidência da República.
Discurso	07.05	Indignação com a condenação e posterior prisão do ex-presidente Lula.
Discurso	02.05	Registro de editorial publicado pelo jornal O Estado de S. Paulo e considerações sobre supostos excessos da Operação Lava Jato.

Discurso	26.04	Críticas à Vara de Execuções Penais de Curitiba por recusar atendimento médico ao ex-presidente Lula.
Comunicação inadiável	25.04	Considerações acerca de decisão proferida pelo STF sobre mudanças na competência de julgamento em processos da Operação Lava Jato.
Pela liderança	18.04	Explicações sobre entrevista concedida por S. Exa. ao canal de televisão Al-Jazeera.
Pela Liderança	11.04	Lamento pela prisão do ex-presidente Lula.
Discurso	04.04	Leitura de nota do Partido dos Trabalhadores que crítica à atuação da Rede Globo para influenciar o Supremo Tribunal Federal e as Forças Armadas em favor da condenação do ex-presidente Lula.
Discurso	03.04	Registro da participação de S. Exa em ato público em defesa da democracia realizado ontem no Rio de Janeiro.
Discurso	13.03	Críticas à possibilidade de prisão do ex-Presidente Lula.
Discurso	13.03	Comentário sobre o futebol brasileiro e a Copa do Mundo de 2018.
Discurso	08.03	Considerações acerca das diversas desigualdades existentes entre homens e mulheres.
Discurso	07.03	Sessão solene do Congresso Nacional destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher e a realizar a entrega do Diploma Bertha Lutz às agraciadas em sua 17ª edição.
Discurso	05.03	Comentários acerca de pesquisa realizada pela CUT/Vox Populi referente ao ex-presidente Lula.
Comunicação inadiável	01.03	Satisfação com a aprovação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Projeto de Lei do Senado nº 291/2015, de autoria de S. Ex ^a , que penaliza a injúria praticada por razões de gênero.
Pela Liderança	28.02	Questionamentos sobre o suposto crescimento da economia brasileira defendido pelo Governo Federal.
Discurso	27.02	Considerações sobre a situação enfrentada pelos produtores de leite dos Estados do Paraná (PR) e Rio Grande do Sul (RS), em razão do baixo valor pelo qual é comercializado.
Comunicação inadiável	27.02	Apelo ao Ministro do STF Celso de Mello para que não vote pela inconstitucionalidade dos artigos 59 e 67 do Código Florestal.
Discurso	26.02	Reflexões sobre o contexto da democracia brasileira e críticas à Emenda Constitucional nº 95, de 2017.

Pela Liderança	21.02	Registro da oposição dos embargos de declaração pela defesa do ex-presidente Lula no tribunal Regional Federal da 4 Região (TRF4).
Discurso	16.02	Análise da questão da segurança pública no Rio de Janeiro (RJ).

Fonte: Senado Federal, 2020a. Tabela adaptada pela autora, em 2023.

ANEXO 12-

TABELA 12: ATUAÇÃO DE GLEISI HELENA HOFFMANN, TITULAR EM EXERCÍCIO NO PLENÁRIO E COMISSÕES NA CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS DE 2019 A 2022

Ano	Propostas Legislativas		Votação nominais ¹⁶⁸	Discursos
	De sua autoria	Relatadas	Em plenário	Em plenário
2019	273	0	0	52
2020	219	0	389	35
2021	227	0	746	52
2022	43	0	308	8
TOTAL	762	0	1.443	147

FONTE: CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022 b; Tabela adaptada pela autora, em 2022.

¹⁶⁸ “Na votação nominal, o voto de cada deputado é identificado por sistema eletrônico. A maioria das votações na Câmara não é nominal, é simbólica: os deputados contrários à proposta devem levantar a mão. Por isso, só é possível identificar o voto de cada deputado em votações nominais.” (CÂMARA DO DEPUTADOS, S/D).

ANEXO 13-

TABELA 13: EMENDAS APROVADAS AO ORÇAMENTO DA UNIÃO NOS ANOS DE 2019 A 2022 PELA DEPUTADA FEDERAL GLEISI HELENA HOFFMANN

Ano	Emendas aprovadas ao orçamento da União em reais.		
	Autorizados	Empenhados	Pagos
	R\$	R\$	R\$
2019	Não divulgado	Não divulgado	Não divulgado
2020	10.170.454,00	10.046.900,00	8.620.590,00
2021	9.639.986,00	8.939.922,00	7.758.714,00
2022	15.014.772,00	12.559.080,00	7.860.047,00
TOTAL	34.825.212,00	31.545.902,00	24.239.351,00

FONTE: CÂMARA DOS DEPUTADOS, (2022 b), Tabela produzida pela autora, 2022.

ANEXO 14-

TABELA 14- MISSÕES NO EXTERIOR DA SENADORA DA REPÚBLICA DO BRASIL GLEISI HOFFMANN - 54º E 55º LEGISLATURAS DE 2011-2019

EVENTO	PERÍODO	DOCUMENTO
Participou das reuniões das Comissões Permanentes da Assembleia Parlamentar Euro-Latina Americana (EuroLat), em Lisboa, Portugal.	16/05/2016 a 19/05/2016	RQS 329/PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL
Participou das Reuniões da Mesa Diretora, Comissões Permanentes e XXXIX Sessão Ordinária, a serem realizadas na Cidade de Montevidéu, Uruguai.	20/06/2016 a 22/06/2016	RQS 427/PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL
Participou das Reuniões da Mesa Diretora, Comissões Permanentes e XLI Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul.	15/09/2016 a 17/09/2016	RQS 00641/PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL
Participou das Reuniões do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.	05/10/2016 a 07/10/2016	RQS 715/PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL
Participou da Conferência da Aliança Parlamentar Progressista, em Bruxelas, Bélgica.	13/10/2016 a 19/10/2016	RQS 722/PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL
Participou das Reuniões Ordinárias do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.	06/11/2016 a 08/11/2016	RQS 781/PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL
Participou da Sessão de Trabalho da Aliança Progressista do Parlamento Europeu, em Berlim, na Alemanha.	30/11/2016 a 06/12/2016	RQS 868/PENÁRIO DO SENADO FEDERAL
Participou da Mesa Redonda do WIP G20: "Digitalização: Políticas para um Futuro Digital", a realizar-se em Dusseldorf, na Alemanha.	04/04/2017 a 06/04/2017	RQS 29/PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL

Participou da 13ª Assembleia da União Interparlamentar e/ou do 3º Fórum Parlamentar dos BRICS, em São Petersburgo, Rússia.	14/10/2017 a 18/10/2017	RQS 751/ PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL
--	-------------------------	--

FONTE: SENADO FEDERAL (2022), Tabela adaptada pela autora, em 2022.

ANEXO 15-

TABELA 15: PROPOSIÇÕES DE AUTORIA DA DEPUTADA FEDERAL GLEISI HELENA HOFFMANN

Gleisi Helena Hoffmann					
Tipo de Proposta		Tema		Partido da deputada federal /coautor	
Declaração de Voto	9	Agropecuária	03	AVANTE	266
Emenda (CN)	1	Cidades e Transportes	21	CIDADANIA	277
Emenda à PEC	55	Ciência, tecnologia e comunicação	06	DEM	296
Emenda de Plenário	11	Consumidor	06	MDB	296
Emenda de Plenário a Projetos com Urgência	12	Direitos humanos	83	NI	2
Emenda de Redação	1	Economia	50	NOVO	97
Emenda na Comissão	253	Educação, cultura e esportes	122	PATRIOTA	120
Indicação	5	Meio ambiente e Energia	17	PATRI	77
Projeto de Decreto Legislativo	1	Política e administração pública	579	PCdoB	357
Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo	38	Relações exteriores	56	PDT	363

Projeto de Lei	125	Saúde	65	PHS	01
Projeto de Lei	125	Segurança	40	PL	265
Projeto de Lei Complementar	09	Trabalho, previdência, assistência	188	PMN	73
Projeto de Lei Complementar	09	***	***	PODE	276
Projeto de Resolução	04	***	***	PP	298
Projeto de Resolução de Alteração do Regimento e outros	01	***	***	PR	5
Proposta de Emenda à Constituição	06	***	***	PROS	278
Proposta de Fiscalização e Controle	01	***	***	PRP	10
Recurso	01	***	***	PSB	383
Recurso contra apreciação conclusiva de comissão (Art. 58, §1ºc/c art.132 §2º(RICD)	05	***	***	PRP	10
Recurso contra devolução de proposição (Art. 137, §2ºc/c art.144 caput, RICD	03	***	***	PSB	383
Relatório do Relator (CMO)	05	***	***	PSC	266
Requerimento	130	***	***	PSD	292
Requerimento de Audiência Pública	17	***	***	PSDB	302

Requerimento de Constituição de Comissão Externa	07	***	***	PSL	250
Requerimento de Convocação de Ministro de Estado no Plenário	12	***	***	PSOL	285
Requerimento de Criação de Frente Parlamentar	08	***	***	PT	800
Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia	04	***	***	PTB	243
Requerimento de Inclusão ou Retirada de Assinatura em Proposição de Iniciativa Individual	12	***	***	PV	248
Requerimento de Informação	39	***	***	REDE	120
Requerimento de Moção	04	***	***	REPUBLIC	179
Requerimento de Quebra de Interstício para Inclusão de Matéria na Ordem do Dia	03	***	***	S.PART.	26
Requerimento de Redistribuição	01	***	***	SOLIDARIED ADE	259
Requerimento de Retirada de proposição	01	***	***	UNIÃO	06

Requerimento de Retirada de Proposição de Iniciativa Individual	02	***	***	***	***
Requerimento de Sessão Solene	03	***	***	***	***
Requerimento de Transformação de Sessão Plenária em Comissão Geral	01	***	***	***	***
Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD)	05	***	***	***	***
Requerimento de Voto de regozijo ou louvor	02	***	***	***	***
Solicitação de Informação ao TCU	01	***	***	***	***
Voto em Separado	03	***	***	***	***
TOTAL:	935	TOTAL:	1.236	TOTAL:	7.509

FONTE: (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022b), Tabela produzida pela autora, em 2022.

ANEXO 16-

TABELA 16: DECLARAÇÃO DE BENS EM ANOS ELEITORAIS DA ATUAL DEPUTADA FEDERAL GLEISI HOFFMANN (PT-PR) DOS ANOS DE 2006 A 2022

ELEIÇÕES	CARGO DISPUTADO	PARTIDO	SITUAÇÃO ELEITORAL	BENS DECLARADOS ao TSE.
2022	Deputada Federal	PT-PR	Eleita	R\$1.490.694,24
2018	Deputada Federal	PT-PR	Eleita	R\$1.452.097,99
2014	Governadora do estado do Paraná	PT-PR	Não Eleita 881.857 (14,87%)	R\$1.443.613,66
2010	Senadora	PT-PR	Eleita 3.196.468 (29,52%)	R\$659.846,00
2008	Prefeitura da cidade de Curitiba.	PT-PR	Não Eleita 183.027 (18,17%)	R\$623.951,00
2006	Senadora	PT-PR	Não Eleita 2.299.088 (45,14%)	R\$479.833,34

FONTE: PODER 360,2002. Tabela produzida pela Autora, em 2022.

ANEXO 17-

TABELA 17: DECLARAÇÃO DE BENS EM ANOS ELEITORAIS DO ATUAL DEPUTADO FEDERAL RICARDO BARROS (PP-PR) DOS ANOS DE 1998 A 2022

ELEIÇÕES	CARGO DISPUTADO	PARTIDO	SITUAÇÃO ELEITORAL	BENS DECLARADOS ao TSE.
2022	Deputado Federal	PP-PR	Eleito	R\$8.753.932,13
2018	Deputado Federal	PP-PR	Eleito por QP 80.025 (1,54%)	R\$5.529.650,21
2014	Deputado Federal	PP-PR	Eleito por QP 114.396 (2,17%)	R\$1.821.481,39
2010	Senador	PP-PR	Não eleito 2.190.539 (20,23%)	R\$1.921.118,59
2006	Deputado Federal	PP-PR	Eleito 130.855 (2,64%)	R\$1.255.746,74
2002	Deputado Federal	PP-PR	Eleito 118.036 (2,52%)	R\$1.064.133,82
1998	Deputado Federal	PP-PR	Eleito 68.919 (1,85%)	*** ¹⁶⁹

FONTE: PODER, 360. Tabela construída pela autora, em 2022.

¹⁶⁹ O Link para o PDF do arquivo de declaração de bens do atual deputado federal Ricardo Barros (PP-PR) nos encaminha para os valores apresentados para detalhamento no documentos, contudo, não houve possibilidades de leituras dos valores. Para acessar o link do documento verificar em <https://eleicoes.poder360.com.br/candidato/1263224#1998>. Acesso em 04.10.2022.

ANEXO 18-

TABELA 18: CRONOLOGIA DA TRAJETÓRIA POLÍTICA DE RICARDO BARROS 1988-2022

1988	1º Campanha para prefeito de Maringá
1989-1993	Prefeito de Maringá com 38.902 votos.
1994	1º Campanha para deputado federal
1995-1998	1º Mandato de deputado federal
1998	2º Campanha para reeleição
1999-2002	2º Mandato de deputado federal
2002	3º Campanha para reeleição
2003-2006	3º Mandato de deputado federal
2006	4º Campanha para reeleição
2007-2010	4º Mandato de deputado federal
2010	1º Campanha para senador
2011-2014	Secretário da Indústria e Comércio do Paraná
2014	5º Campanha para deputado federal
2015-2018	5º Mandato de deputado federal
2016-2018	Ministro da Saúde
2018	6º Campanha para reeleição
2019-2022	6º Mandato de deputado federal
2022	Líder do governo Bolsonaro no Congresso Nacional.

FONTE: Wikipédia, 2022. Tabela produzida pela autora, em 2022.

ANEXO 19-

TABELA 19: DECLARAÇÃO DE BENS EM ANOS ELEITORAIS DA ATUAL DEPUTADA ESTADUAL MARIA VICTORIA BORGHETTI BARROS CAMPOS (PP-PR) DOS ANOS DE 2014 A 2022

ANO	CARGO DISPUTADO	PARTIDO	SITUAÇÃO ELEITORAL	BENS DECLARADOS
2022	Deputada estadual	PP-PR		R\$2.309.343,28
2018	Deputada estadual	PP-PR	Eleita por QP 50.414 (0,96%)	R\$866.154,07
2016	Prefeita da cidade de Curitiba	PP-PR	Não Eleita 52.576 (5,66%)	R\$897.880,05
2014	Deputada estadual	PP-PR	Eleita por QP 44.870 (0,85%)	R\$17.100,00

FONTE: PODER 360, 2022. Tabela construída pela autora em 2022.

ANEXO 20-

TABELA 20: FAMÍLIA BARROS A HISTÓRIA E A TRADIÇÃO DA FAMÍLIA BARROS-BORGHETTI NA POLÍTICA PARANAENSE

GESTÃO	FAMÍLIA BARROS	CARGO	STATUS
1960	Silvio Magalhães Barros	Vereador em Maringá	Suplente
1964 a 1967	Silvio Magalhães Barros	Vereador (Maringá)	Eleito
1967 a 1971	Silvio Magalhães Barros	Deputado Estadual pelo Paraná	Eleito
1971 a 1973	Silvio Magalhães Barros	Deputado Federal pelo Paraná	Eleito
1973 a 1977	Silvio Magalhães Barros	6º Prefeito de Maringá	Eleito
1989 a 1993	Ricardo Barros	10º Prefeito de Maringá	Eleito
1989	Cida Borghetti	Assume a presidência do PROVOPAR da cidade de Maringá	
1995 a 2011 4 mandatos consecutivos	Ricardo Barros	Deputado Federal pelo Paraná	Eleito
1998	Cida Borghetti	Foi chefe da secretaria de Representação do Governo do Paraná, em Brasília	
2000	Cida Borghetti	Candidata à prefeitura da cidade de Maringá	
2002	Cida Borghetti	Eleita deputada estadual	
2003 a 2011	Cida Borghetti	Deputada Estadual pelo Paraná	Eleita
	Cida Borghetti	Deputada Estadual pelo Paraná	Eleita
2005 a 2013	Silvio Magalhães Barros II	16º Prefeito de Maringá	Eleito

2007	Cida Borghetti	Deputada estadual por dois mandatos 2003-2006 e 2007-2010	
2008	Juliano Borghetti	Vereador de Curitiba	Eleito
2011	Cida Borghetti	Deputada Federal	
2011 a 2014	Ricardo Barros	Secretário estadual da indústria, comércio e assuntos do MERCOSUL-Paraná	***
2011 a 2015	Cida Borghetti	Deputada Federal pelo Paraná	Eleita
2012	Cida Borghetti	Políticas Públicas em favor da prevenção do câncer de mama na Câmara do Deputados Federais	
2013	Cida Borghetti	Presidente da Comissão Especial da primeira infância na Câmara dos Deputados Federais	
2014	Cida Borghetti	Candidata pelo Progressista ao cargo de vice-governadora do estado do Paraná	
2015	Cida Borghetti	Assume o cargo de vice-governadora do estado do Paraná	
2015 até a atualidade 2 mandatos consecutivos	Ricardo Barros	Deputado Federal pelo Paraná	Eleito
2015 a 2016	Silvio Magalhães Barros II	Secretário de planejamento e coordenação geral Paraná	Governo de Beto Richa
2015 a 2018	Cida Borghetti	Vice-governadora do Paraná	Governo de Beto Richa
2015 até atualidade	Maria Victoria Borghetti Barros Campos	Deputada Estadual pelo Paraná	Eleita
2016	Maria Victoria Borghetti Barros Campos	Prefeitura de Curitiba	Não Eleita

2016 a 2018	Ricardo Barros	45° Ministro da Saúde do Brasil	Presidente Michael Temer
2018 a 2019	Cida Borghetti	Toma posse como a 56° Governadora do estado do Paraná	
2018	Silvio Magalhães Barros II	Secretário de Desenvolvimento Urbano do Paraná	Governo Cida Borghetti
2023	Ricardo Barros	Ex-Líder do governo Bolsonaro na Câmara dos Deputados	Governo Luis Inácio Lula da Silva

Fonte: Tabela produzida pela autora, 2022.

ANEXO 21-

TABELA 21: PROPOSIÇÕES DE AUTORIA DA DEPUTADA FEDERAL CIDA BORGHETTI 2011-2015

Proposições	2011	2013	2014	2015
Cidades e transportes	1	***	***	***
Ciência, tecnologia e comunicações	1	***	1	***
Direitos Humanos	17	8	4	3
Economia	1	1	5	2
Educação, cultura e esportes	5	1	5	3
Política e administração pública	25	12	17	6
Relações exteriores	3	***	***	***
Saúde	5	5	2	***
Segurança	1	***	2	***
Trabalho, previdência e assistência	***	1	***	***

FONTE: CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022 A. Adaptada pela Autora, em 2022.

ANEXO 22-

TABELA 22: DECLARAÇÃO DE BENS EM ANOS ELEITORAIS DA EX-GOVERNADORA DO ESTADO DO PARANÁ CIDA BORGHETTI (PP-PR) DOS ANOS DE 2000 A 2018

ANO	CARGO DISPUTADO	PARTIDO	SITUAÇÃO ELEITORAL	BENS DECLARADOS
2018	Governadora do estado do Paraná	PP-PR	Não Eleita 831.361 (15,53%)	R\$481.287,30
2014	Vice-Governadora	PROS-PR	Titular Beto Richa	R\$805.911,56
2010	Deputada Federal	PP-PR	Eleita 147.910 (2,80%)	R\$610.560,15
2006	Deputada Estadual	PP-PR	Eleita 66.492 (1,36%)	R\$394.482,51
2002	Deputada Estadual	PPB-PR	Eleita 53.225 (1,16%)	R\$151.000,00 Informações da declaração do Cônjuge R\$144.916,21
2000	Prefeita da cidade de Maringá	PPB-PR	Não eleita 22.931 (14.40%)	NÃO INFORMADO.

FONTE: PODER 360, 2022. Tabela construída pela autora, 2022.

ANEXO 23–

TABELA 23: FAMÍLIA BARROS: A HISTÓRIA E A TRADIÇÃO DA FAMÍLIA BARROS-BORGHETTI NA POLÍTICA PARANAENSE

GESTÃO	FAMÍLIA BARROS	CARGO	STATUS
1960	Silvio Magalhães Barros	Vereador em Maringá	Suplente
1964 a 1967	Silvio Magalhães Barros	Vereador (Maringá)	Eleito
1967 a 1971	Silvio Magalhães Barros	Deputado Estadual pelo Paraná	Eleito
1971 a 1973	Silvio Magalhães Barros	Deputado Federal pelo Paraná	Eleito
1973 a 1977	Silvio Magalhães Barros	6° Prefeito de Maringá	Eleito
1989 a 1993	Ricardo Barros	10° Prefeito de Maringá	Eleito
1995 a 2011 4 mandatos consecutivos	Ricardo Barros	Deputado Federal pelo Paraná	Eleito
2003 a 2011	Cida Borghetti	Deputada Estadual pelo Paraná	Eleita
2003 a 2011	Cida Borghetti	Deputada Federal pelo Paraná	Eleito
2005 a 2013	Silvio Magalhães Barros II	16° Prefeito de Maringá	Eleito
2008	Juliano Borghetti	Vereador de Curitiba	Eleito
2011 a 2014	Ricardo Barros	Secretário estadual da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul- Paraná	***
2011 a 2015	Cida Borghetti	Deputada Federal pelo	Eleita

Paraná			
2015 até a atualidade 2 mandatos consecutivos	Ricardo Barros	Deputado Federal pelo Paraná	Eleito
2015 a 2016	Silvio Magalhães Barros II	Secretário de Planejamento e Coordenação Geral Paraná	Governo de Beto Richa
2015 a 2018	Cida Borghetti	Vice-governadora do Paraná	Governo de Beto Richa
2015 até atualidade	Maria Victoria Borghetti Barros Campos	Deputada Estadual pelo Paraná	Eleita
2016	Maria Victoria Borghetti Barros Campos	Prefeitura de Curitiba	Não Eleita
2016 a 2018	Ricardo Barros	45° Ministro da Saúde do Brasil	Presidente Michael Temer
2018	Silvio Magalhães Barros II	Secretário de Desenvolvimento Urbano do Paraná	Governo Cida Borghetti
2018 a 2019	Cida Borghetti	56° Governadora do Paraná	Vice-governadora vacante.
2020	Ricardo Barros	Câmara dos Deputados - Brasília Líder do governo de Jair Bolsonaro	Governo Jair Messias Bolsonaro

FONTE: Adaptado de Valenciano, (2018), e atualizado e organizado pela autora, em 2022.

ANEXO 24-

TABELA 24: PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS: PARTIDO PROGRESSISTA (PP) E PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)

Características	Partido Progressista PP	Partido dos Trabalhadores PT
Afiliação Internacional	***	Aliança Progressista COPPAL Foro de São Paulo Bancada Progressista no Parla Sul
Ala Jovem	Juventude Progressista	Juventude do PT (JPT)
Cores	Azul e branco	Vermelho e Branco
Deputados Estaduais (2018)	70/1060	85/1024
Deputados Federais (2022)	55/513	53/513
Espectro Político	Centro-direita à Direita	Centro-esquerda à esquerda
Fundação	14 de abril de 1995	10 de fevereiro de 1980
Fusão	Entre PPR e PP	***
Governadores (2022)	2/27	4/27
Ideologia	Liberalismo Econômico Centrismo	Socialismo Democrático Social-Democracia
Líder	***	Reginaldo Lopes Paulo Rocha
Membros (2022)	1.327.141 filiados	1.606.892 filiados
Número Oficial	11	13
Página Oficial	progressistas.org.br	www.pt.org.br
Prefeitos (2020)	690/5.568	182/5.570
Presidente 2022 (em exercício)	Claudio Cajado Sampaio	Gleisi Helena Hoffmann
Presidente de honra	***	Luis Inácio Lula da Silva
Publicação	Revista Gestão Progressista	Focus Brasil
Registro	16 de novembro de 1995	11 de fevereiro de 1982
Sede	Brasília (DF)	São Paulo e Brasília (DF)
Senadores (2022)	6/81	7/81
Think Tank	Fundação Milton Campos Presidente Covati Filho	Fundação Perseu Abramo Presidente Aloizio Mercadante
Vereadores (2020)	6346/56.810	2665/56810
Vice-presidente	***	Washington Quaquá

FONTE: WIKIPEDIA, 2022. Adaptada pela autora, em 2022.

ANEXO 25-

TABELA 25: BIOGRAFIA DAS TRAJETÓRIAS POLÍTICAS DA ATUAL DEPUTADA FEDERAL GLEISI HELENA HOFFMAN E DA EX-GOVERNADORA MARIA APARECIDA BORGHETTI

TRAJETÓRIA POLÍTICA		
	MARIA APARECIDA BORGHETTI	GLEISI HELENA HOFFMANN
	CÂMARA DOS DEPUTADOS – 54ªLegislatura	CÂMARA DOS DEPUTADOS – 56ªLegislatura
Mandatos na Câmara dos Deputados	Deputada Federal 2011-2015; PR, PP, Data da Posse 01/02/2011.	Deputada Federal 2019-2023, PR, PT, Data da Posse 01/02/2019.
Votações em Plenário (Legislaturas)	54	56
Presença em Comissões (Legislaturas)	54	56
Presença em Plenário(Legislaturas)	54	56
Atividades Partidárias	Vice-Líder, PP, 27/4/2011 - 1/2/2013. - Vice-Líder, PT, 14/02/2019 - 14/02/2019; Vice-Líder, PT, 27/02/2019 - 27/02/2019; Vice-Líder, PT, 19/03/2019 - 19/03/2019; Vice-Líder, PT, 04/04/2019 - 04/04/2019; Vice-Líder, PT, 09/04/2019 - 09/04/2019; Vice-Líder, PT, 16/04/2019 - 16/04/2019; Vice-Líder, PT, 17/04/2019 - 17/04/2019; Vice-Líder, PT, 23/04/2019 - 23/04/2019; Vice-Líder, PT, 28/05/2019 - 28/05/2019; Vice-Líder, PT,	

12/06/2019 - 12/06/2019; Vice-Líder, PT, 13/06/2019 - 13/06/2019; Vice-Líder Minoria na CD, 10/07/2019 - 10/07/2019; Vice-Líder, PT, 07/08/2019 - 07/08/2019; Vice-Líder, PT, 01/10/2019 - 01/10/2019; Vice-Líder, PT, 19/11/2019 - 19/11/2019; Vice-Líder, PT, 04/12/2019 - 04/12/2019; Vice-Líder, PT, 05/02/2020 - 05/02/2020; Vice-Líder, PT, 17/02/2020 - 17/02/2020; Vice-Líder, PT, 26/03/2020 - 01/02/2021; Vice-Líder, PT, 01/02/2021 - 12/05/2021; Vice-Líder, PT, 13/05/2021 - 16/06/2021; Vice-Líder Minoria na CD, 19/05/2021 - 19/05/2021; Vice-Líder, PT, 16/06/2021 - 17/06/2021; Vice-Líder, PT, 17/06/2021 - 17/08/2021; Vice-Líder, PT, 17/08/2021 - 18/08/2021; Vice-Líder, PT, 18/08/2021 - 19/08/2021; Vice-Líder, PT, 23/08/2021 - 24/11/2021; Vice-Líder, PT, 24/11/2021 - 08/06/2022; Vice-Líder, PT, 09/06/2022

Atividades Parlamentares

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC: 3º Vice-Presidente, 02/03/2011 - 02/03/2011, Comissão de Seguridade Social e Família - CSSF: Suplente, 01/03/2011 - 31/01/2012, Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC: Suplente,	SECRETARIA DA MULHER: Titular, 02/05/2022 - 20/06/2022, COMISSÃO PERMANENTE: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC: Suplente, 17/04/2019 - 17/04/2019, 23/04/2019 - 15/05/2019, Comissão de Finanças e
--	---

01/03/2011 - 31/01/2012, Tributação - CFT: Suplente, Comissão de Legislação Participativa - CLP: Suplente, 11/10/2011 - 31/01/2012, Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC: Suplente, 07/03/2012 - 02/02/2013, Comissão de Defesa do Consumidor - CDC: Suplente, 05/03/2013 - 17/04/2013, Comissão de Seguridade Social e Família - CSSF: Suplente, 13/03/2013 - 03/02/2014, 25/02/2014 - 31/12/2014, Comissão de Direitos Humanos e Minorias - CDHM: Suplente, 25/02/2014 - 26/03/2014, Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - CREDN: Suplente, 26/03/2014 - 31/12/2014, Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC: Titular, 01/03/2011 - 02/03/2011, Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - CREDN: Titular, 02/03/2011 - 31/01/2012, Comissão de Seguridade Social e Família - CSSF: Titular, 07/03/2012 - 02/02/2013, Comissão de Turismo - CTUR: Titular, 05/03/2013 - 10/07/2013, Comissão de Cultura - CCULT: Titular, 13/03/2013 - 03/02/2014, Comissão de Turismo - CTUR: Titular, 23/10/2013 - 03/02/2014, Comissão do Esporte - CESPO: Titular, 25/02/2014 - 31/12/2014, Comissão de Cultura - CCULT: Titular, 13/03/2014 - 31/12/2014, 10/03/2021 - 02/02/2022, Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC: Suplente, 27/04/2022 - , Comissão de Finanças e Tributação - CFT: Suplente, 27/04/2022 - , Titular, 13/03/2019 - 09/04/2019, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher - CMULHER: Titular, 13/03/2019 - 03/02/2020, Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC: Titular, 09/04/2019 - 10/04/2019, Comissão de Finanças e Tributação - CFT: Titular, 10/04/2019 - 03/02/2020, Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC: Titular, 10/03/2021 - 02/02/2022, COMISSÃO ESPECIAL: PEC 006/19 - Previdência Social: Titular, 24/04/2019 - 08/08/2019, PEC 125/11 - Veda Eleições Próximas a Feriados: Titular, 03/05/2021 - 17/08/2021, PEC 018/21 - Aplicação Recursos Candidatura Feminina: Titular, 14/12/2021 - 30/03/2022, COMISSÃO EXTERNA: Eleições na Venezuela: Titular, 23/11/2020 - 07/12/2020..

COMISSÃO ESPECIAL: PL
6998/13 - PRIMEIRA
INFANCIA: Presidente,
19/03/2014 - 31/12/2014, PL
1749/11 - EMPRESA DE
SERVIÇOS HOSPITALARES:
Suplente, 17/08/2011 -
15/12/2011, PEC 478/10 -
IGUALDADE DE DIREITOS
TRABALHISTAS: Suplente,
13/09/2011 - 02/04/2013, PL
7123/10 - ESTRADA-PARQUE
CAMINHO DO COLONO:
Suplente, 15/09/2011 -
31/12/2014, PEC 061/11 - DRU
(DESVINCULAÇÃO DE
RECEITAS UNIÃO): Suplente,
27/09/2011 - 20/10/2011, PL
7420/06 - LEI DE
RESPONSABILIDADE
EDUCACIONAL: Suplente,
13/10/2011 - 31/12/2014, PL
7370/14 - REPRESSÃO AO
TRÁFICO DE PESSOAS:
Suplente, 22/05/2014 -
04/06/2014, PL 7672/10 -
EDUCAÇÃO SEM USO
CASTIGOS CORPORAIS:
Titular, 29/08/2011 - 26/06/2014,
PL 3555/04 - NORMAS
GERAIS CONTRATO
SEGURO PRIVADO: Titular,
12/07/2012 - 31/12/2014, PEC
207/12 - DEFENSORIAS
PÚBLICAS DA UNIÃO E DF:
Titular, 18/12/2012 - 06/08/2013,
PEC 247/13 - DEFENSORIA
PÚBLICA EM TODAS
UNIDADES: Titular, 11/07/2013
- 04/06/2014, PL 6998/13 -

PRIMEIRA INFANCIA: Titular,
13/03/2014 - 31/12/2014, PL
6170/13 - REGULAMENTA O
MARKETING MULTINÍVEL:
Titular, 02/07/2014 - 31/12/2014,
COMISSÃO EXTERNA:
TORTURA E VIOLÊNCIA
SOFRIDA POR MARA RÚBIA:
Titular, 08/11/2013 - 31/12/2014.

Mandatos Externos

Deputado(a) Estadual, PR, Senador(a), PR, Partido: PT,
Partido: PP, Período: 2002 a Período: 2011 a 2018.
2005; Deputado(a) Estadual, PR,
Partido: PP, Período: 2006 a
2010.

Atividades Profissionais e

Cargos Públicos

Empresária

Secretária Executiva de Gestão
Financeira, Governo do Estado,
Campo Grande, MS, 2000 -
2000; Secretária Extraordinária
de Reestruturação e Ajuste,
Governo do Estado, Campo
Grande, MS, 2001 - 2001;
Secretária Municipal de Gestão
Pública, Prefeitura Municipal,
Londrina, PR, 2001 - 2001;
Diretora Financeira, Itaipu
Binacional, Curitiba, PR, 2003 -
2003; Ministra Chefe da Casa
Civil, Presidência da República,
Brasília, DF, 2011 - 2011.

Estudos e Cursos Diversos

Especialização em Políticas Públicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 1999-2000; Administração Pública, UNISUL, Florianópolis, SC, Bacharel em Direito, Faculdade de Direito de Curitiba, Curitiba, PR, 1988 - 1992; V Curso de Orçamento Público, Associação Brasileira de Orçamento Público,

	2007-2010.	Curitiba, PR, 1997 - 1997; MBA em Gestão de Organizações Públicas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Campo Grande, MS, 1999 - 2002; Finanças Públicas e Programação Financeira, Instituto do Fundo Monetário Intcional, Brasília, DF, 2000 - 2000.
<hr/>		
Atividades Sindicais		
Representativas de Classe Associativas e Conselhos	Membro, BPW Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais, PR	***
<hr/>		
Licenças		
	Licenciou-se do mandato de Deputada Federal, na Legislatura 2011-2015, em Licença Conjunta Consecutiva por 124 dias, a partir de 12 de junho de 2013. Reassumiu em 14 de outubro de 2013.	***
<hr/>		
Renúncias		
	Renunciou ao mandato de Deputada Federal, na Legislatura 2011-2015, para assumir o mandato de Vice-Governadora do Estado do Paraná, em 31 de dezembro de 2014.	***

Fonte: CAMARA DOS DEPUTADOS, 2022c.

ANEXO 26-

TABELA 26: PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS NA TRAJETÓRIAS DAS RELAÇÕES DE PODER POLÍTICO E FAMILIAR DAS FAMÍLIAS HOFFMANN; SILVA; BORGHETTI E BARROS.

PERÍODO	MARCOS IMPORTANTES			
	HOFFMANN	SILVA	BORGHETTI	BARROS
Década de 50		Em 10 de março de 1952 nasce Paulo Bernardo Silva, sindicalista, bancário e político brasileiro filiado ao Partido dos Trabalhadores. Foi ministro das Comunicações no Governo Dilma Rousseff, e ministro do Planejamento no Governo Lula.		
Década de 60	Em 06 de setembro de 1965 nasce na cidade de Curitiba, estado do Paraná Gleisi Helena Hoffmann, filha de Getúlia Adga e Júlio Hoffmann.		Em 18 de fevereiro de 1965 nasce em Caçador, estado de Santa Catarina Maria Aparecida Borghetti.	Silvio Magalhães Barros - Vereador em Maringá (suplente). De 1964 a 1967 Vereador (Maringá). De 1967 a 1971 Deputado Estadual pelo Paraná.
Década de 70				De 1971 a 1977 Silvio Magalhães Barros foi prefeito da cidade de Maringá e deputado federal pelo estado do Paraná.
Década de 80	Em 1989 filia-se ao PT até o presente momento. Gleisi Helena Hoffmann inicia sua vida pública pelo Movimento estudantil na década de 80. Filia-se em 1983 ao PCdoB e é eleita presidente da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (Upes) e, em seguida, presidente	Filia-se ao PT em 1984. Paulo Bernardo Silva entrou na política em 1985 pelo sindicalismo como membro de diretoria do Sindicato dos Bancários do Paraná.	Década de 80 filia-se ao PDS. Cida Borghetti casa-se com Ricardo Barros em 1989. No final da década de 80 Cida Borghetti inicia sua vida pública. No ano de 1989 Cida Borghetti assume a presidência do PROVOPAR da cidade de Maringá.	Década de 80 Ricardo Barros filia-se ao PFL até o ano de 1997. Ricardo Barros é o 10º Prefeito de Maringá em 1989 a 1993 com 38.902 votos.

	<p>da União Brasileira dos estudantes Secundaristas (UBES). Assessora de Jorge Samek (MDB) eleito vereador de Curitiba, na Câmara Municipal da capital paranaense em 1984. Filia-se ao PT. Na Câmara Municipal passa a se especializar em Orçamento Público.</p> <p>Em 1988, iniciou os seus estudos no Curso de Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba.</p>		
Década de 90	<p>Gleisi Helena Hoffmann muda-se para Brasília com seu primeiro marido Neylor José Tonin Toscan, onde atua como assessora parlamentar no Congresso. Passa a assessorar na Liderança do PT na Câmara e, depois, no gabinete do então deputado Paulo Bernardo Silva. Assume a Secretaria de Reestruturação Administrativa no governo de Zeca do PT em Mato Grosso do Sul.</p>	<p>Paulo Bernardo Silva casa-se com Gleisi Helena Hoffmann na década de 90.</p> <p>Paulo Bernardo Silva Apoiado pelos bancários, foi eleito deputado federal pela primeira vez em 1991. Foi reeleito em 1994, para o segundo mandato, no qual foi presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara. Em 1998, casou-se com Gleisi Hoffmann com quem teve dois filhos. Em 1999, assumiu o cargo de Secretário de Fazenda do Mato Grosso do Sul, onde permaneceu até o fim de 2000.</p> <p>Década de 90 filia-se ao PFL e ao PP.</p> <p>Ano de 1998 Cida Borghetti Foi chefe da secretaria de Representação do Governo do Paraná, em Brasília.</p>	<p>Filia-se em 1997 ao PP até a atualidade.</p> <p>Em 1994 Ricardo Barros concorre para a sua 1º Campanha para deputado federal pelo estado paranaense. Entre 1995 a 1998 1º Mandato de deputado federal. Em 1998 Ricardo Barros concorre pela a sua 1º Campanha para prefeito de Maringá.</p> <p>Em 1998 Ricardo Barros disputa as eleições para o cargo de deputado federal pelo Paraná. De 1999 a 2002 2º Mandato de deputado federal.</p> <p>Em 1992, nasce a primeira filha do segundo casamento de Ricardo Barros com Cida Borghetti, Maria Victoria Borghetti Barros.</p>

Década de 2000	<p>Gleisi Helena Hoffmann Integra o gabinete do governo de transição. No ano seguinte, assume a diretoria financeira da Itaipu Binacional de 2003 a 2006. Em 2006, concorre ao Senado pelo Paraná e é derrotada por Álvaro Dias (PSDB-PR). Disputa a Prefeitura de Curitiba, mas conquista apenas 18,14% dos votos e não vai para o segundo turno. Gleisi Helena Hoffmann disputa o cargo de senadora em 2006. Em 2008 Gleisi Helena Hoffmann disputa o cargo de Prefeitura da cidade de Curitiba. Foi conselheiro da Itaipu em 2009 e o 23° Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão do Brasil no período de 2011 a 2015 no governo de Luís Inácio Lula da Silva (PT)</p>	<p>Paulo Bernardo Silva Assumiu a Secretaria de Fazenda do município de Londrina de janeiro de 2001 a março de 2002. Em 2002, Paulo Bernardo foi eleito para o seu terceiro mandato como deputado federal. Em março de 2005, assumiu o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do governo Lula.</p>	<p>Em 2000 Cida Borghetti Candidata à prefeitura da cidade de Maringá. Em 2002 eleita deputada estadual. De 2003 a 2011 deputada estadual pelo Paraná. No ano de 2007 Deputada estadual por dois mandatos 2003-2006 e 2007-2011 pelo estado do Paraná. No ano de 2008 Juliano Borghetti eleito Vereador de Curitiba.</p>	<p>Em 2002 Ricardo Barros disputa as eleições para o cargo de deputado federal pelo Paraná. Em 2006 Ricardo Barros disputa as eleições para o cargo de deputado federal pelo Paraná. Entre os anos de 2007 a 2010 assume o seu 4° mandato de deputado federal. Em 2005 a 2013 Silvio Magalhães Barros II é o 16° Prefeito de Maringá.</p>
Década de 2010	<p>Gleisi Helena Hoffmann em 2010 foi a primeira mulher eleita para representar o Paraná no Senado. Controlava um orçamento de R\$ 7,3 bilhões de reais. Em 2011, Gleisi Hoffmann toma posse como Ministra-chefe da Casa Civil do governo da presidenta Dilma Rousseff. Em 2014 disputa o cargo de</p>	<p>Paulo Bernardo Silva em 1 de janeiro de 2011, tomou posse como ministro das Comunicações de Dilma Rousseff. Controlava um orçamento de R\$4,4 bilhões de reais.</p>	<p>Filia-se ao PROS e ao PP. De 2011 a 2015 Cida Borghetti eleita deputada federal pelo estado do Paraná. Em 2012 - Políticas Públicas em favor da prevenção do câncer de mama na Câmara do Deputados Federais. No ano de 2013, Presidente da Comissão Especial da primeira infância</p>	<p>Em 2010 Ricardo Barros disputa o cargo para o senado brasileiro pelo Paraná. Em 2011 a 2014 foi Secretário da Indústria e Comércio do Paraná No ano de 2015 a 2018 assume o seu 5° Mandato de deputado federal. De 2016 a 2018 45° Ministro da Saúde do Governo Temer. Em 2018 disputa as eleições</p>

	<p>governadora do estado do Paraná. No ano de 2018 disputa o cargo de deputada federal pelo PT.</p> <p>No ano de 2017 Gleisi foi lançada ao comando da sigla do Partido dos Trabalhadores (PT) pela corrente majoritária Construindo um novo Brasil (CNB), com o apoio do ex-presidente Lula.</p>	<p>na Câmara dos Deputados Federais. Em 2014, Candidata pelo Progressista ao cargo de vice-governadora do estado do Paraná. No ano seguinte (2015 a 2018), assume o cargo de vice-governadora do estado do Paraná no governo de Beto Richa.</p> <p>Cida Borghetti de 2018 a 2019 toma posse como a 56ª Governadora (vacante) do estado do Paraná.</p>	<p>para deputado federal. No ano de 2019 a 2022 assume o seu 6º mandato como deputado federal.</p> <p>Silvio Magalhães Barros II em 2015 foi Secretário de planejamento e coordenação geral do estado do Paraná no Governo Beto Richa. Em 2018 Secretário de Desenvolvimento Urbano do Paraná no Governo Cida Borghetti.</p> <p>Em 2015 Maria Victoria Borghetti Barros Campos Deputada Estadual pelo Paraná. Em 2016 disputa o cargo para à Prefeitura de Curitiba.</p>
Década de 2020	<p>Gleisi Helena Hoffmann disputa o cargo de deputada federal pelo PT. Participou ativamente da Campanha de Lula à Presidência em 2022, articulou e participou ativamente no governo de transição e sua influência extrapola o campo de poder do Partido dos Trabalhadores, cuidando dos espaços políticos e das relações de poder de forma estratégica.</p> <p>Presidenta da Federação Brasil da Esperança em 2022.</p>	<p>Cida Borghetti, conselheira da Itaipu Binacional em janeiro de 2022.</p>	<p>Em 2022 Ricardo Barros disputa o cargo para o deputado federal pelo Paraná e foi líder do governo Bolsonaro no Congresso Nacional. No ano de 2023 Ex-Líder do governo Bolsonaro na Câmara dos Deputados.</p>

FONTE: Tabela adaptada pela autora, em 2023.

ANEXO 27- FOTOS GLEISI HELENA HOFFMANN



F

Fonte: Autor desconhecido. Lideranças Políticas. Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP.
s/d. 1 fotografia, color, 11,47 x 14,72 cm.

ANEXO 28- FOTOS GLEISI HELENA HOFFMANN



FONTE: Autor desconhecido. Gleisi a menina que sonhava ser freira. 2008, 1 fotografia, color, 9,35 x 14,72 cm.

Da esquerda para a direita: Júlio Hoffmann, representante comercial, já falecido, Gleisi Helena Hoffmann e Getúlia Adga, cabeleireira nascida na família Petters, ambos naturais do estado de Santa Catarina. Sua mãe Getúlia Adga (Agda) é filha de Maria da Conceição Moreira e de Leonidas Severo Petters. (OLIVEIRA, Facebook, 2021).

ANEXO 29- FOTOS GLEISI HELENA HOFFMANN



FONTE: Autor desconhecido. Gleisi a menina que sonhava ser freira. 2008, 1 fotografia, color, 14,98 x 11,67 cm.

ANEXO 30- FOTOS GLEISI HELENA HOFFMANN



FONTE: ANDRADE, Marcelo. Em derrota da Lava Jato, STF absolve Gleisi Hoffmann e Paulo Bernardo. 2018, 1 fotografia, color, 9,99 x 15,02 cm.

Da esquerda para a direita: Paulo Bernardo Silva e Gleisi Helena Hoffmann.

ANEXO 31- FOTOS GLEISI HELENA HOFFMANN



Fonte: Autoria desconhecida. Divulgação/PT, 2022, 1 fotografia, color, 10,82 x 15,00 cm.

Da esquerda para a direita: Gleisi Hoffmann, Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

ANEXO 32- FOTOS GLEISI HELENA HOFFMANN



Fonte: Autoria desconhecida. Divulgação/PT, 2022, 1 fotografia, color, 10,82 x 15,00 cm.

ANEXO 33- FOTOS MARIA APARECIDA BORGHETTI



Fonte: Autoria desconhecida. Divulgação/ Assembleia Legislativa do Paraná, 1 fotografia, color, 10,32 x 15,66 cm.

ANEXO 34- FOTOS MARIA APARECIDA BORGHETTI



Fonte: Autoria desconhecida. Divulgação/ Arquivo pessoal de Cida Borghetti - Twitter, 1 fotografia, color, 15 x 15 cm.

Disponível em: https://twitter.com/cidaborghetti_/status/1261330670552571907. Acesso em: 08.04.2023.

ANEXO 35- FOTOS MARIA APARECIDA BORGHETTI



Fonte: Autoria desconhecida. Divulgação/ BLOGREVISTAAUTOESTIMA, 1 fotografia, color, 15 x 15 cm.

Irmãos da esquerda para direita: Adriano Ivo Borghetti, Ivana Maria Borghetti Goumon, Vera Maria Borghetti, Maria Aparecida Borghetti, Maria Edwirges Borghetti Carneiro, Ana Maria Borghetti Violani e Ivo Alberto Borghetti.

BLOGREVISTAAUTOESTIMA. Defesa de doutorado do aluno Ivo Alberto Borghetti. 26 jun. 2018. Não paginado. Disponível em: <http://blogrevistaautoestima.blogspot.com/2018/06/defesa-de-doutorado-do-aluno-ivo.html>. Acesso em 08.04.2023.

ANEXO 36- FOTOS MARIA APARECIDA BORGHETTI



Fonte: Fonte: Autoria desconhecida. Divulgação/ Diário do Noroeste, 1 fotografia, color, 8,59 x 15 cm.

Da esquerda para a direita: Maria Aparecida Borghetti, Ires Anna Borghetti (mãe), Barbara Cecily Netto.

ANEXO 37- FOTOS MARIA APARECIDA BORGHETTI



Fonte: Autoria desconhecida. Divulgação/GAZETA DO POVO, 2022, 1 fotografia, color, 10,82 x 15,00 cm.

Da esquerda para a direita: Ricardo Barros, Maria Victoria Borghetti, Cida Borghetti.

ANEXO 38- FOTOS MARIA APARECIDA BORGHETTI



Fonte: Autoria desconhecida. Divulgação/ Agência Estadual de Notícias, 1 fotografia, color, 10,32 x 15,66 cm.

Governadora Cida Borghetti recebe motoristas de aplicativos de transportes no Palácio Iguaçu.

ANEXO 39- FOTOS MARIA APARECIDA BORGHETTI



Fonte: Fonte: Fonte: Autoria desconhecida. Divulgação/ Plural Curitiba, 1 fotografia, color, 8,59 x 15 cm.

Da esquerda para a direita: Cida Borghetti, Jair Bolsonaro, Ricardo Barros.

ANEXO 40- FOTOS NO SENADO FEDERAL



Fonte: Fonte: Fonte: Autoria desconhecida. Divulgação/ Senado Federal, 1 fotografia, color, 10 x 15 cm.

Lançamento da campanha Mais Mulheres na Política, uma iniciativa da Procuradoria Especial da Mulher do Senado, da Secretaria de Mulheres da Câmara dos Deputados, das senadoras Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), e das deputadas Christiane Yared (PTN-PR) e Leandre Dal Ponte (PV-PR). O evento contou ainda com o apoio da Secretaria da Mulher de Curitiba, do Fórum Popular de Mulheres, representada por Elza Maria Campos, que também presidiu a mesa de parlamentares. Além das organizadoras, compuseram a mesa a vice-governadora, Cida Borghetti (PROS); as deputadas estaduais, cantora Mara Lima (PSDB) e Cláudia Pereira (PSC); a prefeita do município da Lapa, Leila Aubrift (PT); a vice-prefeita de Guarapuava, Eva Schran (PHS); a secretária da Secretaria da Mulher de Curitiba, Roseli Izidoro; a vereadora, Noemia Rocha (PMDB) e a vice-prefeita de Curitiba, Mirian Gonçalves (PT). (SENADO FEDERAL, 2015).